

Pedro Fernando da Silva
Cristiane Souza Borzuk
Gil Gonçalves Junior
organizadores

TEORIA CRÍTICA, VIOLÊNCIA E RESISTÊNCIA

TEORIA CRÍTICA, VIOLÊNCIA E RESISTÊNCIA

Conselho editorial

André Costa e Silva

Cecilia Consolo

Dijon de Moraes

Jarbas Vargas Nascimento

Luis Barbosa Cortez

Marco Aurélio Cremasco

Rogerio Lerner

Blucher Open Access

PEDRO FERNANDO DA SILVA
CRISTIANE SOUZA BORZUK
GIL GONÇALVES JUNIOR
(organizadores)

TEORIA CRÍTICA, VIOLÊNCIA E RESISTÊNCIA

2021

Teoria crítica, violência e resistência

© 2021 Pedro Fernando da Silva, Cristiane Souza Borzuk, Gil Gonçalves Junior
Editora Edgard Blücher Ltda.

Publisher Edgard Blücher

Editor Eduardo Blücher

Coordenação editorial Jonatas Eliakim

Produção editorial Kedma Marques

Diagramação Taís do Lago

Revisão de texto Samira Panini

Capa Laércio Flenic

Blucher

Rua Pedroso Alvarenga, 1245, 4º andar
04531-934 – São Paulo – SP – Brasil
Tel 55 11 3078-5366
contato@blucher.com.br
www.blucher.com.br

Segundo Novo Acordo Ortográfico, conforme 5. ed.
do *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*,
Academia Brasileira de Letras, março de 2009.

É proibida a reprodução total ou parcial por quaisquer
meios, sem autorização escrita da Editora.

Todos os direitos reservados pela Editora
Edgard Blücher Ltda.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Angélica Ilacqua CRB-8/7057

Teoria crítica, violência e resistência / organizado
por Pedro Fernando da Silva, Cristiane Souza Borzuk, Gil
Gonçalves Junior. -- São Paulo : Blucher, 2021.
206 p.

Bibliografia

ISBN 978-65-5550-078-3 (impresso)
ISBN 978-65-5550-079-0 (eletrônico)

1. Psicologia social 2. Sociologia 3. Política e
governo 4. Fascismo I. Silva, Pedro Fernando da II.
Borzuk, Cristiane Souza III. Gonçalves Junior, Gil

21-1116

CDD 301.15

Índices para catálogo sistemático:

1. Psicologia social

AGRADECIMENTO

A publicação desta obra em formato *Open Access* somente foi possível graças ao apoio do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano (Instituto de Psicologia – USP) que, sensível à necessidade de apoiar a divulgação de pesquisas científicas de seu corpo docente e colaboradores, destinou a esta publicação recursos que lhe foram concedidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES), à qual também somos gratos.

Pedro Fernando da Silva

Cristiane Souza Borzuk

Gil Gonçalves Junior

(Organizadores)

SUMÁRIO

AGRADECIMENTO.....	5
PREFÁCIO.....	9
OBJETO DA PSICOLOGIA SOCIAL ANALITICAMENTE ORIENTADA: MECANISMOS E DETERMINAÇÕES DA ADESÃO E RESISTÊNCIA À VIOLÊNCIA FASCISTA.....	13
<i>GIL GONÇALVES JUNIOR</i>	
RAZÃO INSTRUMENTAL, ÓDIO E DOMINAÇÃO: A NEGAÇÃO DA POLÍTICA E O PRECONCEITO SOCIALIZADO.....	35
<i>CARLOS A. GIOVINAZZO JR.</i>	
DA RACIONALIDADE NÃO VIOLENTA: A RAZÃO PÓS-TECNOLÓGICA EM HERBERT MARCUSE.....	51
<i>ANDERSON ALVES ESTEVES</i>	
“MAS NÃO HÁ MAIS ANTISSEMITAS”: NOTAS SOBRE O SÉTIMO ELEMENTO DO ELEMENTOS DO ANTISSEMITISMO, DE MAX HORKHEIMER E THEODOR ADORNO	67
<i>CRISTIANE SOUZA BORZUK</i>	
REFLEXÕES SOBRE O POTENCIAL DE RESISTÊNCIA DO PENSAMENTO CRÍTICO DIANTE DO RECRUESCIMENTO DA MENTALIDADE FASCISTA NO MUNDO ADMINISTRADO.....	81
<i>PEDRO FERNANDO DA SILVA</i>	
A FITA BRANCA E O CARÁTER AUTORITÁRIO: CONTRIBUIÇÃO DA TEORIA CRÍTICA DA SOCIEDADE	107
<i>ANA PAULA DE ÁVILA GOMIDE</i>	

IMIGRAÇÃO, MÍDIA E XENOFOBIA: A AMEAÇA IMAGINÁRIA EM QUESTÃO.....	125
<i>LINEU NORIO KOHATSU</i>	
<i>GABRIEL KATSUMI SAITO</i>	
<i>PATRÍCIA FERREIRA DE ANDRADE</i>	
CURTIR, COMENTAR E COMPARTILHAR: O INDIVÍDUO, A INTERNET E A INDÚSTRIA CULTURAL	147
<i>LUANA MARTINS PONTES</i>	
<i>LUÍS CÉSAR DE SOUZA</i>	
FORMAS DE COMPREENSÃO DA VIOLÊNCIA ESCOLAR ENTRE ALUNOS NA VISÃO DOS PROFESSORES	161
<i>MARIAN ÁVILA DE LIMA DIAS</i>	
<i>MARCOS NATANAEL FARIA RIBEIRO</i>	
<i>JOÃO LUIZ CAVALCANTE CARREIRA</i>	
<i>JOCIENE SANTOS PEIXOTO</i>	
A TORTURA DA SOCIALIZAÇÃO E A SOCIALIZAÇÃO DA TORTURA ALGUMAS NOTAS SOBRE CRIME, CRIMINOSO E PUNIÇÃO	183
<i>HERIK RAFAEL DE OLIVEIRA</i>	
<i>KETY VALÉRIA SIMÕES FRANCISCATTI</i>	
SOBRE OS AUTORES.....	203

PREFÁCIO

Odair Sass

Uma das mais relevantes constatações da teoria crítica da sociedade, fundamentada em vasta investigação empírica, rigorosa análise das principais teorias sociais e em estudos primorosos, elaborados com base em diversificada documentação disponível em relatórios econômicos, sociais e políticos, panfletos de propaganda política, entre outras fontes de informação, sustenta que a preservação das condições objetivas (econômica, política, social e cultural), determinantes da tragédia fascista institucionalizada que alcançou diversos estados europeus, durante a primeira metade do século XX, contra a democracia, derrotada à época pela aliança entre países que se opuseram, especialmente, contra o nacional-socialismo que prosperou na Alemanha, por motivos que não cabe aqui detalhar, é a condição necessária e suficiente para afirmar a sua veracidade em face do recrudescimento contemporâneo desse fenômeno social, e, talvez, ainda mais grave do que o seu precedente, a saber: a sobrevivência, permanência e expansão do fascismo sob a democracia, aparentemente, não mais contra ela.

A propósito dessa acentuada regressão social, apontada em distintos momentos pelos teóricos originais, vale acrescentar duas breves observações: primeira, a crítica das formas autoritárias e, em especial, do fascismo é imanente à teoria crítica da sociedade, posto que, não custa lembrar, ela foi apresentada, em

seus fundamentos, poucos anos após à ascensão do partido nacional-socialista alemão ao poder político, com a indicação de Hitler ao posto de chanceler da moribunda República de Weimar—considerada uma das experiências democráticas mais importantes do século XX. Segunda, corrobora esse entendimento, os estudos e pesquisas realizados, ao longo dos anos de 1940, junto ao Instituto de Pesquisa Social, que passou a ser sediado nos Estados Unidos, acerca do preconceito, dos quais destaca-se a clássica pesquisa social, intitulada *Personalidade autoritária*, publicada em 1950.

Registre-se que, na base dessa pesquisa, ainda que sejam relevadas as objeções quanto à validade dos métodos empregados e da representatividade estatística das amostras de sujeitos, encontra-se a premissa denominada, reiteradamente por Theodor Adorno, como “inflexão para o sujeito”, a fim de investigar, com a profundidade necessária, a relação entre indivíduo e sociedade, mediante uma rigorosa teoria social que articula os fatores sociais, econômicos, culturais e políticos objetivos e os fatores subjetivos constitutivos da personalidade. Dos resultados obtidos, então, foi possível constatar a presença significativa de personalidades predispostas a aceitar, aderir e agir conforme uma pauta de condutas antidemocráticas e autoritárias, bem como outros tipos, não menos relevantes, predispostos a atuarem com indiferença em face da violência social generalizada e do sofrimento alheio, o que proporcionou a identificação de uma rígida pauta de conduta e a caracterização da tendência fascista como uma síndrome geral. Em suma, a pesquisa permitiu concluir que a tendência autoritária e antidemocrática é uma resultante histórica e estrutural de um sistema social que se reproduz e se prolonga, mesmo em sociedades consideradas “abertas” e “democráticas”. Ao contrário do que algumas análises indicaram, o fascismo não é uma ocorrência conjuntural, episódica, nem um fenômeno social tipicamente europeu já superado e muito menos um desvio circunstancial da marcha linear e inexorável do progresso.

Essas breves considerações são suficientes para situar o conjunto de ensaios e artigos que articulam com precisão as questões sociais e políticas contemporâneas, adotando como núcleo central a violência em suas múltiplas formas e as possibilidades de resistência ao autoritarismo de tendência fascista que campeia, na atualidade, em distintas sociedades consideradas democráticas. A crítica emerge com vigor em cada um dos textos à medida que aponta a gravidade da crise política contemporânea, objetivada tanto na esfera das relações sociais gerais, quanto encontra terreno fértil para prosperar na esfera subjetiva, consta-

tável pelo enfraquecimento do ego, predominante sob a sociedade administrada do capitalismo tardio.

A unidade temática, concentrada sobre violência e resistência, desdobra-se, de um lado, em análises teóricas que se fazem incidir sobre as condições sociais, políticas e subjetivas atuais e, de outro, tratam de objetos sociais específicos que evidenciam os efeitos devastadores da racionalidade irracional predominante do sistema social vigente sobre as relações sociais e a formação do indivíduo, no qual sobressaem a razão instrumental e tecnológica, a manipulação dos meios de comunicação que emergem em profusão na sociedade contemporânea.

A ênfase acerca da grave situação política e social geral e a referência deliberada ao Brasil, presentes no conjunto dos textos, merecem um esclarecimento adicional, pois não se trata de uma aplicação da teoria crítica da sociedade a problemas sociais contemporâneos, nem se trata de uma espécie de atualização da teoria; ao contrário, tal conjunto evidencia a boa prática científica ao conferir primazia ao objeto de estudo, tornando assim a teoria e sua base conceitual elementos essenciais para a compreensão e inteligibilidade do objeto em seu movimento histórico, tal como indica o deslocamento das propostas fascistas contra a democracia para nela fixar suas raízes. Além do que, esse entendimento sustenta a unicidade do diversificado agrupamento de objetos de estudos, teóricos e empíricos, os quais compõem esta importante reflexão sobre as formas da violência e de resistência a ela, visando, como tão bem sintetizado por Herbert Marcuse, estabelecer a pacificação da existência humana, no planeta.

OBJETO DA PSICOLOGIA SOCIAL ANALITICAMENTE ORIENTADA: MECANISMOS E DETERMINAÇÕES DA ADESÃO E RESISTÊNCIA À VIOLÊNCIA FASCISTA

Gil Gonçalves Junior

Durante a década de 1960, estando interessado em promover uma difusão mais ampla de sua obra, de modo a que mais pessoas a conhecessem e a compreendessem, Adorno proferiu palestras e participou de debates difundidos pela rádio de Hessen, sendo que, na maioria desses momentos, o interesse dele e, quando era o caso, de seus interlocutores, voltou-se para a educação contra a barbárie.

Ao iniciar uma dessas palestras, aquela em que trata do tema “Educação após Auschwitz”, Adorno assim se manifesta:

A exigência de que Auschwitz não se repita é a primeira de todas para a educação [...] Qualquer debate acerca de metas educacionais carece de significado e importância frente a essa meta: que Auschwitz não se repita [...] Fala-se da ameaça de uma regressão à barbárie. Mas não se trata de uma ameaça, pois Auschwitz *foi* a regressão (1995, p. 119, grifo na versão consultada).

Trata-se, portanto, de uma clara manifestação do compromisso do autor com a resistência, mediante o esclarecimento provido por uma educação a isso destinada, à possibilidade de ressurgimento da barbárie expressa por Auschwitz

– desde sempre símbolo dos horrores perpetrados pelo nazismo –, compromisso esse partilhado por autores da primeira geração da Escola de Frankfurt.

Na “Introdução” ao célebre estudo “La personalidade autoritária” (1965), do qual participaram vários desses autores, esse compromisso coletivo é assim expresso: “nenhuma tendência político-social encerra tão séria ameaça a nossas instituições e valores tradicionais como o fascismo [...] conhecer as forças da personalidade que favorecem sua aceitação pode ser útil na luta contra essa ideia” (p. 27, tradução nossa). No caso, esclarece Horkheimer no “Prólogo” dessa mesma obra, tal conhecimento, mais precisamente, resultaria em “possibilidades de combater o problema [isto é, a adesão a apelos irracionais] com métodos genuinamente educativos” (p. 20, tradução nossa).

Com efeito, parte considerável dos esforços intelectuais de Adorno e de outros autores da primeira geração da escola de Frankfurt foi impulsionada pelo intento de verificar se e como, nos termos de suas suposições, as tendências que favoreceram a emergência do nazismo continuavam latentes na estrutura e dinâmica sociais, bem como nas propensões psíquicas dos indivíduos, mesmo após a derrota desse regime político, pois entendiam essa tarefa como requisito para alcançar um conhecimento que contribua para a prática de uma educação contra a barbárie.

Nessa medida, quando não apenas, mas também e intensamente em nosso país, avulta-se a simpatia ao fascismo e se assiste a manifestações concretas da violência inerente a esse ideário, ou a ele correlatas, inclusive com a eleição de governantes que atuam em consonância com valores próprios desse mesmo ideário, não parece descabido recorrer às reflexões desse autor, tanto para entender o ressurgir de tais manifestações, quanto para subsidiar a necessária reflexão de como opor resistência a essa escalada da violência que ora assola expressivos contingentes da humanidade, mesmo transcorrido um longo tempo desde que as formulou.

Buscando elucidar a pertinência de se recorrer à obra de Adorno para refletir a respeito da necessária contraposição a essa escalada, de início, recorreu-se, com maior ênfase, à atenção por ele conferida à educação contra a barbárie, contudo, doravante, se tratará da psicologia social analiticamente orientada, por ele delineada no texto “Acerca de la relación entre sociología y psicología” (1986).

Optou-se por comentar essa contribuição de Adorno, pois tal como configurada por ele nesse texto, essa psicologia social contribui para desvelar aquilo que dificulta a emergência da consciência crítica nos indivíduos e, contrariamente, favorece a constrição deles à situação de heteronomia que favorece a adesão a

propostas conducentes à barbárie, tal como as expressas pelo fascismo. Ademais, como essa psicologia social, no entender do autor, deve necessariamente se articular à teoria da sociedade, então, suas descobertas referem-se, simultaneamente, às já citadas tendências latentes na sociedade e às propensões presentes no psiquismo dos indivíduos.

Ainda como motivo para essa opção, acresça-se que, assim como o possível estado de latência do fascismo, seja na concretude social, seja no psiquismo dos indivíduos, um indicativo da probabilidade de seu ressurgimento, foi o que impulsionou os autores do estudo “La personalidad autoritaria” (1965) a realizá-lo, assim também, registra Adorno: “Ante o fascismo considerou-se necessário completar a teoria da sociedade com a psicologia social, sobretudo a psicologia social analiticamente orientada” (Adorno, 1986, p. 36, tradução nossa). Portanto, reponha-se, são duas proposições coerentes com o compromisso de seus autores em relação às vítimas do fascismo, além de que, permeadas pelo intuito de prover conhecimentos que favoreçam resistir à violência inerente a esse ideário.

. . .

A necessária complementaridade entre a teoria social e a psicologia social analiticamente orientada, indicada por Adorno no excerto anteriormente transcrito, traduz o entendimento dele de que tanto a psicologia quanto a sociologia, decorrentes que são da divisão social do trabalho que alcançou o fazer científico, mostram-se insuficientes para, isoladamente, explicar os motivos da adesão dos indivíduos a uma ordem social entendida como irracional e, portanto, a eles desfavorável, pois regida pela *ratio* resultante do percurso do esclarecimento que, tentando escapar ao mito, findou por nele recair, configurando assim, a irracionalidade objetiva, como bem o evidenciam Horkheimer e Adorno na obra “Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos” (1997).

Em poucas palavras, os limites explicativos da Sociologia adviriam da determinação social da racionalidade e da irracionalidade, bem como da atribuição desta exclusivamente ao indivíduo, algo que impede esse campo do saber de ter acesso à irracionalidade presente no próprio ordenamento social – a irracionalidade objetiva –, devidamente explicitada pelo autor e Horkheimer na obra acima citada. A Psicologia, por seu turno, restrita que está à dimensão monadológica do indivíduo, fica impedida de desvendar a influência decisiva que a irracionalidade objetiva – presente na sociedade – exerce na determinação da irracionalidade individual – a subjetiva.

Já a unificação desses dois campos do saber, solução que, num primeiro momento, poderia se apresentar como apropriada para superar a dificuldade apontada, no entender do autor, não é passível de ocorrer, pois, ainda em decorrência da irracionalidade objetiva, indivíduo e sociedade encontram-se cindidos entre si. “Os seres humanos não conseguem reconhecer-se a si mesmos na sociedade, e esta tampouco neles, pois se encontram alienados entre si frente ao todo” (1986, p. 38, tradução nossa), são os termos com que o autor aponta essa cisão que obsta aquela unificação que se afiguraria como apropriada. Por isso mesmo, no já citado texto “Acerca de la relación entre sociología y psicología” (1986), Adorno, dentre outras análises e reflexões, dedicou-se a delinear a psicologia social analiticamente orientada, apresentando uma configuração que, justamente por não ignorá-la, não hipostasiou essa cisão.

Nessa configuração, a necessária complementaridade entre Sociologia e Psicologia, apontada por Adorno, consiste em esta última articular suas elaborações com a teoria da sociedade, pois mesmo sendo o indivíduo socialmente mediado, o conhecimento provido pela psicologia restringe-se à esfera deste e não à da sociedade.

Sendo essa especificidade do conhecimento da Psicologia, como já antecipado, resultado da cisão entre indivíduo e sociedade, essa psicologia social tem necessariamente de considerá-la, até porque dela resulta o aprofundamento da cisão sujeito-objeto que, por sua vez, intervém tanto no fazer científico, quanto na constituição psíquica do indivíduo que adere à irracionalidade.

O modo como Adorno a nomeia já permite antever que a psicologia social por ele configurada deva adotar uma orientação analítica, pois mesmo sendo alvo de ressalvas do próprio Adorno e de outros teóricos críticos, que a submeteram a análises exaustivas e rigorosas, a conclusão alcançada é a de que apenas a psicanálise dedica-se a estabelecer nexos entre as irracionalidades objetiva e subjetiva. Nas palavras dele: “a psicologia analítica [é] – a única que investiga seriamente as condições objetivas da irracionalidade subjetiva” (Adorno, 1986, p. 36, tradução nossa).

O ego, instância psíquica na qual se entrelaçam as tensões entre o mundo externo e as instâncias psíquicas antagônicas entre si – id e superego –, ao longo da história, tem sido o destinatário das manobras destinadas à constituição do indivíduo necessário à ordem social vigente. Por conseguinte, entende Adorno, o objeto da psicologia social analiticamente orientada deve ser exatamente essa instância: o ego.

Quanto ao enfoque a ser adotado, Adorno indica que essa psicologia social deve inverter aquele usualmente seguido nas demais propostas teóricas desse campo do saber e, assim, dispender esforços para prover a compreensão de como o social penetra o psiquismo humano, determinando a sua constituição, ao invés de estudar o indivíduo em sociedade.

Por fim, como no entender de Adorno, “Toda imagem de ser humano, com exceção da negativa, é ideologia” (1986, p. 59, tradução nossa), sua indicação, de modo coerente com esse entendimento, é que a psicologia social analiticamente orientada deva adotar um caráter negativo, o que significa dedicar-se a elucidar o que impede a emergência da consciência crítica e, exatamente por isso, dificulta a autonomia dos indivíduos, favorecendo a adesão destes àquilo que é danoso aos seus interesses, como o é, por certo, a simpatia ao fascismo que ora se dissemina na sociedade.

Apresentados sucintamente os elementos que, nos termos das ponderações de Adorno no texto anteriormente citado, configuram a psicologia social analiticamente orientada, afigura-se como recomendável apresentar e comentar, doravante, as reflexões que levaram o autor a os definir como tais e, extensivamente, ampliar e aprofundar a compreensão desse modo de produzir conhecimentos na área de psicologia social, notadamente no que se refere à cisão indivíduo sociedade e seus desdobramentos para a relação entre Sociologia Psicologia, bem como à primazia conferida por ele ao objeto, elucidativa do fato de ter ele apontado o ego como objeto dessa psicologia social.

...

Para tanto, inicialmente, convém explicitar que a afirmação, feita por Adorno, de que a psicologia social analiticamente orientada deve articular suas formulações com uma teoria da sociedade, não é nem pode ser entendida como a unificação dessas duas ciências, visto que isso está impedido pela cisão indivíduo sociedade. Tampouco, acresça-se, deve ser confundida com a interdisciplinaridade, porquanto seria inadequado promover, no âmbito do saber que busca desvelar a realidade, a conciliação daquilo que, nessa mesma realidade, está de fato cindido: “Nenhuma síntese científica futura pode conciliar o que está cindido em princípio” (Adorno, 1986, p. 43, tradução nossa), são os termos com os quais o autor registra essa impossibilidade.

A divisão social do trabalho, resultante do percurso do esclarecimento e que alcançou o fazer científico, é algo objetivo e define a configuração do mundo e da vida das pessoas, por conseguinte, seria ideológica a ciência que ignorasse essa configuração, assim como ideológica seria aquela que a definisse como natural e definitiva. O fato da divisão entre psicologia e sociologia, mencionada pelo autor, ser falsa e verdadeira ao mesmo tempo, é por ele comentado mais de uma vez no texto em questão, sempre com a ressalva de que, apesar de cada uma delas estudar fenômenos de natureza diferente, ante o caráter social do indivíduo, ambas são necessárias, pois uma desvela os limites e as contradições da outra, sendo estes, ademais, igualmente elementos da realidade.

Com o fito de elucidar o caráter simultaneamente falso e verdadeiro da separação entre psicologia e sociologia, parece oportuno recorrer às próprias palavras do autor, quando ele afirma que:

A separação entre sociedade e psique é falsa consciência, pois eterniza categorialmente a cisão entre o sujeito vivente e a objetividade que governa os sujeitos, conquanto provenha deles. Não se pode, porém, retirar a base dessa falsa consciência por decreto metodológico [acrescendo a seguir que] A falsa consciência tem, ao mesmo tempo, razão: a vida interior e a exterior estão desgarradas entre si [ou seja,] O que a ciência da divisão social do trabalho projeta sobre o mundo, reflete somente o que se consumou neste (Adorno, 1986, p. 38-39, tradução nossa).

Portanto, a falsa consciência, que perpetua a cisão entre indivíduo e sociedade, tem o seu momento de verdade exatamente ao explicitar essa mesma cisão, e a divisão entre psicologia e sociologia, que pode ser apontada como falsa por contribuir para essa perpetuação, é também verdadeira, pois se refere a algo que, de fato, está presente na realidade, ou seja, para evitar o risco de cair na mera ideologia, retomando as palavras do autor, não se pode ‘retirar por decreto metodológico’, a base em que essa cisão está assente.

Ainda quanto à divisão entre esses dois campos do saber, o autor, nos termos da tese marxista, comenta que, como a superestrutura – “na qual durante a supremacia da economia há de se incluir toda da esfera psicológica” – se transforma num ritmo mais lento que o da infraestrutura, então, “Na medida em que a divisão do trabalho científico se ajusta a essa divergência real, é legítima” (Adorno, 1986, p. 78-9, tradução nossa). Assim, parece adequado, a modo de conclusão das considerações antecedentes, transcrever o excerto a seguir:

A separação entre sociologia e psicologia é desacertada e correta ao mesmo tempo. Desacertada ao endossar a renúncia ao conhecimento da totalidade que, todavia, determina a separação; correta, no entanto, pois faz constar a ruptura realmente consumada de forma mais ir-reconciliável que a prematura união conceitual (Adorno, 1986, p. 50, tradução nossa).

Já nas considerações iniciais do texto em questão, Adorno apresenta elementos que denotam ser apropriado à psicologia social analiticamente orientada valer-se da teoria da sociedade para produzir conhecimento. Isso por que, como afirma ele: “a quem se esforça para compreender custa-lhe muito contentar-se com o decisivo, com a demonstração das condições objetivas dos movimentos de massa e não sucumbir à sugestão de que já não mais vigoram leis objetivas” acrescentando a seguir não ser suficiente indicar a manipulação da opinião pública pelos meios de comunicação de massa como a única causa desse quadro, uma vez que “as massas não se deixariam enganar por uma propaganda torpe, capciosa e falsa se algo nelas não acolhesse os chamados ao sacrifício e à vida perigosa” (1986, p. 36, tradução nossa).

A irracionalidade que caracteriza os movimentos de massa, conclui-se dessas afirmações do autor, é algo objetivo, porquanto inerente a um ordenamento social regido por uma razão permeada pela irracionalidade, mas, a sua realização e permanência não prescindem da adesão das pessoas que vivem nessa ordem, a qual, por sua vez, não pode ser explicada unicamente por essa mesma razão paradoxal, mas também por motivos presentes no psiquismo dessas pessoas que, assim, não podem ser esclarecidos apenas pela irracionalidade presente na ordem social, não obstante essas pessoas serem socialmente mediadas. Daí a proposta de uma articulação que explicita as tensões entre a irracionalidade objetiva – presente na ordem social e a irracionalidade subjetiva – presente no psiquismo dos indivíduos que vivem nessa ordem.

Com a finalidade de, mais uma vez, ressaltar que a proposta de articulação entre psicologia social e teoria da sociedade feita por Adorno não deve ser confundida com unificação ou interdisciplinaridade, convém ressaltar que, não obstante o expresso reconhecimento da necessidade de tal proceder, conforme o já antes enunciado em outros momentos desse mesmo texto (1986), o autor ressalva que os fenômenos estudados por essas duas disciplinas são diferentes entre si, pois, reitera-se, mesmo sendo socialmente mediado, o indivíduo, inclusive em razão da tese marxista já citada, não reproduz de maneira imediata, em seu psiquismo, a sociedade em que vive – “A ‘psicodinâmica’ é a reprodução de conflitos sociais no indivíduo, mas não de maneira que copie, sem mais, as

tensões sociais atuais” (Adorno, 1986, p. 48, tradução nossa) – afirma o autor a esse respeito.

Inclusive, para Adorno, em decorrência do crescimento dos antagonismos sociais e do conseqüente crescimento da impotência dos indivíduos, os quais o levam a afirmar que “O mundo pré-burguês ainda não conhecia a psicologia e o totalmente socializado já não a conhece” (Adorno, 1986, p. 74, tradução nossa), cabe às ciências que estudam a sociedade – economia e sociologia – explicar até mesmo o agir isolado do indivíduo, porquanto, estando integrado aos processos e às tendências sociais, esse agir traduz a *ratio* que rege a sociedade e, dessa maneira, está inserido na esfera do social. Nessa medida, à psicologia, de acordo com esse entendimento dele, caberia explicar os comportamentos irracionais tanto dos indivíduos isoladamente quanto, especialmente, dos grupos, sendo que, de acordo com o autor, “Tal é o caso, por certo, dos movimentos de massa contemporâneos como dos passados” (Adorno, 1986, p. 77, tradução nossa).

Assim, enfatize-se, nos termos dessa conclusão do autor, caberia à psicologia social analiticamente orientada estudar a irracionalidade que permeia os movimentos de massa, ou seja, algo da esfera dos indivíduos, devendo-se o apelo à sociologia ao fato de o indivíduo integrar, como não poderia deixar de ser, “a universalidade das relações sociais que formam de antemão todos os objetos e, por certo, a consciência de todos os objetos” (Adorno, 1978, p. 121), e assim, por conseguinte, “a teoria da sociedade é necessária para que as próprias descobertas científicas sejam dignas de confiança” (Adorno, 1978, p. 125). Contudo, tal proceder – que, já foi mais de uma vez aqui afirmado, não é unificação ou interdisciplinaridade – não deve resultar na subsunção de um saber pelo outro, como claramente o adverte o autor ao se referir “uma psicologia que penetre o núcleo social da psicologia, sem mesclar-lhe um forte suplemento de conceitos sociológicos” (Adorno, 1986, p. 83, tradução nossa).

. . .

Na antecedente apresentação da psicologia social delineada por Adorno, ao serem citados e comentados os elementos que a configuram e as necessárias ênfases, tendo se focado mais detidamente um desses elementos – a complementaridade entre as duas áreas do saber –, o ego sempre esteve presente com maior ou menor ênfase e de modo mais ou menos evidente, ou seja, conferiu-se primazia ao objeto.

Essa noção – a de primazia do objeto –, que perpassa vários momentos da obra do autor, constitui-se em importante componente de seu pensamento e, por isso mesmo, mereceria uma atenção que fizesse jus a essa importância. Não obstante, os objetivos e limites deste trabalho impõem que ora se comente a respeito dessa noção apenas aquilo que permita mais bem apontar e fundamentar os desdobramentos conceituais e metodológicos derivados dessa primazia, pois estes, como parece apropriado afirmar, apresentam-se na análise da obra de Freud feita por Adorno, seja quanto à ênfase no ego, seja quanto ao procedimento adotado. Mesmo que abreviados – registre-se – esses comentários conferem retroativamente maior consistência a conteúdos antecedentes.

No texto intitulado “Sujeito e objeto” (1995), há uma passagem em que Adorno faz a seguinte afirmação: “O objeto está tão longe de ser um resíduo desprovido de sujeito quanto de ser algo posto pelo sujeito. Ambas as determinações mutuamente hostis estão adaptadas uma à outra” (p. 193), afirmação essa que pode ser tomada como passo inicial em direção ao entendimento sucinto daquilo a que o autor se refere como primazia do objeto. Com efeito, essa afirmação sugere que, embora não sendo meramente posto pelo sujeito, o objeto contém resíduos a ele adicionados pelo sujeito e, estando ambos adaptados, conquanto ao mesmo tempo guardem uma relação de hostilidade entre si, o sujeito, ao adicionar tais resíduos ao objeto – isto é, modificá-lo –, também se modifica e, assim, incorpora um momento de objeto. Portanto, considerada a primazia do objeto, o próprio sujeito assume a condição de objeto, como o certifica de modo mais explícito e detalhado o próprio autor ao asseverar que “a primazia do objeto significa que o sujeito é, por sua vez, objeto em um sentido qualitativamente distinto e mais radical que o objeto, porque ele, não podendo afinal ser conhecido senão pela consciência, é também sujeito” (Adorno, 1995, p. 187-8).

Afirmar e considerar a primazia do objeto ao produzir conhecimento, também demanda adotar um entendimento da relação sujeito objeto diferente daquela própria do fazer científico regido pela lógica formal, o qual, no dizer do autor, adota um “proceder manipulativo, subjetivamente organizado” (1995, p. 193). E, contrapondo-se a esse raciocínio, que expressa o esclarecimento convertido em positivismo e intervém no modo como os sujeitos pensam o mundo e suas próprias vidas, Adorno atém-se à ideia de experiência, que resulta de uma entrega sem reservas do sujeito ao objeto – à primazia do objeto, portanto –, como fonte de um conhecimento digno desse nome, assim como de uma consciência autêntica, elementos que, ainda de acordo com esse mesmo entendimento, se pressupõem e se interpenetram.

O que engendra o conteúdo objetivo da experiência não é o método da generalização comparativa, senão a dissolução que impede essa experiência, enquanto não livre, de entregar-se ao objeto sem reservas e, como disse Hegel, com a liberdade que distende o sujeito cognoscente até que se perca no objeto, ao qual é aparentado em virtude do seu próprio ser-objeto. [afirma o autor a esse respeito, concluindo que] A posição-chave do sujeito no conhecimento é experiência, não forma (1995, p. 194).

A crítica do autor à lógica formal permite antever que, uma vez adotada a primazia do objeto, não se pode, de maneira irrefletida e imediata, utilizar os métodos próprios dessa lógica que, fundada “na racionalidade do sempre-igual”, finda por obscurecer ainda mais aquilo que, por si só, expressa a indigência do objeto e do sujeito, ao invés de contribuir para a denúncia dessa situação. Mas, entende ele, tampouco se deve, também de maneira irrefletida e imediata, renunciar ao uso desses mesmos métodos, pois como os mesmos expressam cisões e impedimentos objetivos, então, não deixam de ser adequados para estudar os objetos afetos a tais cisões e impedimentos.

Em consonância com esse entendimento e considerando a heteronomia do indivíduo, que resulta da padronização da vida na sociedade administrada, o autor conclui que “os métodos padronizados e, em certo sentido, desindividualizados, tanto constituem uma expressão da situação concreta como um instrumento adequado para a descrever e entender” (Adorno, 1978, p. 125). Os próprios procedimentos metodológicos, por conseguinte, encontram-se afetos a condicionantes históricos, como bem o evidencia o autor quando afirma: “os objetos são frequentemente impostos à investigação pelos métodos que se dispõe, no momento, em vez de ajustar os métodos aos próprios objetos” (Adorno, 1978, p. 124); ou seja, o estágio de desenvolvimento dos métodos e técnicas de investigação é algo objetivo, não passível de ser ignorado e, conseqüentemente, o investigador se vê compelido a utilizá-los, porém, tal utilização não prescinde de uma postura crítica, a ser expressa tanto na adequação desses métodos e técnicas ao objeto, quanto, evidentemente, num possível esforço para superá-los.

A necessidade, apontada por Adorno, de a psicologia social analiticamente orientada recorrer à teoria da sociedade, com base em uma relação em que uma aponte e eventualmente contribua para superar os limites da outra, mas sem que isso resulte na unificação de ambas ou a subsunção de uma pela outra, parece expressar exatamente esse procedimento de recorrer àquilo de que se dispõe, no âmbito do fazer científico em um determinado momento, mas adotando uma postura crítica e buscando superá-lo. Seria, pois, uma postura na qual está implí-

cito o reconhecimento da divisão do objeto na realidade e, concomitantemente, expressa a disposição de não hipostasiá-la, algo coerente com a primazia do objeto, que expressa de modo localizado aquilo que é difuso pensamento de Adorno.

Dando sequência aos desdobramentos da primazia conferida ao objeto no fazer científico, acresça-se que o momento de objeto conferido ao sujeito por essa primazia, advindo de um movimento mediante o qual ambos, de alguma maneira, se afirmam e se negam mutuamente, indica não ser a relação entre esses dois elementos natural e invariável, mas sujeita a alterações, devendo assim ser entendida como histórica e, portanto, também social. “Nessa medida, o objeto é, de fato, como ensinava o neokantismo, ‘inesgotavelmente proposto’” (Adorno, 1995, p. 193), conclui o autor, corroborando esse entendimento que, por sua vez, remete à necessidade, por ele apontada, de considerar a teoria da sociedade no estudo que a psicologia social analiticamente orientada deve fazer do sujeito, porquanto, “A objetividade só pode ser descoberta por meio de uma reflexão sobre cada nível da história e do conhecimento, assim como sobre aquilo que a cada vez se considera como sujeito e objeto, bem como sobre as mediações” (Adorno, 1995, p. 193). Sujeito e objeto, portanto, não se definem desgarrados de um determinado momento histórico, de um contexto social específico.

Conferir primazia do objeto, por fim, não dispensa a crítica a esse mesmo objeto, até porque, considerando os princípios da teoria crítica, primazia do objeto, necessariamente, é também crítica do objeto. Assim, a crítica antes feita ao método científico, por conseguinte, não invalida a crítica ao objeto. A propósito, em artigo no qual trata da presença da psicologia social na obra de Adorno, Crochik pontua que: “A psicologia, neste sentido, é uma disciplina proposta visando à compreensão e ao mesmo tempo à superação do objeto que estuda” (1996, p. 44), por certo, considerando-se o que se vem discutindo, uma superação resultante da crítica a esse mesmo objeto.

Assim, a seguir, cabe tratar da exaustiva e extensa análise que Adorno, justamente porque confere primazia ao objeto, faz à maneira como o ego é apresentado e caracterizado na teoria freudiana, instância essa, ressalte-se, apontada por ele próprio como o objeto da psicologia social analiticamente orientada.

. . .

Para tanto, convém destacar, de início, que em mais de um momento do texto que é a principal fonte de consulta para a elaboração das considerações contidas neste texto, Adorno, contrapondo criticamente elementos históricos e as formulações teóricas de Freud, enuncia a fragilidade do ego, indicando ser essa fragilidade não apenas uma deficiência teórica, mas também e em larga medida uma consequência da miséria vital a que estão submetidos os indivíduos que se constituem como tais em uma sociedade permeada pela irracionalidade objetiva e que, portanto, quedam impotentes ante a manipulação da opinião pública procedida pelos meios de comunicação, porquanto dotados de um ego fragilizado.

Contudo, não parece suficiente, sob o risco de uma excessiva e inócua generalidade, afirmar essa configuração do ego como o motivo da adesão dos indivíduos a interesses contrários à sua própria autoconservação, algo que, registre-se, o autor não fez. Contrariamente, o que se afigura como adequado, caso se pretenda um conhecimento que transcenda a ‘racionalidade do sempre-igual’, é desvelar como essa fragilidade se produz na relação indivíduo sociedade, e como se configura e se manifesta nesse mesmo indivíduo.

Para tanto, parece de bom alvitre reportar-se à contraposição feita pelo autor entre o mecanismo de racionalização e a ideologia, pois como ambas têm um forte componente de falsidade, sendo esta referente ao contexto da sociedade, portanto, objetiva, e aquela referente à constituição psíquica do indivíduo, portanto, subjetiva, tal contraposição resulta, como será evidenciado, em desdobramentos que favorecem compreender a produção social e a configuração e manifestação nos indivíduos daquela fragilidade.

“A racionalização privada, o autoengano do espírito subjetivo, não é o mesmo que a ideologia, a falsidade do espírito objetivo” (Adorno, 1986, p. 56, tradução nossa), são termos com que o autor ressalta que uma não é a outra, reiterando assim seu entendimento de que a sociedade e o psiquismo não são a mesma coisa, ou ainda, por extensão, que a falsidade subjetiva não é exatamente a falsidade objetiva, porquanto a sociedade; reponha-se, não penetra incólume o psiquismo do indivíduo.

Esse entendimento, todavia, não impede o autor de constatar que “Sem embargo, os mecanismos de defesa do indivíduo buscarão continuamente reforços nos da sociedade, já estabelecidos e múltiplas vezes reforçados” (Adorno, 1986, p. 56, tradução nossa), ou seja, o objetivamente verdadeiro reforça o subjetivamente falso que, nessa condição, denuncia a falsidade oculta nessa verdade objetiva, e essa falsidade, por seu turno, confere um conteúdo de verdade ao subjetivamente falso.

Para o autor, o espantoso em relação à irracionalidade objetiva é o fato dos indivíduos não resistirem a ela, embora ele mesmo reconheça que eles vivem num mundo regido por essa e não outra *ratio* e, assim, autoconservação deles inclui a tarefa de se adaptar a esse mundo. A racionalização, por conseguinte, arvora-se em elemento dessa adaptação e, mediante esse mecanismo, o social, mesmo não sendo imediatamente o psíquico, insista-se, impõe neste as suas marcas: “As racionalizações são as cicatrizes da *ratio* no estado da irracionalidade” (Adorno, 1986, p. 57, tradução nossa).

O fato da racionalização, um mecanismo do ego, expressar essa relação dialética entre o social e o psíquico, respectivamente objetos da sociologia e da psicologia, indica mais cabalmente o acerto de tomar essa instância como objeto da psicologia social analiticamente orientada, assim como a necessidade desta em se articular com uma teoria da sociedade. Não obstante, resta ainda explicitar a fragilidade do ego que, como demonstra Adorno, é inerente à natureza e às funções atribuídas pelo próprio Freud a essa instância, fragilidade essa que facilita a imposição das marcas do social diretamente no inconsciente, resultando em uma configuração que a reforça e amplia.

A característica dialética que o autor vislumbra no mecanismo da racionalização parece advir justamente da natureza dialética por ele atribuída ao ego. “O conceito do ego é dialético, psíquico e não psíquico, um fragmento de libido e representante do mundo” (Adorno, 1986, p. 62, tradução nossa), afirma o autor em uma de suas objeções a Freud que, por não se ocupar dessa dialética, impediu-se de identificar contradições que esgarçam a unidade por ele pretendida para o seu sistema.

Prosseguindo em sua análise, Adorno constata que a característica racional atribuída ao ego não basta para essa instância cumprir as funções que, justamente por essa característica, lhe foram designadas pelo próprio Freud, pois em consonância com a irracionalidade que identifica na concretude social, ele conclui que, para tanto, o ego é compelido a assumir uma dimensão irracional, conforme o excerto a seguir transcrito:

Ele [o ego] tem de converter-se em inconsciente, em parte da dinâmica pulsional sobre a qual, entretanto, deve elevar-se. No interesse da autoconservação o ego tem, ao mesmo tempo, de deter continuamente o rendimento cognitivo que é realizado por ele mesmo no interesse da autoconservação, negar-se a autoconsciência. (Adorno, 1986, p. 63, tradução nossa).

Considerando, nos termos das reflexões do autor, que a concretude social encontra-se permeada pela irracionalidade, adaptar-se a essa realidade em nome da conservação, de fato, demanda ao ego negar-se como autoconsciência e, assim, incorporar uma porção inconsciente, o que, mais uma vez, evidencia ser a fragilidade do ego apontada por Adorno, em grande medida, corolário da miséria existencial imposta aos indivíduos por essa realidade ao invés de tão somente expressar contradições da teoria freudiana.

Dando sequência à reflexão a respeito do que determina a fragilidade do ego, retome-se que a natureza dialética do ego apontada por Adorno deve-se a essa instância psíquica ser, simultaneamente, portadora da realidade e das necessidades libidinais, o que a caracteriza, também simultaneamente, como a sua negação, como não ego. Nas palavras do autor, “[o ego] está predisposto por sua própria estrutura a um duplo papel” (Adorno, 1986, p. 63, tradução nossa); mais ainda, a circunstância de ser portador, ao mesmo tempo, daquilo que o afirma e daquilo que o nega, já por si só dificultosa para o ego, repita-se, faz-se ainda mais extremada ante a irracionalidade objetiva e, assim, essa instância psíquica “Não dispõe, de modo algum, daquela solidez e segurança com que se faz alarde ante o ego” (Adorno, 1986, p. 63, tradução nossa). Mais uma vez e em outros termos, pois, evidencia-se a fragilidade do ego, seja em relação à sua natureza, seja em relação a contingências históricas.

Assim fragilizado, pode-se entrever, o ego nem sempre alcançará o intento de prover o que lhe é próprio: a diferenciação. Nessa medida, amiúde se verá compelido a movimentos de regressão libidinal, “Ou pelo menos fundirá suas funções conscientes com as inconscientes” (1986, p. 63, tradução nossa). Portanto, o desmesurado poder que a sociedade exerce sobre os indivíduos, decorrente da irracionalidade objetiva que resultou da recaída do esclarecimento no mito, impõe suas marcas até mesmo no inconsciente desses mesmos indivíduos, uma vez que, “O ego que se retira ao inconsciente não desaparece sem mais, se não que conserva algumas das qualidades que adquiriu como agente social. Porém, as submete ao primado do inconsciente” (Adorno, 1986, p. 63, tradução nossa).

O ego que, mediante um movimento regressivo, fundiu suas funções conscientes e inconscientes, imprimindo nestas últimas as marcas da impotência a que a sociedade submete o indivíduo, é um ego que teve sua dimensão inconsciente ampliada – “que se retira ao inconsciente” – e, em alguma medida, renunciou à autoconsciência que lhe permitiria prover a diferenciação garantidora da singularidade e da autonomia do indivíduo. E, nos termos da teoria freudiana, a renúncia à consciência é o narcisismo: “A figura da energia pulsional,

que sustenta o ego, segundo o tipo anaclítico freudiano – quando procede ao mais alto sacrifício, o da consciência, é o narcisismo”, afirma Adorno quanto a isso, acrescentando, de modo a corroborar essa sua assertiva com uma atualização histórica que, “Nesse sentido, assinalam com irresistível força probatória todos os resultados da psicologia social sobre as regressões atualmente predominantes, nas quais o ego é negado e endurecido de maneira falsa e irracional” (Adorno, 1986, p. 64, tradução nossa).

Sendo a irracionalidade que rege a sociedade demasiado evidente e, assim, bastante próxima da consciência, a adesão dos indivíduos demanda um ego regredido a estágios que o tornam grandemente inconsciente e irracional, portanto, funcionando basicamente de acordo com o mecanismo do narcisismo. A sociedade resultante do percurso do esclarecimento, que mediante um sistema unificador, eliminou ou subordinou gradativamente as instâncias intermediadoras entre a sua totalidade e os indivíduos, pelo recurso ao enfraquecimento regressivo do ego, também transpôs as intermediações internas desses indivíduos, capacitando-se a impor as marcas da irracionalidade que a permeia de modo quase incólume no inconsciente dos mesmos: “a tendência objetiva da sociedade liga-se, sem fissuras, à involução subjetiva. Parodisticamente, a história universal produz outra vez os tipos de homens de que necessita” (Adorno, 1995, p. 218).

A submissão do ego à irracionalidade subjetiva, que o faz sensível aos apelos da irracionalidade objetiva, é reiterada pela seguinte afirmação do autor: “No narcisismo, ao menos aparentemente, está preservada a função autoconservadora do ego, porém ao mesmo tempo está cindida da função da consciência e entregue à irracionalidade” (Adorno, 1986, p. 64, tradução nossa). Em decorrência dessa debilidade na constituição psíquica dos indivíduos, a adesão deles a uma ordem social irracional, com a finalidade de garantir a própria autoconservação, não ocorre – nos termos daquilo que Adorno discute no texto “Educação – para quê?” (1995) – quando a resistência a essa mesma ordem passa a ameaçar essa mesma autoconservação, senão que, em razão da ausência de instâncias de fato capazes de prover algum tipo de intermediação entre a totalidade social e o inconsciente: é uma adesão que se aproxima de um ato reflexo.

Ao afirmar que “Oportunos são aqueles tipos que não tem ego nem atuam de maneira propriamente inconsciente, mas que reproduzem o traço objetivo de maneira reflexa” (1986, p. 74, tradução nossa), Adorno expressa com clareza essa adesão impulsionada por um ato reflexo e, talvez por isso mesmo faça a intrigante afirmação de que “Então a ‘psicologia social’, ao contrário do que se quer hoje, não seria essencialmente psicologia do ego, mas psicologia da libido”

(1986, p. 64, tradução nossa), na qual, a ressalva ao termo psicologia social, indicada pela aposição do mesmo entre aspas, parece indicar que o autor se refere àquelas propostas de psicologia social que buscam entender o comportamento do indivíduo em sociedade, caso em que, de fato, seu objeto deveria ser a libido, em razão do caráter reflexo desses comportamentos.

A negação do objeto da ‘psicologia social’, neste caso, não pode, portanto, ser entendida como uma negação do ego, condição fundamental à constituição do indivíduo, mas sim, como uma clara afirmação desse mesmo ego, tanto quanto do indivíduo, do qual esse ego é elemento constitutivo fundamental, como objeto da psicologia social delineada por Adorno, inclusive porque essa é a instância para a qual deve se dirigir a educação contra a barbárie.

Porém, se a irracionalidade representada por esse tipo de adesão, até este ponto analisada como uma prerrogativa do indivíduo singular, também caracteriza os movimentos de massa passados e presentes, como afirma Adorno, então, essa mesma adesão assume uma dimensão coletiva. Inclusive, de acordo com entendimento do autor expresso anteriormente, à psicologia social analiticamente orientada caberia ocupar-se, principalmente, da irracionalidade que caracteriza os movimentos de massa. Assim, quando Adorno conclui a ocorrência de uma versão coletivista do narcisismo, esse se afigura como um raciocínio que a ele se impôs com irrefutável, embora seja necessário ressaltar que, provavelmente, tal juízo também decorra de estudos anteriores realizados pelo autor, ou dos quais ele participou em parceria com outros estudiosos.

A referência de narcisismo coletivo aparece em mais de um momento da obra de Adorno, contudo, em consonância com aquilo que ora se discute, para melhor especificá-la, afigura-se como apropriado apresentar e discutir a passagem em que ele comenta como se comportam os indivíduos que agem com base em atos reflexos. “Praticam em conjunto um ritual absurdo, seguem o ritmo compulsivo da repetição, empobrecem afetivamente: com a destruição do ego aumentam o narcisismo e seus derivados coletivistas” (Adorno, 1986, p. 74, tradução nossa). Esse derivado coletivista do narcisismo que traduz o funcionamento do ego enfraquecido – o narcisismo coletivo, não é menos importante e tampouco, coerentemente com o pensamento do autor, menos sujeito a contradições que o mecanismo individual no qual se assenta, como será a seguir evidenciado, com base na transcrição do seguinte excerto do texto “Teoria de la seudocultura” (1971a):

O narcisismo coletivo resulta em que as pessoas compensam a consciência de sua impotência social – impotência que penetra até suas constelações instintivas individuais – e, ao mesmo tempo, a sensação de

culpa devida a que não são nem fazem o que em seu próprio conceito deveriam ser e fazer, tendo-se a si mesmos – realmente ou apenas na imaginação – por membros de um ser mais elevado e amplo, ao qual conferem os atributos de tudo o que lhes falta e do qual recebem de volta, sigilosamente, algo assim como uma participação naquelas qualidades (p. 259, tradução nossa).

O trecho acima transcrito, por bastante elucidativo quanto aos vínculos do narcisismo coletivo com as marcas impostas pela ordem social no inconsciente, e quanto à demonstração de que, em decorrência disso, esse mecanismo é reforçado pela sociedade que o elege como condição para a constituição do indivíduo de que necessita, bem como por reiterar o que foi anteriormente discutido quanto a esse mesmo mecanismo, parece dispensar maiores comentários, permitindo que se passe à análise do caráter paradoxal desse mecanismo.

No texto “Opinión, Locura, Sociedad” (1971b), o autor, ao analisar as distinções e indistinções entre opinião emocional ou absurda e opinião racional ou sã, afirma que “A forma característica da opinião absurda, hoje, é o nacionalismo”, porquanto, diante da abrangência planetária da atuação do capital que, ao reduzir tudo e todos ao valor de troca, homogeneiza-os, esse sentimento “perdeu, ao menos nos países desenvolvidos, todo fundamento e os fatos, havendo se convertido completamente em uma ideologia, como na realidade sempre o foi” (Adorno, p. 153, tradução nossa).

Como ideologia, pois, o nacionalismo aciona e confirma aquela dinâmica entre indivíduo e sociedade cujo resultado é o enfraquecimento do ego que, nessas condições, adota o narcisismo como seu principal mecanismo de funcionamento, não sendo difícil concluir que, por coletivamente partilhado, esse sentimento configura-se na versão coletiva desse narcisismo, como, a propósito, é possível concluir pela comparação do excerto do texto “Teoria de la Seudocultura” acima transcrito, com a afirmação do autor aposta em momento posterior do texto ora em discussão: “Como sucedâneo [do narcisismo coletivo], o nacionalismo lhes devolve, como indivíduos, parte do próprio respeito que a coletividade lhes subtrai e cuja recuperação esperam dela, ao identificar-se ilusoriamente com a mesma” (Adorno, 1971a, p.154, tradução nossa).

Mas, se o nacionalismo, como se pôde verificar, é uma versão do narcisismo coletivo que favorece a submissão dos indivíduos aos ditames da ideologia, quando no texto “O significa elaborar o passado” (1995), comenta o caráter ao mesmo tempo ultrapassado e atual desse sentimento, o autor desvela a dimensão paradoxal dele. O nacionalismo seria ultrapassado em decorrência da perda de substância histórica do estado nacional soberano, por conta dos já citados moti-

vos econômicos, os quais, na época em que o texto foi escrito, convém registrar, haviam determinado a organização do mundo em dois blocos opostos entre si, mas mantido coeso pela ameaça recíproca entre ambos, concretamente expressa em armamentos tecnicamente sofisticados, cuja produção, acresça-se, movimentava esses mesmos interesses econômicos. Entretanto, a obsolescência histórica desse sentimento não impede o autor de constatar que:

o nacionalismo é atual na medida em que somente a ideia transmitida e psicologicamente enriquecida de nação, que permanece sendo a expressão de uma comunidade de interesses na economia internacional, tem força para mobilizar centenas de milhões de pessoas para objetivos que não são imediatamente os seus (Adorno, p. 42).

A adesão dos indivíduos a interesses que não imediatamente os seus, sem dúvida, traduz a irracionalidade dos movimentos de massa constatada pelo autor, contudo, também parece possível concluir que esse despojamento dos interesses imediatos possa ocorrer em favor da constituição de uma totalidade mais favorável ao conjunto de uma determinada coletividade, isto é, que em razão desse mesmo sentimento o indivíduo possa superar o desejo do ilusório benefício singular, pois irrealizável na ordem social atual, em favor daquilo que possa ser um real benefício social mais amplo, não obstante sempre muito questionável em decorrência da irracionalidade objetiva.

Retomando, a título de conclusão: o narcisismo que caracteriza o funcionamento do ego enfraquecido – objeto da psicologia social analiticamente orientada –, justamente por favorecer a adesão dos indivíduos a um ordenamento social a eles hostil, é condição para a autoconservação de quem é compelido a viver nesse ordenamento, inclusive no aspecto psíquico, pois é bem provável que a constatação, sem retoques, da impotência a que estão submetidos seria grandemente destrutiva para os viventes. Nesse sentido, essa adesão guarda um momento de racionalidade, por expressar um controverso exercício de resistência: o de impedir a aniquilação desses viventes.

Já o nacionalismo, versão coletiva desse mecanismo – o narcisismo coletivo –, ao mesmo tempo em que favorece a adesão à irracionalidade presente na ordem social, neste caso, inclusive, pela ausência de fundamento concreto para esse sentimento: a soberania do estado nacional; igualmente, como indicou Adorno, pode motivar os indivíduos a buscar a superação do imediato em favor de algo tido como mais favorável do que o existente, o que, portanto, consiste em resistir à irracionalidade objetiva sob a qual vivem, logo, um exercício com alguma racionalidade.

Esse tênue limite entre adaptação e resistência, no qual se expressam as tensões entre racionalidade e irracionalidade – objetiva e subjetiva –, aflorado pelo que foi desvelado por Adorno, justamente por adotar um procedimento atinente à psicologia social por ele mesmo delineada, configura-se como algo a ser considerado quando dos esforços para impedir a recaída na barbárie. Quanto a isso, é oportuno registrar, o próprio Adorno, em seus esforços para pensar uma educação que pudesse contribuir com esse impedimento, admite que “desde o início existe no conceito de educação para a consciência e para a racionalidade uma ambiguidade” (1995, p. 143-144). Isso porque, constata o autor, concomitantemente à educação para a consciência e para a racionalidade, ou seja, a se educar para a emancipação, o que implica em opor resistência, é igualmente necessário educar para a adaptação, condição para a sobrevivência, pois só pode opor resistência e emancipar-se quem se mantém vivo, ao mesmo tempo em que seria irracional opor uma resistência que leve ao aniquilamento daquele que resiste. Confirmando a importância de se conferir atenção a essa ambiguidade que, assim está sendo entendido, guarda alguma similaridade com o que, em momento anterior, foi aqui nomeado como tênue limite, o autor assevera que “Talvez não seja possível superá-la no existente, mas certamente não podemos nos desviar dela” (1995, p. 144).

Auscultar sob quais condições as tensões presentes nesse tênue limite, ou nessa ambiguidade, como o designa Adorno, favoreceriam a emersão de um potencial emancipatório, e se, igual ou contrariamente, contribuiriam para converter a barbárie latente em manifesta, demandaria, em favor de uma postura ética e rigorosa com o pensamento do autor, e contra o risco de recair na racionalidade do sempre-igual por ele criticada, uma discussão cuidadosa e exaustiva que transcende o âmbito do presente trabalho. De qualquer maneira, a se considerar as palavras com que ele próprio encerra o texto que constituiu a principal fonte de consulta para a elaboração deste texto, competiria à psicologia social analiticamente orientada – ou seja, aquela que “penetrasse no núcleo da psicologia, sem mesclar-lhe um forte suplemento de conceitos sociológicos” – responder “Se os processos de integração, tal como parece, unicamente debilitam o ego até um valor limite, ou se, como no passado, os processos de integração, todavia, ou novamente, podem fortalecer o ego” (1986, p. 83, tradução minha).

Não obstante a impropriedade de se tentar identificar sem os devidos cuidados tais condições, convém registrar que estamos atravessando uma época permeada por tensões antagônicas entre si, pois, por um lado, repita-se, tem crescido a manifestação pública e não raro violenta de simpatia ao fascismo,

inclusive com alguns desses simpatizantes tendo assumido parcelas do poder político; enquanto que, por outro lado e em sentido inverso, tem se manifestado, também pública e crescentemente, um sentimento antifascista, em maior medida por parte de jovens e em espaços insuspeitos, pois permeados por práticas e valores que favoreceriam a adesão a práticas violentas, como é o caso de torcidas de times de futebol e de grupos de policiais antifascistas, ou seja, são manifestações à margem das instituições tradicionais. Por conseguinte, faz-se possível constatar que, num mesmo contexto, constituem-se indivíduos com características igualmente antagônicas entre si, o que permite o exercício de buscar explicações para tanto na obra de Adorno.

No primeiro caso, o dos indivíduos que aderem ao fascismo, portanto, dotados de um ego enfraquecido, afigura-se como apropriado recorrer ao que sugere o autor quando, constatando que, por ser o processo de adaptação “tão desmesuradamente forçado por todo o contexto em que os homens vivem, eles precisam impor a adaptação a si mesmos de um modo dolorido [...] e, nos termos de Freud, identificando-se ao agressor” (Adorno, 1995, p, 145). A reação desses indivíduos, dado o sofrimento imposto pela adaptação deles a uma ordem irracional, se afiguraria como o ato reflexo a que Adorno se refere e estes tenderiam a praticar a mesma violência que sofreram nesse processo. Já no segundo caso, o daqueles indivíduos que resistem ao ressurgimento da barbárie, ou seja, dotados de um ego passível de ser assim nomeado, provavelmente sejam aqueles em que o momento de racionalidade necessário à adaptação, levou-os, como se refere Adorno ao indivíduo capaz de opor resistência, a “colocar no lugar da mera adaptação uma concessão transparente a si mesma onde isso é inevitável, e em qualquer hipótese confrontar a consciência desleixada” (p. 154).

Tanto o ressurgir do fascismo, uma possibilidade identificada pelos autores da teoria crítica, quanto a reação a isso são fenômenos recentes e seria prematuro imaginar as consequências futuras, quando a intensidade com que ambos se manifestam arrefecer, no entanto, esta parece ser, justamente pela amplitude e a manifestação inequívoca e pública desse antagonismo, uma época propícia para se detectar os elementos – objetivos e subjetivos – que periodicamente ameaçam o ressurgir da barbárie, assim como aqueles que permitem contrapor-se a essa ameaça.

REFERÊNCIAS

- ADORNO *et al.* **La personalidad autoritaria**. Buenos Aires: Editorial Proyección, 1965.
- ADORNO, T.W. Teoria de la seudocultura. *In:* HORKHEIMER, M. e ADORNO, T.W. **Sociologica**. Madrid: Taurus, 1971a, p. 233-267.
- ADORNO, T.W. Opinión, locura, sociedad. *In:* HORKHEIMER, M. e ADORNO, T.W. **Sociologica**. Madrid: Taurus, 1971b, p. 137-160.
- ADORNO, T.W. Sociologia e Investigação Social Empírica. *In:* HORKHEIMER, M.; ADORNO, T.W. **Temas básicos da Sociologia**. São Paulo: Cultrix, 1978, p. 120-131.
- ADORNO, T.W. Acerca de la Relación entre Sociología y Psicología. *In:* HENNING, J. **Teoría Crítica del Sujeto**. Buenos Aires: Siglo XXI, 1986, p. 36-83.
- ADORNO, T. W. **Educação e emancipação** (Trad. Wolfgang Leo Maar). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- CROCHIK, J.L. Notas sobre a Psicologia Social de T. W. Adorno. **Psicologia e Sociedade**, Revista da Associação Brasileira de Psicologia Social - Abrapso, vol. 8, n. 1, jan-jun/1996, p. 43-62.
- HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W. **Dialética do esclarecimento** (Trad. Guido Antonio de Almeida). Jorge Zahar editor. Rio de Janeiro: 1997. (7ª reimpressão).

RAZÃO INSTRUMENTAL, ÓDIO E DOMINAÇÃO: A NEGAÇÃO DA POLÍTICA E O PRECONCEITO SOCIALIZADO

Carlos A. Giovinazzo Jr.

Considerando que a democracia nas sociedades assentadas na economia capitalista e sustentadas pela extrema desigualdade entre as classes sociais, como observado no Brasil, possui variados obstáculos para sua real efetivação; considerando que mesmo nos regimes democráticos desenvolvidos sobrevivem tendências fascistas e autoritárias, como demonstraram os autores do estudo sobre a personalidade autoritária realizado nos EUA, na década de 1940 (ADORNO et al., 1965), argumenta-se neste ensaio que o predomínio da razão instrumental, noção formulada por Max Horkheimer (2000), que visa a redução da experiência dos indivíduos aos objetivos da dominação, junto com elementos regressivos presentes no estado psicológico das massas, promovem o ódio pelo não idêntico e o preconceito. Tal situação permite compreender os motivos de certas formas de violência se sobreporem ao debate político no enfrentamento dos problemas sociais.

Desde o início do XXI, vivemos uma situação histórica em que tendências e grupos sociais, no Brasil e no mundo, têm se fortalecido e sistematicamente colocado em risco os valores e princípios democráticos – ainda que, como apontou Adorno (1995, p. 141), estamos distante do momento em que a democracia opere “conforme seu conceito”. As análises das razões que explicam tamanha regressão sempre correm o risco de simplificar um fenômeno extremamente complexo; ainda assim, objetiva-se aqui lançar alguma luz sobre o que torna possível alguns eventos que constituem as manifestações objetivas de tais tendências e dos grupos que as sustentam.

Não se pode deixar de mencionar seus efeitos na educação, nas instituições e na vida social em geral: está em curso um projeto de intervenção nas escolas, nas relações de trabalho, na economia, nos órgãos estatais que cuidam do meio ambiente, da cultura, dos direitos humanos e da cidadania. Tal intervenção é capitaneada por segmentos sociais antidemocráticos, autoritários e com tendências fascistas, avessos à diversidade de ideias, ao debate de propostas e ao confronto de posições divergentes, enfim, contrários àquilo que enriquece a experiência humana.

Antes de desenvolver o argumento de que essa situação histórica decorre, entre outros aspectos, do predomínio da razão instrumental, noção formulada por Max Horkheimer (2000), que intenta reduzir todas as ações dos âmbitos político, econômico, cultural e científico aos objetivos da dominação e da consumação do poder sobre coisas, pessoas, instituições sociais e natureza, de par com determinados elementos regressivos que compõem o estado psicológico das massas, o que, em consequência, promove o ódio pelo não idêntico (transformado em inimigo) e o preconceito como modelo de socialização, considera-se necessário o destaque de algumas características da sociedade brasileira que concorrem para a situação em que sobrevivem e se fortalecem certas formas de violência, que se sobrepõem à política no enfrentamento dos problemas sociais.

Faz-se referência ao modo como a sociedade brasileira se constituiu e continua se desenvolvendo: escravização (exploração da força de trabalho pelos detentores do poder econômico), extermínio de parcelas da população “indesejáveis” (negros, indígenas, favelados, camponeses, jovens pobres, mulheres) e opressão estrutural (violência institucionalizada contra aqueles que resistem e lutam contra a opressão).

Em relação ao primeiro aspecto mencionado, é inegável que o fato de o Brasil ter sido o último país do mundo a abolir a escravidão deixou marcas indeléveis nas relações sociais entre classes sociais e grupos étnico-raciais distintos.

Não é necessário muito esforço para perceber o racismo como marca estrutural da sociedade brasileira. Dados sobre emprego, violência policial, população carcerária, escolarização e distribuição da riqueza indicam a extrema violência a que são submetidos pretos e pardos no Brasil. A título de exemplo, mencione-se os dados sobre a presença de negros nos cargos de gerência: são a minoria (29,9%), apesar de constituírem 55% da força de trabalho. Os dados sobre os níveis de rendimento são mais estarrecedores: apenas 11,9% dos maiores salários gerenciais são pagos a trabalhadores pretos e pardos. Por fim, no que diz respeito aos rendimentos mensais, os negros representam 75,2% da população com os menores ganhos e apenas 27,7% dos 10% da população que têm os maiores rendimentos – vale registrar que o percentual da população negra sobre o total da brasileira é 58%. Estas e outras informações podem ser confirmadas nos relatórios da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – Contínua (PNAD Contínua) de 2018, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).¹

Sobre o segundo aspecto (o extermínio de parcela da população), o número de mortes violentas no Brasil, em 2019, foi de 41.635; em 2018 tivemos 51.558. Esses dados são do índice nacional de homicídios do portal G1 (<https://g1.globo.com>), feito com base nos números oficiais dos 26 estados e do Distrito Federal, em parceria com o Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV-USP) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). Finalmente, em relação ao terceiro aspecto, são notórias as tentativas estatais de reprimir e constrianger os movimentos sociais dos mais variados espectros de atuação social e política. Para ilustrar a situação de perseguição vivida por suas lideranças faz-se menção ao ocorrido em 24/6/2019: a Polícia Civil cumpriu 17 mandados de busca e apreensão, além de nove mandados de prisão temporária, contra militantes dos movimentos por moradia na capital paulista. Foram presas quatro lideranças. Já em 11/7 do mesmo ano, outras 19 lideranças foram denunciadas pelo Ministério Público Estadual e tiveram mandados de prisão expedidos. Inúmeros relatos confirmam a repressão e a violência com que são tratados os integrantes dos movimentos sociais: não podem sair às ruas ou falar publicamente por estarem ameaçados de prisão, o que não afeta apenas as lideranças, mas também suas famílias e demais moradores das ocupações.²

¹ Dados disponíveis no portal eletrônico do IBGE: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&ct=o-que-e>.

² Conforme registrado pela Rede Brasil Atual (RBA) em 9/10/2019. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2019/10/criminalizacao-de-movimentos-sociais/>. Acesso em: 13/6/2020.

Além do claro propósito de manter inalteradas e perpetuar a todo custo as relações de poder e a desigualdade social e econômica que caracterizam a sociedade brasileira, inclusive com o uso deliberado e planejado da violência, o cenário aqui descrito de modo excessivamente simplificado revela também, ainda que de modo latente, a aversão à diversidade de parte significativa da população do país. Aqueles que, por sua simples existência, expõem a riqueza da diversidade cultural e humana são percebidos e tratados como inimigos a serem eliminados, justamente porque nos últimos 30 ou 40 anos conquistaram posições de destaque na sociedade brasileira, evidenciando, ao mesmo tempo, a persistência da desigualdade e da violência estrutural e os esforços empreendidos para superar a situação histórica que deu origem e alimenta cotidianamente o racismo, o machismo, a injustiça e a desigualdade sociais. Assim, observa-se o ressentimento dos que não podem impunemente (sem despertar reações e resistência) agredir e violentar mulheres, negros, indígenas, homossexuais e outros grupos historicamente oprimidos, inclusive por meio da ação do Estado. A reação ao “politicamente correto” (que se refere aos direitos humanos, à cidadania e à necessidade de respeito e garantia de tais direitos), ensejada e reforçada pelo fortalecimento dos grupos políticos reacionários com tendências autoritárias, nos últimos 20 anos, expressa o incômodo que causa o destaque alcançado por determinadas pessoas e grupos que representam as chamadas minorias políticas naqueles que se sentem ameaçados em suas posições de poder (na vida pública e privada).

Considerando que para cada elemento psicológico corresponde um sociológico e histórico, então, temos a intersecção, na sociedade brasileira, das condições subjetivas (diversos tipos humanos e com determinados traços de personalidade) com as condições objetivas (passado patriarcal e escravocrata, em confluência com o desenvolvimento urbano e industrial, aliado ao atual estágio do capitalismo tardio no Brasil – modelo econômico predador e administrado monopolisticamente, incluindo a posição subalterna ocupada pelo país na divisão internacional do trabalho). Nesse sentido, para entender como se forma o caráter ou a personalidade dos brasileiros (na sua diversidade³) é necessário não perder de vista os elementos que evidenciam a estrutura econômica e social brasileira,

³ Chama-se atenção para este aspecto porque aqui não se considera possível definir o “brasileiro médio”, como em geral é feito no senso comum, com base em certas virtudes ou defeitos: hospitaleiro, acolhedor, acomodado, cordial, com religiosidade sincrética, com gingado, malandro, pouco afeito ao trabalho pesado, que recorre ao “jeitinho”, entre outros caracteres. Todas esses termos empregados para se referir ao brasileiro comum, na verdade, indicam a incapacidade de interpretar a realidade sem o uso de clichês e estereótipos. Indicam, ainda, a prevalência do preconceito como critério de avaliação e julgamento.

o que certamente condiciona as relações entre indivíduos, grupos e classes. Sem a pretensão de esgotar o assunto, destaca-se alguns desses (atuais) elementos:

- Latifúndio combinado com o agronegócio, o que produziu a submissão ao capital internacional. A produção agropecuária brasileira permite o enriquecimento aos proprietários da terra, mas parte dos negócios é controlada por conglomerados de empresas sediadas nos países centrais do sistema capitalista.
- A elite econômica brasileira praticamente nunca precisou empreender para manter sua riqueza e poder, garantidos pela propriedade privada e pelo uso do Estado em benefício exclusivamente próprio. Portanto, os membros da elite econômica (empresários e proprietários de terras), com raríssimas exceções, permanecem com o poder político sem a necessidade de um projeto de sociedade. E como não possuem projeto atacam todo e qualquer outro proposto por diferentes grupos e classes sociais.
- Trata-se de uma “elite preguiçosa”, que projeta na população em geral, especialmente, a pobre e marginalizada, suas principais características (indolência, vadiagem, acomodação, falta de iniciativa etc.) como se fossem traços psicológicos e antropológicos de certos grupos ou mesmo de toda a população).⁴

Tais destaques foram feitos meramente com o intuito de relacionar a realidade objetiva da sociedade brasileira com formação ensejada aos indivíduos. Acrescente-se a esses elementos o fato de que para manter a estrutura social em funcionamento sempre foi necessário recorrer à violência e à repressão, com a instauração de regimes ditatoriais e autoritários. Para sustentar a argumentação basta citar os golpes de Estados dos últimos 100 anos ocorridos no Brasil: 1930, 1937, 1964 e 2016.

Considerado todo o exposto até aqui, podemos seguir na compreensão das razões que levam parte dos brasileiros a nutrirem ódio pela diferença e pela diversidade e desprezo pelo outro (o não idêntico); e isso apesar de o país ser composto por uma variedade cultural e social bastante rica, em consequência especialmente das dimensões continentais do território brasileiro e das diferenças de épocas, povos e formas de ocupação desse território. Sugere-se que o modo

⁴ Deve-se essa indicação à professora Circe Maria Bittencourt Fernandes, que em palestra proferida na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, no ano de 2019, expressou seu entendimento sobre o conceito de homem cordial elaborado por Sérgio Buarque de Holanda.

como a elite econômica e política exerceu e exerce o seu poder contribui decisivamente para a situação em que a violência, o preconceito e o ódio se tornam modelos de socialização, o que configura obstáculo importante para a promoção da democracia no Brasil.

De par com essa situação, pode-se recorrer às formulações de autores como Max Horkheimer, Theodor W. Adorno e Herbert Marcuse para analisar a sobrevivência e a emergência de tendências fascistas no seio das sociedades democráticas⁵. Considerando a realidade imposta pelo capitalismo avançado e monopolista, especialmente após o término da Segunda Guerra Mundial, eles analisaram em que medida o desenvolvimento da economia política baseada na troca de equivalentes e a ascendência do fetiche da mercadoria sobre as relações sociais de produção proporcionou aos indivíduos uma formação que os leva a deformação psicológica e dos sentidos, pois que, sob a falsa aparência da democratização e ampliação do acesso das massas à educação e à cultura, viceja o que Adorno (1979) denominou de pseudoformação, porque alicerçada na pseudocultura.

Não cabe no escopo deste trabalho explorar o conceito elaborado pelo autor; unicamente destaca-se as possíveis consequências para os indivíduos. Se a cultura é o lugar onde se realiza a identificação de cada um com a sociedade que o produziu; se a cultura pode se constituir em um porto seguro, já que é nela que os indivíduos encontram referências para seu desenvolvimento; se é condição para a realização da cultura a possibilidade de os indivíduos se identificarem nela e, ao mesmo tempo, a ultrapassarem, considerando que nela está contida uma estática, mas principalmente uma dinâmica; e se tudo isso não se confirma porque a própria cultura foi convertida em meio para reiterar a ordem social existente – que se alimenta da dominação política e da exploração econômica e da integração conformista dos indivíduos a esta ordem –, então, seu funcionamento impede que a formação proporcione a individuação e a autonomia. Horkheimer e Adorno (1985) expuseram de modo contundente, no ensaio *A indústria cultural: o esclarecimento como mistificação das massas*, escrito em 1944, como este sistema opera. Seguem dois excertos que evidenciam o fato de a indústria cultural (que converte todos os bens artísticos e culturais em mercadorias) impedir a formação plena dos indivíduos e levar a regressão do pensamento e dos sentidos:

⁵ Apenas para efeito de exposição e sem entrar no debate sobre o teor da democracia, considera-se, aqui, sociedades democráticas aquelas cujo poder está concentrado no capital, governadas pelos princípios liberais (cidadania, liberdade, igualdade perante a lei etc.) e que o regime de governo não é ditatorial, ainda que a democracia seja apenas formal e reduzida a escolha, por meio de eleições, de representantes e governantes.

Atualmente, as obras de arte são apresentadas como os slogans políticos e, como eles, inculcadas a um público relutante a preços reduzidos. Elas tornaram-se tão acessíveis quanto os parques públicos. Mas isso não significa que, ao perderem o caráter de uma autêntica mercadoria, estariam preservadas na vida de uma sociedade livre, mas, ao contrário, que agora caiu também a última proteção contra sua degradação em bens culturais. A eliminação do privilégio da cultura pela venda em liquidação dos bens culturais não introduz as massas nas áreas de que eram antes excluídas, mas serve, ao contrário, nas condições sociais existentes, justamente para a decadência da cultura e para o progresso da incoerência bárbara (HORKHEIMER; ADORNO, 1985, p. 150)

Todos são livres para dançar e para se divertir, do mesmo modo que, desde a neutralização histórica da religião, são livres para entrar em qualquer uma das inúmeras seitas. Mas a liberdade de escolha da ideologia, que reflete sempre a coerção econômica, revela-se em todos os setores como a liberdade de escolher o que é sempre a mesma coisa (HORKHEIMER; ADORNO, 1985, p. 156).

De outra parte, recorre-se à noção de razão instrumental, apresentada no ensaio “Meios e fins”, que compõe a obra *Eclipse da razão*, publicada originalmente em 1946 (HORKHEIMER, 2000). Seu autor chama a atenção para uma tendência importante presente na sociedade hodierna: o individualismo burguês se tornou norma. Assim, a razão, fundada nas ideias de justiça, igualdade, felicidade, democracia e até propriedade, foi suplantada pelo princípio subjetivista do interesse pessoal, convertendo-a em razão instrumental – racional passa a ser tudo aquilo que concorre para a efetivação de objetivos imediatos, mesquinhos e egoístas, sem a necessidade de remetê-los e examiná-los à luz da totalidade: “(...) o particular tomou o lugar do universal” (HORKHEIMER, 2000, p. 29). Dessa maneira, a razão instrumental neutraliza e até mesmo se opõe aos valores universais (como justiça e liberdade). Tal situação se desdobra no plano subjetivo, uma vez que todas as atividades realizadas pelos indivíduos, inclusive o pensamento, são transformados em instrumentos. Em outras palavras, da experiência com o objeto e com o outro são retirados seus significados em si mesmos, pois passam a estar referidos aos padrões utilitaristas e produtivos e à lógica da equivalência da economia mercantil (HORKHEIMER, 2000).

Forçoso é constatar que essa tendência, identificada pelo autor citado há quase 80 anos, não só permanece ativa como também, cada vez mais, parece orientar as relações sociais e a ação política. No caso, brasileiro, se tomarmos como exemplo os dizeres de um cartaz que circulou nas manifestações anti-democráticas de 31/5/2020, em apoio ao governo federal e contra o Congresso

Nacional e o Supremo Tribunal Federal, além de assumidamente defender a intervenção (golpe) militar para instaurar um regime autoritário e ditatorial, *fake news não é crime*, é evidente que a sustentação de tal ideia é a racionalidade instrumental, embora levada ao paroxismo. A medida de todas as coisas é o interesse particular e tudo deve ser submetido, incluindo a própria verdade, além, é claro, de todos aqueles que são obstáculos à consecução dos objetivos pretendidos. Ainda, como os fins (egoístas e nada nobres) justificam os meios, todo tipo de violência e agressão é justificado.

Ora, predomina a sensação de que todos, e principalmente os mais fracos, estão abandonados à própria sorte, que vale o “é cada um por si” e que a lei da autoconservação é a única a ser seguida e respeitada. Assim, no seio da ordem social, insegura e ameaçadora, são estimuladas situações que provocam o medo, o mal-estar, a crítica à sociedade e à civilização, o que no fundo é o reconhecimento da própria impotência, fruto dessa mesma ordem que depende da adesão ativa dos indivíduos à ela para se manter. Em outros termos, reproduz-se a aversão e a incapacidade para a experiência com o não idêntico (o outro, a cultura não estandardizada, a natureza não dominada etc.), resultados, por sua vez, do risco que representa dar vazão aos desejos decorrentes tanto dos impulsos primários quanto da curiosidade surgida no contato com a diferença e a diversidade. Horkheimer e Adorno (1985) identificam aí a gênese da burrice, compreendida como uma espécie de inibição e atrofia de faculdades e sentidos: corpo e mente são paralisados pelo medo e ficam enrijecidos como cicatrizes:

(...) no lugar onde o desejo foi atingido, fica uma cicatriz imperceptível, um pequeno enrijecimento, onde a superfície ficou insensível. Essas cicatrizes constituem deformações. Elas podem criar caracteres, duros e capazes, podem tornar as pessoas burras – no sentido de uma manifestação de deficiência, da cegueira e da impotência, quando ficam apenas estagnadas, no sentido da maldade, da teimosia e do fanatismo, quando desenvolvem um câncer em seu interior. A violência sofrida transforma a boa vontade em má. E não apenas a pergunta proibida, mas também a condenação da imitação, do choro, da brincadeira arriscada, pode provocar essas cicatrizes. Como as espécies da série animal, assim também as etapas intelectuais no interior do gênero humano e até mesmo os pontos cegos no interior de um indivíduo designam as etapas em que a esperança se imobilizou e que são o testemunho petrificado do fato de que todo ser vivo se encontra sob uma força que domina (HORKHEIMER; ADORNO, 1985, p. 240).

O capitalismo e o modo como foram estabelecidas as relações de poder no Brasil necessitam, para sua sobrevivência, manter as pessoas em estado perma-

nente de tensão e ameaça, o que tende ao emburrecimento. Assim, as crises são explicadas pela ideia de que há inimigos a combater, pois são eles, muitas vezes apenas fantasmas imaginados ou inventados, os que colocam em perigo a estabilidade e a coesão social. No fundo, essa é simplesmente uma forma de ocultar que o modelo econômico capitalista se alimenta da agressão e da pilhagem e que tal ordem “não pode viver sem a desfiguração dos homens” (HORKHEIMER; ADORNO, 1985, p. 158).

Tudo isso provoca reações irracionais (individuais e coletivas), como o apego à frágil e aparente segurança alcançada e a compulsão por domínio sobre algum âmbito da vida social – por exemplo, o uso do poder econômico, como forma de distinção de classe, e exercício do falido “pátrio poder”, como maneira de controle pelo homem da mulher e dos filhos no interior da família. Também se pode mencionar o ataque a tudo e a todos que representam ou são reconhecidos ilusoriamente com as ameaças, o que leva à identificação com o agressor – forma de compensar a impotência. Assiste-se à identificação com modelos autoritários, opressivos e dominadores, com grupos que se organizam para o combate a inimigos imaginados e construídos (e que colocam em risco os decantados valores tradicionais) e com a ordem estabelecida do capital, compreendida como definitiva porque produto da “imutável” natureza humana.⁶

De outro lado, ainda persiste o apelo à individualidade burguesa (distinguir-se da massa pelo êxito econômico ou pela ocupação de posições de poder – basta observar o número de vezes que políticos, economistas e até educadores recorrem à ideologia do mérito, como se fosse expressão da justiça em uma sociedade extremamente desigual e que não permite a distribuição equilibrada de oportunidades para todos), alcançada pela falsa ideia que faz a concorrência ser transformada em justificativa para o domínio, a opressão e a agressão aos mais fracos. Desse modo, temos mais uma justificativa e a autorização para o uso da violência.

Ademais, esta tendência parece estar conjugada com a mentalidade conservadora e reacionária prevalecente em alguns círculos da elite cultural, política

⁶ Sobre este último ponto, cabe uma observação: muito já foi dito e escrito sobre o capitalismo ser o ápice ou o fim da história. Talvez o autor que tenha se debruçado sobre a questão mais conhecido e controverso seja Francis Fukuyama, que escreveu *O fim da história e o último homem* (1992). Após a queda do Muro de Berlim e o fim da URSS afirmou que a humanidade havia chegado no mais elevado estágio civilizatório, caracterizado como a vitória definitiva do capitalismo sobre o socialismo. Aqui continua-se a afirmar: o capitalismo é resultado da história humana, portanto, como evento histórico pode (e deve) sofrer transformações, já que sua base é a violência continuamente reproduzida.

e econômica brasileira – e, também, entre as massas. Movidos por interesses mesquinhos e financeiros, utilizam a linguagem política para promover e manter um permanente estado de guerra. Supostos inimigos (internos e externos) ameaçam a existência do modo de vida e os privilégios usufruídos pelas pessoas que pertencem aos grupos ou se identificam com eles. É curioso observar o apelo ao conservadorismo de muitos políticos, jornalistas e outras personalidades nos últimos anos, identificados com o espectro político da direita.⁷ Alguns se proclamam democratas e defensores das instituições políticas e da Constituição de 1988; outros declaram que sua intenção é proteger o que consideram valores e instituições sociais tradicionais, como a família patriarcal burguesa, a comunidade local e a religião cristã, além dos usos, costumes, tradições e convenções consagrados ao longo da história, independentemente se carregados ou não de abusos e de violência. Seja como for, mobilizam certas disposições psicológicas presentes naqueles que estão submetidos à racionalidade instrumental em favor dos interesses do capital e dos grupos que detém o poder político. Além disso, a virulência empregada em seus textos e discursos os torna porta-vozes do ressentimento e do ódio que parcela da população brasileira, certamente a mais atingida pela crise econômica que assola o Brasil desde 2013 e 2014, nutre pela civilização, pela cultura e pelas instituições democráticas, incluindo aí seus representantes.

Algumas dessas disposições psicológicas mobilizadas merecem ser destacadas. Adorno (2015), no trabalho em que analisa a propaganda fascista com base na teoria freudiana, escrito originalmente em 1951, denomina de expedientes o apelo ao público feito pelos agitadores e propagandistas e que cala fundo na psicologia das massas. No caso brasileiro, além desses dois tipos temos também os formadores de opinião. De qualquer modo, considera-se razoável recorrer ao ensaio de Adorno para analisar como o ódio e o preconceito se tornaram modelos de ação política e de socialização no Brasil, a despeito da distância temporal e geográfica dos fenômenos retratados por aquele autor e aqui neste trabalho. E isso é possível porque, como assinala o próprio autor em outro de seus textos (ADORNO, 1995), as condições objetivas e subjetivas que geram a barbárie no seio do processo civilizatório e que entrelaçam esclarecimento e dominação, bem como progresso e destruição, ainda não foram superadas e parecem estar mais

⁷ No ano de 2015, em meio às manifestações contra o governo da presidenta Dilma Rousseff, o jornal *El país* publicou matéria identificando nomes e pautas dos conservadores brasileiros. Dentre os grupos e pessoas atacadas estavam o educador Paulo Freire e os movimentos feminista e LGBTQ+. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/07/22/politica/1437521284_073825.html. Acesso: 14/6/2020.

fortes do que jamais estiveram anteriormente. Seguem alguns dos expedientes e disposições psicológicas mobilizadas:

- Crença de que há sempre um plano oculto arquitetado pelos poderosos objetivando manipular as informações e influenciar a opinião pública, as chamadas teorias da conspiração. Dois aspectos parecem estar presentes no uso desse expediente: a impotência objetiva ante o poder econômico e a desconfiança de que as pessoas somente agem em função de seus interesses egoístas e deliberadamente para enganar a todos. Ora, isso é o resultado da disposição pessimista em relação aos rumos da civilização e da convicção de que só resta a luta pela autoconservação.
- Falsa projeção ou atribuição ao outro do que é próprio daquele que promove a agressão. Horkheimer e Adorno (1985, p. 175), ao se referirem ao fascismo e ao antissemitismo, afirmam que há algo de patológico nessa operação, pois o indivíduo se mostra incapaz de “discernir no material projetado entre o que provém dele e o que é alheio”. Em geral, os que se sentem ameaçados projetam a ameaça nos agredidos. Além disso, as vítimas lembram a todos que qualquer um pode ser objeto da violência e, também, do perigo que significa não se submeter à ordem social opressora e aos padrões de conduta e comportamento consoantes a tal ordem. Daí a necessidade de nutrir ódio contra certos grupos por sua condição (especialmente mulheres, negros e homossexuais): reprime-se o próprio medo e sufoca-se o desejo de libertação.
- Dissimulação, compreendida como fingimento ardiloso e ocultação de informações essenciais com o fito de o antagonista não perceber quais são as reais intenções. No lugar da mentira descarada (que também pode ser usada como último recurso), recorre-se a esse expediente como forma de contraposição ao outro, percebido como superior e mais capaz. É a forma que o indivíduo acovardado encontra para se sentir em pé de igualdade com aqueles que, em tese, possuem maior capacidade intelectual e de argumentação. A evidência objetiva de tal situação pode ser observada na descrença em relação ao conhecimento científico e à ciência e nas disputas em torno de pontos de vista, justificadas como liberdade de expressão e opinião – mesmo que as evidências desmintam o anunciado pelos dissimuladores. Em outras palavras, faz-se uso somente das informações que ajudam a sustentar pontos de vista que não precisam necessariamente remetidos à realidade objetiva dos fatos.

- Cinismo, aqui entendido como falta de vergonha e pudor pelo emprego da truculência, disfarçada de crítica, de transgressão à ordem social julgada imperfeita, de espontaneidade e de não submissão ao poder. Talvez se possa associar esse expediente com o caráter manipulador, tipo identificado por Adorno et al. (1965) no estudo sobre a personalidade autoritária realizado nos EUA, no final dos anos 1940. O mesmo autor sintetizou, no ensaio *Educação após Auschwitz*, os principais traços desse tipo psicológico: enquadra-se cegamente em coletivos, convertendo-se a si próprio em matéria amorfa, o que leva a disposição de tratar os outros da mesma forma; são pessoas que se distinguem pela incapacidade de realizar experiências diretas e de imaginar o mundo diferente do que ele é (ADORNO, 1995). No fundo, os cínicos são pessoas que não estão “psicologicamente preparadas para a autodeterminação” e o “potencial autoritário permanece muito mais forte do que o imaginado” (ADORNO, 1995, p. 123) inicialmente. Daí o ódio e a ferocidade direcionada aos que lembram que a autonomia é uma possibilidade histórica.

Tais características, que podem ser encontradas em pessoas de diferentes classes sociais e de distintos espectros políticos, são bastante comuns principalmente naqueles que se identificam como princípios e pautas fascistas e anti-democráticas. A situação objetiva de permanente crise e ameaça, que alimenta a ordem social e econômica injusta, tem como resultado o ódio objetivamente alimentado, única forma de sentir do reacionário, fascista, preconceituoso e que se imagina acuado por aqueles que identifica como os responsáveis pela situação de penúria material e psíquica em que vive. Trata-se de esconder de si mesmo o medo e a fragilidade, suas marcas constitutivas.

Conseqüentemente, recorre-se a tudo que pode auxiliar nesse processo de ocultação dos reais determinantes (externos e internos) do indivíduo ou que se configura como promessa de que tudo ficará bem – desde que os maus sejam punidos ou exterminados e a obediência ao mais forte seja a regra. Assim, verifica-se a submissão à autoridade, mesmo que esta não pareça confiável e nem digna ou esclarecida. Basta que acene com o poder ou prometa o retorno daquilo que foi perdido – muitas vezes a carência é apenas nostalgia em relação ao que ainda não foi conquistado, como segurança, fatias de poder social e distinção.

De outra parte, tudo é encarado com desconfiança, ceticismo e de modo relativista (com a equiparação de pessoas, ideias, coisas e situações distintas entre si). Aqui podemos enquadrar o fenômeno da negação sistemática não só do

conhecimento científico, mas também dos fatos objetivos da vida social. Nega-se o racismo e a violência contra as mulheres no Brasil, por exemplo. Também há o esquecimento dos horrores da história (massacre e genocídio dos povos indígenas). Embora se possa dizer que ambos, negação e esquecimento, são expressão do medo proporcionado pela ameaça que significa reescrever a história brasileira em outros termos, principalmente para os que ainda hoje usufruem dos privilégios decorrentes da desigualdade social, postula-se que são, outrossim, indicadores da frieza e da indiferença em relação ao outro e ao sofrimento dos que estão no entorno do indivíduo frio e apegado ao seu senso prático. Herbert Marcuse e Theodor Adorno, cada um a seu modo, chamaram a atenção para a persistência dessa tendência no interior das sociedades democráticas que valorizam a solidariedade, a caridade, a compaixão e o amor ao próximo.

O primeiro, indica que se aceita a agressão e a corrupção “como procedimentos normais dos negócios e da administração” e que “sob as condições da sociedade industrial avançada, a satisfação está sempre ligada à destruição” (MARCUSE, 1999, p. 148), o que, por sua vez, proporcionou o desenvolvimento e a consolidação do que denomina de destrutibilidade institucionalizada, com seu correspondente psicológico repercutindo na estrutura de caráter dos indivíduos, composta também pela tendência ao esquecimento: apagar os acontecimentos do passado serve para livrar do desconforto e do mal-estar causados pela lembrança do horror, mas também indica a indiferença em relação a este mesmo passado e suas consequências no presente. Nesse sentido, frieza e esquecimento são expressões do desprezo pela vida e da tendência destrutiva presente nas relações sociais. Por seu turno, Adorno sublinha que o fenômeno social da frieza é um dos traços que ensejaram a formação do indivíduo burguês:

Em sua configuração atual – e provavelmente há milênios – a sociedade não repousa em atração, em simpatia, como se supôs ideologicamente desde Aristóteles, mas na persecução dos próprios interesses frente aos interesses dos demais. Isto se sedimentou do modo mais profundo no caráter das pessoas (ADORNO, 1995, p. 134).

Ser indiferente ante o destino do outro e ante o sofrimento alheio é condição para o êxito dos negócios. Ora, estes são realizados por pessoas e é ingenuidade ignorar que essa forma de lidar com as coisas (números, cifras, mercadorias etc.) é também a forma de lidar com as pessoas (elas mesmas convertidas em coisas). Apenas para reforçar a argumentação se recorre aos acontecimentos relacionados à pandemia de covid-19. A negação da gravidade da doença, minimizando seus efeitos e colocando em dúvida os dados sobre infectados e mortos, à primeira

vista pode parecer um recurso usado para não se encarar de frente um problema real, em uma ação de procrastinação, uma vez que o sentimento de impotência ante a uma força desconhecida é aflorado. No entanto, revela principalmente a frieza como traço psicológico característico daqueles que se dedicam essencial e fundamentalmente à própria autoconservação. Mais uma vez, a frieza é expressão e indicador do desprezo pela vida.

O predomínio da razão instrumental é um dos fatores que fomentam a violência, a agressividade e o ódio nas relações sociais e na atuação política. Claro que não se pode olvidar que essa mesma razão é consequência do modo como o capitalismo se desenvolveu nos últimos três séculos – imperialista, monopolista e sustentado por um aparato tecnocrático capaz de coordenar os setores privados e estatais. Na análise que Herbert Marcuse (1998) faz da obra de Max Weber transparece o fato de que, mesmo para este último, a racionalidade foi convertida em razão da dominação. Se “industrialização e capitalismo constituem as realizações decisivas da racionalidade ocidental”, conforme a interpretação que o primeiro faz do segundo (MARCUSE, 1998, p. 113), sua efetivação no aparato técnico, burocrático e administrativo significou a subordinação dos indivíduos aos meios de produção e à eficiência econômica, submetendo os interesses humanos à maquinaria industrial capitalista. A dominação social é justificada nos seguintes termos: o progresso material proporcionado pelo capitalismo é a concretização da racionalidade, portanto, o “domínio das coisas sobre os homens” nada mais é do que o corolário desse fato; já o “domínio racional dos homens sobre os homens” (MARCUSE, 1998, p. 124), quer dizer, assentado na racionalidade econômica, é a justificação para a irracionalidade de os indivíduos se submeterem a interesses alheios aos seus próprios.

A próxima etapa desse processo é a redução de todas as ações dos âmbitos político, econômico e científico e cultural aos objetivos da dominação e da consumação do poder sobre coisas, pessoas, instituições sociais e natureza. Entretanto, para isso ser possível é necessário o fomento de determinados elementos regressivos que compõem o estado psicológico das massas, elementos estes promotores do ódio pelo não idêntico e do preconceito como modelo de socialização. Seja como for, a sobrevivência e o fortalecimento do fascismo e do autoritarismo só se verifica porque conjugados com os fatores de ordem econômica e com as tendências psíquicas alimentadas exatamente por esta ordem econômica.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. Rio de Janeiro: paz e Terra, 1995.
- ADORNO, Theodor W. Teoría de la pseudocultura. *In*: HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor W. **Sociológica**. Madrid: Taurus Ediciones, 1979, p. 175-199.
- ADORNO, Theodor W. Teoria freudiana e o padrão da propaganda fascista. *In*: ADORNO, Theodor W. **Ensaio sobre psicologia social e psicanálise**. São Paulo: Editora UNESP, 2015, p. 153-189.
- ADORNO, Theodor W *et al.* **La personalidad autoritaria**. Buenos Aires: Editorial Proyección, 1965.
- HORKHEIMER, Max. **Eclipse da razão**. São Paulo: Centauro, 2000.
- HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor W. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.
- MARCUSE, Herbert. Ecologia e crítica da sociedade moderna. *In*: MARCUSE, Herbert. **A grande recusa hoje**. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 143-154.
- MARCUSE, Herbert. Industrialização e capitalismo na obra de Max Weber. *In*: MARCUSE, Herbert. **Cultura e sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998, p. 113-136. (vol. 2).

DA RACIONALIDADE NÃO VIOLENTA: A RAZÃO PÓS-TECNOLÓGICA EM HERBERT MARCUSE

Anderson Alves Esteves

INTRODUÇÃO

Resistir à violência e superá-la demanda, entre outras coisas, uma razão desagrilhada daquilo que Marcuse, em 1941, denominou racionalidade tecnológica e que Horkheimer e Adorno, em 1944, nomearam como razão instrumental. Trata-se de arvorar, além da óbvia transformação social, uma razão que não agrida os meios ambiente e social e não os reduza a objetos de dominação.

A primeira parte deste ensaio caracteriza, laconicamente, a racionalidade tecnológica/instrumental; a segunda, a razão pós-tecnológica e as condições de possibilidade para superar a anterior.

RAZÃO TECNOLÓGICA/INSTRUMENTAL

Dois dos primeiros ensaios de Marcuse escritos para o Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt, *Sobre os fundamentos filosóficos do conceito de trabalho na ciência moderna* (1933) e *Algumas implicações sociais da tecnologia moderna* (1941), apontavam que, nas duas classes sociais características da sociedade moderna e contemporânea, transpareciam a “racionalidade tecnológica” (MAR-

CUSE, 1999a, p. 77) vigente naquele momento e contribuinte à explicação da metamorfose pela qual passavam proletários e capitalistas: o trabalhador fora rebaixado à condição de coisa, a perito disciplinado e coordenado e estava submetido ao plano da gerência e à imanência dos objetos que o circundavam; o capitalista, ao não poder concorrer com os gigantescos monopólios que controlavam – com o uso da tecnologia – todos os ramos da economia, da extração de matéria-prima à distribuição das mercadorias, submetia-se ao processo para sobreviver ou acumular da maneira que fosse possível. Em ambos, a antiga autonomia do sujeito da livre concorrência, tal como observada e defendida pelas perspectivas kantiana e hegeliana¹, foi corroída à medida que o capitalismo monopolista expurgara a idiosincrasia e a razão crítica da produção e da circulação de mercadorias, substituindo-as pelo comportamento padronizado e disciplinado, submetera a individualidade ao império do aparato produtivo e de sua gerência científica, socializara o indivíduo em um ambiente que exigia subordinação à “verdade tecnológica” (MARCUSE, 1999a, p. 84), na fábrica e fora dela, convertendo-o em heterônomo, “atomizado” (MARCUSE, 1999a, p. 89) e executor de metas estabelecidas por outrem. Em compasso com as ideias de capitalismo de estado, de Friedrich Pollock, e de Behemoth, de Franz Neumann, Marcuse mostrou que a falência da autorregulação foi substituída pela administração da sociedade na qual os antigos sujeitos autônomos e em livre concorrência foram convertidos em seres coordenados e dirigidos política e/ou economicamente.

A denotar o apanágio da racionalidade tecnológica, Marcuse explicou como o maquinário empregado no processo produtivo estava vincado como “o mais efetivo instrumento político” (MARCUSE, 2015, p. 43), uma vez que funcionava de acordo com a fusão entre tecnologia e política para, assim, operar como dominação coagulada: o domínio era tecnológico ao proceder com um arsenal construído para o controle; a tecnologia, dominação ao comandar todos os âm-

¹ Em *Resposta à pergunta o que é o “Esclarecimento”?*, *Que significa orientar-se no pensamento?* e *Sobre o suposto direito de mentir por amor à humanidade*, observa-se como a argumentação de Kant relaciona a concorrência entre as classes médias do século XVIII e o interesse pelo bom funcionamento da esfera pública; o citado estrato social empenha-se em, racional e criticamente, colaborar com as instituições sociais e, assim, estabelecer nexos entre o uso público da razão e um consequente movimento esclarecedor. Sujeitos autônomos (comerciantes, mas também militares, soldados etc.) erigiriam uma *res publica* regulada pela razão que se institucionalizaria em leis jurídicas e promoveria o progresso moral para todos. Por sua vez, Hegel entrelaça a razão à história e expõe a vereda pela qual vários momentos (certeza sensível, percepção, entendimento, consciência de si...) superam-se dialeticamente, tal como se lê em a *Fenomenologia do espírito*: a racionalidade é eminentemente crítica por não se render ao dado e valorar, também, o negativo a fim de alcançar a verdade universal.

bitos da (re)produção de capital, veículo de controle social e modo de penetração da ideologia no processo de produção para ajudar a ensejar – como o filósofo argumentou em 1964 – uma realidade unidimensional na qual se estabilizavam os conflitos e se mobilizavam a produção e o consumo de bens programados para os diferentes estratos e classes sociais. Quanto mais este tipo de razão progredia e se enraizava, quanto mais o entrelaçamento espúrio entre progresso e dominação se efetivava, maior o controle sobre a natureza e as pessoas, maiores a barbárie e o bloqueio à emancipação, mais se alargava o abismo moderno entre saber e “desenvolvimento harmonioso” (ESTEVES, 2018, p. 237). Ou, para usar os termos de Horkheimer e Adorno², tratava-se de uma razão colocada em eclipse e que, em lugar de desencantar o mundo, mistificou-o à medida que conhecia para manipular (o homem e a natureza) e para veicular permanentemente a imanência das coisas e dos instrumentos construídos a fim de capturar seus próprios criadores, resultando em um feitiço apresentado como desencantamento e em regresso transvestido de progresso quantitativo e esclarecimento.

Uma das características sobressalentes da racionalidade tecnológica foi o “*a priori* tecnológico” (MARCUSE, 2015, p. 161) que marcou a dominação como a da “ordem objetiva das coisas” (MARCUSE, 2015, p. 153), impessoal, aparentemente racional, redutível a termos quantitativos, corporificada no aparato produtivo, redutora do homem à peça utilizável tecnicamente, a dado/símbolo submetido às leis de organização/controle. Este *a priori* tecnológico caracterizou-se, outrossim, como *a priori* político: razão e experiência foram precondicionadas como instrumentos de controle social e conduziram-se factual e formalmente, desconsiderando o objeto e as causas finais – a dominação era “*constitutiva*” (ESTEVES, 2020, p. 78, grifo do Autor) à racionalidade tecnológica. Na era do capitalismo monopolista, esta racionalidade tecnológica, usada para disponibilizar mercadorias em massa às sociedades industriais avançadas, imbricou materialidade e ideologia à medida que conquistou a população mediante o consumo programado de artigos e alcançou, dessa forma, estabilização de conflitos sociais; ademais, mesmo aparentando racionalidade, à medida que contribuía para o aumento da produção, não deixou de ser uma racionalidade tingida de irracionalidade, pois orientava-se pelos interesses particulares de grupos monopolizadores da economia e da política. A expressar implicações da racionalidade tecnológica para os corpos e as mentes dos trabalhadores, em

² Os conceitos de razão tecnológica, de Marcuse, e de razão instrumental, de Horkheimer e Adorno, não têm apenas semelhanças; para as diferenças consultar *Do socialismo científico ao socialismo utópico: o projeto emancipatório de Herbert Marcuse – política e estética nas décadas de 1960 e 1970* (ESTEVES, 2020, p. 81 *et seq.*).

O homem unidimensional e em *Teoria e prática*, Marcuse analisou o processo de automação, que poupou energia física do trabalho e colaborou para que as pessoas se sentissem parte de uma pretensa comunidade tecnológica; a majoração do número de trabalhadores de colarinho-branco que se sentiram parte da classe média; processos organizacionais que integraram os trabalhadores, social e culturalmente, como partícipes da administração da produção e, fora das fábricas, em atividades de lazer e de políticas de colaboração que apagavam a dominação pessoal do capitalista, metamorfoseando-a em administração e em fluxos burocráticos e técnicos. A vicissitude tecnológica da dominação mistificava as relações sociais de dominação como higiênicas, palatáveis e saudáveis enquanto, em verdade, o *a priori* tecnológico alavancava o controle aos níveis mais capilarizados e profundos dos diversos âmbitos das vidas pública e privada.

Assim, a racionalidade tecnológica/instrumental foi parte (produzida e produtora) de um elenco de fenômenos sociais que, no limite, grassaram a dominação e o esgotamento da natureza e do homem: produção de armas de destruição em massa; economia de guerra e subordinação dos direitos humanos a ela; adestramento para o genocídio; normalização de crimes de guerra e de continuidade cada vez mais injustificável de toda sorte de conflitos; envenenamento e poluição generalizada do meio ambiente; exploração perdulária dos recursos naturais; não regulação do uso da energia nuclear; fabrico de *gadgets* que combinaram aumento do padrão de vida com desperdício e impacto ambiental; demanda de atualização constante das quinquilharias concatenada à redução da vida à forma mercadoria e à reprodução de frustrações; obsolescência programada, que promoveu aumento vertiginoso do consumo desnecessário dos mais diversos artigos; superimposições de falsas necessidades que veicularam o progresso quantitativo ao mesmo tempo em que ampliaram a dependência, a servidão e o freio à emancipação humana; meios de comunicação de massa que colonizaram a esfera pública com interesses particulares; políticas manicomiais; instituições que resguardaram o privilégio de minorias e sacrificaram contingentes populacionais gigantescos; pretensa neutralidade acadêmica e científica auxiliada pelo véu tecnológico que transfigurava a dominação em diversão e conforto, que mecanizava a produção e poupava energia física, mas sugava a mental.

Tal como Marcuse expôs em *O homem unidimensional* e em *Perspectivas do socialismo na sociedade industrial avançada – uma contribuição ao debate*, a racionalidade tecnológica operou em conjunto com outras formas de controle social e permeou-as, tanto aquelas tradicionais e que continuavam a existir nas sociedades industriais avançadas (leis, assimetrias e hierarquia entre as classes

sociais, monopólio estatal da força) como as novas e peculiares a elas (produção de falsas necessidades, indústria cultural, estrutura psíquica dos átomos sociais, política e locução de tipos unidimensionais), empreendendo violências (como as acima descritas) perpetuadoras do *status quo* – ele mesmo violento ao portar e veicular a alienação de trabalho de maneira mais radicalizada (e ao mesmo tempo menos perceptível à medida que mimetizou os átomos sociais à ordem que os domina) do que aquela descrita por Karl Marx, em 1844.

RAZÃO PÓS-TECNOLÓGICA

A racionalidade tecnológica está constituída de uma “interação recíproca” (KELLNER, 1984, p. 263), que não a reduz a mero fenômeno de dimensão infraestrutural nem a eleva ao determinismo tecnológico, do qual se deduziria a realidade social: de um lado, sua construção atende aos interesses particulares de administração e de controle; de outro, ela contribui para projetar uma cultura operacional e instrumental nos meios ambiente e social. Assim, Marcuse argumenta que, se a tecnologia fosse construída sob outros interesses e fins, poderia deixar de ser forma de controle social e dominação mecanizada: as afinidades entre racionalidade tecnológica e economia capitalista, a denotarem a própria irracionalidade da racionalidade tecnológica, foram erigidas historicamente; com efeito, podem ser suprassumidas – as agressões tecnológicas não são eternas, uma vez que, por ser “sócio-histórica”, a técnica carrega consigo o que os interesses “dominantes pretendem fazer com o homem e com as coisas” (MARCUSE, 1998, p. 132), controlando-os tecnologicamente com irracionalidades que colonizaram a própria tecnologia. Esta dimensão histórica da racionalidade mostra que mesmo uma expressão tão forte e expoente da lembrança a Kant, como a de “*a priori*” tecnológico, pode ter seu conteúdo implodido, uma vez que, caso a formação histórica da qual ele emergiu fosse superada, desentrelaçar-se-ia a demanda por concatenação entre tecnologia, lucro e poder e possibilitar-se-ia a formação de uma realidade social permeada por outros interesses. Estes poderiam ser aqueles que já florescem na sociedade vigente e que demandam sua superação, a saber, nova sensibilidade, anseios expressos pelos movimentos sociais e pela Nova Esquerda, nexos entre técnica e arte, reorientação da racionalidade para a busca de um progresso qualitativo – a Teoria Crítica de Herbert Marcuse considera tais potencialidades como possibilidades e antecipações (MARCUSE, 1976, p. 76) de uma sociedade nova e não alienada (MARCUSE, 1969b, p. VIII). Trata-se de uma “nova ideia de razão” (MARCUSE, 2015, p. 217), “pós-tecnológica”

(MARCUSE, 2015, p. 225), voltada à pacificação da existência e à edificação da sociedade como obra de arte.

Trata-se de outra formação social e de outra razão, não operacional, sob e com outros interesses, orientada não para a violência (lucro, poder, obsolescência programada, agressão aos meios ambiente e social, morte), mas para os sentidos, a beleza, a fantasia, o jogo e a arte. Com essas novas afinidades, a racionalidade incluiria o belo como força produtiva e não mais divorciaria os pensamentos científico e poético, forças produtivas e utopia. Portanto, Marcuse não pensa a razão pós-tecnológica como um projeto idealista do qual se desdobrariam os episódios mundanos: trata-se de um fito histórico que relaciona novas sensibilidades, cognições e estruturas psíquicas tais como as já existentes entre os proscritos e críticos da sociedade industrial avançada, que prenunciam, pela práxis, não apenas o apanágio de uma nova razão, mas de um novo mundo. Outrossim, o rechaço ao idealismo também palmilha pela recusa de replicar as ideias instituídas pela racionalidade tecnológica porque elas veiculam as opressões da ordem vigente, desqualificadas por Marcuse como “violência reacionária” (MARCUSE, 1970a, p. 87), mediante uma tolerância indiscriminada, “abstrata e pura” (MARCUSE, 1970a, p. 91), que inclina as pessoas e as instituições a aceitarem tudo o que há de pernicioso (a exemplo da propaganda nazista permitida pela República de Weimar); assim, pelo recurso da práxis e do cálculo histórico de avaliar o que mais majoraria a paz e o progresso civilizatório e, ainda, reduziria a exploração e a miséria, o Autor aceita a efetivação de uma “violência revolucionária” (MARCUSE, 1970a, p. 107) como resposta à tolerância que perpetua a repressão – a razão pós-tecnológica também contém nexos com a política.

Marcuse, na sua época, mostrou quem pensava e usava a racionalidade de maneira não tecnológica/instrumental: a conclusão de *O homem unidimensional* já indicava que o Autor, mesmo diagnosticando a unidimensionalidade da sociedade industrial avançada e a paralisia da crítica, citava a existência de não integrados à ordem por serem desempregados e não empregáveis, proscritos, populações de gueto, perseguidos por razões étnicas, de gênero, ativistas de movimentos de libertação nacional, pacifistas, ecologistas, estudantes, intelectuais; em suma, proscritos que, em virtude de viverem à margem da opulência da sociedade industrial avançada e/ou por terem adquirido consciência de suas perversões, negavam a ordem e denunciavam as regras de um “jogo viciado” (MARCUSE, 2015, p. 240). A obra do filósofo mostrou a preocupação em pesquisar de maneira mais profunda as formas de oposição na era do capitalismo monopolista e, assim, os escritos posteriores trataram de grupos negligenciados

pelos partidos comunistas e outras organizações marxistas ortodoxas, considerando que eles deveriam fazer parte de um projeto emancipatório por possuírem o poder de catalisar a adormecida classe operária tradicional, motivando-a a voltar à luta por mudança social qualitativa: o desejo de libertação transcendia o aspecto puramente econômico e também levantava demandas vinculadas à consciência, ao inconsciente, às questões ambientais, morais, étnicas, de gênero, estéticas, de qualidade de vida, de descolonização do Terceiro Mundo. Todos, conscientes ou não, contestavam a universalização da forma mercadoria nos diversos âmbitos da vida e a dependência na qual se encontravam em relação aos grandes monopólios, ademais, formavam um grupo que dava base social para a Nova Esquerda empreender uma revolução de outro tipo, uma vez que partia de “condições históricas formadas sob o capitalismo avançado” (ESTEVEVES, 2020, p. 201), com capacidade de dar um “salto” para superar a atual civilização a fim de se construir outra (MARCUSE, 1976, pp. 27-28) e que apresentavam demandas a catalisar a classe operária tradicional – o Maio de 1968 [*L’imagination au pouvoir!*] “*Soyons realistes, demandons l’impossible!*”] (ESTEVEVES, 2020, p. 228 *et seq*) foi um caso de tal luta por um mundo qualitativamente diferente. Em outros termos, a sociedade unidimensional carregava consigo uma dinâmica que era desagregadora: *O homem unidimensional* sublinhou a coesão social alcançada pelo capitalismo monopolista; *Contrarrevolução e revolta* (1972) realçou sua dinâmica desagregadora, tanto que, neste trabalho, Marcuse referiu-se ao diagnóstico oferecido pelo livro de 1964 como “superficial” (MARCUSE, 1973, p. 16).

O arvorar de uma razão pós-tecnológica não está divorciado do de uma nova sensibilidade: a opulência alcançada pela sociedade industrial avançada colocara em “obsolescência” (MARCUSE, 1998, p. 92) a tese freudiana da antiga escassez que permeou as hipóteses onto e filogenéticas, que trataram e lidaram com a estrutura psíquica tripartite e as pulsões primárias. A era dos monopólios empreendeu um processo de socialização a ensejar uma estrutura mental em duas partes, pois corroera o ego. O antigo pai provedor foi arruinado e absorvido pelas instituições gigantescas e monopolizadoras e, a fim de se autopreservarem, os indivíduos que cresciam nessa “sociedade sem pai” (MARCUSE, 1998, p. 101) se mimetizaram a elas desde o berço, adquiriram um ego pré-formado e encolhido, administrado e controlado para fazer “escolhas” apenas dentro do que a própria sociedade oferecia e circunscrevia; ademais, o antigo conflito da era liberal, entre o pai e a criança, ajudava a formar uma estrutura de personalidade idiossincrática, o que não mais ocorria com pessoas convocadas desde a infância pelos grandes monopólios mediante a socialização extrafamiliar e direta sobre

o ego ainda não desenvolvido. As vias dessa socialização secundária se davam pelos canais da indústria cultural, da escola, dos grupos de amigos, dos clubes e associações, e que, aos poucos contribuíram para edificar átomos sociais. De tal forma o ego se enfraqueceu e não ultrapassou a infantilidade, que a massa aderiu automaticamente à sociedade à medida que buscava (falsa) satisfação em consumos que denotavam a ligação entre as pulsões primárias e o superego autômato e afinado com o socialmente permitido e incentivado, fenômeno que Marcuse descreveu como “dessublimação repressiva” (MARCUSE, 2015, p. 85).

As repressões às pulsões, portanto, tornaram-se questionáveis e historicamente desnecessárias para o manutenção da civilização, uma vez que a escassez mostrava-se superada: precondições de abolição da civilização repressiva, a exemplo da produção mecanizada, se desmembradas do trabalho alienado e do progresso espuriamente quantitativo e irracional, libertariam a “energia pulsional” ainda arregimentada para ser despendida em mais tempo livre e em gratificações das “pulsões de vida” (MARCUSE, 2001, p. 130). Com menos sublimações, majora-se a energia erótica interdita na era da escassez e sua demanda por recalque às pulsões – corpo, mente e sociedade reerotizados aliviam-se de atividades desagradáveis, ressexualizam forças e comportamentos anteriormente proibidos, orientam-se por fruções, jogos, em lugar do ascetismo, da labuta, da hierarquia entre razão e sentidos, de vidas perdidas em nome do progresso técnico e quantitativo que nunca diminui a sublimação (e a aumenta). Eis a hipótese da “civilização não-repressiva” (MARCUSE, 1978b, p. 28) ou “civilização libidinal” (MARCUSE, 1970b, p. 22), na qual Eros é livre e não se encontra entrelaçado com a agressividade – trata-se de uma nova realidade que contribui para formar novas necessidades nos indivíduos, uma “nova antropologia” (MARCUSE, 1969a, p. 17) na qual trabalho, jogo, liberdade e necessidade estariam combinados sob uma conjuntura de “pacificação da existência” (MARCUSE, 2015, p. 53, entre aspas no original).

A razão pós-tecnológica pode ser erigida sob o complexo de mudança social qualitativa: a imposição da derrota à civilização repressiva resulta, imediatamente, na libertação da racionalidade outrora reprimida e dá ensejo a uma nova cognição que desagrilhoa os impulsos proibidos desde a infância, circunscritos à “fantasia” (MARCUSE, 1978b, p. 35) na era precedente e recriminados como meras ficções, mas que nunca foram cooptados completamente e que mantiveram, de modo latente ou explícito, acesa a chama da “Grande Recusa” (MARCUSE, 1978b, p. 147) – a fantasia foi o lugar que preservou não apenas Prometeu, nela também viveram Orfeu e Narciso, estes dois como imagens de uma civilização

não repressiva e a expandirem a gratificação e Eros livre (ESTEVEVES, 2020, p. 249); a fantasia foi, ainda, a maneira de manter relacionadas as camadas do inconsciente com a consciência, uma vez que o princípio de prazer se reconecta e se expressa na arte, unindo razão e Eros. Civilização não precisa ser necessariamente repressiva ou, em outros termos, o princípio de realidade pode contemplar o princípio de prazer, pois a era da escassez foi superada pela condição “madura” (MARCUSE, 1978b, p. 139) atingida e que pode, por isso, formar indivíduos com outra estrutura psíquica e sociedades com organização e relações de trabalho não alienado. A “libertação psicanalítica da memória” (MARCUSE, 1978b, p. 39) explode a racionalidade reprimida no indivíduo e empreende uma reconhecimento a recuperar imagens e impulsos proibidos desde a infância e convertidos em tabus; com tal reconhecimento, a fantasia deixa de ser discriminada, desvalorizada e, assim, passa a contribuir como veículo de descobertas e como força a desmontar a estrutura de repressão às pulsões – a Grande Recusa está preservada e as imagens de libertação e da gratificação não saem do horizonte. A fantasia expressa a possibilidade de efetivação de uma sociedade qualitativamente diferente, com Eros não acorrentado por Thanatos, e conta, para tal, com o aproveitamento da base técnica com potência de vencer a escassez e com uma racionalidade que recupera a receptividade, a contemplação e o prazer.

A expressar e a prenunciar esta possibilidade, estão as novas necessidades (e cognições) arvoradas entre os *outsiders* existentes na própria sociedade industrial avançada, qualificados por Marcuse como agentes da Grande Recusa; neles, à medida que se experimentou a vida opulenta do centro do capitalismo, formou-se a “base instintual para a liberdade” (MARCUSE, 1969b, p. 04) que tornou o organismo intolerante em relação ao princípio de desempenho e à agressividade e, por isso, constituído de um “fundamento biológico para o socialismo” [MARCUSE, 2011, p. 83] (mas sem que a posição de Marcuse caia em um biologismo³) e uma força política anticapitalista e catalisadora da revolução (KELLNER, 1984, p. 286). Seria a nova sensibilidade a mediação entre o indivíduo e a mudança social qualitativa a quebrar com a longa tradição de servidão voluntária; ela e o pensamento negativo – a nova antropologia, o novo homem – em relação à ordem antecipam o futuro dentro do presente à medida que apresentam solu-

³ Marcuse considera que “há maleabilidade na natureza humana: a própria estrutura instintual do homem caracteriza-se de forma diferente em condições históricas que afetam o comportamento e as normas sociais que o orientam – o organismo recebe e reage a certos estímulos e ignora e repele outros em acordo com a moralidade introjetada; assim, consciências e ideologias são constantemente recriadas, tal como o padrão de comportamento considerado natural” (ESTEVEVES, 2020, p. 253).

ções que desqualificam o princípio de realidade vigente como freio à libertação, como modo de manter a desarmonia entre as necessidades sociais e individuais, como continuador das dessublimações repressivas e a repetir Auschwitz, Vietnã, Inquisição, desigualdades sociais... A nova sensibilidade dos membros da oposição radical inclina-os a pensar a vida como fim, e não como meio, a entrelaçar política e moral, a caracterizar-se por uma economia libidinal com Eros livre, a precondicionar o homem à liberdade, a catalisar o desbloqueio da luta contra o *status quo* e a favor da realização das necessidades impossíveis de serem atendidas sob o “princípio de desempenho” e a “mais-repressão” (MARCUSE, 1978b, p. 51). A Grande Recusa, aliás, foi diagnosticada por Marcuse como já em curso, na época: protestos a questionarem os privilégios e a não distribuição das várias formas de direitos entre todos, greves e ocupações de fábricas não autorizadas pelas burocracias sindicais, absenteísmo e sabotagens em vários ramos do processo produtivo e distributivo, recusa ao ascetismo etc. mostravam que se rejeitava o *todo* da sociedade administrada e que se articulava o presente (contestado) ao futuro. A nova sensibilidade demanda um meio social livre e é uma força política a lutar contra as agressões historicamente obsoletas e elimináveis, ela exige outras organizações de trabalho e racionalidade – o conhecimento voltar-se-ia, dessa vez, à ampliação da gratificação, a contemplar a arte como força produtiva e a fazer da própria sociedade uma obra de arte, um “*ethos estético*” (MARCUSE, 1969b, p. 24, grifo do Autor).

O *ethos estético*, novo princípio de realidade, não divorcia política e estética e não relega a beleza às salas de museus e a uma “segunda realidade” (MARCUSE, 1969b, p. 42); nele, as pulsões primárias libertadas estão constituídas e penetradas pelo belo e concatenam razão, imaginação e sentidos (não delimitados por fronteiras), o que alça a estética a fator de construção do princípio de realidade, uma vez que os sentidos e a imaginação não estão inferiorizados nem relegados à passividade. Da mesma maneira, a razão resensualiza-se, reerotiza-se e tem potencial criativo a cumprir na ampliação da liberdade. E como a beleza é o critério, os novos indivíduos não toleram o mercado, a concorrência, a competição, a exploração perdulária do meio ambiente, a racionalidade tecnológica/instrumental, a colonização do mundo pela forma mercadoria e procuram construir uma civilização a suprir as novas demandas do organismo, do seu corpo e da sua alma. Tal profundidade das reivindicações dos grupos da Grande Recusa pode abalar a economia, a política e a cultura da ordem: um protesto decorrente de uma agressão ambiental, de preconceitos, de agressões etc. pode fermentar ações que contemplem demandas não atendidas da imensa massa de dependentes sob o capitalismo de monopólios. De posse de uma sensibilidade a não tolerar a

agressão, a práxis humana enveredaria pela luta a erigir novos meios ambiente e social com uma “*Forma*” (MARCUSE, 1969b, p. 25, grifo do Autor) vincada pela beleza; com efeito, o *ethos* estético seria, outrossim, político e força produtiva à medida que o estético grassar-se-ia como luta pela ampliação dos direitos civis, políticos, sociais e humanos, e contribuiria na construção de técnicas a auxiliarem na edificação de uma sociedade como obra de arte.

Técnica e arte convergiriam (e já são pensadas de maneira convergente pelos agentes da Grande Recusa), comprometer-se-iam com a pacificação da existência e com a sociedade como obra de arte à medida que fariam pensar (imaginação, fantasia e memória como atividade do pensamento separada e não colonizada pelo princípio de realidade, relacionada com o princípio de prazer) em uma sociedade que venceu materialmente a escassez e pode colocar a mais-repressão, o princípio de desempenho e a repressão às pulsões primárias em colapso. A beleza ajuda a revelar a “*promesse de bonheur*” (MARCUSE, 2015, p. 289) ainda não alcançada na realidade opressiva e que, portanto, se opõe à liberdade e à gratificação. Cada peça de arte projeta uma existência diferente da estabelecida e cada aparelhagem técnica [não a atual, mas aquela a ser reconstruída (MARCUSE, 2015, p. 220)], se revertida para a “nova direção” (MARCUSE, 2015, p. 217) do progresso qualitativo e desviada do superdesenvolvimento quantitativo de quinquilharias e do trabalho estranhado, efetivaria satisfação das necessidades humanas livres. Trata-se de uma “nova ideia de Razão” (MARCUSE, 2015, p. 217) – não oposta aos sentidos e à arte, tal como Schiller ensinara com o conceito de “*impulso lúdico*” (SCHILLER, 2011, p. 70, grifo do Autor) – a promover a vida e sua melhoria: a razão pós-tecnológica, ao edificar uma técnica como instrumento de pacificação, contemplaria arte, ciência, novas necessidades e nova economia libidinal voltadas para a vitória sobre a miséria e a agressão e atuaria como uma “redução estética” (MARCUSE, 2015, p. 226) ao não mais circunscrever a felicidade à mera *promesse*, mas como edificação do “socialismo integral” (MARCUSE, 1973, p. 13) não redutor do programa de transição à planificação econômica por também demandar transformação na esfera da subjetividade. Duas radicalidades, a filosófica, ao entrelaçar razão, sensação e imaginação, e a prática, ao concatenar beleza, moral e política, contemplam as novas necessidades como imprescindíveis à emancipação: elas foram antecipadas pelos ativistas da Nova Esquerda, a exemplo dos estudantes engajados (ESTEVEZ, 2019, p. 23 *et seq*), que, concomitantemente, anseiam a transformação das instituições e das pessoas, entrelaçam teoria e prática, concatenam as pautas específicas do movimento nos *campi* com as demandas mais gerais de toda a sociedade, denunciam as mazelas da civilização repressiva e mostram que somente

outra formação social resolveria os problemas da educação e de todos os outros âmbitos. As vontades e as lutas estudantis vivenciadas por Marcuse denotavam um desejo que pulsava e que projetava a técnica e a sociedade como arte, ou, em outras palavras, um “*ethos* estético”.

Portanto, a utopia do filósofo frankfurtiano é positiva à medida que une técnica e arte e que pensa a primeira como voltada, também, à beleza, e a segunda, alçada à condição de uma dentre as forças produtivas: trata-se de uma concepção de utopia ligada à práxis e à história, caracterizada como “*ideia nova*” (MARCUSE, 1969b, p. 22, grifo do Autor), maneira de recusar a trilhar o mesmo *continuum* histórico das condições presentes, projeto de transformação. Se há condições técnicas para encerrar a pobreza e a mais-repressão e, ao mesmo tempo, existe uma organização social e política que bloqueia tal realização, a utopia não se reveste de conteúdo pejorativo (irrealizável, impossível) e seu apanágio é aquele etimológico – de *não lugar* viabiliza-se para tornar-se *lugar*. Nesse sentido, Marcuse toma emprestada a expressão de Ernst Bloch: trata-se de “utopia concreta” (MARCUSE, 1976, p. 76), viável, entremeada de condições materiais e intelectuais para pacificar a existência, mais racional que a (ir)racionalidade tecnológica/instrumental, emancipatória à medida que está concatenada à nova sensibilidade dos ativistas da Nova Esquerda a divorciar libido e agressividade. Utopia, nova sensibilidade e técnica, entrelaçadas e compromissadas com a pacificação da existência, expressivas do *ethos* estético como novo princípio de realidade, atuam no sentido da superação do trabalho estranhado e da atividade humana como cega e não controlada pelos próprios indivíduos. Como a imaginação produtiva seria, também, estética, ela controlaria o aparato e o maquinário em lugar de ser controlada por eles para, assim, distanciar os trabalhadores dos instrumentos de produção, aproveitar a automação (reorientando-a e livrando-a da irracionalidade com a qual está afinada) e evitar que vidas sejam desperdiçadas e esgotadas no reino da necessidade, reduzir o tempo socialmente necessário de trabalho, aumentar o tempo livre para a realização de necessidades que não aquelas programadas pela sociedade administrada, contribuir com o livre desenvolvimento das faculdades cognitivas e sensoriais, edificar cidades sem a exploração perdulária do meio ambiente e a barbárie industrial na qual se afundaram.

Eis uma tarefa “*política*” (MARCUSE, 2015, p. 221, grifo do Autor) da ciência a superar sua pseudoneutralidade, a deixar de operar como dente da engrenagem do *status quo* e a contribuir com o fim da agressividade que ela e o princípio de desempenho impõem: a razão pós-tecnológica, afinada com a arte, é

parte da construção do *ethos* estético como obra civilizacional a metamorfosear o progresso quantitativo em qualitativo:

Não mais condenados à agressividade e repressão compulsivas na luta pela existência, os indivíduos estariam em condições de criar um meio técnico e natural que deixaria de perpetuar a violência, a fealdade, a ignorância e a brutalidade (MARCUSE, 1973, p. 12).

REFERÊNCIAS

- BLOCH, E. **O princípio esperança** vol. 1. Trad. de N. Schneider, Rio de Janeiro: EdUERJ/Contraponto, 2005.
- ESTEVES, A. A. **Do socialismo científico ao socialismo utópico: o projeto emancipatório de Herbert Marcuse – política e estética nas décadas de 1960 e 1970**. Curitiba: CRV, 2020.
- ESTEVES, A. A. Catálise para mudança social qualitativa ou efeito descivilizador? O estatuto dos movimentos estudantil e extraparlamentar em Herbert Marcuse e Norbert Elias. **Kínesis**. Marília (SP): vol. 11, nº 28, jan.- jun., 2019, pp. 15-37.
- ESTEVES, A. A. Marcuse: a tecnologia como forma de controle social. *In*: SGANZERLA, A.; VALVERDE, A. J. R.; FALABRETTI, E. (orgs.) **O pensamento político moderno em movimento: ensaios de Filosofia Política**. Curitiba: PUCPress, 2018.
- ESTEVES, A. A. Liberdade e Esclarecimento: da esperança kantiana à aporia segundo Horkheimer e Adorno. **Intuitio**. Porto Alegre: PUC/RS, vol. 2, nº 3, 2009, pp. 30-55.
- ESTEVES, A. A.; VALVERDE, A. J. R. Educação e emancipação em Adorno e Marcuse. **Cognitio-Estudos**. São Paulo: PUC/SP, vol. 13, nº 2, 2016, pp. 256-276.
- FREUD, S. **O homem Moisés e a religião monoteísta**. Trad. de R. Zwick, Porto Alegre: L&PM, 2018.
- HEGEL, G. W. F. **Fenomenologia do espírito**. Trad. de P. Meneses, Petrópolis; Bragança Paulista: Vozes; USF, 2002.
- HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. **Dialética do Esclarecimento**. Trad. de G. A. de Almeida, Rio de Janeiro: 1985.
- JAY, M. **The dialectical imagination: a history of the Frankfurt School and the Institute of Social Research, 1923-1950**. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 1996.

- KANT, I. **Textos seletos**. 2º ed. Trad. de F. de S. Fernandes, Petrópolis: Vozes, 1985.
- KELLNER, D. **Herbert Marcuse and the crisis of Marxism**. Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 1984.
- LOUREIRO, I. (org.). **Herbert Marcuse: a Grande Recusa hoje**. Trad. de I. Loureiro e R. de Oliveira. Petrópolis: Vozes, 1999.
- MARCUSE, H. **Razão e Revolução: Hegel e o Advento da Teoria Social**. 2º ed. Trad. de M. Barroso, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978a.
- MARCUSE, H. **Eros e civilização: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud**. 7º ed. Trad. de Á. Cabral, Rio de Janeiro: Zahar, 1978b.
- MARCUSE, H. **Tecnologia, guerra e fascismo**. Trad. de M. C. V. Borba, São Paulo: UNESP, 1999a.
- MARCUSE, H. **A dimensão estética**. Trad. de M. E. Costa, Lisboa: Edições 70, 1999b.
- MARCUSE, H. **Cultura e sociedade** vol. I. Trad: W. L. Maar, I. M. Loureiro e R. de Oliveira, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- MARCUSE, H. **Cultura e sociedade** vol. II. Trad. de W. L. Maar, I. M. Loureiro e R. de Oliveira, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- MARCUSE, H. **O homem unidimensional: estudos da ideologia da sociedade industrial avançada**. Trad. de R. de Oliveira, D. C. Antunes e R. C. Silva, São Paulo: Edipro, 2015.
- MARCUSE, H. **O fim da utopia**. Trad. de C. N. Coutinho, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969a.
- MARCUSE, H. **An essay on liberation**. Boston: Beacon, 1969b.
- MARCUSE, H. Tolerância repressiva. *In*: WOLFF, R. P.; MOORE, B. JR.;
- MARCUSE, H. **Crítica da tolerância pura**. Trad. de R. Jungmann, Rio de Janeiro: Zahar, 1970a.
- MARCUSE, H. **Five Lectures: Psychoanalysis, politics and utopia**. 2º ed. Trad. by J. J. Shapiro and S. M. Weber, Boston: Beacon, 1970b.
- MARCUSE, H. A noção de progresso à luz da Psicanálise. *In*: **Cultura e Psicanálise**. Trad. de W. L. Maar, R. de Oliveira e I. Loureiro, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.
- MARCUSE, H. **Contrarrevolução e revolta**. Trad. de Á. Cabral, Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- MARCUSE, H. H. **Actuels**. Trad. de J. M. Manière, Paris: Gaalilée, 1976.

- MARCUSE, H. **La sociedad carnívora**. Trad. de M. Grinberg, Buenos Aires: Godot, 2011.
- MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Trad. de J. Ranieri, São Paulo: Boitempo, 2010.
- MUSSE, R. Max Horkheimer: a teoria da autoridade. *In*: SGANZERLA, A., VALVERDE, A. J. R., FALABRETTI, E. (orgs.) **O pensamento político em movimento**: ensaios de Filosofia Política. Curitiba: PUCPress, 2018.
- NEUMANN, F. **Behemoth**: the structure and practice of Nacional Socialism, 1933-1944. Chicago: Ivan. R. Dee, 2009.
- POLLOCK, F. State Capitalism: its possibilities and limitations. *In*: ARATO, A.; GEBHARDT, E. **The essential Frankfurt School reader**. New York: Continuum, 1992.
- SCHILLER, F. **A educação estética do homem**: numa série de cartas. Trad. de R. Schwartz e M. Suzuki, São Paulo: Iluminuras, 2011.
- VALVERDE, A. J. R. Trabalho, ócio, preguiça: cumpre imaginar Sísifo feliz. *In*: **Aurora**. Curitiba: vol. 30, nº 50, 2018, pp. 424-449.
- VALVERDE, A. J. R. Filosofia do futuro e a cerração do tempo presente. *In*: PERUZZO JR., L. (org.) **O futuro da Filosofia**. Curitiba: CRV, 2019.
- WIGGERSHAUS, R. **A Escola de Frankfurt**: história, desenvolvimento teórico, significação política. Tradução de Lilyane Deroche-Gurgel e Vera de Azambuja Harvey, Rio de Janeiro: Difel, 2º edição, 2006.

“MAS NÃO HÁ MAIS ANTISSEMITAS”: NOTAS SOBRE O SÉTIMO ELEMENTO DO *ELEMENTOS DO ANTISSEMITISMO*, DE MAX HORKHEIMER E THEODOR ADORNO

Cristiane Souza Borzuk

Écrasez l' infame!

Voltaire

PRÓLOGO

Horkheimer e Adorno iniciam o último elemento do texto *Elementos do Antissemitismo* com uma afirmação inquietante para o contexto no qual foi escrito: “Mas não há mais anti-semitas”¹. O propósito deste texto é buscar os argumentos que sustentam esta tese, indicando elementos que possam contribuir para a compreensão do estado atual das relações que tem sido frequentemente vistas no Brasil.

Parte-se da hipótese de que esta afirmação se baseia, sobretudo, em duas questões: a expropriação psicológica dos indivíduos sob a vigência do capitalismo administrado e, a que decorre desta, a redução demasiada da capacidade de fazer escolhas e de julgar. Destes dois pontos desdobra-se um modo de perceber

¹ Nas citações fica mantida a grafia tal como aparece na tradução utilizada, neste caso, anterior à reforma ortográfica da língua portuguesa de 2009.

o mundo próprio das sociedades industriais avançadas, a saber, a mentalidade do ticket.

Aqui um esclarecimento: como se verá adiante, parte-se do pressuposto de que, para além da discussão pontual e datada sobre o antissemitismo, o texto de Horkheimer e Adorno traz considerações que nos auxiliam na compreensão das várias formas de preconceito existentes e, sobretudo, aponta para tendências psicológicas e sociais que podem ser identificadas nos nossos dias. Implicada na adoção do termo ‘tendência’, ou na busca pelas ‘tendências’ psicológicas e sociais deste momento histórico, está a noção de que a história não se circunscreve ao passado, ou, nem é, tampouco, apenas pano de fundo para a compreensão de fenômenos atuais. Segundo Adorno, “(...) o que deve valer como essência dos fenômenos sociais – essência só no sentido de essencial – em grande medida nada mais é do que a história armazenada em fenômenos” (2008, p. 328). Trata-se de apreender a dinâmica aparentemente imobilizada ou, como dirá Adorno, o vir-a-ser nos fenômenos que se apresentam petrificados em fatos, como uma segunda natureza.

Ao mesmo tempo que compreendemos que a verdade implica em uma leitura temporal dos fenômenos, considerando as suas especificidades históricas, compreende-se também que o que aparentemente não apresenta relações com outros momentos históricos, guarda ali os seus fundamentos. Com isto, reconhece-se a fertilidade das análises frankfurteanas sobre o fenômeno do antissemitismo para uma leitura da realidade atual.

Este texto não pretende ‘aplicar’ a discussão sobre o antissemitismo realizada por Horkheimer e Adorno nas configurações políticas atuais no Brasil, mas pretende colocar em evidência conceitos que podem ser úteis para análises futuras.

O ELEMENTOS

O texto *Elementos do antissemitismo: limites do esclarecimento* (1985), de Max Horkheimer e Theodor Adorno, foi publicado pela primeira vez em 1944 no livro *Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos* (1985), sendo o último elemento, fonte destas notas, incluído apenas na edição de 1947². Segundo Silva e de Caux (2019), o *Elementos* foi uma parte considerada de inclusão tardia no livro, visto que em 1942, dois anos antes da primeira edição, parte substancial

² Conforme anotações de Horkheimer e Adorno no *Prefácio à Dialética do Esclarecimento*, assinado em 1944, e seguido de um adendo em 1947 (Horkheimer e Adorno, 1985).

da obra já estava esboçada e não continha nada que correspondesse ao capítulo sobre o antissemitismo. Como, no prefácio, Horkheimer e Adorno informam que as três primeiras teses foram escritas juntamente com Leo Löwenthal, Silva e de Caux (2019) supõem que foram redigidas e incluídas na obra apenas em 1943, com a visita de Löwenthal a Horkheimer e Adorno na Califórnia naquele ano.

O *Elementos*, apesar de não ser um trabalho empírico, está ligado diretamente às pesquisas de caráter empírico do Instituto para Pesquisa Social de Frankfurt. Segundo Carone (2002), as teses que o compõem foram elaboradas tendo por referência os estudos realizados na década de 1930 sobre os agitadores fascistas norte-americanos. Segundo Silva e de Caux (2019), foi no contexto de submissão e início da execução do projeto submetido ao American Jewish Committee pelo Instituto de Pesquisa Social sobre o antissemitismo que o texto foi elaborado. Essa pesquisa culminou na publicação de uma série de cinco volumes intitulados *Studies in Prejudice*³, em 1950.

Condizente com os propósitos mais gerais da *Dialética do Esclarecimento*, e compreendendo que uma época não se explica por ela mesma, tecem uma “pré-história filosófica do anti-semitismo” (1985, p. 16), buscando na própria razão a origem do irracionalismo. De acordo com os autores, o texto “...trata do retorno efetivo da civilização esclarecida à barbárie” (1985, p. 16), o que o torna particularmente caro aos estudos frankfurteanos.

Segundo Cohn (1997), o *Elementos* é, de certo modo, a parte “mais radical” da *Dialética do Esclarecimento*, já que se propõe a indicar os limites do esclarecimento. Em suas palavras, “(...) trata-se de dar conteúdo historicamente específico à crítica” (1997, p. 05).

Pode-se considerar, também, que para além da discussão pontual e necessariamente importante sobre o antissemitismo, a grandeza do texto se dá particularmente pelo fato de que ele revela tendências psicológicas e sociais da civilização esclarecida que se materializaram efetivamente com o capitalismo administrado. Assim, mais do que uma questão pontual e datada, o antissemitismo aqui aparece como um exemplo da efetivação dessas tendências. Além disso, o *Elementos*, juntamente com textos como *A Personalidade Autoritária* (1965),

³ Os trabalhos que compuseram os *Studies in Prejudice* foram:

Volume 1: The Authoritarian Personality

Volume 2: Dynamics of Prejudice

Volume 3: Anti-Semitism and Emotional Disorder

Volume 4: Rehearsal For Destruction

Volume 5: Prophets of Deceit

Mínima *Moralia* (1951), *Eclipse da Razão* (2015) etc., “(...) consistem em crítica contundente às condições sociais que geraram o fascismo” (Crochik, 2000, p. 72).

O *Elementos do antissemitismo* é apresentado por meio de sete teses que representam, cada qual, um elemento⁴. Nele os autores utilizam o método da constelação, em que diversas luzes são lançadas sobre o objeto. Cada uma representa um constituinte do objeto, e não uma explicação. Como tal, possuem certa independência entre si. Segundo Cohn, o termo ‘Elementos’ diz respeito

(...) não às partes de um sistema (o que certamente não é o caso) nem meramente a uma vista de olhos fragmentária sobre um grande tema, mas a um processo de decomposição de um objeto. (...) Ainda que fale do anti-semitismo de modo muito preciso ao caracterizá-lo nos seus traços distintivos, a análise, ao fazê-lo, vai apontando para um processo subjacente (1997, p. 09).

Quanto à forma de tratamento do tema, Cohn afirma: “O procedimento básico adotado, aqui e em outros lugares, foi enunciado em várias oportunidades por Adorno. Trata-se de confrontar o objeto com o seu conceito, e cobrar dele a realização de tudo o que está contido neste” (1997, p. 6). Em outras palavras, que o conceito seja confrontado com o que ele reivindica ser.

A conveniente e tradicional distância entre o conceito e o objeto a que ele se refere, é própria do pensamento idealista. O que resulta da falta de experiência com o objeto, apresentando um retrato deturpado do objeto, é convertido forçadamente na identidade entre eles. Essa identidade é categoricamente recusada por Horkheimer e Adorno. Ela representa o primado do espírito na explicação dos fenômenos.

Na recusa da identidade entre coisa e conceito, neste caso, entre o que se diz sobre o antissemitismo e o que ele realmente é, evidencia-se o fato de que os autores se propõem a denunciar, como se verá adiante, a tentativa forçada que há de se identificar o objeto ao seu conceito. A constatação a que se chega é que há um abismo enorme entre o que se diz efetivamente a respeito do antissemitismo e o que ele tem significado em nossos dias. Isso evidencia o caráter político e decisivamente comprometido do método utilizado pelos autores.

Por fim, pode-se depreender das questões anteriores que em nossos dias o conceito de antissemitismo não é ideológico por sua natureza, mas porque ele não corresponde objetivamente ao conteúdo de verdade do objeto.

⁴ Segundo Cohn (p. 09), o fato de o texto ser organizado em forma de “elementos” já indica o interesse por uma forma de escrita que posteriormente resultará na escolha pelo ensaio.

O SÉTIMO ELEMENTO E A MENTALIDADE DO TICKET

Dos sete elementos, o único que de alguma maneira faz referência aos demais é o último. Como já mencionado, ele foi escrito tempos depois e inserido na edição de 1947 da *Dialética do Esclarecimento* (três anos, portanto, após a primeira edição).

Neste texto, Horkheimer e Adorno apresentam questões que abalam convicções sólidas em vigor, tanto na época em que o texto foi escrito, quanto ainda hoje. Refiro-me particularmente à tese principal do texto, qual seja, a tese de que não há mais antissemitas e, decorrente desta, a que a justifica, a denúncia da expropriação psicológica dos homens com o avanço das sociedades administradas. Com ela a constatação de que a subjetividade, tal como descrita pelo modelo freudiano, não mais existe, e o conflito entre as instâncias mentais que outrora garantiam a possibilidade de algum nível de autonomia (possibilitando escolhas e a responsabilidade por elas) é substituída por uma direção externa.

Para Cohn (1997, p. 09) este elemento que pode parecer, à primeira vista, uma espécie de *afterthought*, introduz um tema novo, que também aparece em outras pesquisas que Adorno realizou na mesma época (vale lembrar que a preparação de pesquisas relacionadas ao problema do antissemitismo, em particular *La Personalidade Autoritária* coincidiu em grande parte com a redação da *Dialética do Esclarecimento*). Trata-se do *ticket thinking*, ou a mentalidade do ticket.

Segundo Cohn (1997), a mentalidade do *ticket* refere-se a um modo de pensar e de perceber o mundo que opera a partir de ‘blocos de significados’ aparentemente coerentes, mas que são intrinsecamente contraditórios. A palavra *ticket*, neste contexto, refere-se a uma lista de candidatos imposta aos eleitores por um partido político. Mas, dirão Horkheimer e Adorno, da mesma forma que são inseridos nomes de pessoas desconhecidas nessas listas e que apenas seriam eleitos se estivessem nos ‘blocos’, “(...) assim também os pontos ideológicos centrais estão codificados em poucas listas (1985, p. 187).

Segundo Horkheimer e Adorno, o processo de mecanização e burocratização exige dos indivíduos um novo tipo de ajustamento para enfrentar as exigências que surgem nos vários setores da vida: “...é preciso que, em certa medida, os próprios indivíduos se mecanizem e padronizem” (1978, p. 181). Tal constatação implica no distanciamento das possibilidades de o indivíduo ser senhor do seu destino. Para Horkheimer e Adorno,

Quanto mais enfraquece a relação entre o destino de uma pessoa e o seu juízo autônomo, quanto mais se limita a possibilidade de optar pela realização de outra coisa que não seja a inclusão em organismos e instituições onipotentes, tanto melhores são as condições daqueles indivíduos que mais rapidamente abdicaram de suas opiniões pessoais e de sua própria experiência, e que concebem o mundo da forma que melhor convém à organização que decide o seu porvir (1978, p. 181).

Esta ‘forma de conceber o mundo e de pensar’, resultado do processo de industrialização e de sua propaganda (1985, p. 191), é o caminho para o entendimento da tese central do texto, que é apresentada logo nas primeiras linhas do sétimo elemento. Horkheimer e Adorno iniciam este elemento com a seguinte afirmação: “Mas não há mais anti-semitas” (1985, p. 186). Mas qual é o sentido de afirmação tão contundente, principalmente quando se tem o holocausto não apenas como uma lembrança antiga, mas como algo que invade sua casa a todo instante? A resposta deve ser buscada nas mudanças ocorridas tanto nas instituições quanto na constituição dos indivíduos, derivadas das mudanças nos processos econômicos ocorridos na virada do século XIX para o XX.

Para os autores, o antissemitismo pertence a uma época em que ainda era possível ao homem fazer escolhas. No liberalismo clássico, como a capacidade de fazer escolhas ainda não estava impedida, e a relação com os objetos ainda se dava de maneira menos direcionada pelo todo, possibilitando ainda algum nível de experiência com o objeto, cabia ao indivíduo a decisão por ser antissemita ou não, ponderando sobre sua escolha. Ainda que na adesão ao ideário antissemita já estivesse presente certo pensamento estereotipado, a decisão por tornar-se antissemita ainda era aberta à escolha individual.

Para os autores, “o anti-semitismo praticamente deixou de ser um impulso independente, ele não é mais do que uma simples prancha da plataforma eleitoral” (1985, p.187).

No capitalismo dos monopólios, com a demasiada integração, “continua-se a escolher, mas apenas entre totalidades” (1985, p. 187). Decide-se por ser antissemita como se decide por qualquer outra coisa, não importando o que significam tais escolhas. Para eles, “A psicologia anti-semita foi, em grande parte, substituída por um simples ‘sim’ dado ao *ticket* fascista, ao inventário de *slogans* da grande indústria militante” (1985, p. 187).

Na mentalidade do *ticket*, a experiência é negada, e com ela a capacidade de julgar. Com a negação da experiência, a tensão entre sujeito e objeto é perdida. Nega-se, não apenas a primazia do objeto, pressuposto da verdade, mas o objeto

inteiro. Este é substituído por clichês e pelas impressões que se tem, que, na maioria das vezes, em nada correspondem ao objeto.

Segundo Horkheimer e Adorno, o antissemitismo hoje prescinde da experiência e do contato com os judeus. Para aderir ao *ticket* antissemita não é preciso ter nenhuma experiência com judeus, basta ter acesso aos clichês. Assim como a experiência com os judeus não é necessária para tornar-se antissemita, o indivíduo, que se intitula antissemita, também não é mais necessário no processo de percepção do objeto de preconceito: “O percebedor não se encontra mais presente no processo de percepção” (1985, p. 188). Tal situação permite a existência de movimentos antissemitas em regiões que não existem judeus e cujas pessoas nunca tiveram contato nenhum com eles.

Não por acaso, a mentalidade do *ticket* se apresenta em contextos de instabilidade política e econômica. Constituída pela adesão a crenças, ideias e concepções que não se formaram na própria experiência do indivíduo, um contexto de instabilidade política e econômica, somado, segundo Adorno, à ignorância e à confusão, leva os indivíduos a um nível de ansiedade que faz com que busquem modos de adaptar-se à situação. Para o autor, o indivíduo deve fazer frente a problemas que não compreende e se vê impelido a criar técnicas para orientar-se. Por mais grosseiras e falaciosas que sejam, tais estratégias o ajudam a encontrar “... su camino en la oscuridad” (1965, 622), configurando-se como um esforço demasiado em busca de equilíbrio psíquico-social.

Os recursos utilizados nesta situação são a estereotipia, própria do pensar em bloco, e a personalização. Como meio de chegar à adaptação, estes recursos exercem, segundo Adorno, uma dupla função: de um lado, proporcionam ao indivíduo uma espécie de conhecimento que poderá utilizar em situações em que seja requisitado; de outro, é um meio que proporciona alívio psicológico diante da sensação de ansiedade e de incerteza vivenciadas pelos indivíduos, além de fornecer a ele a ilusão de que possui certa segurança intelectual, ainda que não a possua:

Nuevamente la estereotipia ayuda a organizar aquello que el ignorante ve como caótico: cuanto menos capaz es de entrar en un proceso realmente cognitivo, tanto más tozudamente se aferra a ciertas pautas pues el creer en ellas le evita el trabajo de profundizar verdaderamente en las cosas. (1965, p. 623).

Para Silva e de Caux (2019), os indivíduos frágeis, os dominados, aderem às convicções antissemitas ‘de coração’, e aqueles que se beneficiam da dominação, por seu turno, aderem instrumentalmente a elas: “Os mandantes altamente

situados (...) não odeiam os judeus e não amam os que obedecem seu comando” (Horkheimer e Adorno, 1985, p. 142).

Pertencente à mentalidade do ticket, que, de certo modo, “estabiliza psíquico-socialmente a ordem de dominação” (Silva e de Caux, p. 259), está a recusa da experiência com o objeto e, por conseguinte, a capacidade de julgar. A consciência moral⁵ e, derivada dela, a capacidade de julgar, que são por sua própria natureza, pertencentes à esfera da liberdade, não encontram seu lugar na sociedade dos monopólios. As ações que outrora eram pautadas pela consciência moral, hoje restringem-se substancialmente às necessidades de autopreservação. Segundo Adorno, pode-se dizer que a sociedade em que vivemos, marcada pela aparente liberdade de escolha, na verdade é uma continuação da história natural, visto que somos dependentes de necessidades cegas e orgânicas (...) “of the kind that we project onto nonhuman nature” (2000, p. 135).

Para os autores, em etapas anteriores à sociedade industrial avançada, “o juízo passava pela etapa da ponderação, que proporcionava certa proteção ao sujeito do juízo contra uma identificação brutal com o predicado” (1985, p. 188). E não há que se hesitar. Há que se apegar a qualquer lista sem dúvidas:

... quem hesita se vê proscrito como um desertor. Desde Hamlet, a vacilação tem sido para os modernos um sinal do pensamento e da humanidade. O tempo perdido representava e mediatizava ao mesmo tempo a distância entre o individual e o universal, como na economia a circulação entre o consumo e a produção. Hoje, os indivíduos recebem do poder seus tickets já prontos... (1985, p. 191).

Atualmente, o que se pode ver é a perda da possibilidade de discriminação, a “efetuação do juízo que se pode dizer desprovido de juízo” (1985, p. 188), que se situa, inclusive, no campo da substituição do conceito pela fórmula, própria da ciência formal. O conceito, quando surge, aparece aos homens como algo tão externo e independente de qualquer relação do sujeito com aquilo a que se quer referir, que não pode ser levado a sério. Com o embotamento da capacidade de julgar, “a distinção do verdadeiro e do falso estão desaparecendo” (1985, p. 188).

A mentalidade dos rótulos também é um ponto que aparece na pesquisa sobre a personalidade autoritária. No capítulo intitulado ‘La política y la economía en las entrevistas’, assinado por Adorno, há um tópico chamado ‘El pensar

⁵ Para efeito deste trabalho, trataremos a consciência moral como um esforço individual, guiado pela reflexão consciente das categorias de moralidade, sobre o bem agir. A consciência moral aqui é tratada, a um só tempo, como individual e social, e como tal, carece do estabelecimento de seus determinantes.

em rótulos y la personalización en la política’, em que a estereotipia e a personalização são associados ao pensar em bloco.

Segundo Adorno, a estereotipia e a personalização, apesar de serem fruto da realidade objetiva, promovem um distanciamento ou uma compreensão inadequada desta mesma realidade. Para o autor, a estereotipia se distancia da realidade por evitar o contato com a realidade concreta, se contentando com ideias rígidas e preconcebidas. A personalização, por seu turno, deixa de considerar o que é realmente abstrato, ou seja, a reificação de uma realidade social determinada pelas relações de propriedade. Para o autor,

La estereotipia y la personalización son las dos partes divergentes de un mundo que, en verdad, no se ha experimentado, partes que no sólo son irreconciliables entre si sino que tampoco dan lugar a la adición de algún elemento tendiente a reconstruir la imagen de la realidad. (1965, p. 624).

Uma pequena digressão: em *Sobre música popular* (1994), Adorno e Simpson trazem questões interessantes. Publicado em 1941, o texto antecipa a discussão sobre a indústria cultural ao analisar a música popular norte-americana, o jazz. Para os autores, a distinção entre a música popular e a música séria não se expressa pela relação entre complexidade e simplicidade. Para eles, “Padronização e não-padronização são os termos contrastantes fundamentais para estabelecer a diferença” (1994, p. 120). O que ali é chamado de estandardização, diz respeito à padronização estrutural da música popular, elemento que exerce um papel demasiadamente importante nos mecanismos de cooptação dos indivíduos pela indústria cultural. De acordo com os autores, “A estandardização estrutural busca reações estandardizadas” (1994, p. 120).

Se o conceito de estandardização aparece ali, seguido da pseudoindividualização, como característica da música popular, que mais tarde são estendidas para a totalidade dos produtos da indústria cultural, podemos supor que o conceito de estereotipia represente a contraparte subjetiva desse conceito.

Se em *Sobre música popular* a discussão se dá sobre a configuração do estímulo, qual seja, a música popular norte-americana do início do século XX, apontando a tendência a uma nova forma de controle, a estereotipia pode ser considerada a expressão da materialização dessa tendência nos indivíduos.

A PEQUENA EMPRESA PSICOLÓGICA: A EXPROPRIAÇÃO PSICOLÓGICA DOS INDIVÍDUOS NO CAPITALISMO ADMINISTRADO

Segundo Horkheimer e Adorno (1985, p. 188), “Quanto mais a evolução da técnica torna supérfluo o trabalho físico, tanto mais fervorosamente este é transformado no modelo do trabalho espiritual”. Ao mesmo tempo, é necessário impedir o trabalho intelectual, a reflexão. Aqui está, de acordo com os autores, o “segredo do embrutecimento”, que é condição para o antissemitismo. A técnica e a racionalidade econômica não determinam apenas os aspectos produtivos desta sociedade, mas também os indivíduos.

Para os autores, assim como a antiga loja especializada foi substituída pela loja de departamentos, os indivíduos foram expropriados psicologicamente. Para eles, quando ainda era possível a existência de uma economia de mercado significativa, a loja especializada “havia absorvido a iniciativa, a disposição e a organização e se transformara (...) numa livre empresa”, mas como a liberdade possível para as empresas implicava em riscos, acaba por ser substituída pela loja de departamentos, uma forma centralizada e eficaz de comércio. Horkheimer e Adorno afirmam que com os indivíduos o processo foi semelhante. No capitalismo concorrencial o indivíduo foi fundamental para a atividade econômica realizando incansavelmente “(...) o tipo ideal do *homo oeconomicus*” (1985, p. 189).

Independente da tutela imposta por contextos anteriores, o indivíduo adaptava-se às novas demandas de trabalho e da técnica, seja na condição de trabalhador assalariado, seja na condição de empresário. Este ‘tipo ideal’, a ‘pequena empresa psicológica’,

(...) se constituiu como uma dinâmica complicada do inconsciente e do consciente, do id, ego e superego. No conflito com o superego, a instância de controle social no indivíduo, o ego mantém as pulsões dentro dos limites da autoconservação. As zonas de conflitos são grandes e as neuroses, os *faux fraix*, dessa economia pulsional, são inevitáveis. Não obstante, a complicada aparelhagem psíquica possibilitou a cooperação relativamente livre dos sujeitos em que se apoiava a economia de mercado (1985, p. 189).

Assim, a mônada psicológica, portadora de alguma autonomia, capaz de vender sua força de trabalho e competir num mundo em que o capitalismo se impunha enquanto modo de produção por excelência, era o modelo adequado ao capitalismo concorrencial. Entretanto, assim como a loja especializada era adequada ao capitalismo concorrencial e demonstrou não ser mais eficaz ao ca-

pitalismo monopolista, já que as coisas ocorriam de maneira “complicada, dispendiosa e cheia de riscos”, sendo substituída pela loja de departamentos, com a ‘pequena empresa psicológica’, ou seja, com o indivíduo, tudo ocorreu de modo semelhante.

Se o homem freudiano foi adequado a uma economia de mercado, em tempos de total administração ele tornou-se “um obstáculo à produção” (1985, p. 189). Assim,

Se, no liberalismo, a individuação de uma parte da população era uma condição da adaptação da sociedade em seu todo ao estágio da técnica, hoje, o funcionamento da aparelhagem econômica exige uma direção das massas que não seja perturbada pela individuação (p. 190).

E como tudo o que dificulta o desenvolvimento capitalista deve ser liquidado, também o indivíduo deve ser eliminado. Segundo Horkheimer e Adorno,

Os sujeitos da economia pulsional são expropriados psicologicamente e essa economia é gerida mais racionalmente pela própria sociedade. A decisão que o indivíduo deve tomar em cada situação não precisa mais resultar de uma dolorosa dialética interna da consciência moral, da auto conservação e das pulsões (1985, p. 189).

As decisões são tomadas de fora, em demonstração de total heteronomia. Segundo os autores, na esfera do trabalho, as decisões são tomadas pela hierarquia; na esfera pessoal, privada, pela indústria cultural.

Assim como a loja de departamento é gerida centralmente, nos indivíduos, a economia pulsional é gerida diretamente, sem mediações, pelo todo. É certo que em todos os tempos a totalidade sempre teve uma força maior que os indivíduos particulares, no entanto hoje isso ocorre em proporções jamais vistas, sobretudo pela existência da indústria cultural. No capitalismo dos monopólios o indivíduo é, segundo Horkheimer e Adorno (1978), imediatamente absorvido, como átomo, pela unidade maior. A desproporção abissal entre indivíduo e sociedade anula a tensão entre eles. Mas, dirão os autores, “(...) a perfeita harmonia entre a onipotência e a impotência é ela própria a contradição não mediatizada, a oposição absoluta à reconciliação” (1985, p. 191).

A socialização do indivíduo diretamente pela totalidade, que favorece o desenvolvimento da mentalidade do *ticket*, coloca em questão a redução da capacidade da família em intervir no destino de seus membros. Segundo Horkheimer e Adorno (1978), “a decadência histórica da família contribuiu, justamente nesse sentido, para agravar o perigo do domínio totalitário que, por sua vez, tem raízes

nas mesmas tendências econômicas que vão destruindo a família” (p. 144). Para os autores,

(...) a família moderna, em relação à família burguesa antiga, vê reduzida a sua capacidade de formar indivíduos autônomos e radicalmente transformado o caráter da experiência proporcionada, em seu próprio seio, às pessoas que a compõem. (...) Neste caso, o ponto de partida é a tendência progressiva da sociedade para a “socialização”, isto é, para a inserção, segundo um plano superiormente estabelecido, das partes no todo, e para a integração, em formas de organização incomensuravelmente grandes, sejam econômicas ou políticas (p. 73).

Essa redução do papel mediador da família repercutiu decisivamente na ascensão de Hitler ao poder. Para eles, como a crise da família ocorreu na Alemanha antes do que em qualquer outro país, Hitler não poderia se sustentar na sólida autoridade da anterior estrutura patriarcal da família alemã; ao contrário, era exatamente a ausência dessa autoridade o que favorecia a ascensão do nazismo. Neste contexto, o que o Terceiro Reich poderia representar era a substituição de uma autoridade não mais existente, porém ansiada: “... a violência da autoridade, por um lado, a necessidade da autoridade, por outro, aparecerão quase como que invocadas pela ausência de autoridade na Alemanha da república de Weimar” (1978, p. 145). Assim,

A efetiva debilidade do pai na sociedade, que tem sua origem na redução da esfera de concorrência e da livre iniciativa, penetra assim até as células mais profundas do equilíbrio psíquico-moral, a criança já não pode identificar-se totalmente com o pai, não pode fazer a interiorização das exigências impostas pela família que, apesar de seus aspectos repressivos, contribuía de uma forma decisiva para a formação do indivíduo autônomo (1978, p. 145).

Desse modo, segundo Marcuse, “À medida que a família torna-se cada vez menos decisiva em dirigir a adaptação do indivíduo à sociedade, o conflito pai-filho também deixa de constituir o conflito-modelo” (1981, p. 96). Se, em outros tempos, a coação e o dever eram introjetados nos indivíduos, tendo como modelo a Ética Protestante, tal como descrita por Weber; se se podia perseguir o Imperativo Categórico como um princípio de autonomia (ainda que não se chegasse lá), hoje o que resta são as listas para a escolha inconsequente e confortável. Já não é mais necessário o conflito para que se decida. “O senso de realidade, a adaptação ao poder, não é mais resultado de um processo dialético entre o sujeito e a realidade, mas é imediatamente produzido pela engrenagem da indústria” (1985, p. 191).

As associações e as celebridades assumem as funções do ego e do superego e as massas, despojadas até mesmo da aparência da personalidade, deixam-se modelar muito mais docilmente segundo os modelos e palavras de ordem dadas, do que os instintos pela censura interna (1985, p. 190).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante destas considerações, não é difícil entender a afirmação tão inquietante que dá início ao texto. Assim, se é verdade que não há mais antissemitas, a mentalidade antissemita se preserva na mentalidade do *ticket*. Horkheimer e Adorno são categóricos: “Não é só o *ticket* anti-semita que é anti-semita, mas a mentalidade do *ticket*”. Ele se dilui, segundo Cohn, na “raiva feroz pela diferença’ que é intrínseca à mentalidade do *ticket*” (1997, p. 19).

Uma questão surge aqui: se mais do que o conteúdo do *ticket*, a mentalidade do *ticket* é antissemita, o que dizer sobre o que pode ser considerado um *ticket* progressista? Horkheimer e Adorno afirmam que efetivamente as pessoas ‘psicologicamente mais humanas’ são mais atraídas pelo *ticket* progressista, no entanto, para eles, a perda da experiência proporcionada também pela adoção de um *ticket*, transforma seus adeptos em ‘inimigos da diferença’.

Mas se o *ticket* progressista aponta para algo não apenas distinto, mas substancialmente pior que o seu conteúdo, o conteúdo do *ticket* fascista é a mentira manifesta e persistente; “Ao mesmo tempo que não admite nenhuma verdade com a qual possa ser confrontado, a verdade aparece negativamente, mas de maneira tangível, em toda a extensão das contradições desse *ticket*” (1985, p. 194).

Se os autores iniciam o sétimo elemento do *Elementos do Antissemitismo* com uma afirmação intrigante, qual seja, “Mas não há mais anti-semitas”, a afirmação que o encerra não poderia ser menos inquietante. Ao indicarem que a verdade sempre surge de modo tangível nas contradições do *ticket* antissemita, os autores afirmam: “Dessa verdade, os destituídos do poder de julgar só podem ser separados pela perda total do pensamento. O próprio esclarecimento, em plena posse de si mesmo e transformando-se em violência, conseguiria romper os limites do esclarecimento” (1985, p. 194).

REFERÊNCIAS

- Adorno, T. W.; Simpson, G. Sobre música popular. *In: Sociologia* (org. por Gabriel Cohn). São Paulo: Editora Ática, 1994.
- Adorno, T. W. **Problems of Moral Philosophy**. Stanford, California: Stanford University Press, 2000.
- Adorno, T. W. **Lectures on negative dialectics**: fragments of a lecture course 1965-1966. Cambridge, MA: Polity Press, 2008.
- Adorno, T. W. **Dialética negativa**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2009.
- Adorno, T. W., Frenkel-Brunswik, E., Levinson, D. J. & Sanford, R. N. **La personalidad autoritaria**. Buenos Aires: Proyección, 1965.
- Carone, I. **A Personalidade Autoritária**: estudos frankfurtianos sobre o fascismo. Disponível em: <http://notes.ufsc.br/aplic/cfh.nsf/0/f8c5f4aa9513c2ae03256c4b007332dc>, 2002.
- Crochik, J. L. Teoria Crítica da Sociedade e Estudos sobre o Preconceito. **Revista Psicologia Política**, 2000.
- Cohn, G. Esclarecimento e Ofuscação: Adorno e Horkheimer hoje. **Lua Nova**, nº 43, 1997.
- Horkheimer, M. **Eclipse da Razão**. São Paulo: Editora UNESP, 2015.
- Horkheimer, M. Adorno, T. Elementos do Anti-Semitismo: limites do esclarecimento. *In: Horkheimer, M. Adorno, T. Dialética do Esclarecimento*: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.
- Horkheimer, M. Adorno, T. Família. *In: Horkheimer, M. Adorno, T. Temas Básicos da Sociologia*. São Paulo: Cultrix, 1978.
- Marcuse, H. **Eros e Civilização**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- Silva, E.S.N.; De Caux, L. P., Uma pré-história filosófica do antissemitismo: Adorno e Horkheimer sobre a genealogia do ódio antissemita. **Problemata: R. Intern. Fil.** V. 10. n. 4 (2019), p. 255-272.

REFLEXÕES SOBRE O POTENCIAL DE RESISTÊNCIA DO PENSAMENTO CRÍTICO DIANTE DO RECRUDESCIMENTO DA MENTALIDADE FASCISTA NO MUNDO ADMINISTRADO

Pedro Fernando da Silva

O problema que este ensaio delimita como objeto de análise é o potencial de resistência do pensamento diante do recrudescimento da mentalidade fascista atualmente em voga no mundo administrado. Ao ressaltar a sua qualidade crítica, comumente substituída por simulacros que neutralizam seu poder de negação, opõe-se à perspectiva positivista, que o subordina à mera constatação dos fatos estabelecidos, e reconhece-o como práxis, lançando-se a refletir sobre sua intervenção na realidade social progressivamente regressiva. Em suma, o objeto deste ensaio é a pergunta sobre a resistência possível por meio do pensamento não resignado diante da realidade que o nega e sobre o alcance de sua contribuição para transformá-la, ainda que, em si mesmo, não seja suficiente para isso.

Em consonância com a perspectiva de Adorno (1969/2009) a respeito da importância da crítica, reconhece-se que ela mantém relação intrínseca com a política e que, como a política não existe senão por meio do jogo de forças da sociedade que influi sobre sua própria substância, a crítica pode contribuir de modo decisivo para a realização da democracia, que não apenas a tem como

base de sustentação para a divisão entre os poderes, mas requer a autonomia dos indivíduos para sua real efetivação:

La crítica es esencial para la democracia. Ésta no sólo exige libertad para la crítica y necesita impulsos críticos, sino que se define por la crítica. Podemos confirmar esto históricamente en el hecho de que la concepción de la división de los poderes (en la que la democracia se basa desde Locke, pasando por Montesquieu y la constitución americana, hasta el día de hoy) tiene en la crítica su nervio vital. El *system of checks and balances*, el control recíproco de los poderes ejecutivo, legislativo y judicial, significa que cada uno de estos poderes crítica a los otros y limita así la arbitrariedad a la que cada poder tendería sin ese elemento crítico. La crítica está unida al presupuesto de la democracia: la mayoría de edad (ADORNO, 1969/2009, p. 699).

Tendo em vista a premente necessidade de opor resistência às crescentes manifestações do fascismo no Brasil e no mundo, refletir sobre o modo como o pensamento crítico pode contribuir para a defesa da democracia tornou-se uma questão urgente. Se a negação da crítica fortalece o caráter totalitário da sociedade e contamina o debate político, recobrar a sua extensão para além da esfera imediatamente política pode revelar a força do pensamento diante da realidade opressiva.

Nas seções seguintes serão analisados alguns aspectos do recrudescimento da mentalidade fascista no Brasil e destacada a importância do pensamento crítico para seu devido enfrentamento.

A HERANÇA NAZIFASCISTA: ELEMENTOS TOTALITÁRIOS INERENTES À DEMOCRACIA FORMAL

A situação política vigente no Brasil, neste final da segunda década do século XXI, denota o evidente fortalecimento das tendências conservadora, autoritária e fascista, que sob a aparência democrática há muito se desenvolvem na sociedade brasileira. Essa invisibilização, que também foi condição para o seu desenvolvimento subterrâneo, foi assegurada pelo verniz civilizatório que há muito dissimula a imagem do brasileiro como a de um povo naturalmente democrático e cordial. A propósito das eleições presidenciais de 2018, o capitão reformado do exército e Deputado Federal desde 1991, Jair Messias Bolsonaro, e os apoiadores de seu programa, conseguiram, por meio da agregação de diferentes forças políticas e culturais – em alguns casos, apenas superficialmente articuladas com a destrutividade sobejamente manifestada por grupos de apoiadores de

extrema direita, nitidamente identificados com o anseio totalitário por uma nova intervenção militar, embora não menos orientados pelo espírito regressivo – estabelecer-se no poder e aparelhar instituições do Estado de modo a enfraquecer os já frágeis dispositivos da democracia formal instalados no Brasil somente no período que sucedeu a ditadura militar que perdurou de 1964 a 1985.

Embora parte significativa dos apoiadores indiretos e dos colabores assíduos do bolsonarismo, como tem sido nomeada a principal tendência fascista brasileira, esteja revendo seu apoio e apresentando questionamentos a respeito do irracionalismo extremo do governo, sobretudo em relação a medidas de saúde pública e à sua política assistencial em tempos de pandemia mundial de COVID-19, não apenas setores muito bem organizados da indústria, do agronegócio e da classe política, mas também cerca de um terço da população brasileira, segundo recorrentes pesquisas de opinião pública, tem mantido seu apoio ao governo que, para alguns, é absolutamente insano e desprovido de racionalidade e, para outros, claramente imbuído de uma racionalidade perversa, afeita à manipulação planejada das emoções das massas que o apoiam e da repressão aos movimentos sociais que o rechaçam.

Embora seja notória a intenção totalitária do governo bolsonaro de aparelhar os poderes legislativo e judiciário, diretamente criticados por seus representantes e por seus fervorosos apoiadores, também há importante resistência desses poderes em prol da manutenção do processo e das instituições democráticas constitutivas do estado de direito. A continuidade do governo a despeito das constantes crises ocasionadas pelas declarações e ações mais contundentes do Presidente da República, Jair Bolsonaro, transcorre em clima de intensa instabilidade, no entanto, mantém-se em razão do apoio proveniente dos vários setores da vida social que se sentem representados por seu radicalismo. Ou seja, parte das pautas justapostas que compuseram seu impreciso plano de governo, caracterizado, sobretudo, pela negação ideológica de tudo que pôde comprimir sob a rubrica da esquerda, permanece sendo do interesse de parte do seu eleitorado, de empresários que buscam se beneficiar de sua política econômica e de setores culturais altamente conservadores, como é o caso de alguns grupos religiosos, sobretudo ligados a lideranças neopentecostais. A manutenção do governo parece espelhar o processo de sua ascensão: ele congrega forças políticas, econômicas e culturais preocupadas mais com seus interesses corporativistas do que com um projeto articulado de gestão social.

Para uma análise mais consistente do bolsonarismo, caberia retomar aspectos históricos e sociológicos do processo político brasileiro transcorrido nas úl-

timas décadas, desde as circunstâncias que propiciaram o golpe militar de 1964, sua conflituosa manutenção à custa da repressão política e gradual abertura na década de 1980 – cujo cume foi a eleição indireta de Tancredo Neves, em 1985 –, até a ascensão à presidência da república, por meio do voto direto nas eleições presidenciais de 2018, de um radical de extrema direita com longa e inexpressiva carreira legislativa; considerando ainda os quatro mandatos presidenciais de Lula e Dilma, afiliados ao Partido dos Trabalhadores e representantes de parte dos interesses da esquerda. Uma análise cuidadosa desses eventos certamente poderia nos ajudar a compreender o modo como as forças estruturais do capitalismo brasileiro se articularam de modo a produzir as condições para que o irracionalismo planejado de Bolsonaro se tornasse viável. No entanto, cabe ressaltar que, sem negligenciar o poder de determinação das relações sociais concretas, este ensaio não tem por objetivo desenvolver uma análise sociológica do processo político brasileiro, mas, sim, tomá-lo como referência para discutir algumas formas de expressão da mentalidade que parece conectar a história recente da política brasileira às experiências catastróficas produzidas pelo nazifascismo europeu da época da Segunda Guerra Mundial, bem como, discutir as possibilidades de resistir a elas por meio do pensamento crítico. Espera-se, por meio desta análise, desvelar o centro de força motriz do irracionalismo planejado que ora se afirma e potencializa a destrutividade presente nos vários componentes políticos e culturais que o viabilizam e impulsionam.

Em face da semelhança entre as estratégias atualmente praticadas pelo bolsonarismo e as que outrora foram desenvolvidas pelo nazifascismo europeu e pelo fascismo americano da primeira metade do século XX – poder-se-ia, ainda, indicar a semelhança com o radicalismo de extrema direita, observado por Adorno (1967/2019) na Alemanha pós-nazista, no final da década de 1960 –, destaca-se o tipo de ideologia produzida pelo bolsonarismo, seu poder de convencimento por meio do apelo às emoções e da exploração da ignorância de parte de seu público apoiador. Nota-se, inclusive, que o radicalismo da direita brasileira partilha com o novo radicalismo de direita alemão da década de 1960 a sobreposição da técnica propagandística ao empobrecido conteúdo por ela disseminado: “Quando os meios substituem cada vez mais os fins, podemos quase afirmar que, nestes movimentos de direita radical, a propaganda constitui a substância da política” (1967/2019, p. 24). Embora essa característica não seja exclusiva dessas repetições adaptadas do fascismo ao mundo administrado, favorece a reprodução de ideais totalitários no interior da democracia formal. Ambas as manifestações de fascismo, assim como do fascismo americano da década de 1930, amplamente analisado por Adorno (1943/2009), souberam muito bem como se valer do enco-

brimento democrático para, por meio da alusão à democracia, atacar os fundamentos da democracia.

Esta dimensão do problema configura um objeto de investigação bastante peculiar, pois se constitui por meio da agregação de elementos sociais e psicológicos que parecem contrariar o *status* atribuído à informação e à ciência na sociedade administrada, que permanece capitalista em seu modo de produção, é altamente industrializada e se caracteriza pelo alto desenvolvimento tecnológico (ADORNO, 1968/1986). De fato, trata-se apenas de um paradoxo, pois a técnica e a informação, tomadas como fins em si mesmas, são precisamente os meios para a produção do irracionalismo que caracteriza o conteúdo da ideologia fascista (HORKHEIMER; ADORNO, 1956/1978); o qual é cinicamente planejado e explorado por lideranças oportunistas. Esse tipo de ideologia tem profundas raízes na experiência do totalitarismo europeu que assombrou o mundo na primeira metade do século XX e é uma das expressões de sua continuidade no mundo contemporâneo¹, incluindo as sociedades formalmente democráticas, porém administradas conforme os ditames de uma racionalidade forjada de acordo com o interesse na dominação.

A continuidade do fascismo na democracia formal também foi preocupação dos autores de *The authoritarian personality* (ADORNO; FRENKEL-BRUNSWIK; LEVINSON; SANFORD, 1950/2019), que estudaram o fascismo em potencial na população americana do final da década de 1940; em um país que, à época, a despeito de sua política econômica, era considerado uma das mais consistentes expressões da democracia mundial: os Estados Unidos. Transcorridos mais de 70 anos da finalização daquela pesquisa, a preocupação com a continuidade do fascismo na democracia formal ainda permanece pertinente. A consolidação da democracia como forma predominante de governo em inúmeras nações que haviam experimentado regimes políticos autoritários compreendeu a racionalização de amplos setores da vida social e privada, incrementando o nível de planejamento e administração dessas esferas em grau sem precedente. No caso do Brasil atual, assim como no dos Estados Unidos do entre guerras e de hoje, bem como no da Alemanha posterior à derrota do nazismo, perdura uma potencialidade para o fascismo. Embora não estejamos diretamente sob um regime de governo francamente fascista, é possível considerar que há uma

¹ Adorno (1967/2019, p. 24) sublinhou que “os chamados líderes do nacional-socialismo alemão, Hitler e Goebbels, eram, antes de mais, propagandistas, cuja produtividade e fantasia foi absorvida pela propaganda”.

tendência social que impulsiona para ele, inclusive, por haver elementos típicos desse ideal totalitário incrustados no governo.

De modo invertido, os tempos atuais promovem uma percepção semelhante à de Kant (1784/2009) a respeito de sua época ser ou não esclarecida. Ele não hesitou em afirmar que não se tratava de uma época esclarecida, mas sim de uma época de esclarecimento. Mais de duzentos anos depois dessa constatação de que ainda caberia mais esforço cultural para que o esclarecimento realmente se concretizasse, a regressão cultural parece ter se imposto como nova realidade. O declínio da possibilidade de as pessoas agirem de acordo com o próprio entendimento, sem direção alheia, resulta na degradação da condição básica para que haja democracia: a existência de indivíduos esclarecidos, capazes de sair do estado de menoridade e agir de modo racional, conforme a equalização de seu próprio entendimento com a necessidade universal (KANT, 1784/2009). A falência da formação corresponde à da cultura. Todavia, apesar da escalada autoritária, no Brasil atual, não vivemos ainda sob o fascismo, mas em uma época na qual o fascismo segue à espreita.

Frente à complexidade da questão de sua continuidade na sociedade administrada, a qual se configura como um fenômeno de amplitude mundial, com variações que exigiriam estudos detidos, uma forma de aproximação ao problema é refletir sobre a existência e sobre o alcance das manifestações de ódio relacionadas às dimensões política e social no Brasil, sobretudo na última década, materializadas como rechaço, apoiado no nacionalismo subserviente ao imperialismo americano, a partidos políticos e a ideias associados à esquerda, ao Partido dos Trabalhadores – PT e a uma genérica e imprecisa noção de comunismo. Muito mais do que mero conservadorismo político, essas manifestações possuem nítido caráter autoritário, revelado principalmente na relação entre opinião pública e manipulação de massa; ou seja, no caráter heteronômico que hoje define a experiência política.

A análise elaborada por Adorno (1959/1986) a respeito do processo da pseudoformação permite compreender que a afiliação irrefletida a posições políticas francamente irracionais, substância da mera opinião e expressão da regressão intelectual, tem em sua base configurações psíquicas típicas do fascismo, como a debilidade do eu, de modo que sua superação dependeria de outro modelo de formação, que assegurasse a formação de indivíduos autônomos, com condições de se apropriar da cultura, de refletir sobre a alta carga de estímulos que lhes atinge cotidianamente com fins de manipulação, e de formar uma consciência crítica a respeito da realidade contraditória na qual estão inseridos e na qual ne-

cessitariam influir. Adorno (1959/1986, p. 195/196) observou que a incapacidade de conceituar e a falta de abertura para a experiência, disposições tolhidas pela pseudoformação, tornam as pessoas suscetíveis à adoção esquemática de modelos delirantes de compreensão da realidade providos pelos sistemas paranoicos:

[...] quien se pasa sin la continuidad del juicio y de la experiencia se ve provisto, por tales sistemas, de esquemas para subyugar la realidad, que ciertamente no alcanzan a ésta, pero que compensan el miedo ante lo incomprendido; y los consumidores de prefabricados psicóticos se sienten cubiertos así por todos los igualmente aislados, que, en su aislamiento bajo una alienación social radical, están vinculados por una insania común.

Essa suscetibilidade cumpre uma função social objetiva plenamente condizente com os sistemas delirantes produzidos e explorados intensamente pelas lideranças fascistas que sabem bem como manipular a fragilidade psíquica e cultural por meio de propagandas. A compensação propiciada pelos esquemas delirantes em relação às lacunas decorrentes da falência da capacidade de conceituar e de ter experiências atende perfeitamente à demanda fascista de recepção cega dos ideais insanos professados por movimentos que tem a propaganda como sua principal substância. A exacerbação do narcisismo cumpre uma dupla função: assegura a receptividade aos discursos incongruentes dos radicais de extrema direita e fortalece nos indivíduos regredidos o principal núcleo de contato com a irracionalidade que acionam: a opinião. É por meio da adoção de compreensões parciais, inconsistentes e irrefletidas, ou seja, de meras opiniões, que parte da população se vincula com a ideologia professada pela propaganda de orientação fascista.

Frente à primazia da opinião apoiada em processos psíquicos como o narcisismo – também cabe considerar a participação de outros componentes psíquicos como o sadomasoquismo, que tem participação significativa na sustentação da ideologia da racionalidade tecnológica (CROCHÍK; SILVA; LOURENÇO; FRELLER; FRANÇA, 2019) –, o empenho em recuperar a vontade de dialogar, dar primazia ao objeto, salvaguarda o direito à dúvida, o que pode ser uma forma de resistência à tendência fascista. Esse empenho, contudo, não pode ser exercido senão mediante uma base subjetiva suficientemente forte para que os sujeitos tenham condições de suportar o não saber e a diferença; o que implica em não precisar recair nas configurações psíquicas narcisista e sadomasoquista.

A VITÓRIA DA PROPAGANDA FASCISTA: O CONTROLE DA FORMA COMO MEIO DE MANIPULAÇÃO DE MASSA

Até mesmo acontecimentos sociais capazes de modificar radicalmente as condições de vida, dentre as quais as de autoconservação, têm sido comumente negligenciados por parte significativa da população aderida a perspectivas políticas regressivas ou alijada do processo político; esses eventos nem sempre são percebidos como fenômenos complexos que requerem análise cautelosa. Decisões políticas e econômicas essenciais para a definição das condições de sobrevivência de grande parcela da população, muitas vezes, aparecem à opinião pública como disposições inteiramente abstratas, independentes das disputas e interesses concretos conflitantes. Não se pode negligenciar a interconexão existente entre a alienação crescente, representada pela aceitação irrefletida da realidade cotidianamente experimentada, o conjunto de efeitos psíquicos decorrentes do modo de produção capitalista, centrado na valorização da mercadoria em detrimento de seus produtores, e uma nefasta organização dos aspectos supostamente representativos da realidade conforme a forma e a intenção ideológicas dos meios de comunicação de massa. A percepção de que vivemos em uma sociedade de massas não necessariamente é relacionada à compreensão de que essa condição implicaria no necessário reconhecimento de que a psicodinâmica predominante na relação entre as pessoas pouco favorece que se reconheçam como sujeitos do processo histórico. A consciência reificada somente percebe o mundo como mera repetição do que está previsto pelas categorias preestabelecidas pelo sistema que mais eficazmente medeia a relação com a realidade, a indústria cultural (HORKHEIMER; ADORNO, 1947/2006).

Alienados em relação aos processos reais que determinam suas condições concretas de existência, as pessoas tendem a perceber a política como uma esfera incompreensível, reservada para iniciados. A respeito desse aspecto, Adorno (1949/2010, p. 540) observou que “Cuanto menos cree el pueblo en la integridad política, tanto más fácilmente puede ser engañado por políticos que despotrican contra la política”. A eficácia dos mecanismos de manipulação adotados em prol da manutenção do sistema de dominação vigente e dos interesses políticos e econômicos de grupos, empresas e indivíduos favorecidos pelas desigualdades sociais extremas apoia-se na suscetibilidade das massas a se deixarem governar por lideranças autoritárias e a colaborar com a gestão do sacrifício. Dentre esses mecanismos, destaca-se a perversão do sentido da política, que se expressa no processo descrito por Marx (1852/2011, p. 25): “Os homens fazem a sua própria

história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram”. A produção alienada da história remete à participação cega das massas nos processos sociais que favorecem a manutenção das forças políticas conservadoras e autoritárias. Os complexos processos psicodinâmicos descobertos por Freud (1921/2008), por meio dos quais a racionalidade e o senso crítico individuais sucumbiriam diante do poder hipnótico de líderes déspotas, suportes e representantes de ideais coletivos introjetados por seus seguidores, parecem ter se intensificado na sociedade administrada. Esses processos psicossociais favorecem a manipulação das massas e sua mobilização em favor de propósitos contrários à autoconservação dos indivíduos que nelas subsomem (ADORNO, 1955/2015). Com a diluição da individualidade e a subsequente perda do senso crítico, a consciência crítica fica impedida de se formar, de modo que a compreensão do mundo passa a equivaler à opinião pública socialmente determinada, expressão reificada do sacrifício da consciência.

Um importante fenômeno que pode ser observado no processo de recrudescimento de tendências autoritárias em regimes formalmente democráticos é a manipulação da opinião pública por meio de propaganda política; a qual amplifica ao extremo a perniciosa vocação manipulativa da propaganda em geral. Como, no âmbito do senso comum, a compreensão corrente do sentido da democracia comumente ignora a necessidade de refletir a respeito de seu conceito e de suas subsequentes variações históricas, reduzindo-a a estandardizados aspectos procedimentais, também a noção de participação que a ela é associada parece dispensar a reflexão sobre as condições necessárias para que ocorra de modo efetivo. O nível da participação assegurado pelo aparato burocrático engendrado pela democracia formal é inteiramente mediado pela falsidade da propaganda. Como bem observaram Horkheimer e Adorno a respeito do poder de cooptação da propaganda, “A própria verdade torna-se para ela um simples meio de conquistar adeptos para sua causa, ela já a falsifica quando a coloca em sua boca” (1947/2006, p. 209). Como uma dessas verdades pervertidas em prol da manipulação totalitária, a participação fomentada pela propaganda e, no limite, assegurada pelo aparato técnico administrativo, sacrifica a autonomia em troca do pertencimento.

A principal forma de participação reservada aos cidadãos nas modernas democracias é a escolha de seus representantes por meio do voto direto de todos ou de parte de seus governantes. Embora também seja possível submeter à população decisões importantes por meio de plebiscitos, referendos e consultas

públicas, esses dispositivos são pouco acionados. Isso reforça, nessas expressões da democracia moderna, a diferença estrutural básica em relação à democracia participativa grega, experimentada na antiguidade clássica, cujas contradições também restringiam a realização plena de seu sentido. Como dispositivo restrito à delegação do poder a representantes escolhidos por meio de escrutínios regulares, a moderna democracia representativa reserva poucas oportunidades à participação efetiva dos cidadãos nos processos decisórios que determinam suas condições de existência. O interesse dos políticos profissionais pelo poder contido nos cargos políticos, muitas vezes tomados como objeto da intenção subjacente de obter vantagens pessoais ou corporativistas, nem sempre condiz com a expectativa dos cidadãos que, *a priori*, delegam esse poder a pessoas que supostamente priorizariam o interesse público ao privado. Na medida em que a participação dos cidadãos é reduzida à escolha de seus representantes, e não se asseguram meios para que ocorra numa proporção que permita o acompanhamento suficiente da gestão da coisa pública a eles delegada, o apoio dos cidadãos passa a valer mais em momentos eleitorais do que em quaisquer outros nos quais também poderiam participar. Logo, independentemente da consciência dos cidadãos a respeito dos princípios políticos subjacentes à sua escolha e dos desdobramentos práticos da atuação de seus representantes, o apoio popular passa a interessar sobremaneira a quem pleiteia cargos políticos, quer por motivos virtuosos, intrinsecamente ligados à defesa dos direitos e do bem comum, quer por motivos escusos, associados a interesses alheios ao que está previsto para esses cargos no estado de direito. Em relação aos interesses corporativistas, egoístas e até mesmo ilícitos, que podem ser observados em parte substancial dos programas dos candidatos que pleiteiam cargos políticos, o apoio das massas é essencial; nesses casos, sobretudo, o apoio alienado, negligente quanto às intenções subjacentes daqueles em quem depositam seu poder de decisão. O moderno *marketing* político aprimorou-se significativamente, convertendo-se em um sofisticado conjunto de técnicas e estratégias eficazes ao propósito de influenciar a opinião pública com o intuito de obter apoio popular a projetos e propostas contrários a seus interesses racionais.

Se a disputa pelo apoio das massas se tornou corriqueira na moderna democracia formal, sua relevância já foi demonstrada pela eficácia da propaganda fascista, amplamente analisada por Adorno (1951/2006; 1943/2009). Embora desenvolvidas em épocas e contextos sociopolíticos distintos, a propaganda fascista analisada por Adorno em relação ao nazismo alemão e ao fascismo que rondava a democracia americana nas primeiras décadas do século XX é semelhante em muitos pontos às modernas estratégias de *marketing* utilizadas por políticos

de diferentes ideários na sociedade administrada. Essa generalização da propaganda fascista, contudo, não significa que, no Brasil, as estratégias utilizadas nas campanhas eleitorais pelos distintos partidos políticos sejam equivalentes. Determinadas estratégias comumente requisitadas são tão intrinsecamente vinculadas a interesses totalitários que sua afinidade com o nazifascismo não pode ser negligenciada nem mesmo por meio de escandalosas distorções do sentido e do conceito de democracia. A propaganda fascista parece ter se imbricado no *marketing* político em uma proporção sem precedentes, a ponto de a dimensão política contemporânea se tornar um simulacro, mero receptáculo de seus efeitos, sobretudo em razão de sua forma autoritária almejada também por políticos de orientação liberal. A propaganda política que, motivada pelo interesse na dominação, manipula a consciência e o inconsciente das pessoas de modo a convertê-las em massa, sacrificando a sua consciência em prol de projetos de poder político e econômico dissociados das necessidades efetivas da sociedade e dos indivíduos, consiste numa forma de violência, pois degrada a consciência e subjuga a vontade aos interesses do poder estabelecido.

Uma das principais características da propaganda fascista norte-americana analisada por Adorno (1943/2009), comum aos estratagemas amplamente utilizados para manipular seus receptores em prol de seu projeto de dominação política, é o caráter a-teórico dos discursos proferidos. Eles se caracterizavam por evidente falta de coerência lógica e de desenvolvimento argumentativo, apelando, como é típico da ideologia totalitária, para as necessidades psíquicas das pessoas às quais se dirigiam, inclusive, às suas necessidades inconscientes (HORKHEIMER; ADORNO, 1956/1978). Tamanho poder de mobilização da irracionalidade não seria possível se a propaganda não fosse uma forma eficaz de controle racional da irracionalidade constituinte dos conteúdos que apresenta como estímulos, nem tampouco sem a demanda irracional dos receptores que a eles se rendem sem reflexão. Contudo, no caso da manipulação executada por lideranças fascistas da Costa Oeste americana na década de 1930, Adorno (1943/2009, p. 39) argumentou que “Sería un error, sin embargo, atribuir esta falta de lógica discursiva a una falta de capacidade intelectual”.

Também as lideranças políticas brasileiras parecem abusar de estratagemas semelhantes aos que foram observados por Adorno nos discursos de Martin Luther Thomas² e de outros oradores fascistas da época. Entretanto, o apelo de

² Na obra *La técnica psicológica de las alocuciones radiofónicas de Martin Luther Thomas*, publicada pela primeira vez em 1941, Adorno (1941/2006) desenvolveu uma minuciosa análise crítica do conteúdo dos discursos proferidos por esse pastor protestante, pertencente à renovação evangélica, referentes ao período de maio de 1934 a julho de 1935, que obteve significativa audiência na

sua propaganda a necessidades psíquicas dos eleitores parece contar com o mais amplo e sofisticado apoio técnico de agências especializadas em explorar dados privados do eleitorado contidos em plataformas da *Web*, possibilitando o direcionamento em massa tanto de *Fake News* quanto de conteúdos planejados de modo específico para atingir os anseios, as vulnerabilidades e os temores dos eleitores. Não obstante as novidades tecnológicas adotadas pelo atual *marketing* político praticado pela extrema direita, a propaganda fascista brasileira também repete os velhos truques adotados pelo nazismo alemão e pelo fascismo americano, como a personalização, a estratégia do pequeno grande homem, o truque da unidade, a divisão entre o *in-group* e o *out-group*, dentre outros (ADORNO, 1951/2006).

Sem nenhuma pretensão sistemática com relação ao conteúdo empírico da propaganda de caráter fascista elaborada por lideranças da direita brasileira, não se poderia deixar de mencionar que o mecanismo da personalização foi amplamente explorado na campanha eleitoral de 2018, em especial, na exaltação da imagem de um dos candidatos como a de um ser heroico, cuja grandiosidade de sua missão de combate à corrupção, supostamente introduzida na política por meio da famigerada manipulação comunista praticada pelos governos anteriores, o tornaria um *mito*. A despeito de sua inconsistente habilidade discursiva, mas protegido sob a rubrica de *mito*, o então candidato Jair Bolsonaro repetiu inúmeros elogios grotescos ao autoritarismo praticado no Brasil no período de exceção e um sem número de formulações preconceituosas contra minorias políticas e sociais. Munido ainda do estratagema do *great little man*, que lhe assegurou suportar os níveis de identificação horizontal e vertical com seus apoiadores, foi alçado à condição de líder, passando a gozar do poder que a ele é atribuído pela psicologia das massas: “apenas a imagem psicológica do líder é apta a reanimar a idéia do todo-poderoso e ameaçador pai primitivo” (ADORNO, 1951/2006, p. 172).

Ainda em relação à construção da imagem de líder, a notória atitude de Bolsonaro de valer-se da prerrogativa de militar aposentado e da conveniente idealização que lhe conferiu a alcunha de mito entre seus apoiadores mais vorazes compreende também a aparente espontaneidade do grosseiro homem do povo que fala palavrões e se descontrola frequentemente ao se deparar com situações inaceitáveis. Ao apresentar-se como modelo para as identificações de uma camada da população indignada com os supostos excessos da licenciosa modernidade e com a ameaça esquerdista, ele bem soube explorar sua imagem de homem comum, de representante da massa alijada das interpretações inte-

Costa Oeste americana na década de 1930.

lectuais da vida social e indignada com a imoralidade da política. Com isso, ele pôde se beneficiar de um dos mais eficazes estratagemas da propaganda fascista, que é a do pequeno grande homem:

[...] alguém que sugere tanto onipotência quanto a ideia de que é apenas um de nós, um americano simples, saudável, não conspurcado por riqueza material ou espiritual a ambivalência psicológica ajuda um milagre social a se realizar. A imagem do líder satisfaz o duplo desejo do seguidor de se submeter à autoridade e de ser ele própria a autoridade (ADORNO, 1951/2006, p. 177).

O principal *slogan* da campanha eleitoral de Bolsonaro – Brasil acima de tudo, Deus acima de todos –, mantido mesmo depois de finalizado processo eleitoral, apoia-se na estratégia da unidade, referendada pela menção à pátria e a Deus, para, com isso, imbuído do poder tomado de assalto, acionar o nacionalismo que, mesmo sendo fajuto, absorve a demanda popular por pertencimento em uma sociedade excludente; instiga, mobiliza e aparelha o narcisismo dos indivíduos, que aderidos à massa reproduzem coletivamente seu correlato social. Esse processo alimenta-se do narcisismo das pequenas diferenças, por meio do qual as relações sociais e as instituições são reordenadas de maneira maniqueísta, com toda carga de preconceitos e destrutividade que essa propriedade psicodinâmica da psicologia das massas possui, em apoiadores de uma nova e depurada política, moralmente isenta da corrupção que é perseguida no *out-group*, e os representantes da política corrompida pela “ideologia” esquerdista, que se tornou suporte para projeções de toda ordem.

A visível falta de conteúdo e incoerência do ideário bolsonarista, assim como ocorria nos discursos de Martin Luther Thomas, ficou resguardada de críticas por adotar o estratagema do “voo de ideias”, por meio do qual a imprecisão em relação ao conteúdo é intencionalmente mantida com o intuito de salvaguardar as suas intenções destrutivas (ADORNO, 1943/2009). Por meio dessa imprecisão em relação ao conteúdo disseminado e até mesmo, no caso do bolsonarismo, do próprio projeto político sobre o qual o candidato se esquivou de falar em entrevistas ou tradicionais debates públicos, a campanha eleitoral de Bolsonaro reproduziu a principal característica da propaganda fascista, tanto daquela elaborada pelos nazifascistas europeus responsáveis pelo holocausto, quanto do fascismo americano dos anos 1930, quanto do radicalismo de direita na Alemanha da década de 1960 (ADORNO, 1967/2019): a sobreposição da forma ao conteúdo. A continuidade da propaganda fascista como elemento central do debate político

contemporâneo atesta que, infelizmente, o controle da forma se tornou um meio eficaz de manipulação de massa.

OPINIÃO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Na democracia formal contemporânea, a participação em processos de decisão política é limitada à escolha de representantes a quem se delega o poder e a responsabilidade pelo governo da sociedade e, conseqüentemente, de tudo que se desenvolve em seu interior. Com isso, delega-se a administração dos muitos âmbitos micrológicos da vida cotidiana, provocando o aumento incomensurável do nível de alienação das pessoas que não mais os reconhecem como decorrentes de sua ação. Convertida em uma totalidade desprendida das necessidades daqueles que a produzem, a sociedade institucionaliza a cisão com os indivíduos e nega que sua necessidade de autoconservação seja uma de suas finalidades. Sem que possam participar efetivamente das decisões que determinam as condições materiais e culturais de existência, os cidadãos ficam à mercê dos governantes aos quais delegaram o poder; dependem de sua competência técnica e da honestidade, nem sempre verificável, principalmente nas atuações incoerentes com as afiliações partidárias e com o ideário que esses representantes professam.

Um dos poucos meios formais de interferência no âmbito político, assegurado pelo sistema judiciário, é a participação popular nos escrutínios destinados à escolha de representantes, contudo, é precisamente nessa limitada forma de participação que ocorre o mais intenso empenho dos interessados em ocupar cargos políticos, tanto nas esferas do poder executivo quanto do legislativo, e, conseqüentemente, há um maior desequilíbrio na relação entre interesse e consciência. Essas disputas expressam também e, principalmente, a vinculação com setores sociais antagônicos, cujos interesses se materializam em programas políticos conflitantes e incidem sobre os eleitores de diferentes modos, sobretudo, por meio da propaganda política, principalmente quando dirigida às emoções. Nesse contexto de redução da atividade política, a força esmagadora exercida pela totalidade social sobre os indivíduos debilitados se manifesta na manipulação inerente à propaganda política, que não apenas despreza a consciência, mas a degrada, dirigindo-se às necessidades psicológicas das pessoas, inclusive às inconscientes. Embora a propaganda, em si mesma, já seja caracterizada pela intenção de influenciar o receptor por meio da manipulação técnica dos aspectos afetivos que escapam à esfera da consciência (HORKHEIMER; ADORNO, 1947/2006), a propaganda política tem se especializado em negar o próprio sentido da política como intervenção consciente na realidade social; com isso,

tem assumido um funesto protagonismo na definição do processo político. A flagrante intenção manipulativa que permeia a propaganda política se tornou o *modus operandi* dos processos de disputa eleitoral, de modo que as decisões deliberadas nos fóruns reservados à representação se apoiam pouco ou nada na vontade consciente do povo. Como Adorno (1969/2009, p. 699) acertadamente observou, não há democracia real se não por meio da participação de indivíduos capazes de exercer o pensamento crítico e manifestar alguma autonomia, ainda que relativa, em relação à sociedade e aos procedimentos decisórios que nela vigem.

A ausência dessa competência revela a falência da formação cultural que, degradada em pseudoformação, volta-se mais para o ajustamento social do que para a formação da consciência crítica. Entretanto, a formação política não somente tem sido evitada, mas substituída por um sucedâneo que perverte seu sentido. Comumente, a informação é aceita como substituto do pensamento conceitual, obliterando também a possibilidade de ter experiência com os dados da realidade (BENJAMIN, 1939/1989). Assim, receber e transmitir informações, ainda que inconsistentes, tornou-se o único diálogo possível para aqueles que não adquiriram formação política que lhes permitisse analisar consistentemente as situações contraditórias que a realidade social fraturada lhes apresenta. Ao se instruir por meio da mera informação, essas pessoas asseguram a possibilidade de ter opiniões a respeito de temas que não podem compreender suficientemente e isso, por conseguinte, assegura-lhes também a possibilidade de participar do debate político, apropriando-se, ainda que ilusoriamente, desse universo das relações de poder que frequentemente lhes parece inacessível. A confiança irrestrita na mera opinião, contudo, turva a percepção do jogo político, impossibilitando perceber o engodo que se oferece aos eleitores. Para Adorno (1961/2009), embora a opinião seja também um momento da elaboração intelectual, não se pode desconsiderar que as expressões regressivas do pensamento que se acomoda à consciência reificada podem derivar da opinião em si:

No sólo es problemática la suposición de que lo normal es verdadero y lo discrepante es falso, pues glorifica la mera opinión (la opinión dominante), que no es capaz de pensar lo verdadero de otra manera que como lo que todos piensan. Sino que además la opinión ‘pática’, las deformaciones del prejuicio, de la superstición, del rumor, de la locura colectiva, de las que la historia (y en especial la historia de los movimientos de masas) está repleta, no se puede separar del concepto de “opinión” (p. 506).

Munida dos modernos recursos da indústria cultural, mas também constituída por meio deles, a propaganda política se volta para a formação da opinião pública, manipulando-a conforme os interesses que a orientam. Nos momentos históricos em que há significativa expressão das tendências totalitárias, esse processo se beneficia dos truques desenvolvidos pela propaganda fascista e produz maior nível de conformidade com seus interesses espúrios. Dentre os efeitos produzidos por ela, destaca-se a substituição apressada da desordenada compreensão da realidade contraditória e dos interesses políticos que lhe correspondem por clichês explicativos que permitam abarcar o contraditório, reduzindo-o a categorias simplistas; bem como, acolher a angústia decorrente do desamparo produzido pelo mundo em dissolução, compensada pela afirmação cega do poder do eu, que assim passa a ter uma opinião e, por meio dela, a possibilidade de intervir na insólita realidade ameaçadora (ADORNO, 1961/2009). O estímulo ao desenvolvimento da opinião do eleitor, mesmo que inconsistente ou independente de suas inquietações e empenho intelectual, confere à propaganda política uma orientação e alcance totalitários, bem como o poder de manipular a percepção e a sensação dos eleitores. Com isso, a capacidade de pensar a respeito de questões políticas que lhes dizem respeito e lhes são oferecidas pela realidade circundante, assim como a condição de formular juízos racionais, é degradada. Em seu lugar, a propaganda oferece rígidos esquemas de interpretação que dispensam o trabalho do pensamento. Independentes do esforço intelectual de articulação dos dados da realidade imediata com conceitos e com a experiência previamente constituídos, esses esquemas de compreensão do mundo atendem à necessidade das pessoas de minimamente se situarem em relação a ela e no processo histórico, ainda que por meio de compreensões falsas e inconsistentes. Servem aos seus propósitos, a criação e a adoção de estereótipos que vinculam os estímulos aos quais estão expostas, assim como as relações com as demais pessoas e com situações específicas por eles mediadas, a formulações, juízos e valores rigidamente repetidos, afastando-se, com isso, qualquer possibilidade de experiência ou de reflexão.

Se a vivência, que foi compreendida por Benjamin (1939/1989) como um modo degradado de experimentar os choques provenientes da realidade, não permite que esses estímulos penetrem as defesas que os aparam e se tornem objetos de experiência, a defesa mecanizada em relação a eles por meio de seu enquadramento em estereótipos e esquemas rígidos de compreensão também impede que possam ser objetos de reflexão. Como sucedâneo da experiência, a vivência não possibilita nem a experimentação profunda e conseqüente nem a reflexão e compreensão dos fatores políticos que afetam as pessoas que esperam dessa di-

menção e daqueles que a povoam a responsabilidade necessária pela coisa pública. A opinião é uma reificação do pensamento, pois o interrompe precisamente quando deveria permitir que ultrapassasse a repetição. Como primeiro momento do pensamento, mas também como seu potencial empecilho, a opinião congrega elementos cognitivos e experienciais; ela concede o conteúdo intelectual para os debilitados na capacidade de conceituação e a possibilidade de intervir no mundo para os privados de condições efetivas de participação: “No hay libertad sin la opinión que diverge de la realidad; pero esta divergencia pone en peligro a la libertad” (ADORNO, 1961/2009, p. 519). A manipulação da opinião pública com fins de obtenção de apoio político e de produção de resultados eleitorais pouco ou nada favoráveis às necessidades prementes e aos objetivos racionais dos eleitores nos processos de escolha de representantes para os poderes executivo e legislativo na democracia formal tornou-se praxe; converteu o debate político em expressão da degradação máxima do sentido da participação política. Apesar de seu caráter de mentira manifesta, esse jogo político tem se organizado em torno de objetivos manipulativos e, para isso, consome bilhões de reais em propaganda eleitoral. Embora o investimento público nas recorrentes campanhas eleitorais seja motivo de indignação popular, há inúmeros entraves ao esclarecimento dos processos escusos que subjazem à produção em série das campanhas publicitárias. A produção de uma aparência conveniente aos interesses que permanecem nos bastidores do poder é um processo complexo que frequentemente recai nos crimes de corrupção e no financiamento ilícito de campanhas.

Como não é propósito deste texto analisar nem o volume nem a forma corrente dessas práticas ilícitas, mas apenas indicar que, consonantes com a naturalização fetichista de seus efeitos, se articulam perfeitamente com as deficiências corriqueiras da democracia formal, revelando a continuidade de tendências totalitárias persistentes em seu interior, é possível especular sobre a possível relação entre a centralidade da propaganda política, inclusive por meio da repetição da forma aprimorada pela propaganda fascista, e a abusiva produção de *Fake News* em recentes processos eleitorais no Brasil e nos Estados Unidos.

Embora seja um fenômeno considerado novo, devido ao grande protagonismo que adquiriu em tempos de campanha eleitoral estendida ao uso sistemático de redes sociais eletrônicas como o *Facebook*, o *Twitter* e o *WhatsApp* para divulgação de ideias e programas políticos, a produção e a propagação de notícias falsas foram práticas comuns da propaganda nazifascista (ADORNO, 1943/2009). Certamente, a busca genealógica de sua origem poderia revelar utilizações antiquíssimas de estratégias semelhantes de manipulação da opinião

pública, a história é repleta de eventos que o atestam, no entanto, sua institucionalização como parte do processo político e, inclusive, como prática de governo, parece decorrer da junção dessas duas dimensões constitutivas da democracia burguesa: a redução do sentido e da forma da participação política e a legitimação de um aparato técnico administrativo que prescinde da vontade e das necessidades dos indivíduos.

Verdadeiras ou falsas, as informações divulgadas cotidianamente por meio da imprensa e, sobretudo das redes sociais eletrônicas, alimentam opiniões sobre os eventos políticos e econômicos que comumente aparecem como situações fatais para as pessoas submersas no cotidiano cujos processos de trabalho infundáveis e de entretenimento alienantes absorvem toda a energia física e psíquica necessários para interpretá-las. Quer nos agrade ou não, é fato que as opiniões assim constituídas preenchem uma lacuna no entendimento precário, em decorrência da formação deficitária, e simulam uma forma de intervenção na realidade impenetrável. A recepção e a divulgação de “memes”, charges e notícias com teor político pode representar um modo de participar no debate político por meio de opiniões que, embora não se prestem à elaboração consequente, nem se reconheçam como momento provisório do entendimento a ser superado por meio de exaustivo trabalho de reflexão, assumem a função prática de sucedâneo do debate político, mitigando, ainda, o sentimento de impotência. O caráter estereotipado e a forma alegórica desses materiais publicitários dispensam a articulação de ideias complexas e a reflexão detida sobre o conteúdo que emitem, permitindo, a um só tempo, ter alguma compreensão a respeito das forças que objetivamente determinam as condições existenciais e interferir na realidade opressiva, mesmo que seja apenas por meio do simples compartilhamento desses materiais.

Mutilados pela pseudoformação, que não lhes permite nem formular conceitos nem ter experiências efetivas (ADORNO, 1959/1986), parte das pessoas capturadas pela malha da propaganda totalitária não tem condições intelectuais para distinguir entre notícias verdadeiras e falsas; aferram-se a elas como apoio para se situarem no mundo. Nesse caso, as opiniões acionam suas necessidades psíquicas ligadas à autoconservação do eu; acionam, dentre outros dispositivos psíquicos, o narcisismo. Outra parte, que não é possível precisar sem estudos empíricos, pode ainda se valer da falsidade dos conteúdos desses materiais estereotipados para não apenas participar, mas cinicamente “vencer” o debate político. É claro que há uma parcela significativa de políticos manipuladores que se valem do cinismo deliberado, bem como também há um cinismo difuso presente na recepção daqueles que acolhem e repassam esses conteúdos, a despeito de sua

evidente falsidade, para, com isso, poderem se posicionar de modo gratificante no processo social e no debate político, contudo, a despeito do fim perseguido pelos que estão objetivamente privados da participação efetiva no processo político, a fixação na opinião e seu uso cínico resultam no sacrifício da consciência e em uma maior debilitação do eu.

A disseminação de *Fake News*, que no Brasil se tornou objeto de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – CPMI das *Fake News*, e de inquérito policial, que inclusive investiga agentes do poder público federal ligados ao atual governo, assim como a supervalorização da opinião são indicativos do recrudescimento dos mecanismos de controle que impedem o pensamento, neutralizam o espírito e adestram as pessoas para se submeterem à violência fascista que, dentre muitos outros danos, favorece a exclusão econômica, a repressão política e a naturalização da indiferença diante do sofrimento crescente.

PENSAMENTO CRÍTICO E RESISTÊNCIA

Nas atuais circunstâncias sociais e políticas deste final da segunda década do século XXI, em razão do estabelecimento de condições favoráveis à livre expressão de ideais e de ações antidemocráticas, não resta às pessoas dotadas de algum senso crítico, mesmo que apenas por se sentirem imbuídas da responsabilidade que emana de seus papéis como cidadãs, senão manifestar o seu desconforto diante do recrudescimento de tendências fascistas na sociedade brasileira contemporânea: como as tomadas de decisões políticas e econômicas de modo autocrático, por meio do acionamento de dispositivos que, embora legais, dispensam o debate público e, sobretudo, a participação popular; como a implantação de um programa de governo contrário à manutenção de direitos sociais e humanos historicamente conquistados por meio de lutas sociais, em especial no campo da regulação dos direitos trabalhistas e da assistência social; como o manifesto empenho do poder executivo e de sua base de apoio parlamentar para criminalizar movimentos sociais de contestação às tendências antidemocráticas e fascistas; como a adoção de uma política de saúde pública que deliberadamente ignora recomendações essenciais da Organização Mundial da Saúde, no caso da pandemia mundial de COVID-19 e, com isso, fomenta abertamente o descumprimento de medidas básicas de isolamento social e de utilização de equipamentos de segurança – o que afeta principalmente regiões mais pobres e com maior concentração de moradores em situações precárias de saúde e de higiene –, denotan-

do uma orientação genocida³; como também, a sorrateira implantação, por meio de ações diretas do poder executivo, de uma política educacional inspirada no Programa Escola sem Partido⁴, cuja expressão concreta compreende a implantação do modelo de educação autoritária idealizado por grupos conservadores vinculados ao governo federal: projeto piloto de implantação das Escolas-Cívico-Militares⁵.

Diante do espírito regressivo da época, a arriscada pergunta *O que fazer?* – que também aguça a persecutoriedade da mentalidade fascista em relação ao fantasma do comunismo – vigorosamente se impõe como interpelação inquietante tanto aos que temem, quanto aos que discordam e, principalmente, quanto aos que lutam contra o fascismo. Embora possa ser formulada de maneira fetichista, impedindo a continuidade do pensamento, muitas vezes, paralisando-o, ela também pode ser tomada como um momento de reflexão a respeito do que pode e deve ser negado pelo corpo e pelo espírito. Essa pergunta tanto pode remeter à reflexão sobre a indagação prática a respeito do emprego da força diante da violência social instituída, cujo sentido ético foi indagado por Marcuse (1964/1998) em seu ensaio *Ética e revolução*, quanto pode remeter à reflexão não menos importante sobre o que pode o pensamento diante das imposições da realidade que o impede. Para além do exercício da cidadania, cujas possibilidades e limitações estão determinadas pelo poder instituído no sistema jurídico vigente, o indivíduo minimamente esclarecido se vê diante da necessidade de resistir às forças sociais contrárias ao exercício da autonomia. As possibilidades de influir na realidade estabelecida, contudo, são muito mais restritas do que comumente se deseja, inclusive, porque o cálculo necessário para se avaliar os danos que podem ser ocasionados por uma práxis cega requer o desenvolvimento da consciência em nível muito elevado:

A ética da revolução é portanto testemunho do choque e do conflito entre dois direitos históricos: de um lado, o direito do que é, da coletividade estabelecida, da qual dependem a vida e talvez, também, a felicidade dos indivíduos; e de outro lado o direito daquilo que pode e talvez devesse ser, porque a dor, a miséria e a injustiça podem assim di-

³ No momento de finalização deste ensaio, o Brasil figurava como o segundo país do mundo em maior número de pessoas contaminadas e de vítimas fatais decorrentes da contaminação por COVID-19: com nítida subnotificação, na segunda quinzena de junho de 2020, o Brasil já continha mais de um milhão e duzentas mil pessoas contaminadas, e mais de 55 mil mortes; nas vésperas de sua publicação, no final de fevereiro de 2021, atingiu a drástica cifra de 250 mil óbitos e mais de dez milhões de casos de pessoas contaminadas.

⁴ <https://www.escolasempartido.org/>.

⁵ <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/51651-escolas-civico-militares>.

minuir, supondo-se sempre que essa chance possa ser justificada como uma possibilidade real (MARCUSE, 1964/1998, p. 143).

Por não pretender ser um manifesto político, que visa a estimular a ação transformadora, este ensaio teórico se limita a indagar a respeito da possibilidade de influirmos na realidade opressiva por meio do pensamento crítico e de seu principal método: a reflexão teórica. A respeito dessa possibilidade, que em si mesma é também uma crítica à prática dissociada da teoria, em consonância com a crítica de Adorno a certas variações do ativismo político manifestado por movimentos de esquerda em idos da década de 1960 (ADORNO, 1969/1995), pretende-se sublinhar o poder de negação do pensamento crítico e ponderar a respeito da (in)suficiência de seu impacto no atual contexto regressivo; é esse poder de negação, comumente obliterado, que lhe permite realizar-se como práxis.

Cabe reconhecer que práxis é um tipo complexo de intervenção na realidade. Conforme a tradição do pensamento marxista, ela se caracteriza pela articulação interna que as forças em ação fazem ou devem fazer com o pensamento teórico que as qualifica e orienta em direção à liberdade. Mais do que qualquer outro pensador crítico, Adorno (1969/2003; 1969/1999) foi veementemente questionado por sustentar uma relação indireta com a prática política. Todavia, sua ousada afirmação de que teoria é práxis parece ainda não ter sido totalmente compreendida. Mais do que contraposição à prática cega, que, a despeito de sua intenção libertadora, pode reproduzir internamente elementos totalitários, convertendo-se em pseudoatividade, sua crítica ao ativismo recobrou o alcance da penetração objetiva do pensamento teórico na esfera da consciência social: “Todas as vezes que intervimos de maneira direta, em sentido estrito, com visível influência prática, isso ocorreu unicamente através da teoria” (ADORNO, 1969/1995, p. 229).

Embora não seja possível precisar, o alcance do pensamento teórico em termos da penetração do entendimento e dos valores estabelecidos, sobretudo dos mais cristalizados no cotidiano, parece depender de sua objetividade e a reflexão acerca dos fins que o orientam. A objetividade, que somente pode ser obtida por meio da primazia conferida ao objeto, de modo a abarcar “o que entra na experiência específica de uma coisa, dispensa os juízos convencionados sobre isso, colocando a relação com o objeto no lugar da resolução majoritária daqueles que sequer o contemplam, quanto menos o pensam [...]” (ADORNO, 1951/1993, p. 60), é expressão da experiência intelectual e salvaguarda do pensamento diante de sua extrema formalização. A reflexão sobre os fins que orientam o pensamento e propiciam a ação é essencial tanto para que não se sobreponham os meios

aos fins, como ocorre em relação à técnica comumente percebida como algo que tem fim em si mesmo, quanto para que fins irracionais não sejam hipostasiados como intrínsecos à racionalidade. A interpretação de Adorno de que “teoria é uma forma de práxis” (1969/1995, p. 204), fundamenta-se no reconhecimento de que pensar é um modo de agir, mas também de que é sempre por meio do pensamento que os sujeitos se relacionam com as questões que se impõem à sua consciência. Formar consciência a respeito das contradições que circundam a existência concreta requer o exercício incessante do pensamento sobre a realidade e sobre a carga de estímulos que lhe conferem sentido e a organizam de modo a que a aparência a recubra com ilusões ou mesmo de modo a que ela mesma seja fixada como forma invariável, tornando-se uma ilusão sobre si mesma. A crítica à ideologia é condição *sine qua non* para que o pensamento produza teoria objetiva e, conseqüentemente, se realize como práxis, constituindo consciência crítica.

A experiência intelectual propiciada pela realização do pensamento é também essencial para a desmistificação da forma ideológica mais grosseira que o mundo totalitário comporta em seu núcleo; a despeito da ênfase na racionalidade tecnológica, é a propaganda fascista, cuja irracionalidade sedutora é cinicamente planejada por meio de uma racionalidade que sucumbiu aos fins da dominação, que ecoa nas formas modernas de manipulação da vontade política. É a continuidade da forma da propaganda fascista nas modernas técnicas de *marketing* político que assegura a eficácia do controle exercido por essas técnicas sobre a frágil participação política dos cidadãos do mundo administrado nos processos que determinam sua condição social. É também e tão somente o pensamento crítico, imbuído da consciência decorrente da crítica de si mesmo, que permitirá a dissolução das mentiras manifestas disseminadas pela propaganda fascista e a dissolução de sua principal base de sustentação no intelecto e no psiquismo dos indivíduos: a opinião aceita como uma verdade.

Enquanto as pessoas que estão objetivamente privadas do direito à autodeterminação e da participação efetiva nos processos decisórios, que definem sua condição social, extraírem conforto das ilusões que constroem sobre a realidade, ou seja, sucumbirem às opiniões que constituem ou aceitam sobre a realidade que não cessa de agredi-las e de subjugar-las, habitando-as como se constituíssem um refúgio inviolável, o pensamento permanecerá obstado. A indevida reversão da opinião em verdade rende-se à ilusão de que a ameaça está sob controle, de que a falsa consciência é uma produção do sujeito que por ela é subjogado e condiz com a própria realidade. Somente o esforço autorreflexivo do pensamento

que reconhece sua limitação e a falsidade do momento em que se apresenta como mera opinião pode propiciar-lhe condições de superar a falsa consciência:

Esa consciencia, en cierto sentido paradisíaca, será inadecuada a priori a la realidad que tiene que conocer y que es lo endurecido mismo. No servirá de nada dar instrucciones sobre cómo llegar a la consciencia correcta. El único procedimiento es el esfuerzo de reflexionar infatigablemente sobre las aporías de la consciencia correcta y sobre uno mismo (ADORNO, 1961/2009, p. 521).

Ao tomar-se a si mesmo como objeto de reflexão, o pensamento eleva-se à teoria, organizada como um processo lógico autônomo, e dirige-se ao objeto, concedendo-lhe a primazia necessária para que sua subsequente interpretação ultrapasse a verdade provisória cristalizada pela opinião. Assim imbuída da autorreflexão, a teoria realiza-se como práxis, permitindo aos indivíduos fustigados pelas pressões do existente desvendar a falsidade da propaganda fascista e se libertarem da opinião que lhe dá guarida na subjetividade danificada: “La verdad no tiene otro lugar que la voluntad de oponerse a la mentira de la opinión” (ADORNO, 1961/2009, p. 522). A busca pela verdade, mediante o reconhecimento de que a opinião é o pensamento reificado, é uma forma de resistência à dominação que se exerce por meio da inculcação da mentalidade fascista.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. W. (1969). A filosofia muda o mundo ao manter-se como teoria. **Lua Nova**, São Paulo, vol. 60, n. 1, p. 131-139, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-64452003000300008>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452003000300008&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 nov. 2019.
- ADORNO, T. W. (1967). **Aspectos do novo radicalismo de direita**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2019.
- ADORNO, T. W. (1951). A teoria freudiana e o padrão da propaganda fascista. **Margem esquerda: ensaios marxistas**, nº 7, 2006, p. 164-189.
- ADORNO, T. W. (1968). Capitalismo tardio ou sociedade industrial? In: COHN, G. (org.). **Theodor W. Adorno: Sociologia**. Tradução de Gabriel Cohn. São Paulo: Ática, 1986, p. 62-75.
- ADORNO, T. W. (1969). Crítica. In: ADORNO, T. W. **Crítica de la cultura y sociedad II**. Tradução de Jorge Navarro Pérez. Madrid, España: Akal, 2009, p. 699-706.

- ADORNO, T. W. (1943). La técnica psicológica de las alocuciones radiofónicas de Martin Luther Thomas. *In*: ADORNO, T. W. **Escritos sociológico II** - vol. 1. Madrid, España: Akal, 2009, p. 07-145.
- ADORNO, T. W. (1949). Liderazgo democrático y manipulación de masas. *In*: ADORNO, T. W. **Miscelánea I**. Tradução de Joaquín Chamorro Mielke. Madrid, España: Akal, 2010, p. 341-367.
- ADORNO, T. W. (1951). **Mínima Moralia**: reflexões a partir da vida danificada. Tradução de Luis Eduardo Bica. São Paulo, SP: Ática, 1993.
- ADORNO, T. W. (1969). Notas Marginais sobre teoria e práxis. ADORNO, T. W. *In*: ADORNO, T. W. **Palavras e sinais**: modelos críticos 2. Tradução de Maria Helena Ruschel. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 2002-229.
- ADORNO, T. W. (1961). Opinión, locura y sociedad. *In*: ADORNO, T. W. **Crítica de la cultura y sociedad II**. Tradução de Jorge Navarro Pérez. Madrid, España: Akal, 2009, p. 505-523.
- ADORNO, T. W. (1955). Sobre a relação entre sociologia e psicologia. *In*: ADORNO, T. W. **Ensaio sobre psicologia social e psicanálise**. Tradução de Verlaine Freitas. São Paulo: UNESP, 2015, p. 71-135.
- ADORNO, T. W. (1959). Teoría de la seudocultura. *In*: ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. **Sociológica**. Tradução de Victor Sánchez de Zavala. Madrid, España: Taurus, 1986, p. 175-199.
- ADORNO, T. W.; FRENKEL-BRUNSWIK, E.; LEVINSON, D. J.; SANFORD, R. N. (1950). **The authoritarian personality**. London, UK; New York, US: Verso Books, 2019.
- BENJAMIN, W. (1939). Sobre alguns temas em Baudelaire. *In*: BENJAMIN, W. **Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo**. Tradução de José Carlos Martins Barbosa e Hermerson Alves Baptista. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 103-149.
- CROCHIK, J. L.; SILVA, P. F.; LOURENÇO, A. S.; FRELLER, C. C.; FRANÇA, F. Componentes psíquicos das ideologias no mundo administrado. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, jun. 2019, p. 79-95. <http://dx.doi.org/10.36298/gerais2019120107>. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202019000100007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 16 jan. 2020.
- FREUD, S. (1921). Psicologia das massas e análise do eu. *In*: Freud, S. **Psicologia das massas e análise do eu e outros textos**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 13-113.

HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W. (1947). **Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos**. Tradução de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W. (1956). Ideologia. *In*: HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W. **Temas básicos da sociologia**. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Cultrix, 1978, p. 184-205.

KANT, I. (1784). Resposta à pergunta: Que é o Iluminismo? *In*: KANT, I. **A paz perpétua e outros opúsculos**. Tradução de Artur Morão. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2009, p. 9-18.

MARCUSE, H. (1964). Ética e Revolução. *In*: MARCUSE, H. **Cultura e Sociedade** - Vol. 2. Tradução de Isabel Maria Loureiro. São Paulo: Paz e Terra, 1998. p. 137-153.

MARX, K. (1852). **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. Tradução de Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

A FITA BRANCA E O CARÁTER AUTORITÁRIO: CONTRIBUIÇÃO DA TEORIA CRÍTICA DA SOCIEDADE¹

Ana Paula de Ávila Gomide

Não podes dizer o que é o absoluto Bem, não podes representá-lo. Com isto, volto ao que já disse anteriormente: podemos assinalar o mal, mas não o absolutamente correto (HORKHEIMER, 1976)

INTRODUÇÃO

Em 1936, Horkheimer publicou a pesquisa empírica *Estudos sobre Autoridade e Família* que havia coordenado no Instituto de Pesquisas Sociais, na qual se discutia a questão do autoritarismo e a constituição do caráter autoritário dentro do contexto político e social de ascensão dos totalitarismos na Europa. A pesquisa tratou de mostrar como encontrava-se inerente à educação, na transição do capitalismo liberal para o de monopólios, a formação de sujeitos impotentes e subservientes à realidade tendo em vista a dinâmica psíquica e social da família patriarcal, cuja consolidação se deu graças à imposição espiritual e moral do

¹ Este artigo foi anteriormente publicado na Revista *Educação e Filosofia* e está disponível em: <https://doi.org/10.14393/REVEDFIL.issn.0102-6801.v32n66a2018-06>.

protestantismo. Horkheimer com a proposta de uma teoria crítica da sociedade, juntamente com outros autores, preocupava-se em fazer uma crítica feroz ao fascismo, também lançando luz aos fatores subjetivos do fenômeno para tentar esclarecer os motivos que levaram o burguês, o pequeno burguês e o trabalhador a ansiarem e a apoiarem as políticas autoritárias. A psicanálise foi utilizada para o estudo de mecanismos psíquicos resultantes de forças econômicas e sociais que “moldavam” os homens às estruturas de autoridades decorrentes das relações constituídas pelo incipiente capitalismo industrializado, em que o diagnóstico da situação do indivíduo, juntamente à análise da estrutura da família burguesa e o seu desmantelamento por determinações econômicas dos grandes trustes, revelava as tendências da sociedade e de forças objetivas sobre o particular que impediram uma vida verdadeiramente humana. Diante das atrocidades do nacional-socialismo e da barbárie das perseguições antissemitas estendidas a todos àqueles considerados “inadequados” e frágeis pela mentalidade nazista alemã, os autores da Escola de Frankfurt se voltaram para o desvelamento das condições sociais, históricas e psíquicas das regressões sociais, ao lado da crítica histórico-filosófica da Razão ocidental voltada para a dominação unívoca e totalitária da natureza (HORKHEIMER & ADORNO, 1985). As vítimas de tais atrocidades, ou seja, “os mártires anônimos dos campos de concentração” (HORKHEIMER, 2015a, p.178) foram reverenciados e lembrados pelos autores da teoria crítica para trazer ao âmbito da filosofia a denúncia do sofrimento daqueles cujas vozes e corpos foram silenciados e mutilados pelos poderes tirânicos.

A teoria crítica da sociedade constitui-se como uma fonte de pensamento e de método de investigação contínua da realidade, na qual a formação do indivíduo, a educação, o conhecimento e a tecnologia produzidos pelas ciências a serviço da reprodução social, bem como os produtos veiculados pela indústria cultural tornaram-se alvos de crítica permanente. Para que Auschwitz não se repita, Adorno (1995) volta-se para elementos presentes na educação que ameaçam o conteúdo ético da formação cultural, sem perder de vista os condicionamentos sociais da educação escolar. Os processos educativos calcados na competição entre os sujeitos, e exclusivamente sustentados pela ideia da adaptação deles à vida social dentro de um realismo supervalorizado são criticados pelo autor por assim não promoverem a emancipação ou a reflexão necessária acerca das determinações históricas dos conteúdos de bens culturais, fortalecendo o conformismo dos indivíduos frente à dinâmica cega da totalidade objetiva dominada pelo capital. Por outro lado, no texto *Teoria da Semiformação* (2010), Adorno também chama a atenção sobre uma formação entendida tão somente como a “cultura do espírito” e descolada das relações práticas dos homens. A “espiritualização da

cultura” vista como independente na divisão social estabelecida entre o trabalho material e a produção espiritual, e apreendida como um fim em si mesmo, faz com que a educação se converta em pseudoformação na qual os homens tornam-se impotentes e reféns das relações existentes ao desenvolverem uma “consciência dissociada” da vida objetiva. Citando Max Frisch, ele observa que, por meio desta educação que concebe a ideia de cultura como sagrada, “[...] pessoas que se dedicavam, com paixão e compreensão, aos chamados bens culturais puderam encarregar-se tranquilamente da *práxis* assassina do nacional-socialismo” (ADORNO, 2010, p.10). Ou seja, Adorno ressalta o quanto tal consciência dissociada das práticas sociais revela um desmentido objetivo ao conteúdo destes bens, pois estes, desvinculados de suas finalidades humanas, tornam-se meros objetos de fetiche. Ainda destaca que a barbárie poderá continuar a existir se as condições que geraram a regressão assim persistirem (ADORNO, 1995, p. 119). E para o entendimento de tais condições, o passado histórico do horror deve ser elaborado e memorizado, com o rompimento dos tabus sociais que tentaram recalcar a brutalidade e a barbárie produzidas pela política nacional-socialista, lançando luz sobre os pressupostos objetivos que geraram o fascismo. Desvendar estes fatores também implica num esforço de se compreender as disposições subjetivas que corroboraram com o horror e que lhe deram sustentação, lembrando que o fascismo não pode ser reduzido à psicologia, embora esta seja um elemento importante de análise. Tais disposições são da ordem do privado mediado pelas tendências sociais dominantes, de formas de instituições familiares responsáveis pela formação do caráter e traços psíquicos autoritários, cujos pilares, com a introdução dos valores morais do puritanismo que se fizeram absolutos para a consolidação de uma nova ordem social², basearam-se em uma educação opressiva, de violência entre os gêneros e entre as diferentes gerações.

² Numa passagem de *Autoridade e Família*, Horkheimer chama a atenção para o fato de que a tarefa da família de educar para o comportamento autoritário na sociedade foi descoberta muito antes pelo cristianismo, e exemplifica citando os ensinamentos de Santo Agostinho sobre a educação de crianças. Porém, como a teoria crítica desdobra-se sobre o percurso da antropologia burguesa a fim de esclarecer as transformações históricas dos destinos do indivíduo moderno, para traçar a “tipologia” do caráter autoritário sob o desenvolvimento do capitalismo tardio, a questão do protestantismo e da Reforma tiveram destaque nos textos de Horkheimer para apontar os fundamentos desta individualidade em seus aspectos ideológicos e psíquicos, necessários para a economia burguesa (remetemos ao texto *Egoísmo y Movimiento liberador*, de 1933). Claro que Horkheimer também não deixa de mencionar os elementos revolucionários contidos na Reforma para ajudar a instalar a nova sociedade. Mas para intuítos deste trabalho, os aspectos regressivos e autoritários presentes na educação puritana são discutidos, principalmente porque são estes que aparecem no filme.

O inquietante filme *A Fita Branca* de Michael Haneke coloca em evidência os aspectos acima, principalmente aqueles referentes aos sintomas decorrentes de um processo educacional/formativo que falha na constituição de sujeitos emancipados. Ele traz elementos importantes para articularmos com os temas estudados e analisados pelos autores da teoria crítica da sociedade: Adorno, Horkheimer e Marcuse. Tais temas que daremos relevo versam sobre as bases psicossociais da “personalidade autoritária” atreladas às condições culturais e históricas da antropologia burguesa, bem como algumas formulações acerca da mentalidade alemã sob o fascismo, discutidas no texto de Marcuse *A Nova Mentalidade Alemã*. Ainda que Haneke tenha afirmado que a “parábola sobre o nazismo” não define esta produção cinematográfica³, ele quis mostrar no filme “as raízes do mal” vinculadas à uma pedagogia opressiva que, calcada em doutrinas que tentaram se fazer absolutas sobre a formação dos sujeitos para a definição do Bem, contribuíram para a afirmação do indivíduo ascético. O filme mostra a educação formal e erudita que um grupo de crianças recebe, com a presença de punições físicas e simbólicas para que suas “naturezas disformes” sejam contidas e domesticadas. A nosso ver, o diretor com isso sinaliza para uma dimensão peculiar do que seria a Alemanha de Hitler: a participação de sujeitos educados e “cultos” na disseminação da ideologia do Terceiro Reich.

Voltando à epígrafe deste trabalho, em conexão com alguns dos aspectos mostrados no filme, tais palavras de Horkheimer apresentam a proposta de um pensamento verdadeiramente crítico voltado para a consciência sobre como a nossa atual civilização é um resultado de um “passado horroroso” (HORKHEIMER, 1976), e de que o protesto contra o sofrimento e a injustiça deve ser colocado no centro de toda conduta ética. Para tal, o esforço da crítica é o de questionar todo movimento ou forças de ideais que tentaram em vão definir o que é “a boa sociedade”, pois em nome disso se produziram as maiores atrocidades na história. Isso diz respeito à incursão do filósofo à teologia negativa nos seus últimos escritos para introduzir a dúvida nos dogmas religiosos que concebem um “Deus Todo Poderoso”, assim combatendo os demais fundamentalismos reli-

³ Em uma entrevista, Haneke afirma que o filme não é só uma condenação do nazismo, mas também explícita o perigo das ideologias extremistas tanto de direita quanto de esquerda, além dos fanatismos religiosos. Ele diz: “As crianças [do filme] são doutrinadas e se tornam juízes dos outros. Justamente daqueles que empurram sua ideologia “goela a baixo” dessas crianças” (Trecho livremente traduzido por Mauricio Stycer de entrevista de Haneke a revista *New Yorker*, disponível em <http://colunistas.ig.com.br/mauriciostycer/2009/10/24/as-raizes-do-mal-haneke-explica-%E2%80%9Ca-fita-branca>).

giosos ou políticos que causaram na nossa civilização a destruição, a intolerância e o assassinato, tendo como pano de fundo uma causa declarada como virtuosa ou correta. Incorporando à teoria crítica a dimensão negativa da mística judaico-cristã representada na ideia de “pecado original” e no conceito de “anseio pelo inteiramente outro”, Horkheimer quis assinalar aquilo que não pode ser expressado, tal como a herança que guardamos da responsabilidade sobre o horror do passado, das vítimas assassinadas, e da violência que se fez em nome da nação, do progresso ou da inculcação de valores morais para configurar o indivíduo moderno. E quando Haneke no filme mostra a história de um grupo de crianças que oprimidas pelos ideais supremos de pureza, de virtude e de abnegação, acabam se vingando da opressão que sofreram cometendo crimes e torturas, também vislumbramos uma crítica do diretor aos ingredientes autoritários e irracionais contidos nas formas de autoridade abstrata e absoluta fornecidas e impostas pelas instituições, tais como a família, a igreja e a propriedade. Além disso, o filme aborda as bases psicossociais da individualidade fria racional que, sob a égide de uma educação doutrinária cristã, voltada para interiorização do martírio e do autossacrifício, torna os sujeitos incapazes de identificação com a dor do outro ou com a alteridade, assim alimentando uma sociedade desumana. A filosofia de Horkheimer, que incorpora a proibição judaico-cristã de representar a imagem de Deus e do paraíso⁴, manifesta não a denominação do que é bom, mas do que é ruim. Isso significa que a teoria crítica traz em seu cerne a dimensão teológica negativa de um anseio de um “outro”, de uma outra humanidade, ao assinalar o que é o mau e lutar para que o mal desapareça. Fazendo relação com o filme, *A Fita Branca* expõe os efeitos de um clima cultural calcado em certezas dogmáticas religiosas e morais que infligiram nos humanos o sofrimento que, incapaz de ser simbolizado ou de encontrar vazão pelas vias da criação e da liberdade, resvalou-se nas ações individuais inconscientes de crueldade e de indiferença. Ou seja, de forma mais abrangente, o filme acaba por ilustrar os efeitos perversos das pressões civilizatórias repressivas baseadas na violência e na indiferenciação dos sujeitos, a partir das quais a não realização dos ideais culturais ou suas formas imperativas revelam o lado obscuro da civilização ocidental: a opressão da natureza e, por sua vez, as formas pelas quais esta parece se vingar. Pois bem, falemos do filme.

⁴ A este respeito da teologia negativa presente na teoria crítica, diz Silva (2011, p. 237) que tanto Horkheimer quanto Adorno fazem desta máxima proibitiva a justificativa para não definir a sociedade ideal, pois isso equivaleria a construir uma imagem do “paraíso” que, por sua vez, iria contra os preceitos do judaísmo.

EM CENA: A AMBIGUIDADE DA CULTURA E A EDUCAÇÃO PARA A BARBÁRIE

A *Fita Branca* trata da história de moradores de um vilarejo rural alemão luterano, nos anos de 1913 e 1914, pouco antes da eclosão da Primeira Guerra Mundial. A alusão sobre aos gêrmens do nazismo é clara, na qual a trama é apresentada pelo professor da aldeia, o narrador, que diz querer explicar aqueles acontecimentos fazendo relação ao que ocorreu depois na Alemanha. O filme, apresentando a origem do mal, mostra os vínculos existentes entre a perversão, a moralidade, a religião, o ascetismo, a subserviência, a frieza e a brutalidade, inerentes às relações entre os personagens submetidos a um forte clima opressivo familiar, no qual há uma presença constante de dominação violenta dos adultos sobre as crianças (vide o personagem do pastor protestante rigoroso com seus filhos, como também a figura do médico perverso e autoritário). A narrativa volta-se para a exposição de acontecimentos sombrios ocorridos na aldeia, ao lado das cenas que mostram a violência física e psíquica presentes nas relações privadas familiares, contrastadas com a psicologia de personagens pretensamente austeros e virtuosos que defendem de forma cega os valores morais. Assim, não à toa, Haneke aborda o caldo de cultura propenso a formar personalidades autoritárias. As crianças, autoras dos crimes, humilhadas pelos castigos desmedidos que recebem, seriam os futuros participantes dos comícios promovidos pelo partido nazista ou os possíveis algozes do holocausto. É importante mencionar que a película é toda rodada em preto e branco para passar ao espectador a atmosfera sombria e claustrofóbica que assola os moradores do vilarejo. Os planos da narrativa transitam entre as imagens de uma escuridão opaca e a de uma branquitude translúcida, nas quais a sobriedade dos personagens acaba se chocando com as cenas de surras, abusos sexuais e de opressão que atravessam toda a trama.

Os personagens revelam a própria contradição instalada no tipo propenso às tendências autoritárias: aqueles sujeitos educados para interiorizar os valores espirituais rigorosos, mas que, na prática, revelam-se cruéis como reação ao moralismo imposto pela ordem social. Os filhos do pastor, obrigados a amarrarem uma fita branca para lembrarem de sua pureza e retidão, são os mesmos que, vítimas dos abusos físicos e psicológicos cometidos pelo pai, voltam a violência que sofreram contra os outros. A sexualidade é fortemente reprimida nos personagens chegando ao ponto de o pastor amarrar as mãos de seu filho para que ele não sucumba às tentações da carne. Nas palavras do pastor, “para se evitar o pecado, o egoísmo, a inveja, a indecência, a mentira e a preguiça”. Antes mesmo da publicação da pesquisa *Estudos sobre Autoridade e Família*, psicanalistas como Wilhelm Reich e Paul Federn haviam se voltado para o fator subjetivo do

autoritarismo, analisando, em obras distintas, a família patriarcal como a matriz da submissão do indivíduo à autoridade e da disjunção entre interesses racionais e pulsões irracionais (GENEL, 2017). Desde 1919 já se achava como objeto de análise os efeitos psíquicos de uma família patriarcal autoritária sobre o caráter para explicar o declínio das ações revolucionárias e a futura adesão das massas aos coletivos totalitários.

Em que pese as diferentes abordagens sobre o tema, tendo todas a teoria psicanalítica articulada com o marxismo como referencial, a especificidade da pesquisa coordenada por Horkheimer, citada no início deste texto, foi a de ter aprofundado a dialética da família (a função provedora e moral do pai para com a criança pode se revelar tanto como fonte de emancipação do indivíduo, quanto de aprendizagem de submissão e de conformismo), e a de ter apontado os valores espirituais propagados pelo protestantismo como os responsáveis pela configuração dos traços pulsionais da individualidade burguesa. Os desdobramentos desta individualidade resultaram no caráter autoritário, tendo como pano de fundo as transformações históricas de instituições sociais determinadas pela cartelização da economia que, por sua vez, incidiu na estrutura da família patriarcal e na função da autoridade paterna. Dentre tais traços, encontram-se o elogio à modéstia, a autodisciplina do corpo e o respeito à autoridade, pois tais valores foram inculcados como qualidades essenciais à economia moderna e às novas formas de relações humanas que viriam a se instalar com a expansão do capitalismo industrializado. Desta forma, o rechaço contra os impulsos irracionais marcou antropológicamente a origem do indivíduo burguês, cujo fundamento e ascensão se deu na relação entre autossacrifício/renúncia e busca pela autoconservação (HORKHEIMER, 2015a). A autoconservação como qualidade a ser incentivada para o ajustamento dos sujeitos à sociedade que, cada vez mais, desenvolve forças produtivas para a exploração totalitária da natureza, foi potencializada com o predomínio da razão instrumental (HORKHEIMER, 1971). O sujeito que ainda mantinha relativa autonomia no capitalismo liberal foi eliminado por meio de sua autoconservação que não mais visou ultrapassar a sociedade altamente administrada pelas grandes corporações.

Como mencionado mais acima, a respeito da educação disseminada pelo protestantismo, Horkheimer ilustra isso nas seguintes passagens da introdução de Estudos sobre Autoridade e Família:

O protestantismo ajudou o sistema social em preparação a introduzir aquele sentimento pelo qual o trabalho, lucro e poder de dispor do capital como um fim em si mesmo substituísse uma vida centralizada numa

felicidade terrena ou também celeste. O homem não deve curvar-se perante a Igreja, como acontecia no catolicismo; deve apenas aprender a curvar-se, a obedecer e a trabalhar [...].

A teimosia da criança tem de ser quebrada, e o desejo primitivo de um desenvolvimento livre de seus impulsos e faculdades deve ser substituído pela obrigação interior de cumprir o dever incondicionalmente. A sujeição ao imperativo categórico do dever foi, desde o início, um objetivo consciente da família burguesa (HORKHEIMER, 2015b, ps. 214-215).

A individualidade que se configurava na família burguesa respaldou-se no senso do dever e na contenção das pulsões. O amor ao trabalho e a ideia de sacrifício tornaram-se qualidades essenciais para a implementação da incipiente economia moderna e às novas formas de vida que, timidamente, e tardiamente, apareceriam na Alemanha no início do Séc. XX. Embora o filme retrate um vilarejo alemão ainda com resquícios semifeudais, a questão da educação autoritária e da formação do caráter individual voltado para o trabalho, a retidão e o repúdio ao prazer, necessário para as transformações históricas e econômicas que viriam se configurar, estão no centro do enredo da película. O novo regime econômico precisou não somente de coação moral, política e religiosa para se instalar e reforçar a linguagem dos fatos econômicos como naturais como também de pessoas subordinadas aos poderes “sacros e profanos” para incorporarem uma ética autoritária, voltada para a coibição da satisfação pulsional e erótica (HORKHEIMER, 2015a). Lembra Horkheimer que o resultado desta renúncia proclamada como “virtude burguesa” foi o desenvolvimento da hostilidade contra o prazer livre, também se revertendo em impulsos de crueldade contra tudo aquilo que se “desviasse” da moral idealista. Contudo, a opressão gerada por uma formação baseada na rigidez e na resignação necessárias ao processo de individuação, bem como as fortes pressões econômicas advindas do progresso cultural sobre os homens, resultariam na revolta de muitos contra os valores civilizatórios cristãos ou aos ideais culturais que, no fundo, nunca tiveram forte ascendência sobre as massas oprimidas, principalmente para as pessoas que viviam nos campos (HORKHEIMER, 2015a). Ou seja, o “ressentimento erótico” advindo da rigidez moral e da educação burguesa deslocou-se para a introjeção do ódio pela felicidade e pelo prazer, cuja revolta transmutou-se no desprezo pelos valores espirituais e culturais da civilização, bem como contra todos aqueles que pudessem rememorar “imaginariamente” o prazer ou tais valores. Veremos mais adiante que todos estes fatores foram explorados pelo fascismo. Assim, os traços encontrados no caráter autoritário, pelos quais a propaganda e política fascista

se apoiaram, foram os produtos da internalização de componentes irracionais da sociedade moderna: a cisão estabelecida entre vida espiritual e a prática burguesa de dominação totalitária sobre a natureza pelo trabalho.

No caso do filme, demonstram-se alguns destes aspectos no tipo de educação em jogo nas cenas mostradas, principalmente a lógica da hierarquia instalada nas diversas relações de submissão de um a outros: a submissão da população ao pastor, a submissão dos trabalhadores rurais ao barão, a submissão das mulheres aos homens e a submissão das crianças ao pai e a todos os adultos do vilarejo. Parte do projeto ideológico de moralização para a implementação do “espírito burguês”, segundo Horkheimer (2001), foi a projeção de uma imagem de infância associada à pureza, um ideal que acabou por revelar a forçada interiorização das pulsões. Como ilustrado no filme, a formação das crianças vinculou-se à imposição de uma moral idealista em contradição com a prática brutal de humilhação e controle do corpo, entendido como sede natural do homem e fonte do “mal”.

No texto *A Nova Mentalidade Alemã*, Marcuse (1999), com base em uma vasta literatura sobre o tema, apresenta outros elementos para o entendimento das raízes do nazismo e seus componentes subjetivos. Estas se encontrariam em toda a história da Alemanha desde a Reforma, nas quais os fatores psíquicos que fizeram parte disso, além das questões políticas, tecnológicas e econômicas, estariam interligados aos traços mais “profundos e arraigados do caráter alemão” (MARCUSE, 1999, p. 208). Apresentando a racionalidade pragmática do totalitarismo que, afinada com os objetivos econômicos do industrialismo estabeleceu o pleno emprego num país em crise após a primeira guerra, Marcuse não deixou de analisar os mecanismos psicológicos que a política nazista soube explorar a fim de aliciar as massas para aderirem às suas pautas irracionais e autoritárias. As propagandas nacional-socialistas apelaram para os sentimentos e os afetos de revolta das massas contra as ideias civilizatórias cristãs, principalmente aquelas alavancadas pelo protestantismo desde Lutero. Assim, a abolição dos tabus sobre a sexualidade, o ataque contra a família burguesa com o fim da separação entre a esfera pública e a privada, e mais a destruição da ética secular foram alguns dos elementos utilizados pela linguagem das propagandas para manter os indivíduos “felizes” e comprometidos com a pátria, além de promoverem suas “satisfações” materiais imediatas. Diz Marcuse: “O nacional-socialismo se viu obrigado a atacar alguns dos tabus que a civilização cristã havia imposto sobre a vida privada e social. O lado mais evidente é o ataque a certos tabus sobre a sexualidade, a família e código moral” (MARCUSE, 1999, p. 199). As estratégias utilizadas pela política nazista foi a de incitar o descontentamento latente

com a civilização e revertê-lo em forças agressivas e reacionárias, fomentando o protesto contra todas as frustrações infligidas pela imposição de um modo de ser “burguês”, e das pressões advindas de instituições sociais e culturais mediadoras da constituição da individualidade. Horkheimer, também discutindo a respeito dos agitadores totalitários, levanta a ideia de que “Hitler apelou para o inconsciente de seu público sugerindo que poderia forjar um poder no qual seria suspenso os interditos à natureza reprimida”, com a liberação controlada dos tabus tradicionais (HORKHEIMER, 2015b, p. 134). Somado a isso tudo, acerca dos pressupostos objetivos do nazismo, Marcuse analisa os fatores relacionados à malograda revolução da classe média alemã, bem como a tardia modernização na Alemanha que impediram uma autêntica formação para a autodeterminação, além de ter sido preservada uma arraigada mentalidade antiburguesa em amplas camadas sociais. O prolongado semifeudalismo na Alemanha e suas relações de dominação e subordinação em parte explicariam os elementos autoritários e patriarcais presentes nestas relações, já que as formas de integração social produzidas pela economia de mercado das sociedades liberais, também baseadas no modelo de democracia formal nunca foram totalmente inculcadas na população. A rebelião contra os ideais de direitos humanos, de liberdade e de igualdade que nunca de fato se efetivaram, serviu de fermento para os movimentos de massa manipulados pela política nacional-socialista que se utilizou da “revolta” social popular para suas finalidades destrutivas. Estes elementos mobilizados pelo nacional-socialismo, para também implementar a industrialização e toda a tecnologia para a reprodução bélica, tornaram-se fortes aliados para a difusão da ideologia do terceiro Reich. As restrições e frustrações advindas de uma educação autoritária baseada nos padrões patriarcais e monogâmicos, somadas à impotência dos valores democráticos que não vingaram com a crise econômica surgida durante a República de Weimar, todos estes aspectos foram utilizados pelos nazistas para chegarem ao poder. Eles instigaram os estratos mais atrasados e excluídos pelo processo de desenvolvimento do capitalismo industrial a participarem da estrutura demagógica fascista, a fim de reforçar o domínio dos grupos industriais que queriam predominar na sociedade alemã, com a manutenção do *status quo*. Diz Marcuse:

O fato de a República de Weimar ter deixado de cumprir suas promessas foi usado pelos nacional-socialistas para fomentar a desconfiança e o ódio com relação às ideias supremas da civilização cristã como tal, uma desconfiança e um ódio que se enraizaram profundamente em grande parte da população alemã [...]. A revolta contra a civilização cristã surge de várias formas: antissemitismo, terrorismo, darwinismo

social, antiintelectualismo, naturalismo. Comum a todos eles é a rebelião contra os princípios restritivos e transcendentais da moralidade cristã (MARCUSE, 1999, p.198).

O autor também ressalta o papel peculiar que o conceito de natureza ocupou no pensamento e sentimento alemão, sendo este fator também responsável pelo veemente protesto contra a civilização utilizado pelas propagandas nacionalistas. Os apelos das propagandas para ideias irracionais como “sangue e solo”, raça, povo e nação mobilizaram não somente os componentes mais regressivos das massas, como constituíram as bases dos movimentos eugenistas e antisemitas, cujos registros se respaldaram na ordem do “natural” em detrimento de uma verdadeira consciência das relações sociais de dominação. A natureza ideologicamente interpretada pelo nacional-socialismo como fonte de impulsos, instintos e também como a essência da “alma alemã”⁵, em contraposição aos valores e padrões culturais ocidentais, teve papel fundamental nas políticas autoritárias para o estabelecimento da falsa ideia de hierarquia entre os povos apoiada na concepção de desigualdade “natural”. Toda esta “mitologia” serviu para justificar a expansão do imperialismo em larga escala: “A aparente irracionalidade da mitologia nacional-socialista emerge como racionalidade da dominação imperialista” (MARCUSE, 1999, p.207).

Todos os elementos aqui esboçados, e mais outros, aparecem no filme, a saber: a educação de crianças pautada na frieza e na dureza, destinada à imposição de valores absolutos dados como um fim em si mesmos; a imposição de uma rígida moralidade cristã como instrumento de controle do corpo (em contraponto às perversões e à violência liberadas na vida daqueles que se dizem portadores da virtude e da moral); as relações coisificadas entre os personagens como sintomas do clima autoritário promovido pela educação repressiva (a filha do médico que se torna objeto de abuso e de gozo por parte do pai); o falso ideal de pureza inerente ao puritanismo burguês projetado na infância; as relações patriarcais de dominação presentes nas famílias; o ascetismo e mais o culto à terra e à natureza pela tradição da aldeia. A este respeito, ressaltamos as cenas de quadros suntuosos da natureza do norte da Alemanha onde se encontra o vilarejo em que se passa o filme. Tais cenas evocam a exaltação da natureza e da terra promovida pelas campanhas publicitárias totalitárias, cujos elementos reverberaram na mentalidade alemã, assim incitando a fúria assassina das

⁵ Marcuse faz menção numa nota de rodapé ao livro *Mein Kampf* no qual Hitler se utiliza do conceito de natureza para confrontar as verdadeiras relações humanas com as formas “perversas da civilização” (MARCUSE, 1999, p.213).

massas contra todas aquelas minorias que pudessem rememorar a fragilidade da natureza dominada: os judeus, os negros, os loucos, as pessoas com deficiência e as crianças (HORKHEIMER & ADORNO, 1985).

Acerca da ambivalência amor/ódio pela natureza que atravessa a história da civilização ocidental, Horkheimer e Adorno (1985) no fragmento “Interesse pelo corpo” refletem sobre a exploração disto pelo fascismo, e seus efeitos nas relações patogênicas dos homens com o corpo. Eles descrevem que “Sob a história conhecida da Europa corre, subterrânea, uma outra história. Ela consiste no destino dos instintos e paixões humanas recalçados e desfigurados pela civilização” (HORKHEIMER & ADORNO, 1985, p.216). Os autores, também se apropriando das ideias freudianas sobre o “retorno do recalçado” para a análise filosófica, social e psíquica da dominação do corpo, apresentam as raízes do rebaixamento deste como objeto de coisificação e de crueldade que aparecem nas tendências regressivas da sociedade, como, por exemplo, nas políticas autoritárias. A história da civilização burguesa teve como resultado a vingança da natureza mutilada como resposta à divisão social do trabalho que, fonte de todas as injustiças sociais, promoveu a ideia de superioridade do trabalho intelectual em detrimento do trabalho físico. A escravização e a exploração do corpo do outro, e a violência das grandes colonizações fizeram parte desta história. Como dizem Horkheimer e Adorno (1985, p. 217), “com o auto-rebaixamento do homem ao *corpus*, a natureza se vinga do fato de que o homem a rebaixou a um objeto de dominação, de matéria bruta”. Isso pode ser visto nos excessos de puritanismo presente na hostilização da “carne”, na redução das vítimas ao “corpo natural/biológico”, como nas campanhas fascistas de louvação do corpo jovem e viril. Também a natureza parece triunfar de forma deturpada em nossa cultura nas compulsões à crueldade contra os desamparados e inadequados pela lógica dominante, na reificação do corpo nos excessos de higiene e de cuidados de beleza, mas, principalmente, na humilhação sádica dos prisioneiros dos campos de concentração. Em geral, os judeus e todas as outras “raças diferentes” foram colocados na condição de espécies inferiores na escala evolutiva.

Ainda acrescentam os autores que o amor da propaganda nazista pela natureza não foi nada mais do que uma superficial reação formativa ao reconhecimento de que somos também natureza (corpo biológico-natural), relacionada à recordação ancestral da proto-história biológica da espécie humana que teve que ser recalçada para fins do progresso: “Não podemos nos livrar do corpo e nós o louvamos quando não podemos golpeá-lo” (HORKHEIMER & ADORNO, 1985, p. 219). Na idealização e na exaltação do corpo e da natureza escondem-se

o ódio a eles, instilado pelo medo do sujeito dominador de perder a sua identidade. Este medo e terror, contudo, são projetados nas imagens sobre as minorias que, socialmente mais frágeis e desamparadas, aparecem aos olhos do dominador como próximas à natureza arcaica (e, por isso, violentadas e massacradas). Na violência do carrasco sobre as vítimas repete-se a brutalidade da dominação da natureza que deve sempre ser negada e transformada em objeto, matéria a ser explorada. Concluem Horkheimer e Adorno que as manifestações de um corpo sensível pulsional foram obstadas e silenciadas pela lógica que sustenta a abstrata racionalidade do mundo moderno, no qual os homens, impedidos de obter prazer e do próprio senso de felicidade pelo processo civilizatório, manifestaram sua fúria nos atos bárbaros contra aqueles que possam vir a representar a alteridade (a “não identidade”). As “alteridades” nos fazem recordar de nossa própria impotência imposta por uma sociedade marcada pela não realização dos conceitos de justiça, igualdade e liberdade propugnados pelos ideais da modernidade. A louvação do trabalho trazida pelo cristianismo e pelo puritanismo, a fim de estabelecer a ordem burguesa moderna, teve como fundamento a humilhação do corpo, interpretado como a fonte de todo o mal. Como já apontado aqui, nosso processo histórico e a constituição da subjetividade também se basearam na negação e rebaixamento do corpo como algo “inferior” e ignominioso.

Não é à toa que a relação entre autossacrifício/repressão/recalque e atos de crueldade contra o “outro” como respostas à opressão é mostrada no enredo do filme. Neste sentido, remetemos à cena na qual a filha do pastor, depois de ser duramente punida pelo pai na escola durante a aula de catecismo (e que pela humilhação sofrida, acaba tendo um desmaio), assassina o pássaro do pai pastor com uma tesoura. Isso por si só apresenta o clima de ódio e de terror que ronda os fatos narrados no filme, como também, a nosso ver, anuncia o que seria o holocausto alguns anos depois. Também não é à toa que o filme aborda as raízes do mal ao apresentar as condições psíquicas e culturais da barbárie que viriam a tomar forma durante a Segunda Guerra. O grupo de crianças liderado pela filha do pastor comete atos de torturas contra as crianças da aldeia que simbolizam a felicidade e a fragilidade do corpo: o filho da baronesa (criança de uma classe social mais abastada e protegida pelo amor da mãe) e o filho da parteira (criança que tem uma deficiência).

Na pesquisa *A Personalidade Autoritária* publicada em 1950 na Universidade de Berkeley, coordenada por Adorno, uma das características que distinguiu o sujeito com potencial fascista foi justamente a frieza e a incapacidade de levar a cabo experiências humanas, em que nele se revelava a afeição exagerada a coisas

e a objetos que, por sua vez, se manifestava num tipo de relação coisificada com as pessoas, vistas também como objetos a serem manipulados e descartados (ADORNO, 1995). Apresentou-se nesta “tipologia” um modo de raciocínio este-reotipado sobre a realidade e sobre as minorias, juntamente a um realismo sem freios a partir do qual o caráter potencialmente fascista não consegue imaginar o mundo diferente do que é. Lembra Adorno nos seus textos tardios sobre uma educação contra a barbárie que este tipo se encontra muito mais disseminado do que se pode imaginar, dadas a condições objetivas que privilegiam de forma muito mais contundente o homem pragmático e eficiente na nossa sociedade, sendo que a tendência de desenvolvimento deste caráter encontra-se vinculada ao conjunto de nossa civilização. As pessoas com tendências autoritárias são o resultado de elementos antidemocráticos presentes em nossa cultura e educação, e o retorno ou não do fascismo, para além de uma questão psicológica, relaciona-se a tais elementos. Mas Adorno não deixa de chamar a atenção para a educação na primeira infância que impeça a formação de pessoas “frias” (a frieza da “mônada social” incentivada pelo modo de vida baseado estritamente na autoconservação, na concorrência e no esforço pela subsistência). E acrescenta que “o único poder efetivo contra o princípio de Auschwitz seria a autonomia, para usar a expressão kantiana; o poder para a reflexão, a autodeterminação, a não-participação” (ADORNO, 1995, p.125).

A respeito da atmosfera social recheada de componentes autoritários, as pressões de uma sociedade irracional e de forças econômicas cegas sobre as vidas dos homens têm aumentado em graus crescentes enquanto condições de desenvolvimento do capitalismo tardio (ADORNO, 1995). Como mesmo afirmou Adorno (1995, p.120), apoiado pelas ideias de Freud sobre o mal-estar na cultura, “se a barbárie encontra-se no próprio princípio civilizatório, então pretender se opor a isso tem algo de desesperador”, pois quanto mais fechada a estrutura social e menor possibilidade de liberdade, mais hostilidade e mais agressividade são geradas nas relações humanas. Entretanto, como a estrutura básica da sociedade capitalista de produção ainda prevalece, agora acelerada pelo desenvolvimento do aparato tecnológico, e como cada vez mais as pessoas estão sendo reduzidas a meras funcionárias da engrenagem do sistema, a questão da educação/formação torna-se algo importante para se contrapor à repetição de Auschwitz.

De fato, na contemporaneidade encontramos cada vez mais o enfraquecimento de antigas autoridades e modelos de educação baseadas nelas⁶, o que não

⁶ Não podemos deixar de mencionar que no contexto político e social atual no Brasil estamos vivenciando grandes retrocessos nas políticas sobre a educação com a forte presença

significa que a reprodução do pensamento padronizado e de comportamentos preconceituosos, além da relação fetichizada com os conteúdos culturais tenham desaparecido. Pelo contrário. A educação hoje entendida como adaptação e conformidade à vida real, e fomentadora da competição entre os sujeitos na qual a mera apropriação técnica dos conteúdos torna-se a meta das políticas pedagógicas, impede, assim, aos homens o desenvolvimento de seu pensamento autônomo. Além disso, substituídos os modelos de autoridade de tempos pretéritos pelas formas de socialização diretamente oferecidas pelo *mass media* ou pelos coletivos que se impõem desde cedo na vida dos sujeitos, a contraposição e resistência do indivíduo contra a realidade social tornou-se cada vez mais impossível. Destacando-se unilateralmente o momento de adaptação nos processos educacionais e impedindo outras relações com os saberes e as pessoas que não sejam aquelas estabelecidas pela racionalidade instrumental, cria-se assim uma atmosfera opressiva em que as pessoas acabam por achar natural “se darem cotoveladas” num mundo altamente administrado. O que ainda se encontra por trás das concepções educacionais são as ideias de adaptação e de ajustamento dos sujeitos a uma realidade inquestionável, dadas como imperativas para o bom desempenho das pessoas na vida social e do trabalho. Não podemos também deixar de lembrar sobre o legado de representações e práticas violentas que as escolas historicamente carregam consigo (por exemplo, a antigas punições físicas e, ainda, a hierarquia estabelecida entre alunos que obtêm “boas notas” *versus* os alunos-problemas e não adaptados), tendo em vista a sociedade prenhe de manifestações bárbaras que atravessam as relações escolares. Quando as escolas privilegiam os “bons comportamentos” e a competição entre os alunos tendo como centro o desenvolvimento da racionalidade formal, impedindo a possibilidade de aprofundamento de contatos mais “espontâneos” entre os sujeitos e destes com os bens culturais dentro de experiências culturais significativas (música, teatro, dança), segundo Adorno (1995), isso acaba contribuindo para a formação do caráter potencialmente autoritário.

Enfim, no filme, a lógica que perfaz a educação presente nas relações hierárquicas estabelecidas entre os adultos e as crianças é a brutalidade, em franca contradição aos ideais de virtude proclamados no seio da família e pela religião de uma falsa sociedade ordeira e austera. Tais conceitos elevados a um plano abs-

de vários segmentos políticos ultraconservadores (parlamentares evangélicos e católicos) no congresso, que tem continuamente interferido no Plano Nacional de Educação e contra conquistas de movimentos sociais. O conservadorismo moral, principalmente advindo das igrejas neopetencostais, com grande peso do Congresso Nacional, tem retomado as ideias sobre a família patriarcal e tradicional como modelo a ser defendido e reconhecido.

trato, descolados da realidade social e colocados como valores absolutos, ao lado de ações voltadas para o controle e dominação das idiossincrasias e “naturezas disformes” das crianças (os castigos físicos e psicológicos aplicados como técnicas pedagógicas), só puderam atuar a favor da constituição do caráter autoritário, cujas características revelam a inclinação de sujeitos à violência, entregues sem críticas às forças cegas de coletivos totalitários que historicamente surgiram para atender os fins de uma racionalidade dominadora. A “virtude burguesa” baseada na mutilação da natureza e, concomitantemente, da subjetividade teve como resultado o desenvolvimento da hostilidade contra o prazer livre, revertendo-se em impulsos de crueldade contra tudo aquilo que se desviasse da moral idealista. O distanciamento e a frieza tornaram-se verdadeiras categorias antropológicas da individualidade burguesa, cuja crise propiciada pelas mediações econômicas e pela racionalidade dominadora totalitária sobre a natureza culminou no irracionalismo e na autodestruição da cultura. Como foi aqui apontado, tudo isso serviu de instrumento para as políticas autoritárias e para sua práxis assassina. A cultura que não cumpriu suas promessas e que se estabeleceu pela brutal divisão entre os homens a partir da cisão entre trabalho material e espiritual, entre corpo e intelecto, entre trabalho e prazer, entre a idealização do homem e o desprezo pelo homem concreto, produziu o ressentimento naqueles que nela se encontraram mutilados e oprimidos. A Fita Branca, assim, anuncia as condições psicossociais que permitiram o fascismo e o tipo antropológico chamado de “personalidade autoritária”. Michael Haneke expõe em sua narrativa perturbadora os desdobramentos da violência instalada no seio do processo civilizatório: a reprodução do horror como resposta ao ressentimento provocado pela pseudoformação.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor. Educação após Auschwitz. *In*: ADORNO, Theodor. **Educação e Emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ADORNO, Theodor. Teoria da Semiformação. *In*: PUCCI, Bruno; ZUIN, Antônio A.S.; LASTÓRIA, Luiz A. Nabuco. (orgs). **Teoria Crítica e Inconformismo**: novas perspectivas de pesquisa. Campinas: Autores Associados, 2010.
- ADORNO, T.W, FRENKEL-BRUNSWICK, E., LEVINSON, D. J., SANFORD, R.N. **The Authoritarian Personality**. New York: Harper & Brother, 1950.

GENEL, Kátia Escola de Frankfurt e Freudo-Marxismo: Sobre a Pluralidade das Articulações entre a Psicanálise e Teoria Crítica da Sociedade. **Revista Dissonância: Teoria Crítica e Psicanálise**, Campinas, n.01, 1º Semestre de 2017.p. 263-288

HORKHEIMER, Max. A Revolta da Natureza. *In*: HORKHEIMER, Max. **Eclipse da Razão**. São Paulo: Editora Unesp, 2015a

HORKHEIMER, Max. Autoridade e Família. *In*: HORKHEIMER, Max. **Teoria Crítica I**. São Paulo: Perspectiva, 2015b.

HORKHEIMER, Max. Teoría ayer y hoy. *In*: HORKHEIMER, Max. **Sociedad em Tansición**. Barcelona: Península, 1976.

HORKHEIMER, Max. Razón Y Autoconservación. *In*: HORKHEIMER, Max. **Teoría Crítica**. Barcelona: Barral Editores, 1971.

HORKHEIMER, Max. Egoísmo y Movimiento Liberador – Para uma antropologia de la época burguesa. *In*: HORKHEIMER, Max. **Autoridad y Familia y Otros Escritos**. Buenos Aires: Paidós, 2001.

HORKHEIMER, Max & ADORNO, Theodor. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

HORKHEIMER, Max & ADORNO, Theodor. Interesse pelo corpo. *In*: HORKHEIMER, Max & ADORNO, Theodor. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985. MARCUSE, Herbert. A Nova Mentalidade Alemã. *In*: MARCUSE, Herbert. **Tecnologia, guerra e fascismo**. São Paulo: Unesp, 1999.

SILVA, Rafael Cordeiro. **Max Horkheimer**: teoria crítica e barbárie. Uberlândia: EDUFU, 2011.

IMIGRAÇÃO, MÍDIA E XENOFOBIA: A AMEAÇA IMAGINÁRIA EM QUESTÃO

*Lineu Norio Kohatsu
Gabriel Katsumi Saito
Patrícia Ferreira de Andrade*

XENOFOBIA EM TEMPOS DA PANDEMIA DA COVID-19: A REEDIÇÃO DO “PERIGO AMARELO”

Com a pandemia mundial da Covid-19, houve um crescimento da onda de xenofobia contra chineses, descendentes e asiáticos, em várias partes do mundo, inclusive no Brasil.

Com o propósito de compreender melhor esse fenômeno, propõe-se neste trabalho analisar matérias jornalísticas veiculadas pela internet que tiveram como assunto principal as manifestações de xenofobia e racismo contra asiáticos em decorrência da pandemia da Covid-19. Os comentários dos leitores também foram objeto de análise.

No Brasil, mesmo com a presença histórica dos imigrantes asiáticos, como chineses, japoneses e coreanos, a difusão da Covid-19 fez emergir velhos preconceitos com a mesma virulência e destrutividade da pandemia.

A intolerância e o repúdio ao estrangeiro, principalmente ao não branco, têm origem remota. Um olhar retrospectivo ao século XIX permite recordar que a questão racial já estava subjacente aos projetos imigrantistas (SEYFERTH,

2002). A grande imigração (1888-1914) é impulsionada pela necessidade de substituir o braço escravo nas fazendas de café (SEYFERTH, 2014, p.109), mas políticas orientadas por ideias eugenistas e assimilacionistas buscavam restringir a entrada de certos grupos étnicos indesejados. Na década de 1850, discutiu-se a contratação temporária, de um número limitado de trabalhadores chineses (coolies) para as fazendas de café, fato que se tornou objeto de debate, pois uma “‘raça bastarda’, de civilização ‘decadente e corrompida pelo ópio’”, não devia ser incluída, conforme estabelecia o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, em 1861 (SEYFERTH, 2014, p. 118).

Segundo Seyferth (2014), a repulsa aos chineses tem sua representação mais significativa na expressão “perigo amarelo”, associada à suposta inferioridade racial e os riscos da mistura racial. Note-se, como será mencionado por Carneiro (2018) logo adiante, que a expressão era usada também para se referir aos japoneses, podendo-se ver que a repulsa era aos asiáticos de modo em geral.

Nas atas do I Congresso Brasileiro de Eugenia, consta no trabalho de A.J. de Azevedo Amaral (1929, pp. 333-334) a preocupação em formar uma raça superior com saúde física e atributos intelectuais necessários à assimilação e ao desenvolvimento da cultura e para isso seria preciso a “exclusão de todas as correntes imigratorias que não sejam de raça branca” (AMARAL, 1929, p. 340).

Carneiro (2018) mostra a persistência das ideias eugenistas e da intolerância a certos grupos durante o período do Estado Novo (1937-1945). O japonês era estigmatizado e tratado como “indesejável” e/ou como “raça inferior”, “inassimilável como enxofre”, considerado “perigo amarelo” (CARNEIRO, 2018).

Com base na eugenia, deficientes, loucos, mendigos, doentes incuráveis ou contagiosos, prostitutas, criminosos e os indivíduos inassimiláveis da raça amarela formavam o grupo dos indesejáveis, cuja entrada deveria ser impedida (SEYFERTH, 2014, p.122).

No Estatuto de Estrangeiro, Lei nº 6.815/1980, sancionado no período da ditadura civil-militar, a imigração ainda era tratada como uma questão de segurança nacional, restringindo as atividades dos imigrantes em vários âmbitos, como atividades de natureza política, como consta no Art. 107. A mudança de paradigma ocorre com a atual Lei de Migração nº 13.445/2017, que tem como princípio a defesa dos direitos humanos e, como consta no Art. 3º, II – repúdio e prevenção à xenofobia, ao racismo e a quaisquer formas de discriminação.

Destaca-se ainda a Lei 7.716/1989 que define os crimes resultados de preconceito de raça ou de cor. O artigo primeiro desta lei estabelece: “Art. 1º Serão punidos, na forma desta Lei, os crimes resultantes de discriminação ou precon-

ceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional”; prevendo pena de reclusão de um a três anos e multa a quem, de acordo com o Art. 20, “Praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional” (BRASIL, 1989). Há ainda nesta lei, a especificação de que a prática dessas ações por meio digital igualmente se configura como crime. O 3º parágrafo do Art. 140 do Código Penal (BRASIL, 1940) estabelece pena de reclusão de um a três anos para aquele que ofender: “§ 3o Se a injúria consiste na utilização de elementos referentes a raça, cor, etnia, religião, origem ou a condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência”.

XENOFOBIA, ETNOCENTRISMO E PRECONCEITO

Em trabalho anteriormente publicado (KOHATSU, 2019), embora reconhecendo que Adorno e col. (1965), assim como Crochík e col. (2013) discutam outras formas de discriminação, foi demonstrado que as contribuições teóricas desses autores auxiliavam na compreensão da xenofobia como um fenômeno social, que tem em sua base o preconceito e que este, por sua vez, é reforçado pela ideologia patriota, fascista e etnocêntrica. Adorno e col. (1965) investigaram os motivos pelos quais alguns indivíduos aderiam voluntariamente às ideias antidemocráticas e fascistas. Os pesquisadores puderam constatar que a ideologia, como um modo totalizante e estandardizado de organizar opiniões, atitudes e valores, atendia às necessidades psicológicas de certos indivíduos que, devido à fragilidade da personalidade, tendiam a responder de modo irrefletido e hostil às ameaças percebidas. Acrescenta-se à ideologia, a função de encobrir as contradições sociais.

O conceito de etnocentrismo (ADORNO e col., 1965, p. 118) expressa a ideia de uma centralização étnica, da aceitação apenas do igual e ódio às culturas diferentes. A concepção de grupo étnico abarcaria as minorias, sem excluí-las por fenótipos ou nacionalidades. Além do ódio às minorias, o pseudopatriotismo seria parte do etnocentrismo, pois quem admira as qualidades de sua cultura, não conseguiria odiar todas as outras, pelo contrário se identificaria. O etnocentrista teria uma visão de mundo concêntrica: as pessoas se encaixam em grupos étnicos, circunscritos em camadas que se distanciam – no centro está o indivíduo etnocêntrico, seus familiares, a comunidade branca e religiosa. Quanto mais distante deste centro, mais indiferenciados e excluídos são os grupos étnicos (ADORNO e col., 1965, p.157).

O ódio ao diferente e ao estrangeiro não decorre das características objetivas dos grupos identificados como externos, mas do modo como esses são

percebidos subjetiva e distorcidamente pelos indivíduos preconceituosos. A esse fenômeno Horkheimer e Adorno (1947/1985) denominaram, com base na psicanálise freudiana, de falsa projeção. De forma sucinta, a falsa projeção extrojeta conteúdos inconscientes internos que não podem ser assumidos pelo sujeito como sendo seus e por isso precisam ser expulsos e projetados em certos alvos. Entende-se, portanto, que o conteúdo negado e projetado no outro, diz respeito mais sobre o sujeito do que sobre o objeto. O indivíduo que é hostil com um grupo minoritário provavelmente será intolerante com uma extensa variedade de outros grupos, considerando-os ameaçadores, como negros, homossexuais, estrangeiros e tantos outros culpados pelos infortúnios do mundo.

Diante da fragilidade que não pode ser reconhecida e que precisa ser negada, os indivíduos com tendência fascista se esforçam em aparentar força, mesmo que para isso tenham de pagar o preço de recusar a experiência genuína com o outro, com o qual não podem se identificar. A dificuldade em sentir e refletir impossibilita a revisão crítica de convicções irracionais, equivocadas e fortemente carregadas de afeto, como o medo e o ódio, que persistem por não poderem ser elaborados. Essa atitude refratária à experiência e à reflexão, característica de indivíduos com tendência fascista, indica a existência de preconceito (CROCHÍK, 1996).

Crochík, Kohatsu, Dias, Freller e Casco (2013) apontam que o “preconceito é uma atitude que contém uma tendência para a ação (...)”. A discriminação (de classe, de raça ou de gênero) pode ser considerada uma ação derivada de preconceitos. Portanto, sempre que houver discriminação, haverá preconceito. Por outro lado, a ausência de discriminação não significará necessariamente a ausência de preconceito, pois sob certas condições, como em sociedades mais democráticas, o preconceito poderá se manter encoberto, enquanto que em circunstâncias com o domínio de um clima autoritário, em que a perseguição às minorias é encorajada, a manifestação poderá ser francamente explícita e declarada.

XENOFOBIA E INDÚSTRIA CULTURAL

A estratégia de se utilizar atitudes e opiniões xenófobas para aumentar a sensação de progresso, sobrevivência e a sensação de autocontrole – ao se permitir o descontrole violento –, é reproduzida como técnica de manipulação política por agitadores fascistas (ADORNO, 2015). Tal como o antissemitismo (HORKHEIMER E ADORNO, 1985, p. 141), a xenofobia é apresentada como mercadoria, propagandeada como um produto de luxo, seu uso para a dominação

é patente. Esta dominação é parte da dominação da natureza, realizada pela tendência totalitária do esclarecimento, durante o processo civilizatório.

As idiossincrasias como o odor do corpo, o arrepio, as gesticulações trazem a lembrança da assimilação com a natureza. Elas são vistas como repugnantes e incivilizadas na sociedade. Para Horkheimer e Adorno (1947/1985), os nazistas só permitem esta assimilação à natureza para destruí-la e colocá-la a serviço de sua própria dominação. Os antissemitas perseguiram o ritual *kosher*, chamavam-no de cruel, ao mesmo tempo em que os próprios promoviam o genocídio. Neste sentido, a desastrosa publicação da revista “Sopa de Wuhan” (AMADEO, 2020) legítima em sua capa ora o ódio xenófobo à culinária chinesa – semelhante ao ódio antissemita ao *kosher* –, ora a entrega à natureza apenas para destruí-la, ao apresentar a ilustração do eugenista Haeckel da anatomia de um pequeno morcego.

“Sopa de Wuhan” e outras produções, inclusive as jornalísticas, remetem que a xenofobia se tornou mercadoria consumível e aparentemente gratuita. Junto ao pacote de que a China e outros países asiáticos não são um modelo político-econômico que agrada aos editores da revista, a xenofobia surge como um brinde, uma insinuação para angariar apoiadores a esta ideia. Adorno (2015) verificou que os seguidores dos agitadores fascistas, para demonstrar a gratidão dos momentos de catarse violenta, aceitam o antissemitismo como parte do show. E é a indústria cultural que surge como o filtro totalitário que transforma os consumidores em receptores passivos de mercadorias cada vez mais idênticas, veiculadas pelos meios de comunicação de massas. Em tempos de *high tech*, a produção e o acesso à informação em larga escala podem inibir ainda mais o pensamento crítico e autônomo dos indivíduos, que movidos por crenças irracionais, reagem irrefletidamente aos estímulos instantaneamente decodificados, dando vazão automática aos impulsos destrutivos, sem nenhuma forma de inibição. Sob estas condições, a xenofobia, o racismo e outras manifestações de barbárie tem sido flagrantes.

PROCEDIMENTOS DE COLETA

As buscas foram realizadas em portais e *sites* de jornais e revistas, de acesso aberto e gratuito, não exclusivo para assinantes, por matérias cujo assunto principal era xenofobia contra asiáticos no contexto da pandemia da Covid-19, publicadas no período de janeiro a maio de 2020. Os descritores usados foram: coronavírus; Covid-19; xenofobia; sinofobia; chineses; asiáticos. Em princípio, a proposta era delimitar a análise às publicações sobre xenofobia no Brasil, publi-

cadadas no país em português, porém, devido à relevância dos conteúdos, foram incluídas também matérias sobre xenofobia contra asiáticos em outros países, destas, três publicadas em língua estrangeira (inglês e espanhol). As reportagens foram escolhidas por conveniência, uma vez que não têm representatividade estatística.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram selecionadas 40 publicações, sendo 21 com comentários de leitores e 19 sem comentários. Em relação ao gênero das matérias, a maioria (23) são notícias, tendo também entrevistas, matérias de coluna, ensaios, um depoimento, uma pesquisa e um site específico com conteúdos diversos sobre sinofobia e coronavírus.

A maior parte das matérias tinha como assunto principal a discriminação contra asiáticos, explicitados no título com termos como: xenofobia, sinofobia, preconceito, racismo, ataque racista, bullying, ou no conteúdo da matéria.

A partir da leitura das matérias, foram identificados alguns aspectos recorrentes, que serão apresentados a seguir. Depois, uma sistematização dos comentários com conteúdos correspondentes.

INDIFERENCIAÇÃO ÉTNICA E XENOFOBIA GENERALIZADA: ARIGATÔ!

XINGLING!

Os alvos dos insultos verbais e agressões físicas não foram somente os chineses e descendentes, mas asiáticos em geral em 17 das 40 matérias, mostrando que os agressores não se importavam em distinguir a origem étnica e a nacionalidade das pessoas com fenótipo asiático. A situação foi assunto principal na matéria “Brasileira é alvo de bullying por conta de coronavírus: me senti humilhada” (G1 SANTOS, 01/03/2020).

Outra situação de agressão, também sofrida por uma descendente de japoneses, foi relatada na coluna de Beatriz de Almeida:

“Sua chinesa porca, fica espalhando doença para todos nós” foram as palavras dirigidas à estudante Marie Okabayashi, em um trem do metrô do Rio de Janeiro, agressão ocorrida em 31 de janeiro (Justificando, ALMEIDA, 25/05/2020).

O mesmo fato foi comentado na matéria “Em meio a surto de coronavírus, orientais no Brasil relatam preconceito e desconforto: A situação mostra o pre-

conceito e o desconforto que já começam a ser vivenciados pela comunidade oriental no Brasil conforme cresce no mundo o surto do novo coronavírus chinês (...)” (Folha, MOREIRA, 05/02/2020).

Em sua coluna, a atriz sino brasileira, Lian Tai, faz um depoimento sobre o racismo que vem sofrendo:

Até hoje, na rua, enfrento dedos que me apontam com deboche e caricaturas, como era na infância. *Arigatô!*¹ *Xingling!*² (...) Há a amiga que imita o sotaque chinês de forma caricata, dizendo “pastel de flango”. (...) Nos últimos meses, com a pandemia, tenho visto o racismo contra asiáticos mostrar-se com mais veemência; ele começa contra os chineses e se estende a todos os povos do extremo oriente, até porque, no Brasil, “é tudo a mesma coisa” (Opera Mundi, TAI, 31/03/2020).

Na matéria “*Temor en la comunidad asiática en Estados Unidos ante los ataques racistas por el coronavirus*” (El País, GUIMÓN, 23/03/2020) é apresentado o depoimento de uma professora de origem tailandesa, insultada por um homem no metrô de Los Angeles, EUA, que pensou tratar-se de uma chinesa. Ao fazer uma busca na internet, a professora descobriu que pessoas de todo o mundo, com traços orientais como ela, descreviam experiências racistas similares que tinham vivido com a explosão do coronavírus.

Comentários que desconsideram as particularidades étnicas e culturais e, portanto, generalizam e se referem de modo estereotipado, depreciativo e com insultos dirigidos à chineses, japoneses, coreanos e asiáticos de modo indistinto foram encontrados em 14 das 21 matérias com comentários de leitores.

Foi observado que os comentários muitas das vezes apenas visavam insultar as pessoas referidas nas matérias, tal como ocorreu nas duas reportagens com mais comentários: “Jovem asiática é chamada de ‘coronavírus’ e leva borrifada de álcool na cara: ‘Eu não sou uma doença’” (Yahoo, EFRAIM, 24/03/2020), com cinco comentários, “Médica defende cloroquina, critica estudos e diz que aceitaria ser ministra” (UOL, 18/05/2020). As duas mulheres referidas nas matérias são descendentes de japoneses. Foram postados cinco comentários na primeira matéria, sendo uma delas “Pastel de Flango!”, com 11 curtidas e 12 reprovações. Na segunda matéria foram postados nove comentários, todos jocosos e ofensivos

¹ Obrigado, em japonês.

² Expressão depreciativa usada para se referir a produtos de origem chinesa.

dirigidos à médica Nise Yamaguchi. Alguns dos comentários foram: “Esta cientista é chingling³”, “E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê? ⁴ Parece chinesa”.

Um dos comentários com maior quantidade de reprovações (63) foi postado na matéria “Coronavírus: estudante de Singapura é agredido em ‘ataque racista’ em Londres” (BBC Brasil, 03/03/2020): “Mas também, ninguém mandou parecer chinês. Bom dia”.

Como se pode ver, a origem étnica pouco importa aos agressores, pois basta a aparência, o fenótipo asiático, para justificar os insultos e até agressões físicas contra seus alvos. Como foi discutido anteriormente, a xenofobia, que tem em sua base o preconceito, é uma forma irracional de agir para atender às necessidades psicológicas do agressor diante de ameaças imaginárias.

TSUNAMI MUNDIAL DE XENOFOBIA E RACISMO E O ENFRENTAMENTO NAS REDES SOCIAIS

Os crescentes ataques xenofóbicos e racistas contra asiáticos em vários países foram matéria da reportagem “Como o racismo aflora diante do medo do coronavírus”.

Incidentes de racismo e xenofobia foram reportados em países europeus – como Itália, França e Reino Unido –, do continente americano, como Canadá e Estados Unidos, e mesmo na Ásia, em lugares como Coreia do Sul e Malásia (Nexo Jornal, LIMA, 03/02/2020).

A matéria informa que no final de janeiro de 2020, franceses de origem asiática criaram a hashtag *#JeNeSuisPasUnVirus* para denunciar ataques racistas contra asiáticos que vivem no país. O movimento foi assunto também em outras matérias (RFI, 29/01/2020⁵; BBC, 29/01/2020; BBC Brasil, ALVIM, 31/01/2020). A última matéria informa que a Associação de Jovens Chineses na França tem recebido pedidos de ajuda psicológica por vítimas de discriminação de origem chinesa e também coreana, cambojana, vietnamita e filipina desde o surgimento da epidemia do coronavírus. Nos Estados Unidos, a hashtag *#IAmNotAVirus* foi adotada por estudantes asiático-americanos da Universidade da Califórnia e no Brasil como *#EuNãoSouUmVirus*. Em sua coluna, Juliana Sayuri destaca a ini-

³ A expressão “chingling” é um modo pejorativo de se referir às mercadorias produzidas na China e vendidas no Brasil, insinuando serem falsificações.

⁴ “E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê” foi a expressão usada pelo presidente Bolsonaro ao responder a pergunta de repórter sobre as mortes provocadas pela Covid-19 no Brasil.

⁵ Rádio França Internacional, rádio pública francesa de emissão ao estrangeiro.

ciativa do Instituto Sociocultural Brasil-China – Ibrachina, que criou uma central de denúncias sobre racismo e xenofobia (TAB-UOL, SAYURI, 12/02/2020).

A gravidade da difusão da xenofobia e racismo como ameaça real contra chineses e asiáticos no mundo fez com que o Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas – ONU criasse uma campanha de combate ao racismo decorrente da difusão do coronavírus. Em maio de 2020, António Guterres, Secretário Geral da ONU, postou um apelo no Twitter para acabar com o discurso de ódio:

#COVID19 does not care who we are, where we live, or what we believe.

Yet the pandemic continues to unleash a tsunami of hate and xenophobia, scapegoating and scare-mongering.

That's why I'm appealing for an all-out effort to end hate speech globally⁶ (G1, 08/05/2020).

Inúmeras matérias analisadas fazem referência ao uso das redes sociais para veiculação de mensagens de ódio, xenofobia e racismo e, como visto, usada também para fazer o enfrentamento, como as campanhas *#JeNeSuisPasUnVirus*, e também campanhas de organismos internacionais, como a ONU. O aumento da difusão de mensagens xenofóbicas tornou-se objeto de investigação de pesquisadores que veiculam o estudo pelo Medium sob o título “*Analyzing online discourse for everyone: Covid-19 and the Spread of Sinophobia*”.

Entre as 21 matérias com comentários de leitores, 16 delas têm comentários que denunciam e criticam o preconceito, a xenofobia e o racismo contra asiáticos. Algumas matérias tiveram mais comentários contrários a tais expressões (Blogosfera, FUKUTA, 08/02/2020; UOL, TARJA, 30/01/2020; Folha UOL, MOREIRA, 05/02/2020); a primeira com seis e as outras duas com cinco cada uma.

Três destes comentários chamam a atenção em relação às aprovações e reprovações. O primeiro – com 54 curtidas e 2 reprovações –, do leitor A, aponta a recorrência e não especificação dos ataques “Tudo é desculpa para ataques racis-

⁶ Tradução livre: #COVID19 não se importa com quem somos, onde moramos ou no que acreditamos.

No entanto, a pandemia continua a desencadear um tsunami de ódio e xenofobia, criar bodes-expiatórios e alarmismos.

É por isso que estou pedindo um esforço total para acabar com o discurso de ódio globalmente.

tas” (A, BBC NEWS, G1, 03/03/2020); já o da leitora HG, com 14 curtidas, sem possibilidade de reprovações, faz contraponto considerando a especificidade da situação com o apontamento da inveracidade da justificativa para a manifestação do preconceito, xenofobia e racismo:

É muito triste e injusto esse preconceito em relação aos brasileiros de origem asiática que tanto fizeram pelo nosso país e são tão brasileiros como nós. Ninguém pode ser suspeito de disseminar doenças simplesmente por ter origem asiática, um absurdo. E tudo por conta de uma doença com 2% de letalidade, sem nenhum caso confirmado no Brasil⁷. Certamente a falta de atendimento no SUS já matou muito mais gente do que o coronavírus na China (HG, Folha Uol, 05/02/2020).

O terceiro comentário, de JRO, com nove curtidas – sem possibilidade de reprovações, é contundente quanto à necessidade de combater tais expressões: “O preconceito deve ser combatido mesmo. Coisa mais idiota. Apenas como é um caso de saúde pública quem foi à China, brasileiro ou não, deve ficar em quarentena em casa” (JRG, MOREIRA, 3/3/2020).

Podemos ainda mencionar que alguns comentários críticos apontam resoluções que manifestam algum grau de intolerância e trazem como saída possível a mesma atitude em direção aos agressores. Como exemplo desses comentários: “O Brasil vai mudar quando todo brasileiro sentir na pele o próprio preconceito” (CS, FUCUTA, 08/02/2020).

MÍDIA, PRECONCEITO E XENOFOBIA

As fake news foram mencionadas em dez matérias como propulsoras das manifestações xenofóbicas e racistas, contudo, os veículos de informação também foram responsabilizados por incitar o medo e o ódio com notícias alarmistas.

Na matéria “Brasil confirma primeiro caso do novo coronavírus” (Folha, UOL, 25/02/2020) o título e o conteúdo textual da matéria referem-se a um homem vindo da Itália cujo teste resultou positivo para o vírus. O que causou polêmica, no entanto, foi a comovente foto, em close, de um jovem casal de chineses, ambos com máscaras, publicada em destaque, e cuja a legenda informa: “Membro de uma equipe médica que parte para Wuhan, província de Hubei, se despede de sua família na Universidade Médica de Xinjiang, em Urumqi, na região autônoma do grupo étnico”. A matéria foi criticada nas redes sociais por

⁷ Na ocasião de publicação da matéria.

descendentes de asiáticos pelo despropósito no uso da imagem na matéria, que tratava de um paciente vindo da Itália.

Na matéria publicada pela UOL (30/01/2020), o próprio autor admite o tom alarmista, mas parece querer mantê-lo e reforçá-lo em um texto pretensiosamente ambíguo, pois não apresenta nenhuma evidência contrária à tese refutada. A matéria é criticada nos comentários postados pelos leitores, merecendo ser citado este: “o título deveria ser “tese do paciente supercontagante é descartada”.

A matéria publicada pela BBC (29/01/2020) exhibe a crítica feita à capa do jornal *Le Courier Picard* com manchetes inflamatórias: “*Alerte jaune*” e “*Le péril jaune*” e com a foto de uma mulher chinesa com máscara de proteção. Conforme informa a matéria, o jornal desculpou-se imediatamente, dizendo que não pretendia usar alguns dos piores estereótipos asiáticos.

Ainda que não seja proposital, a xenofobia pode ser flagrada mesmo em comentários de especialistas. Em “Morcegos no Brasil têm coronavírus diferente do que surgiu na China” (MADEIRO, 2020), o entrevistado, especialista no estudo de morcegos do Brasil, afirma: “O problema na China é contato aproximado entre humanos e animais silvestres. Nós, ainda bem, não caçamos, nem consumimos morcegos, nem existe comércio deles em feiras”.

Comentários que expressam forte incômodo, intolerância e aversão contra a presença considerada indevida de estrangeiros no país foram encontrados em 17 matérias.

Os comentários foram classificados nos grupos a seguir, com os respectivos comentários como exemplos:

- a) Uso de estereótipos como forma de insulto: a maioria desse tipo de comentário foi postado na matéria citada anteriormente (UOL, 18/05/2020), referindo-se à médica de origem japonesa como “japa”; “abre seu olho”; “nipon transgênica”; “vendedora de pastel em feira livre” e com associações a personagens “spectreman”; “mãe do jaspion”; “doutora pokemon”.
- b) Insultos de caráter sexual: “japonês, como disse o presidente, tem aquilo pequeninho”; “o glenn fugiu pra china com medo do xotavirus... vai morrer de qq jeito! hahaha”. Este último, teve 6 curtidas e 13 reprovações. Os demais não tiveram reações significativas.
- c) Não assimilação dos asiáticos: “nunca se misturam”; “colônia coreana é a mais fechada que existe”; “ouça mil conversas em mandarim ou

qualquer idioma/dialeto, mas nunca em português”; “alguém já viu uma chinesa casada com um negro?”.

d) Impedimento de entrada de asiáticos ou deportação/regresso ao país de origem: “governo brasileiro tinha que proibir esse povo de entrar no brasil!!!”; “te podes ir cuando quieras”; “fora china”; “vai pra coreia darling!”; “o aeroporto está ali, caia fora do meu país”; “go home”.

e) Aversão e desejo de extermínio: “chineses vão morrer! amém”; “joga uma chuva de bombas atômicas na china e pronto!!!!”.

Os comentários não receberam muitas reações, com exceção de três: “a única coisa “boa” de uma epidemia é que ela destrói o politicamente correto e expõe a verdadeira face das pessoas” (G1 SANTOS, 01/03/2020) (47 curtidas; 1 reprovação); “fora china” (V., EFRAIM, Yahoo, 24/03/2020) (9 curtidas; 11 reprovações); “a terra tá com 7 bilhões de habitantes. Tomara que esse corona vírus mate pelo menos a metade (...) bom mesmo se morresse uns 5 bilhões de pessoas” (15 curtidas, 51 reprovações) (JA, G1, 23/01/2020. Foi encontrado somente um comentário removido por infringir as regras do site (MOREIRA, Folha.Uol, 03/02/2020).

HIGIENE, ALIMENTAÇÃO E DOENÇAS: A REEDIÇÃO DO PERIGO AMARELO

Em seu artigo (BBC Brasil, 31/01/2020), Mariana Alvim cita o livro *Yellow perils: China narratives in the contemporary world*⁸ (BILLEF & URBANSKY, 2018). Christos Lynteris, um dos autores, escreve sobre como as epidemias contribuíram para a estigmatização dos chineses e critica o modo como a mídia ocidental retrata os mercados chineses “com imagens “destinadas a chocar o público” de animais apresentados como exóticos” (BBC Brasil, 31/01/2020).

A expressão “perigo amarelo”, segundo Urbansky (2018), autor e organizador do livro citado, é usada no Ocidente como designação preconceituosa contra o Leste asiático desde o século XIX e que se perpetua até hoje, conforme se pode ver pelo modo como os chineses são estigmatizados como bodes expiatórios em questões médicas.

Em seu artigo “*A new virus stirs up ancient hatred*” (CNN, YANG, 30/01/2020), Jeff Yang alerta que não é somente a doença que está se espalhando e provocando danos, referindo-se às manifestações racistas na internet contra chineses. Yang recorda que os ocidentais “procuram fazer com que os chineses

⁸ Perigo amarelo: Narrativas sobre a China no mundo contemporâneo, tradução da autora do artigo.

pareçam impossivelmente estranhos e, portanto, inassimiláveis e inadmissíveis em seus países civilizados”⁹ (YANG, 2020).

Yang cita um editorial do *New York Daily Tribune*, de 29/09/1854 que chamava os chineses de incivilizados e sujos e alertava o governo federal para proibir a entrada de chineses nos Estados Unidos. A aversão aos chineses motivou incêndios e mortes em *Chinatowns* e um dos mais sangrentos linchamentos na história dos Estados Unidos, que aconteceu em Los Angeles, em 1871.

Na matéria “*Temor en la comunidad asiática en Estados Unidos ante los ataques racistas por el coronavirus*” (EL PAÍS, GUIMÓN, 23/03/2020), a referência à xenofobia histórica contra chineses é citada também pelo professor de história e estudos asiático-estadunidenses, Jason Oliver Chang. Chang comenta que a percepção do chinês como “perpétuo estrangeiro” combina na crise atual com a tendência a culpar os coletivos marginalizados pela difusão das enfermidades.

Em seu ensaio “O perigo amarelo” na pandemia do novo coronavírus, Renato Takashi Igarashi faz uma constatação muito oportuna ao dizer que:

A pandemia em que vivemos não criou, mas desnudou um preconceito contra asiáticos que sempre esteve latente e disseminada na sociedade. Práticas cotidianas jamais deixaram de ser extremamente racistas e xenófobas, como retratar a figura de um asiático com olhos cerrados e dentes salientes, puxar os olhos, ridicularizar sua fala com a troca do R pelo L etc., mas abafadas com o pretexto de se tratar de “piada” (Justificando, IGARASHI, 18/04/2020).

Nas notícias que possibilitavam interação de leitores, de 21 reportagens apenas cinco delas não continham comentários que insultavam chineses, descendentes e asiáticos acusando-os de falta de higiene, por comerem animais como morcegos e insetos, e referência à transmissão de doenças e difusão de epidemias. As reportagens com mais comentários desse tipo foram: a) “Sobe para 25 o número de mortos por coronavírus com mais de 800 casos na China” (G1-Globo, 23/01/2020) com nove comentários e b) “Eu não sou racista diz Weintraub após usar cebolinha” (UOL, 06/04/2020) com 11 comentários.

O comentário de JZ, um dos mais “populares” da segunda reportagem apontou: “descobriram que o vírus pode ter vindo de sopa de morcego? Esses

⁹ No original: “Food and hygiene slander have long been the spear tip of attacks by contemptuous (or envious) Westerners seeking to make Chinese seem impossibly alien, and thus unassimilable and inadmissible to their “civilized countries””.

chineses comem até fezes....por isso que todo vírus são *made in China*” (JZ, G1, 23/01/2020), recebeu 69 curtidas e 15 reprovações.

Na mesma matéria, o comentário de JV com 106 curtidas e 8 reprovações, busca demonstrar conhecimento sobre doenças epidemiológicas, indicando a falsa origem: “China, a maior exportadora de pestes do mundo. Peste suína, gripe aviária, h1n1, febre asiática, tudo vem de lá” (JV, G1, 23/01/2020).

TEORIAS DA CONSPIRAÇÃO E O COMPONENTE POLÍTICO DA XENOFOBIA NA DIFUSÃO INTENCIONAL DO ÓDIO

O fotógrafo do The Washington Post, Jabin Botsford¹⁰, registrou a rasura que o presidente Trump fez no texto de seu pronunciamento, riscando a palavra “corona” e escrevendo à mão “*Chinese*” para completar “*Chinese virus*”. Ainda que advertido por sua equipe sobre os riscos de provocar reações xenófobas, Trump seguiu insistindo no uso da palavra e culpando a China pela difusão da pandemia.

O deputado Eduardo Bolsonaro, filho do presidente, alinhado com a posição de Trump, postou no Twitter “Mais uma vez uma ditadura preferiu esconder algo grave a expor tendo desgaste, mas que salvaria inúmeras vidas. A culpa é da China e liberdade seria a solução” (BBC Brasil, 19/03/2020). A matéria também menciona a polêmica provocada por Trump ao insistir no uso da expressão “vírus chinês” e ao ser questionado por uma jornalista respondeu que o vírus havia vindo da China e afirmou “Não é de forma alguma racista”.

“Eu não sou racista” foi a resposta que o ministro da educação, Abraham Weintraub, deu na entrevista que concedeu à Rádio Bandeirantes, a respeito de sua postagem no Twitter imitando a fala do personagem Cebolinha para zombar do sotaque dos chineses (UOL, 06/04/2020).

A provocação foi também tratada em outra matéria (G1, 06/04/2020). Segundo a reportagem, o ministro usa a postagem para insinuar que a China sairia fortalecida da crise do coronavírus e que isso faria parte do plano de “dominar o mundo”, reforçando teorias conspiratórias para culpar a China e sua posição como bode expiatório.

¹⁰ A foto pode ser vista na matéria “Notetaker in chief: Trump’s presidency as told through a black marker”. The Washington Post, 19/03/2020. E o comentário em “Trump has no qualms about calling coronavirus the ‘Chinese Virus’. That’s a dangerous attitude, experts say”. The Washington Post, 20/03/2020.

Vijay Prashad (Brasil de Fato, 04/05/2020) comenta o estudo “*China and CoronaShock*”, que realizou com Weiyan Zhu e Du Xiaojun sobre as ações do governo chinês diante da epidemia do coronavírus. Segundo Prashad, o estudo responde às acusações sinofóbicas de Trump e toma como argumento central o desmoronamento do Estado burguês e o fracasso do capitalismo diante da Covid-19. A política neoliberal, que desmantela os serviços de saúde pública, condena as populações ao vírus. Prashad ressalta que apesar dos alertas da OMS sobre a letalidade do vírus, Trump minimizou a ameaça e tardou para declarar emergência nacional, colocando os Estados Unidos no topo da pandemia, com o maior número de casos infectados e mortes pela Covid-19. Diante de tamanho desastre “Decidiu culpar a China (e a OMS) pela pandemia – e não o vírus letal ou o colapso das instituições estatais nos Estados do Atlântico Norte e a incompetência de seus governos”. O governo do Brasil, copiando os mesmos erros, negou repetidamente a letalidade da pandemia e diante do inegável descontrole e do número crescente de mortes, insistiu na culpabilização da China por meio de postagens xenofóbicas e racistas disseminando ondas de ódio pelas redes sociais.

É significativa a quantidade – 13 entre as 21 – das matérias com comentários que contêm falas com caráter ideológico que acusam o regime político da China de comunista, fechado, centralizador, autoritário e repressor das liberdades individuais. Destas matérias podemos destacar duas: “Weintraub publica insinuações contra a China, depois apaga; embaixada cobra retratação” (G1 globo, 06/04/2020) com 28 comentários com estes conteúdos; e, “‘Vírus chinês’: como Brasil se inseriu em disputa geopolítica entre EUA e China sobre pandemia” (BBC NEWS BRASIL/UOL, 19/03/2020) com 21 comentários.

Dois entre os comentários com este cunho podem ser sublinhados em razão da quantidade de interações. O primeiro de DX teve 23 curtidas e 40 reprovações:

Este vírus foi criado em laboratório pelos governos, é um vírus desenvolvido para acabar com a população idosa do planeta, está população é considerada um peso na economia dos países, japão, china e outros tem uma população idosa gigante e precisam disso para se manter no futuro. abram os óleos pessoas, estão nos eliminando sistematicamente (DX, G1, 25/02/2020).

Este comentário apresenta conteúdo conspiratório cujo intuito seria a eliminação de uma parcela populacional para a manutenção da dominação. Chama a atenção que o número de reprovações do comentário foi maior do que o das aprovações. O segundo comentário, de EB, com 18 curtidas e 5 reprovações,

evidencia a xenofobia e uma ideia genocida expressas em acusação ao regime político. Em suas palavras:

Maior ameaça desta gente para o mundo não reside na economia, poder bélico com um bi de soldados ou corrida espacial e sim na cultura deles: primitivos, são egoístas, gananciosos e desumanos, até o governo ditatorial sabe disso, tanto é que tratou de fazer o controle da reprodução... (EB, G1, 23/01/2020).

Assim como fez Trump e imitou o ministro da educação do Brasil, negar a existência da xenofobia como estratégia política foi argumento comum de alguns leitores, como se pode ver em seus comentários. Foram encontrados 24 comentários negando a existência de preconceito e xenofobia, em sete das 21 notícias.

A entrevista “Somos eternos estrangeiros, diz brasileira que descende de coreanos” teve mais comentários deste tipo, 16 ao todo. Seguem dois exemplos: “sou descendente de chineses nunca achei ruim me chamarem de japa. Quando me chamam de japa, já respondo me chama de China, normal adoro! Principalmente porque os chineses são inteligentes e o país é a segunda potência mundial tem coisa melhor?”, (R., Blog Nós UOL, FUCUTA, 08/02/2020), com 5 curtidas. E também no comentário “No Brasil não existe preconceitos contra orientais, estão querendo criar uma nova classe de minorias, artigo sem pé nem cabeça!” (A.), da mesma reportagem de 4 curtidas.

“É mais fácil desintegrar um átomo que um preconceito”

A. Einstein

É MAIS FÁCIL ENCONTRAR UMA VACINA PARA O CORONAVÍRUS DO QUE UM ANTÍDOTO PARA A XENOFOBIA

Esta não é a primeira vez que, diante de uma pandemia, as pessoas se preocupam mais em perseguir bodes-expiatórios – a ameaça imaginária, do que eliminar a doença – o perigo real. Também não é a primeira vez que os chineses e asiáticos são acusados, insultados, perseguidos, agredidos, assim como foram outras “minorias”. E é preciso que isso seja lembrado e dito para que nenhum sofrimento seja minimizado ou desprezado, pois é justamente a indiferença e a frieza que legitimam a continuidade da barbárie.

A expressão “perigo amarelo” foi difundida no século XIX nos Estados Unidos e também no Brasil para se referir à ameaça representada pelos asiáticos, talvez nem tanto por serem supostos propagadores de doenças, mas sobretudo

por serem considerados inassimiláveis, ou seja, por preservarem as diferenças que tanto incomodavam aqueles que se julgavam os representantes legítimos da nação e da civilização. A presença desses estrangeiros, com estranhos hábitos ditos incivilizados, parecia trazer a incômoda lembrança de que o trabalho não tinha sido terminado, pois algo na natureza ameaçadora ainda não estava totalmente dominado. Sob a perspectiva etnocêntrica do ocidente civilizado, eram os outros não brancos, os exóticos, primitivos e selvagens que mais próximos estavam dessa natureza. Todavia, diante da convicção inabalável apoiada em sua razão, os representantes legítimos da civilização não desconfiavam que a repulsa e o nojo que sentiam desse estranho era, na verdade, a natureza não dominada que ainda habitava em si mesmos.

O paladar estandardizado, incapaz de apreciar tudo aquilo que não lhe é familiar, perde a oportunidade de diferenciar a comida kosher da sopa de Wuhan, tornando os diferentes assemelhados só porque são estranhos. O que é inassimilável é considerado também como indigesto.

Do paladar ao olhar, nota-se a incapacidade ou o desprezo pelas diferenças que muitos leitores de notícias demonstraram em suas postagens, tomando como indistintos todos os asiáticos, resumidos no estereótipo dos olhos puxados. Seria um erro pensar que o incômodo se dá somente pela diferença cultural – hábitos, idiomas, culinária – pois apesar de todos os esforços que possam fazer para serem assimilados, os asiáticos continuariam portando em seus fenótipos a lembrança de uma natureza irreduzível. A crença na existência de raças humanas e o culto eugenista da superioridade racial dos homens brancos demonstrou ter resistido a todas as críticas. A inferioridade racial dos asiáticos parece ser sempre lembrada nas jocosas piadas sobre o que deveria ser o maior símbolo de dominação: a anatomia do genital masculino. Assim como subjuga a fêmea – e não é à toa que a mulher se inclui como minoria – o macho civilizado defende o direito legítimo de dominar todos aqueles que considera inferiores segundo sua hierarquia imaginada. No entanto, quando mais subjuga os inferiores pela sua natureza, mais aprisionado fica na natureza da qual quer se emancipar.

A pandemia da Covid-19 faz emergir os medos imaginários mais arcaicos. O medo do contágio é, de certa forma, o medo de assemelhar-se com aquele que repudia, por isso a necessidade de mantê-los o mais distante possível. As postagens xenofóbicas de alguns leitores são exemplares: impedir a entrada dos chineses no país, deportá-los ou, no extremo, partir para a agressão física e o extermínio. Curiosamente, o ódio mais intenso contra o inimigo imaginário parece cegar o xenófobo diante da ameaça real que se recusar a ver.

Se as pandemias e os medos xenofóbicos não são acontecimentos inéditos na história, há um elemento de contágio que não existia anteriormente: a internet. A tecnologia em rede possibilita a conexão imediata entre os usuários do mundo inteiro. Diante dos dados analisados, a velocidade com que as notícias são veiculadas reduz o tempo de processamento da informação, diminuindo a capacidade cognitiva e induzindo respostas cada vez mais automáticas e estereotipadas. A virulência do ódio se tornou tão contagiosa como o novo coronavírus, ambos se espalhando em progressão geométrica por todos os cantos do mundo. E pelo visto, o potencial de propagação foi logo percebido por aqueles que não querem perder a oportunidade de manipular a massa.

Não deveria surpreender a semelhança dos pseudoargumentos dos xenóforos de todas as partes do mundo. Os indivíduos parecem ter se tornado meros replicadores, acionados por gatilhos remotos e respondendo em nível praticamente fisiológico, como os cachorros de Pavlov. Mas, apesar do clima pouco favorável, incrivelmente há ainda quem tente resistir à disseminação do ódio.

A promessa de felicidade não foi cumprida com o progresso técnico, mas isso não significa que se deve abandonar tudo que foi aprendido no contato com a natureza, como a descoberta de que cura pode vir do mesmo lugar de onde se origina a doença. Mas ainda falta o entendimento de que a natureza ameaçadora também oferece a redenção. Quando isso for compreendido, talvez a civilização cesse seu ímpeto de dominá-la e destruí-la.

Milhões de pessoas foram infectadas e centenas de milhares perderam suas vidas nos poucos meses da pandemia da Covid-19 no mundo, por isso a descoberta da vacina é tão urgente e tudo indica que isso ocorrerá num futuro próximo. Entretanto, o antídoto para o ódio, este parece que ainda vai tardar para ser encontrado.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W. Antissemitismo e propaganda fascista. *In: Ensaio sobre psicologia social e psicanálise*. Trad. Verlaine Freitas. São Paulo. Ed Unesp (pp. 137-152). 2015.

ADORNO, T.W.; FRENKEL-BRUNSWIK, E.; LEVINSON, D.J.; SANFORD, R.N. **La personalidad autoritaria**. Buenos Aires, Editorial Proyección, 1965. (Original de 1950).

AMADEO, P. (Eds.). **Sopa de Wuhan**: pensamento contemporâneo em tiempos de pandemias. Editorial: ASPO (Aislamiento Social Preventivo y Obligatorio). 1.a ed. março 2020. Disponível em: <https://www.medionegro.org/pdf-sopa-de-wuhan/>. Acesso em 16 jun. 2020.

AMARAL, A. J. de. O problema eugenico da imigração. *In: 1º Congresso Brasileiro de Eugenia, Actas e Trabalhos*, vol.I, Rio de Janeiro (pp. 327-340), 1929.

BRASIL. **Código Penal**. Decreto-Lei n. 2.848 de 1.940.

BRASIL. **Estatuto de Estrangeiro**, Lei nº 6.815/1980.

BRASIL. **Lei n.7.716**. Define os crimes decorrentes de preconceito de raça ou de cor. 5 jan. 1989.

BRASIL. **Lei de Migração nº 13.445**, de 24 de maio de 2017.

CARNEIRO, M. L. T. Imigrantes indesejáveis. A ideologia do etiquetamento durante a Era Vargas. **Revista USP**, São Paulo, n.9, p.115-130, out./nov./dez. 2018.

CROCHÍK, J. L. Preconceito, indivíduo e sociedade. **Temas em Psicologia**, n.3, 1996.

CROCHÍK, J. L.; KOHATSU, L. N; FRELLER, C. C; DIAS, M. Á. L. e; CASCO, R. **Inclusão e Discriminação na Educação Escolar**. Campinas: Alínea, 2013.

HORKHEIMER, M., & ADORNO, T. W. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1985. (Original publicado em 1947).

KOHATSU, L. N. Imigração, assimilação e xenofobia. **Cadernos CERU. Dossiê Migrações**, São Paulo, v.30, n.1, pp. 50-75, jun. 2019. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ceru/article/view/158699>. Acesso em: 15 jun. 2020.

SEYFERTH, G. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. **Revista USP**, n.53, p.117-149, 2002.

SEYFERTH, G. O Estado brasileiro e a imigração. *In: Póvoa Neto e outros (orgs). Caminhos da migração: memória, integração e conflitos*. Rio de Janeiro: Léo Christiano Editorial, 2014.

Matérias

ALMEIDA, B. A Covid-19 também dissemina velhas chagas da humanidade. **Justificando**, 25 de maio de 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3fwaFO0>. Acesso em: 16 jun. 2020.

ALVIM, M. Coronavírus: como o surto está espalhando antigos preconceitos sobre a China e seus hábitos culturais. **BBC News Brasil**, 31 de jan. de 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-51305487>. Acesso em: 06 maio 2020.

BBC NEWS. Coronavírus: estudante de Singapura é agredido em ataque ‘racista’ em Londres. **G1**, 03 de mar. de 2020. Disponível em: <https://glo.bo/3dcnoUp>. Acesso em: 1 jun. 2020.

BBC NEWS. Coronavírus: French Asians hit back at racism with ‘I’m not a vírus’. **BBC News**, 29 jan. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-europe-51294305>. Acesso em: 10 fev. 2020.

BBC NEWS BRASIL. ‘Vírus chinês’: como Brasil se inseriu em disputa geopolítica entre EUA e China sobre pandemia. **Uol**, 19 de mar. de 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3ftHf3a>. Acesso em: 16 jun. 2020.

EFRAIM, A. Jovem asiática é chamada de coronavírus’ e leva borrifada de álcool na cara: “Eu não sou uma doença”. **Yahoo**, 24 de mar. de 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3d9JLtU>. Acesso em: 10 maio 2020.

FOLHA.UOL. Brasil confirma primeiro caso do novo coronavírus. **Folha.Uol**, 25 de fev. de 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3e7XRgJ>. Acesso em: 16 jun. 2020.

FUCUTA, B. “Somos eternos estrangeiros” diz brasileira que descende de coreanos. **Blogosfera Nós UOL**, 08 fev 2020. Acesso em: <https://bit.ly/2N4sdES> /. 16 jun. 2020.

G1. Itália confirma mais quatro mortes por Covid-19; país tem 323 casos. **G1**, 25 de fev. de 2020. Disponível em: <https://glo.bo/37EJvC6>. Acesso em: 16 jun. 2020.

G1. Sobe para 25 o número de mortos por coronavírus com mais de 800 casos na China. **G1**, 23 jan. 2020. Disponível em: <https://glo.bo/37za77e>. Acesso em: 16 jun. 2020.

G1. ONU alerta para ‘tsunami de ódio e de xenofobia’. **G1**. 18 maio 2020. Disponível em: <https://glo.bo/2Cen9f0>. Acesso em: 16 jun. 2020.

G1. Weintraub publica insinuações contra China, depois apaga; embaixada cobra retratação. **G1**, 6 abr. 2020. Disponível: <https://glo.bo/3d31djC>. Acesso: 16 jun. 2020.

G1 SANTOS. Brasileira é alvo de *bullying* por conta do coronavírus: ‘me senti humilhada’. **G1**, 01 março 2020. Acesso: <https://glo.bo/3e8bMDf> em 16 jun. 2020.

GUIMÓN, P. Temor en La comunidad asiática en Estados Unidos ante los ataques racistas por el coronavirus. **El País**, 23 mar 2020. Disponível: <https://bit.ly/37xPRTI>. Acesso 16 jun. 2020.

IGARASHI, R. O “perigo amarelo” na pandemia do novo coronavírus. **Justificando**, 08 de abr. de 2020. Disponível em: <https://bit.ly/2UQ1i3I>. Acesso em: 16 jun. 2020.

LIMA, J. D. de. Como o racismo aflora diante do medo do coronavírus. **Nexo Jornal**, 23 de mar. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3hDEezk>. Acesso em: 16 jun. 2020.

MADEIRO, C. Coronavírus: morcegos no Brasil têm, mas é diferente do que surgiu na China. **Uol**, 29 jan. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3e9GWua>. Acesso: 16 jun. 2020.

MOREIRA, M. Em meio a surto de coronavírus, orientais no Brasil relatam preconceito de desconforto. **Folha Uol**, 3 de fev. de 2020. Disponível em: <https://bit.ly/2CeIbdr>. Acesso em: 16 jun. 2020.

PRASHAD, V. Adeus ao Deus da Praga. **Brasil de Fato**, 04 maio 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3d7G87C>. Acesso em: 08 jun. 2020.

RFI. Franceses de origem asiática criam a hastag “eu não sou vírus” para protestar contra preconceito. **Uol**, 29 jan 2020. Acesso: <https://bit.ly/3ftmYuz>. Em 16 jun. 2020.

SAYURI, J. #EuNãoSouUmVírus: epidemia do covid-19 dispara racismo contra asiáticos. **Uol**, 12 fev. 2020. Disponível: <https://bit.ly/2UNeq9N>. Acesso: 16 jun. 2020.

SINOPHOBIA TRACKER. SinophobiaTrackerduring Corona Virus. **SinophobiaTracker**, s/d. Disponível em: <https://sites.google.com/view/sinophobia-tracker/home>. Acesso em: 25 maio 2020.

TAI, L. ‘Vírus chinês’ e o racismo contra asiáticos no Brasil. **Operamundi.Uol**, 31 de mar. de 2020. Disponível em: <https://bit.ly/37Bjq6I>. Acesso em: 16 jun. 2020.

TARJA, A. Doente supercontagante: China diz que 1 pessoa passou coronavírus para 14. **Uol**, 30 jan. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/30SoWR5>. Acesso: 16 jun. 2020.

UOL. Eu não sou racista, diz Weintraub após usar Cebolinha para ironizar China. **Uol**, 06 de abr. de 2020. Disponível em: <https://bit.ly/2UQ16S5>. Acesso em: 16 jun. 2020.

UOL. Médica defende cloroquina, critica estudos e diz que aceitaria ser ministra. **Uol**, 18 maio 2020. Disponível em: <https://bit.ly/37ybovx>. Acesso em: 16 jun. 2020.

YANG, J. A new vírus stirs up ancient hatred. **CNN**, 30 de jan. de 2020. Disponível em: <https://cnn.it/37CI7Qj>. Acesso em: 16 jun. 2020.

ZIOSI, M. The rise of Sinophobia on Twitter during the Covid-19 Pandemic. **Medium**, 24 maio 2020. Disponível em: <https://bit.ly/37ylrRe>. Acesso em: 01 jun. 2020.

CURTIR, COMENTAR E COMPARTILHAR: O INDIVÍDUO, A INTERNET E A INDÚSTRIA CULTURAL

*Luana Martins Pontes
Luís César de Souza*

INTRODUÇÃO

É evidente que o século XXI é marcado por grande avanço e desenvolvimento da microeletrônica e pela popularização da internet, proporcionando aos usuários acesso rápido e contínuo à recente novidade das redes sociais. A adesão das massas a essas tecnologias foi tão intensa que atualmente é difícil encontrar quem não interaja nesses espaços. Essa adesão é estimulada pela Indústria Cultural que, através do encantamento promovido por esses meios, aponta para a manipulação da consciência e inconsciência das pessoas. As redes permitem interação 24 horas por dia, sete dias por semana, e estão cada vez mais disponíveis a todas as camadas da sociedade, possibilitando acesso em tempo real às notícias e eventos advindos de todas as partes do mundo, por meio de computadores e smartphones. É neste lugar que os usuários podem se expressar livremente, e acaba abrindo espaço, tanto para manifestações inofensivas quanto para discursos de ódio e violência direcionados para indivíduos ou grupos.

Esse tipo de manifestação violenta vem sendo fortemente difundido em nosso cotidiano através das redes sociais, o que pode contribuir para que criemos uma certa “tolerância” à violência. Xingamentos, ameaças de extermínio e pre-

conceitos de todas as naturezas são facilmente encontrados a qualquer momento no “mundo” das redes. Desde as páginas do Facebook, passando pelo Twitter, até chegar no YouTube e no Instagram, os espaços disponibilizados aos usuários são cada vez mais diversos, mas em todos eles é possível identificar a lógica da Indústria Cultural.

Esta lógica, aliada à internet, cria a necessidade de estarmos o tempo todo em contato com esse ambiente e, quem não o faz passa a ser considerado como desatualizado, desinformado e deslocado diante da “tendência” tecnológica. Ocupando o tempo de lazer, e até mesmo tomando o tempo de trabalho, as redes sociais captam uma grande energia de seus usuários, fazendo com que as experiências passem a ser mediadas pela mesma, por meio de fotos e vídeos que retratam desde acontecimentos cotidianos até grandes conquistas pessoais, o que tem levado a uma confusão entre a vida online e a vida real.

Procurar respostas para a compreensão desse fenômeno demanda que nos esforcemos a olhar para além das explicações superficiais, isto é, precisamos olhar para a sociedade de forma crítica de modo a identificar as forças visíveis e não visíveis que podem nos ajudar a desvelar as contradições que envolvem as redes. Para tanto, um pressuposto fundamental é reconhecer que todo comportamento manifestado no particular encontra correspondência no universal, ou seja, o chamado mundo *online* é resultado do modo como os homens organizam-se em sociedade. E a sociedade em que vivemos é movida por interesses e pela economia capitalistas, os quais são permanentemente estimulados pela Indústria Cultural, que passa sensação de que estamos em um ambiente adequado para se viver. Como afirmam Horkheimer e Adorno (1985, p.118), a indústria cultural “atinge igualmente o todo e a parte. [...] O todo e o detalhe exibem os mesmos traços, na medida em que entre eles não existe nem oposição nem ligação”.

No Brasil e no mundo podemos observar que o acesso aos meios de comunicação de massa está sendo inserido à rotina dos indivíduos cada vez mais cedo, e a interação automática e frenética com as redes sociais é fortemente estimulada, fazendo com que a vida, para algumas pessoas, seja mais interessante *online* do que *offline*. Mas é justamente esta a intenção da Indústria Cultural, como nos alertaram Adorno e Horkheimer (1985): capturar a energia das pessoas e direcioná-la para o consumo exacerbado para que assim se distanciem das capacidades emancipadoras do pensamento crítico e autônomo.

Frente a essa problemática, nosso objetivo com as reflexões que se seguem é problematizar sobre eventuais efeitos que recaem sobre a formação da personalidade de indivíduos que interagem de forma desmedida e desavisada com as redes

sociais. Para isto, faremos um esforço de compreensão de conceitos importantes do ponto de vista psicológico e sociológico, procurando identificar contradições que ajudem entender se o acesso exacerbado às redes sociais contribui para a formação de personalidades mais disponíveis a discursos e manifestações de ódio.

INDÚSTRIA CULTURAL E INTERNET

Desde o primeiro protótipo de computador e transmissor de mensagens em rede, até o que conhecemos hoje em dia, muitas transformações político-econômicas e ideológicas ocorreram. Abreu (2012) nos conta que a *internet* surgiu nos Estados Unidos durante a Guerra Fria, em 1957, no bojo dos conflitos e das disputas entre Estados Unidos e União Soviética. Inicialmente ela servia aos interesses militares, mas em 1969 passou a atender as necessidades de universidades americanas, ampliando sua distribuição. Em 1979 já havia o primeiro provedor de serviços comerciais *online* e a partir daí a *internet* foi cada vez mais difundida como ramo comercial e, também, como promotora de entretenimento.

Segundo Lima (2009), a popularização da *internet* ocorreu entre os anos de 1993 e 1996, juntamente com o aumento de sua velocidade através do uso da Banda Larga, popularizada no Brasil ao longo da década de 2000, que levou os computadores e a *internet* para dentro de nossas casas. Atualmente, os *smartphones* – denominação para os chamados telefones inteligentes que acessam *internet* – desempenham esse papel em maior medida. Com o aprimoramento de funções e ferramentas, foi se tornando cada vez mais possível o compartilhamento de informações de forma instantânea, fomentando o surgimento das redes sociais no espaço virtual. Sendo assim, o desenvolvimento tecnológico e a disseminação do uso desses produtos potencializaram o esquema da Indústria Cultural.

O termo “Indústria Cultural” desenvolvido por Adorno e Horkheimer no livro “Dialética do Esclarecimento”, de 1947, mostra sua presença e atualidade quando olhamos para os meios de comunicação de massa nos dias de hoje. Ela pode ser compreendida como uma força que transforma os bens culturais em produtos padronizados para consumo, além disso, alinhada aos interesses capitalistas, manipula a consciência dos sujeitos para que desejem consumir de forma acrítica, de modo que aqueles que não possuem ou não têm acesso a esses bens, acabam sendo marginalizados do todo social. Por isso, a Indústria Cultural é um fenômeno que explica a incorporação da cultura em seus diferentes aspectos, como na educação, na arte, no esporte, no tempo livre, a interesses e procedimentos determinados pelo princípio da acumulação capitalista.

O esquema operacional da Indústria Cultural é criar a ilusão de que a sociedade disponibiliza o acesso às mercadorias pelas pessoas, porém, o que resulta desse processo são gostos e necessidades adaptados aos produtos apresentados e a intensificação da ideologia mediante a difusão dos interesses dos donos do poder. Se a Indústria Cultural se tornou um fenômeno porque se desenvolveu a partir de tecnologias como o cinema, o rádio, a televisão, hoje ela se expande inequivocamente por meio da racionalidade tecnológica presente em aparelhos eletrônicos como computadores e smartphones – aparelhos indispensáveis para que os indivíduos acessem as redes sociais.

Nesse sentido, compreende-se que a Indústria Cultural está ligada a interesses econômicos, políticos e ideológicos que operam no campo da circulação de mercadoria e, também, na esfera de controle de aspectos psicológicos dos indivíduos. Se na época em que Horkheimer e Adorno (1985) realizaram suas análises, ela era representada pelo rádio e pela televisão, na atualidade, talvez possamos dizer que o ícone da Indústria Cultural é a *internet*, visto que esta conseguiu “superar” os produtos anteriores e atingir os indivíduos de forma global. Podemos mesmo afirmar que a *internet*, em sintonia com os interesses da Indústria Cultural, transforma os usuários em massa, na medida que padroniza pensamentos, atitudes e vontades. Por meio dessa “nova racionalidade” – ou talvez uma etapa superior da “racionalidade tecnológica” denunciada por Marcuse (1973) em meados do século passado – toda manifestação que não vá ao encontro de seus interesses é reprimida, criando assim a percepção de que é impossível opor-se a ela. Visto que tanto os homens quanto as coisas se encontram num conformismo social, não existindo direitos ou liberdades, uma vez que a vida tende a se adequar às regras estabelecidas por ela.

Diante dos fatores acima, observamos que o indivíduo não consegue se perceber dentro da miríade de satisfação, controle e dominação, pelo contrário, acredita que ao acessar a “cultura” mediatizada pela Indústria Cultural ele é bem formado e informado, e sabe opinar sobre tudo. Contudo, os frankfurtianos vêm nos advertir que aqueles formados por esses padrões acessam uma espécie de “falsa cultura” e, conseqüentemente, obtêm um tipo de “falsa formação”. A esse processo Adorno (1997) atribuiu o termo “semiformação”, isto é, o indivíduo que interage com os produtos da Indústria Cultural é semiformado porque os conhecimentos e gostos formados são dirigidos para que ele não consiga enxergar as contradições da sociedade, abstendo-se do pensamento crítico. Marcuse (1973), radicado nos Estados Unidos em meados do século XX – país que experimentou um desenvolvimento tecnológico expressivo – e também preocupado com

os desdobramentos do avanço da tecnologia sobre a formação dos indivíduos, identifica nesse processo o surgimento de um tipo de consciência feliz, conceito que procura explicar a satisfação obtida pelas pessoas mediante submissão ao domínio e controle sociais operados pela tecnologia.

Podemos dizer que atualmente a internet é a principal e maior mediadora das relações sociais. Através do uso exponencial das redes sociais, observa-se a aproximação de pessoas que estão em diferentes partes do mundo, contudo, ao mesmo tempo, essas ferramentas têm se revelado correia de transmissão para mensagens e ameaças negativas, em proporção equivalente ou superior àquelas mensagens consideradas inofensivas. Uma forma que essa violência se manifesta ocorre, por exemplo, quando internautas não concordam com algum tipo de declaração ou posicionamento de outras pessoas. Os usuários conseguem se mobilizar muito rapidamente para hostilizar e agredir virtualmente uma pessoa, seja pela forma tradicional, com palavras de baixo calão ou pelos chamados “memes” – uma notícia, informação ou qualquer conteúdo veiculado pela internet que, em geral, se torna motivo de brincadeira, sátira ou piada, e que circula rápida e publicamente para todos poderem acessar – de forma a inserir um tipo de “humor” ao ataque, sem que este deixe de carregar todo o horror de sua verdadeira intenção. Posteriormente, essas manifestações convertem-se em produto da Indústria Cultural que, por meio de redes e sites como o YouTube, se utiliza do que “está em alta” para vender seus conteúdos.

Um exemplo noticiado recentemente teve como protagonista a deputada federal Tábata Amaral que, após apresentar voto de apoio à atual reforma da previdência social no Brasil, recebeu inúmeros ataques nas redes sociais de eleitores que se viram decepcionados com o seu posicionamento. Os “memes” foram utilizados para satirizar as falas da deputada, que se afirmava como de centro-esquerda, e diversos canais do YouTube se aproveitaram do ocorrido para fazerem vídeos tanto noticiando o ocorrido quanto expressando sua opinião favorável ou contrária. Com isso, podemos perceber o quanto os discursos se intensificam online, configurando uma “guerra” de visões antagônicas e polarização de ideias e revelando grande radicalidade de interpretação e de posicionamento. O que inicialmente seria simples exposição de uma preferência política ou pessoal, se torna um embate interminável, demonstrando um empobrecimento do pensamento, uma vez que não se apresenta o interesse de refletir ou ter algum entendimento sobre a questão em debate. Assim vemos que os acontecimentos da vida real se estendem e se eternizam online, tomando proporções gigantescas que possivelmente não existiriam se não fossem pelos novos meios tecnológicos.

Essa situação é um aceno de como a internet, por intermédio das redes sociais, consegue dominar a racionalidade dos indivíduos e induzi-los em direção contrária às capacidades reflexivas e críticas, fazendo com que se manifeste um “espírito” que colabora para que os indivíduos absorvam essas manifestações de ódio como natural e criando uma conduta que tende a não se espantar com a violência, pelo contrário, interagir e até mesmo a desejar. Nesse cenário, cabe lembrar a afirmação de Horkheimer e Adorno (1985, p. 150) de que “na Indústria Cultural, desaparecem tanto a crítica quanto o respeito: a primeira transforma-se na produção mecânica de laudos periciais, o segundo é herdado pelo culto desmemoriado da personalidade”. Além disso, a satisfação obtida não deve exigir esforço de quem se deleita com o entretenimento da interação na rede social; na verdade, a interação virtual, mediada pelo esquema da Indústria Cultural, impede o esforço intelectual antes que os consumidores possam decidir por si próprios, fazendo com que, irrefletidamente, os navegantes se sintam à vontade para, inconsequentemente, realizar manifestações de toda natureza, inclusive aquelas recheadas de ofensas e agressividades.

Sobre esta problemática, o professor José Leon Crochík, em reflexões realizadas ainda no final do século passado, afirma que a resposta para entender esse espírito violento exige compreender a formação da personalidade na relação com as influências da realidade social. Ele diz: “haveria uma espécie de resistência psíquica às alterações sociais que implicassem na emancipação do indivíduo e da cultura de seu estado de minoridade” (CROCHIK, 1990, p. 141). Ou, formulando a questão em outras palavras: se conseguimos nos desenvolver tanto no aspecto tecnológico, por que o aspecto humanizador não acompanhou esse desenvolvimento?

O autor ainda argumenta que, a partir da perspectiva da Teoria Crítica da Sociedade, a história do indivíduo e da cultura estão interligadas com as relações de produção, o que significa dizer que as alterações que ocorrem na sociedade implicam em maior controle da natureza, logo também implicam em transformações na personalidade daqueles que exercem controle e/ou têm a consciência controlada.

CONTROLE POR MEIO DA TECNOLOGIA

Ao olharmos a sociedade como um todo, pensando em suas grandes transformações sociais e políticas, encontramos um fator importante para a compreensão de suas contradições. Crochík (1990), apoiado nos estudos sobre autoridade e família dos frankfurtianos, recorda que um aspecto indispensável para

entendermos a formação de personalidades fragmentadas, com egos caracteristicamente frágeis, consiste no enfraquecimento da família e no declínio da figura do pai enquanto autoridade, marcadamente nos séculos XVIII e XIX. Isso teria impactado na formação do aparelho psíquico – representado psicanaliticamente pelas esferas do Id, do Ego e do Superego – e uma das consequências, a ausência de resistência pelos indivíduos na adesão a ideias e agrupamentos com vieses violentos, como foi o caso da ideologia nazifascista que assombrou a Alemanha com Adolf Hitler na primeira metade do século XX, por exemplo.

Também debatendo a respeito da importância da autoridade da figura do pai na formação da individualidade, a partir de autores que abordam a temática, Souza (2018, p. 455) anota que

a referência à autoridade na primeira infância, representada pela figura do “pai”, é fundamental para a formação de um Eu capaz de enfrentar as contradições presentes nas relações com o outro e com a sociedade. A autoridade do pai possibilita experiências afetivas que podem resultar em satisfação, como também em frustração; por isso, ela não se limita imagem do chefe de família apenas, e sim à representação de uma autoridade que pode levar a criança à renúncia do amor primevo e possibilitar sua inserção na cultura. Por outra via, a impotência dessa autoridade pode representar a ausência de lei e ordem necessárias à organização do “caos imaginário” que perpassa a infância. Uma consequência dessa ausência é que o indivíduo passa a cobrar da sociedade aquilo que deveria ser propiciado por uma pessoa, isto é, as funções atribuídas ao “universo do privado” (família) passam a ser cobradas do “universo do público” (sociedade).

Portanto, se antes a família exercia o papel de mediadora na formação da personalidade dos indivíduos, com o seu enfraquecimento, mas também de outras instituições sociais, como a Igreja, por exemplo, a totalidade social passa a assumir o papel da mediação. E, conforme os ensinamentos dos frankfurtianos, um elemento central que consolidou essa totalidade como autoridade que representa a referência na formação da personalidade, foi a Indústria Cultural, em compasso com a tecnologia, passaram a direcionar a formação do aparelho psíquico dos indivíduos

O que se põe, na sociedade atual, é que o fato de as relações de produção resultarem do avanço da tecnologia no âmbito das forças produtivas, implica que as mudanças no âmbito das forças que produzem a sociedade resultam em transformações na esfera subjetiva, isto é, “a dissolução do ‘pai’ e da família nuclear sob sua autoridade como agentes de socialização fundamental abriu caminho para a sociedade dirigir diretamente o Eu em formação ‘através dos *mass media*,

dos agrupamentos escolares e esportivos, dos bandos de jovem etc” (SOUZA, 2018, p. 460).

Sobre a constituição do aparelho psíquico, Freud (1996) afirma que todos nós, ao nascermos, dispomos de duas pulsões/impulsos diferentes, um deles ligado à agressividade e outro relacionado à busca pelo prazer em detrimento da frustração. Essas pulsões são regidas pelo Id, e cabe ao Ego e Superego mediar até que ponto aqueles desejos podem ou não serem realizados. As duas últimas instâncias são estruturadas pela introdução do indivíduo à cultura que dita as normas morais do convívio em sociedade, porém, se por um lado “renuncia-se” das pulsões para que ocorra a socialização, por outro é impossível contê-las completamente. Eventuais restrições advindas da cultura podem ser absorvidas ou não pelos indivíduos, e a maior ou menor absorção delas é determinante na formação da individualidade. Assim, a parte não reprimida pode se expressar de maneira agressiva e tornar os indivíduos mais suscetíveis a aderirem a ideias e comportamentos irracionais que podem desembocar em barbárie. Cabe problematizar que, se a família encontra-se fragmentada e destituída de sua autoridade, as estruturas da personalidade também podem apresentar uma tendência para se formar de maneira fragmentada e, conseqüentemente, fragilizada. Isso ajudaria a entender a profunda adesão desavisada de parte expressiva das pessoas às redes sociais, que tem a *internet* como uma potente mediadora de sua formação.

Talvez não seja exagero dizer que a internet não apenas potencializou os interesses econômicos da Indústria Cultural, mas que ela mesma assumiu o seu esquema, posto que a adesão às redes sociais se tornou um fenômeno mundial. A partir dos ensinamentos de Freud (2011), não parece difícil perceber que a coletividade da internet faz com que, ao aderir à massa, o indivíduo anule a sua consciência em nome de um tipo de consciência grupal, as quais se diferem muito uma da outra, pois como afirma o autor,

o fato de haverem sido transformados num grupo coloca-os na posse de uma espécie de mente coletiva que os faz sentir, pensar e agir de maneira muito diferente daquela pela qual cada membro dele, tomado individualmente, sentiria, pensaria e agiria, caso se encontrasse em estado de isolamento (p.13).

Essa mente grupal está diretamente ligada aos desejos e às intenções da Indústria Cultural, sendo esta, um mecanismo de dominação que reflete os interesses capitalistas, que visam que os sujeitos se conformem e aceitem as condições que lhe são impostas sem contestação. As redes sociais representam uma dessas formas de dominação. Elas refletem nossas relações em sociedade, ou seja, os

discursos de ódio nas redes sociais reverberam a violência da sociedade, a intolerância, o preconceito que de alguma forma são “velados” no mundo real. No entanto, com um fator agravante: visto que não necessariamente precisamos expor nossa verdadeira identidade nas redes, muitos indivíduos se escondem atrás de identificações anônimas para que assim os demais sejam atingidos pelo seu discurso de ódio, mas sem que a vítima ao menos saiba quem é que o violenta.

Sobre o procedimento de identificação com um coletivo e anulação da identidade individual, Freud (2011, p. 29) se apresenta bastante atual ao avaliar que

o indivíduo no interior de uma massa experimenta, por influência dela, uma mudança frequentemente profunda de sua atividade anímica. Sua afetividade é extraordinariamente intensificada, sua capacidade intelectual claramente diminuída, ambos os processos apontando, não há dúvida, para um nivelamento com os outros indivíduos da massa; resultado que só pode ser atingido pela supressão das inibições instintivas próprias de cada indivíduo e pela renúncia às peculiares configurações de suas tendências.

O fator do anonimato em conjunto com o conteúdo dos ataques nos ajuda entender a face de liberação ou manifestação livre do Id, ou seja, dos impulsos mais primitivos do ser humano. Para Zanolla (2010), essa agressividade faz parte de uma energia libidinal inerente ao ser humano; todos nós como sujeitos “da falta” somos levados por nossos instintos primários a manifestarmos a violência como forma de satisfação imediata. Muitas vezes não é necessário nem ao menos ser o autor do ataque, publicação ou imagem, apenas o fato de curtir, compartilhar ou comentar determinada publicação faz com que emergja no sujeito um sentimento de pertencimento ao grupo, pois, em um mundo cada vez mais individualista e fragmentado, pertencer a algum lugar cria uma sensação de bem-estar no sujeito.

O impulso violento direcionado ao outro remonta à formação fragmentada do ego, como afirma Adorno (1995, p. 112):

sempre que a consciência estiver mutilada, isto se reverte para o corpo e para a esfera somática através de uma estrutura compulsiva, propensa à violência. Basta reparar como em determinado tipo de pessoas incultas, já sua própria linguagem – sobretudo quando reclamam ou protestam contra alguma coisa – torna-se ameaçadora, como se os gestos da fala viessem de uma violência corporal mal controlada.

Aliado a isso, podemos nos voltar ao conceito adorniano de “consciência coisificada”, como uma forma de compreendermos as motivações de indivíduos a se manifestarem dessa maneira. Segundo ele, pessoas que aderem cegamente

às coletividades transformam-se em algo material; sendo suprimidas suas capacidades humanas, passam a se identificar com as coisas e automaticamente a ver outras pessoas como coisas, o que faz com que percam a capacidade de perceber o diferente como humano e, como decorrência, não reconhecem a gravidade das palavras e ações dirigidas aos seus semelhantes.

Crochík (1990) afirma que o avanço tecnológico e as transformações sociais tiram da família a influência na socialização da criança e transfere essa atribuição para meios extrafamiliares. E Marcuse (1973) demonstra como fomos captados pela tecnologia, de forma que esta domina todos os setores de nossa sociedade e de nossa vida:

as aptidões (intelectuais e materiais) da sociedade contemporânea são incomensuravelmente maiores do que nunca dantes – o que significa que o alcance da dominação da sociedade sobre o indivíduo é incomensuravelmente maior do que nunca dantes. A nossa sociedade se distingue por conquistar as forças sociais centrifugas mais pela Tecnologia do que pelo Terror, com *dúplice* base numa eficiência esmagadora e um padrão de vida crescente (p. 14).

Percebemos, então, que a tecnologia passou a exercer uma força de dominação muito superior ao terror, pois diferente dele, controla os indivíduos através de “uma falta de liberdade confortável, suave, razoável e democrática” (MARCUSE, 1973, p. 23). Assim, a tecnologia também se revela promotora de ideologia que pode influenciar diretamente na formação dos sujeitos, o que nos impõe refletir sobre as razões que levam os indivíduos a se sentirem confortáveis em manifestar comportamentos violentos nas redes sociais. Isto é, visto todo o desenvolvimento tecnológico, é importante indagar por que não estamos avançando também nas questões humanizadoras, mas pelo contrário, perpetuando comportamentos e relações que seguem culminando em um estado de barbárie?

Em uma de suas discussões mais fundamentais sobre a racionalidade tecnológica, Marcuse (1967) nos ajuda entender a diferença conceitual e real entre a técnica e a tecnologia. Para autor, o desenvolvimento da primeira foi e é absolutamente desejável e necessário ao desenvolvimento da humanidade, uma vez que a técnica está na base do aperfeiçoamento da indústria, do transporte e da comunicação. Soma-se a isso o fato de trazer benefícios no campo da educação e da saúde, por exemplo, aumentando a expectativa de vida das pessoas. Assim, a técnica deveria se prestar ao serviço de humanizar cada vez mais a humanidade, diminuindo o trabalho excessivo e melhorando a vida em sociedade. De

modo contrário é a racionalidade tecnológica que emerge do avanço das forças produtivas:

a tecnologia, como modo de produção, como a totalidade dos instrumentos, dispositivos e invenções que caracterizam a era da máquina, é assim, ao mesmo tempo, uma forma de organizar e perpetuar (ou modificar) as relações sociais, uma manifestação do pensamento e dos padrões de comportamento dominantes, um instrumento de controle e dominação (MARCUSE, 1999, p. 73).

Na sociedade tecnológica atual, ainda que possível identificar melhoria na vida das pessoas, não parece haver dúvidas de que a técnica se submeteu ao domínio dos interesses mercantis, e uma consequência imediata é que a crítica e resistência que reivindicam a não submissão da técnica àqueles interesses são repreendidas pela disseminação da tecnologia – recebida alegre e irrefletidamente por muitos. Essa complexa relação perpetua a racionalidade tecnológica, ou instrumental, identificada pelos frankfurtianos há mais de meio século atrás para denunciar “um modo difundido de pensamento e até mesmo as diversas formas de pensamento e rebelião. Esta racionalidade estabelece padrões de julgamento e fomenta atitudes que predisõem os homens a aceitar e introjetar os ditames do aparato” (MARCUSE, 1999, p. 77).

Como mencionado anteriormente, a tecnologia, por meio da *internet*, tem se tornado a principal mediadora das relações na atualidade, e como nos aponta Marcuse (1973), a sociedade moderna é totalitária, no sentido de homogeneidade de pensamentos. Nesse sentido, o autor frankfurtiano esclarece que não é correto identificar uma sociedade totalitária apenas em razão de eventual governo autoritário, mas sim,

em virtude do modo pelo qual organizou a sua base tecnológica, a sociedade industrial contemporânea tende a tornar-se totalitária. Pois “totalitária” não é apenas uma coordenação política terrorista da sociedade, mas também uma coordenação técnico-econômica não terrorista que opera através da manipulação das necessidades por interesses adquiridos. Impede, assim, o surgimento de uma oposição eficaz ao todo. Não apenas uma forma específica de Governo ou direção partidária constitui totalitarismo, mas também um sistema específico de produção e distribuição (MARCUSE, 1973, p. 24-25).

Essa característica faz com que os indivíduos aceitem seus princípios e instituições com o objetivo de aumentar a produtividade para a satisfação das necessidades do homem – necessidades não ligadas à subsistência, mas criadas pela Indústria Cultural, fazendo com que desejemos coisas que não precisamos.

E a busca por produtos supérfluos se transforma no cerne da vida dos indivíduos: o desejo em consumir desenfreadamente e se entregar ao pseudoprazer que o acesso às mercadorias da Indústria Cultural parece entregar. A respeito de necessidades forjadas no contexto das sociedades regidas pela tecnologia, Crochík (2008, p. 302) afirma que

elas se transformam historicamente; as existentes no momento são próprias e propícias ao capitalismo dos monopólios; a crítica a elas é crítica a esse sistema de produção e concentração de renda. Nesse sistema, as necessidades são tão alheias aos homens – artificiais e superficiais – que se tornam o oposto de necessidades, e por isso são coerentes com essa sociedade, por essa tornar o homem tão supérfluo quanto as mercadorias produzidas.

Assim, podemos pensar as redes sociais como um produto da Indústria Cultural, mas este, ao contrário dos demais que visam ao lucro explicitamente, parece ser “distribuído” gratuitamente, pois não é cobrado para se criar um perfil, e o que interessa em maior medida é a dominação e o controle da consciência dos indivíduos, submetendo-os a uma falsa sensação de sociabilidade e pertencimento. Portanto nos cabe pensar o que de social elas têm, além da ilusão de sociabilidade? Cada vez mais sozinhos e isolados, porém somando muitos “amigos” online, os indivíduos muitas vezes não se encontram de fato em relação com outras pessoas.

Com isso podemos entender a internet como um instrumento que ao mesmo tempo que serve como forma de entretenimento, lazer e fonte de informações, quando direcionada pelos interesses econômicos do capitalismo se torna um mecanismo de controle da sociedade. Frente a todo o desenvolvimento tecnológico, acreditamos ser importante repetir a problematização frankfurtiana sobre por que não estamos avançando também nas questões humanizadoras, mas pelo contrário, perpetuando comportamentos e relações, por meio das redes sociais e da internet, que seguem culminando em um estado de barbárie?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ante o exposto, entendemos que indivíduo e sociedade são constituintes um do outro, não existe indivíduo sem sociedade e não existe sociedade sem indivíduo. Somos formados a partir de nossas mediações sociais e, sendo a internet a principal mediadora desse processo na atualidade, é necessário ficarmos atentos a suas contradições.

Compreender a violência a partir de uma perspectiva dialética e de totalidade só pode ocorrer se não considerarmos reducionismos sociológicos ou psicológicos, mas nos atermos para os entrelaçamentos de ambas as dimensões: os interesses capitalistas por meio da Indústria Cultural e a formação subjetiva da personalidade do indivíduo. Ter essa percepção pode contribuir para que não nos rendamos tão facilmente a ondas preconceituosas, conservadoras e neofascistas que vem crescendo fortemente no Brasil e no mundo nos últimos tempos.

Percebemos que o grande avanço e desenvolvimento da tecnologia não necessariamente está ligado a uma evolução, mas sim, à dominação tanto dos meios de produção como também a formas de ser, sentir, pensar e viver. Aparentemente, parece improvável superar essa ideologia, visto o poderoso esquema da Indústria Cultural que potencializa a dependência das pessoas às redes sociais, à *internet*. Ela possui tanto poder sobre o indivíduo que na contemporaneidade existem até mesmo doenças causadas pelo vício em estar constantemente conectado, como a “nomofobia” que é um desconforto/angústia causados pelo medo de ficar sem o telefone celular ou computador, ou em um estado *offline*, o que pode desencadear casos ansiosos e depressivos; é como se os *smartphones* se tornassem uma extensão corporal do indivíduo (MELO et al., 2018). Demonstrando que enquanto o lucro estiver preservado, a barbárie *online* pouco importa.

É difícil tentarmos imaginar quais rumos a sociedade irá tomar frente à naturalização da violência e a adesão cada vez mais acentuada de usuários aos meios de comunicação de massa, principalmente à *internet*. Mas percebendo o ritmo que estamos caminhando a previsão não é muito “positiva”, pois quanto mais nos rendemos a esses produtos, mais nos distanciamos das capacidades humanizadoras, emancipadoras e do pensamento crítico. Contudo, ainda que atualmente já se “nasce manipulando um *tablet*”, não podemos deixar de estar atentos às formas de manipulação que encobrem nossa consciência com um fino véu (ADORNO, 1986). Isso significa reconhecer que não podemos desinventar a técnica, o que nos exige reconhecer seus avanços para a humanidade, entretanto, devemos nos manter vigilantes aos exageros e à desumanização que decorrem da tendência poderosa da tecnologia, de domínio e controle sobre o indivíduo.

REFERÊNCIAS

ABREU, K. C. K. **História e usos da internet**. 2012. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/~boccmirror/pag/abreu-karen-historia-e-usos-da-internet.pdf>. Acesso em: 19 set. 2019.

- ADORNO, T. W. Educação após Auschwitz. *In: Palavras e sinais: modelos críticos 2*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- ADORNO, T. W. Teoria da semiformação. **Educação e Sociedade**, São Paulo, vol. 18, n. 58, jul. 1997.
- ADORNO, T. W. Sobre música popular. *In: COHN, G. (org.). Sociologia*. São Paulo: Ática. 1986.
- CROCHIK, J. L. A personalidade narcisista segundo a Escola de Frankfurt e a ideologia da racionalidade tecnológica. **Psicologia-USP**, São Paulo, 1(2): 141-154, 1990. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-51771990000200005. Acesso em: 14 set. 2019.
- CROCHÍK, J. L. T. W. Adorno e a psicologia social. **Psicologia & Sociedade**, São Paulo, vol. 20, n. 2, p. 297-305, jul./dez. 2008.
- FREUD, S. Psicologia de grupo e análise do ego. *In: FREUD, S. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 2011 v. 15.
- FREUD, S. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. *In: Obras psicológicas completas: Edição Standard Brasileira*. Vol. VII. Rio de Janeiro, Imago, 1996.
- HORKHEIMER, M. ADORNO, T. W. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- LIMA, M. S. Leitura sociológica da relação entre internet e Indústria Cultural. **Cadernos de Capo: Revista de Ciências Sociais**. Araraquara, n. 12, 2009.
- MARCUSE, H. **A ideologia da sociedade industrial**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.
- MARCUSE, H. Algumas implicações da tecnologia moderna. *In: MARCUSE, H. Tecnologia, guerra e fascismo*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.
- MELO, D. G. S. *et al.* Dependência Tecnológica: a doença da contemporaneidade no contexto familiar. **Psicologia.pt**, 2018. Disponível em: <https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A1276.pdf>. Acesso em 02 mar. 2020.
- SOUZA, L. C. (De)formação da individualidade e (in)disposição para a violência: pressupostos subjetivos e objetivos. **Inter-Ação**, Goiânia, vol. 43, n. 2, p. 450-466, maio/ago. 2018.
- ZANOLLA, S. R. S. Educação e barbárie: aspectos culturais da violência na perspectiva da teoria crítica da sociedade. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 13, n. 1, p. 117-123, jan./jun. 2010.

FORMAS DE COMPREENSÃO DA VIOLÊNCIA ESCOLAR ENTRE ALUNOS NA VISÃO DOS PROFESSORES

*Marian Ávila de Lima Dias
Marcos Natanael Faria Ribeiro
João Luiz Cavalcante Carreira
Jociene Santos Peixoto*

INTRODUÇÃO

A tendência identificada por Freud (1986) de que os seres humanos expressam a dualidade pulsional por meio da agressividade, mas que essa mesma agressividade, quando voltada ao próprio eu, instaura e regula a moralidade introyetando as regras sociais naquilo que ele denominou de supereu, traz materialidade à questão dos impulsos orgânicos, uma vez que eles, embora sejam mais do que aquilo que aparentam, só podem se expressar por meio da cultura de um determinado tempo e espaço. Percebemos que a violência, uma das formas possíveis da agressividade, ao ser objetivada historicamente, manifesta-se em nossa sociedade principalmente como forma de manutenção da dominação social, apresentando-se não apenas nos indivíduos mas também nas instituições que via de regra estabelecem um sistema classificatório de hierarquias em que buscam, dessa maneira, justificar o injustificável: a dominação de uns sobre outros.

As relações de poder na sociedade administrada têm como traço principal o entrelaçamento entre o poder político e o das grandes corporações empresariais o que denota uma nova forma de racionalidade capaz de imiscuir-se em todas as esferas da sociedade reduzindo-as à razão instrumental baseada no desempenho

e na produtividade (Adorno, 1994), alterando profundamente as relações entre os indivíduos. O sadomasoquismo denota, na sociedade administrada, a tragédia do indivíduo que simultaneamente domina e é dominado, retirando dessas posições um prazer tornado socialmente útil, o que requer uma frieza nas relações propiciadas, quer pela imediatividade do presente, quer pelo empobrecimento das relações pautadas pela instrumentalidade.

A conformação psíquica e suas regressões respondem às conformações sociais de cada época. Daí que a crítica à violência na sociedade atual se dirige àquela violência que promove um apagamento da cultura e impede a formação plena dos indivíduos, resultando naquilo que Adorno (1996) identificou como pseudoformação. Se a existência dos indivíduos só se dá pela mediação social que o antecede, na sociedade administrada, essa existência é posta em suspenso. O rompimento dos laços com a tradição cultural tem mantido os indivíduos em um eterno tempo presente, o que reforça o rancor contra a cultura já apontado por Freud (1986); ao perderem o seu sentido histórico, perde-se também o laço com os diferentes tempos engendrados nas diferentes gerações que coexistem no grupo social.

Ainda que a violência esteja presente no processo civilizatório, a principal tarefa da educação segue sendo a de resistência a esta tendência, em um movimento de desbarbarização dos indivíduos (ADORNO, 1995b). E a escola, sendo expressão do todo social, expressa de modo específico aspectos, da pseudoformação, da vida administrada e do imediatismo das relações entre os seres humanos e, também, destes com o conhecimento. Sendo assim, a violência na escola revela o fracasso da educação na formação dos indivíduos, posto que no atual estágio de desenvolvimento da civilização e das forças produtivas, as relações sociais não precisariam mais ser baseadas na dominação de uns sobre os outros (Horkheimer e Adorno, 2006). No espaço escolar, a violência se expressa e é percebida de muitas formas, seja nas relações sociais estabelecidas entre estudantes ou entre estudantes e professores, seja pelo modo como a própria escola se organiza – por vezes causando ou endossando relações de discriminação, de abuso de poder e de dominação –, ou, ainda, como resultante da desvalorização social da escola e da carreira docente, especialmente na esfera pública (GIORDANI; SEFFNER; DELL’AGLIO, 2017). Dentre as formas de violência retratadas, uma tem chamado bastante a atenção devido à gravidade de seus desdobramentos: *o bullying*. Frequentemente são relatados como resultantes deste a queda de rendimento e abandono escolares, a automutilação, o isolamento social, transtornos

psíquicos como ansiedade e depressão e, não raro, o suicídio (OLWEUS, 2013; SALMIVALI, 2014; ZEQUINÃO et al., 2016; CHAVES; SOUZA, 2018).

O *bullying* pode ser definido como um tipo de violência entre pares caracterizado pela ocorrência de intimidação e/ou provocação – física, simbólica, psicológica e/ou sexual – que se repete por um determinado período, isto é, envolve uma ação persistente e intencional que objetiva ocasionar humilhação, angústia ou algum tipo de prejuízo. Sustentado pelo desequilíbrio de poder nas relações, o *bullying* pode ser cometido por um indivíduo ou grupo socialmente visto como mais forte contra pessoas consideradas vulneráveis e que não conseguiram reagir frente às agressões (OLWEUS, 2013; CROCHÍK, 2015; UNESCO, 2019). São elementos também marcantes na ocorrência desse fenômeno, conforme apontado na investigação de Zequinão et al. (2016), a necessidade de se constituir um público espectador das agressões e a aceitação da ofensa pelo indivíduo vitimizado.

Ainda que uma parcela de estudantes, professores e mesmo pesquisadores (OLWEUS, 2013; ZEQUINÃO et al., 2016; CHAVES; SOUZA, 2018) ressaltem algumas características físicas ou comportamentais que, para eles, favoreceriam a vitimização, é importante destacar que o *bullying* não decorre diretamente dessa identificação, tal como acontece na discriminação derivada de preconceitos socialmente instituídos e reiterados a exemplo daqueles que tipificam o racismo, o machismo, a misoginia, a LGBTfobia, o capacitismo, a aporofobia, entre outros. Embora indivíduos que expressem características socialmente demarcadas como inferiores ou negativas tenham sua vulnerabilidade ao *bullying* acentuada, uma vez que já se encontram fragilizados pela forma como as relações sociais em meio aos preconceitos difundidos se dão cotidianamente, pessoas que se encontram fora desses enquadramentos também são frequentemente vitimizadas. Isso porque a justificativa da violência materializada no *bullying* é sempre circunstancial e atende, antes, a necessidades psíquicas do agressor do que a traços constituintes dos agredidos (CROCHÍK, 2015; CROCHÍK, 2019). Em princípio haveria, então, uma indefinição das potenciais vítimas, cuja escolha se pautaria por um único e amplo critério: a fragilidade percebida. Conforme destaca Crochick (2019, p. 3), “o autor do bullying precisa de um alvo, qualquer que seja, que possa submeter à sua vontade de dominação e destruição da vontade alheia”, satisfazendo, assim, seus impulsos destrutivos a custa da desestruturação psíquica e física dos sujeitos que ele agride, fato que denotaria uma personalidade pouco desenvolvida e diferenciada. É importante destacar, todavia, que a noção de fragilidade é um constructo erigido a partir de um modo de organização social específico que privilegia poucos em detrimento de muitos,

estabelecendo hierarquias amparadas por um arcabouço ideológico que enfatiza, concomitantemente, a subjugação dos indivíduos considerados mais fracos e a obediência àqueles vistos como mais fortes ou superiores. Sob a égide da racionalidade técnica (em que a repetição é necessária para a dominação do objeto) e da produção em massa que fortalece a construção de estereótipos, a projeção necessária aos seres humanos para a construção de sua personalidade fica prejudicada, uma vez que a vida sob as sociedades administradas oferece cada vez menos a possibilidade de relações com o outro para que daí possa haver a delimitação do eu (CROCHÍCK et al., 2019). No limite, a identificação com o outro fica impedida, abrindo a possibilidade de, ao compreender o outro como mero objeto, liberar nele os impulsos de destruição. Sendo assim, as causas da violência escolar, para além das explicações extraídas de características individuais e/ou familiares dos envolvidos, necessitam ser investigadas a partir da consideração da dinâmica empreendida na sociedade como um todo. Tal como foi enfatizado no estudo de Crochík e colaboradores (2018), a existência de hierarquias nas relações desenvolvidas na escola, nas quais naturaliza-se as demonstrações de poder que subjugam o outro, espelhando a estrutura extraescolar de dominação, também são fatores importantes para que a violência escolar aconteça.

Uma dimensão importante da busca de compreensão sobre as questões que permeiam a violência escolar e o *bullying* envolve a realização de estudos sobre as concepções dos profissionais da educação sobre este problema. Em investigações que se debruçaram sobre o olhar dos professores, as causas apontadas tocam normalmente pontos como a responsabilização dos estudantes e suas famílias e os grandes fatores conjunturais externos à escola. Silva e Guzzo (2019) ressaltam que a chamada ‘desestruturação familiar’ e o desinteresse dos estudantes constituem, geralmente, as considerações feitas pela escola para explicar os motivos da violência que acontece em seu interior. Na pesquisa empreendida por Giordani, Seffner e Dell’Aglío (2017), docentes dos níveis de ensino fundamental e médio do município de Porto Alegre identificaram como causas da violência, além das relações intrafamiliares conflituosas dos estudantes, a própria naturalização das agressões entre discentes, sobretudo as de natureza verbal e que envolvem homofobia. Na investigação desenvolvida por Retamal e González (2019) em Santiago do Chile – na qual citam a alta taxa de ocorrência de *bullying* quando comparada à média dos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) – os professores entrevistados, todos com décadas de experiência profissional, afirmam que o principal articulador da violência que percebem na escola é a economia neoliberal e as mudanças causadas por esta nas famílias dos estudantes. O traço em comum entre os participantes das pesquisas citadas

consiste na ausência de menção à própria forma como a escola se estrutura e se organiza, isto é, a ausência de reflexões sobre a violência engendrada nas relações desenvolvidas na escola, a exemplo do que indica o estudo de Paula, Kodato e Dias (2013). Isso não significa que a escola seja percebida como um mundo à parte e que caiba apenas a ela a responsabilidade pela violência que ali se desenrola: ao contrário, como instituição participante e, portanto, igualmente contraditória tal como a sociedade que a constrói, a escola constitui-se em um dos espaços em que a violência social toma forma, encontrando ali formas de expressão (CROCHÍK et al., 2018).

Ainda que os elementos trazidos pelos professores sejam também importantes elos da cadeia que origina e dá suporte à violência em geral e nos ambientes escolares, é fundamental que seus profissionais possam ampliar a reflexão sobre a inter-relação dos fatores intra e extraescolares que constituem o quadro em questão. Quando não há ponderação sobre os nexos existentes entre clima escolar, violência e vitimização, acaba-se por ignorar e/ou naturalizar e/ou ratificar a ocorrência de violações nos ambientes educacionais (RETAMAL; GONZÁLEZ, 2019). Nesse sentido, a investigação de Zequinão e colaboradores (2016) demonstrou que professores e funcionários não ofereciam o suporte necessário às crianças e adolescentes vitimizados, assumindo uma postura omissa frente à violência escolar. As considerações empreendidas por Freud (1986) e Adorno (1995a) sobre o papel transferencial ocupado pelos professores diante dos jovens estudantes bem como a ambiguidade de sua posição – os professores são ao mesmo tempo admirados e desprezados, quer pelo conjunto de estudantes, quer pela sociedade – ajudam a compreender a posição fragilizada desses profissionais expressa na ideia de despreparo e de que sua formação inicial foi insuficiente.

São diversas as estratégias de enfrentamento da violência desenvolvidas pelos profissionais da escola. Na pesquisa de Silva e Guzzo (2019), professores relataram que a abordagem tende a centrar-se no diálogo com os agressores e nos encaminhamentos à gestão escolar, embora práticas punitivas – proibição da participação em aulas de educação física, diminuição do tempo de recreio, suspensões – sejam também formas amplamente utilizadas. Nos relatos discutidos na pesquisa de Kappel e colaboradores (2014) são enfatizadas as ações comunitárias para o combate da violência e, em menor proporção, as ações individuais. Um dado interessante a se considerar nesse estudo é a relação entre escola e famílias. Ainda que os profissionais escolares responsabilizem fortemente os familiares dos estudantes pelos casos de violência, “apenas para os pais, o maior

envolvimento da família nas atividades escolares dos filhos é considerado como estratégia de enfrentamento, o que contradiz a maior responsabilização desta pela maioria dos atores” (KAPPEL et al., 2014, p. 731). Nesse sentido, Brandão e Matiazi (2017) reiteram ser fundamental a abordagem franca do problema, promovendo debates e democratizando a discussão entre toda a comunidade escolar sobre as formas de violência e o *bullying*. As atividades orientadas nesse sentido são, sem dúvida, formas importantes de explicitar e refletir sobre a violência presente nas relações escolares; contudo, insistimos que a violência escolar é produto de fatores produzidos dentro e fora dos muros escolares, e que, portanto, não podem ser encarados de forma isolada. Aquilo que é valorizado na escola está determinado em grande medida por aquilo que é valorizado na sociedade. O sucesso decorrente do desempenho, a classificação entre indivíduos, são práticas que ocorrem na escola, mas que pertencem à sociedade administrada (CROCHÍK et al., 2018). E os professores, ao se responsabilizarem por introduzir os alunos nessa sociedade, são identificados como aqueles que, nas palavras de Adorno (1995a), fazem o “trabalho sujo”, regulamentando e inserindo os alunos dentro das hierarquias escolares e que, por sua vez, correspondem às hierarquias sociais. A posição em falso da figura do professor como uma autoridade amada e odiada tem que ser considerada em investigações sobre esse profissional e como ele se percebe diante da questão do *bullying*. É preciso, assim, conhecer, investigar e entender as estruturas, os aspectos relacionais e as nuances da escola em articulação com a sociedade.

Nessa chave de compreensão, importa destacar a contradição constituinte da escola enquanto instituição que sinaliza a busca pela emancipação ao mesmo tempo em que promove a adaptação dos indivíduos à realidade dada – desigual, hierarquizada, levando à pseudoformação e, portanto à violência (HORKHEIMER; ADORNO, 1973; ADORNO, 1995b). Reconhecer as causas da violência escolar e pensar em formas efetivas para seu combate requer, portanto, a reflexão sobre como se organiza e se estrutura a sociedade administrada, bem como sobre os tipos de relações sociais e intrapessoais que são erigidas em seu interior e que referenciam a educação dos indivíduos.

É sob tal perspectiva que apresentaremos e discutiremos as concepções de professores de ensino fundamental sobre as possíveis causas da violência escolar entre alunos, especificamente o *bullying* e quais as estratégias eles consideram deveriam ser adotadas para o enfrentamento do problema. Os dados foram cole-

tados entre os anos de 2018 e 2019 em cinco escolas estaduais do município de Guarulhos, SP, com anuência das equipes dirigentes de cada escola¹.

Trata-se de parte do conjunto de entrevistas realizadas com professoras e professores, visando reunir dados sobre a percepção destes em relação às formas de violência escolar, em especial o *bullying*. Foram entrevistados 15 docentes (doze mulheres e três homens), responsáveis por quatro diferentes disciplinas: Artes (cinco professoras), Educação Física (três professores e duas professoras), Geografia (uma professora) e Língua Portuguesa (quatro professoras). A escolha das referidas áreas do conhecimento se deu pela maneira como se organiza a grade de aulas nas escolas estaduais paulistas, cuja configuração impõe diferenças na dinâmica de convivência dos estudantes: professores/as como os/as de língua portuguesa e geografia têm uma relação mais frequente com a classe e em uma configuração de sala em que os alunos ficam sentados em fileiras e cujos conteúdos baseiam-se principalmente na leitura e na escrita; já as/os docentes de artes, têm menos contato semanal com as turmas e em uma situação em que a criatividade e outras formas de expressão que não aquelas baseadas em leitura e escrita são estimuladas; e os/as professores/as de educação física também têm pouco contato semanal com a classe; via de regra, ao ar livre estimulando e desenvolvendo as habilidades corporais com maior frequência que os demais docentes. Isso nos levou a construir a hipótese de que as formas de compreensão da classe, o modo e a frequência com que os professores dessas disciplinas atuam frente a uma mesma sala de aula poderiam ser bastante diferentes e, consequentemente, as suas respostas a respeito da compreensão sobre a violência escolar entre pares, ser distinta.

As entrevistas foram orientadas por um roteiro contendo seis questões. Também foram coletados dados sobre os participantes tais como idade, formação, tempo de atuação no magistério e tempo de atuação na escola para a caracterização do grupo de respondentes.

¹ Trata-se de parte da pesquisa “Violência Escolar: discriminação, bullying e responsabilidade”, coordenada pelo prof. José Leon Crochík e empreendida pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Cultura, Diversidade e Educação a quem agradecemos pela coleta dos dados. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da Unifesp, Projeto CEP/UNIFESP n: 1078/2017 parecer n. 2.362.025.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A idade dos docentes variou entre 27 e 56 anos. Todos os docentes entrevistados eram graduados nas áreas em que atuavam, possuindo três deles cursos de pós-graduação. Quatro docentes concluíram, também, um segundo curso de graduação. O tempo de magistério variou de 1 a 30 anos. O tempo de atuação na escola em que foram contatados variou de 2 meses a 10 anos.

A análise baseou-se nas respostas às seguintes perguntas “Por que o *bullying* ocorre?” “O que é necessário fazer para combatê-lo?” e “Qual deve ser o papel das autoridades?”. Agrupamos as respostas dos professores pela disciplina em que atuam, buscando identificar se as formas de compreensão e enfrentamento do problema estão ou não associadas à área de formação e de docência de cada um. O Quadro 1 apresenta a síntese das respostas das professoras de Língua Portuguesa e Geografia e sua categorização.

Quadro 1: Causas para a ocorrência do *bullying* segundo professoras de sala de aula

Professoras	Síntese das respostas	Categoria das respostas
PLP 1	Preencher uma “falta” do agressor. Houve negligência da escola.	Fatores individuais/familiares Fatores relativos à escola
PLP 2	O agressor tem medo e quer reforçar a ideia de que é poderoso. Problemas familiares e individuais.	Fatores individuais/familiares
PG 3*	Impor-se, participar do grupo. É da idade.	Fatores relativos à socialização na escola Fatores individuais/familiares
PLP 4	Os pais das vítimas não estão presentes para ouvir a queixa. As vítimas se colocam nesse papel.	Fatores individuais/familiares (da vítima)
PLP 5	Vem de casa, da falta de cordialidade. Eles não gostam das diferenças. Até os nerds são ofendidos por cumprirem com as lições.	Fatores individuais/familiares Fatores decorrentes da dinâmica social Fatores relativos à socialização na escola

*professora de Geografia

Das quatro professoras de Língua Portuguesa entrevistadas, todas apontaram como causa do *bullying* fatores individuais, tanto no agressor quanto na

vítima, assim como a professora de Geografia². Duas referiram-se mais a problemas familiares dos agressores, afirmando que o que é vivido por eles em família é “reproduzido” e expresso na escola sob a forma de agressão sistemática e humilhante ao colega. Uma terceira entrevistada considerou que as atitudes seriam a tentativa de preenchimento de uma “falta” por meio da agressão ao outro. A professora que compreende o *bullying* como a busca por alívio decorrente de uma “falta”, de um vazio, aponta para um ponto importante sobre a questão: a noção de que a prática do *bullying* responderia ao impulso agressivo presente na constituição psíquica. Porém, como já mencionado na introdução, também sabemos que o desenvolvimento do psiquismo nos indivíduos é possibilitado por meio da cultura da qual este participa. Desta forma, o *bullying* não seria algo inevitável, decorrente apenas da tensão pulsional que busca alívio; antes, seria uma forma de expressão que reflete o estado das relações humanas em nossa sociedade, da vontade de destruição por meio da submissão do outro que, para o agressor, talvez sequer seja considerado como humano (Crochík et al., 2018).

Ainda no que se refere a explicações baseadas em aspectos psíquicos do agressor, a ideia expressa pela PG 3 de que o agressor quer “participar do grupo” atenta para a questão do pertencimento aos grupos como algo a ser levado em consideração nas situações de violência. Como já apontado por Freud (2011) a agressividade externalizada em alguém não pertencente ao grupo produz não apenas um alívio, mas também uma aprovação por parte daquele grupo, reafirmando a ideia de pertencimento.

Já a noção de que o agressor pratica o *bullying* para sentir-se poderoso perante um grupo expressa pela PLP 2, além das questões acima mencionadas, também denota a busca por superioridade. Ang et al. (2010), Eksi (2012) e Crochík (2015), também encontraram esta tendência no praticante do *bullying*, relacionando-a ao narcisismo. Neste sentido observamos que no *bullying* a ideia de superioridade se apresenta por meio de marcas muito presentes na sociedade administrada: a dominação e a força física. Trata-se, portanto, não apenas da tentativa de destruir o indivíduo que represente a fragilidade, mas também a necessidade de se adaptar à racionalidade vigente que simultaneamente exige dos indivíduos o sentimento de superioridade perante alguns e de submissão obediente perante outros, caracterizando o sadomasoquismo (ADORNO, 2019).

² Dada a falta de professor/a de Língua Portuguesa em uma das escolas pesquisadas, a professora de Geografia mostrou-se disponível e foi entrevistada passando a integrar o *corpus* da pesquisa.

A PLP 5 caracterizou o agressor como alguém que “não aceita as diferenças”, o que poderia sugerir a manifestação de preconceito. Estaríamos diante de uma prática de *bullying* que, ao mesmo tempo em que decorre de uma projeção não delimitada a um alvo específico, determina a escolha da vítima em função do pertencimento ou não a grupos socialmente estigmatizados. A recusa ao diferente e à diferença viabilizaria a repetição da agressão em que os atributos particulares da vítima estariam aniquilados pelos universais culturalmente constituídos (HORKHEIMER e ADORNO, 2006; CROCHÍCK et al., 2019). Ela também compreende o *bullying* como algo relacionado às atividades desenvolvidas na própria escola, dizendo que “por cumprir as lições os alunos sofrem *bullying*, os *nerds* são ofendidos por isso”. Adorno (1995a) faz menção à existência de duas hierarquias na escola: a oficial, relacionada ao bom desempenho escolar e a não oficial, relativa à socialização, esportes e popularidade. O que a professora parece relatar é que, na medida em que os alunos ocupam o topo da hierarquia oficial, eles seriam agredidos por aqueles que não ocupam tal posição. Lembrando que se a tendência da sociedade vigente recai na valorização de atributos físicos no que diz respeito ao domínio do homem e da natureza pelo homem, e nesta esteira, a aplicação da técnica – desprovida de pensamento – na resolução de problemas, é de se levantar a hipótese de que a construção do conhecimento acadêmico e a práxis investida nele possam sofrer ataques por não se adaptarem à regra vigente. Se por um lado pesquisas (CHARACH et al., 1995; PHILLIPS, 2007) apontam que os alunos considerados *nerds*, ou ocupantes do topo da hierarquia oficial são indicados como vítimas de agressões entre pares, as pesquisas de Crochick e colaboradores (2018; 2019) apontam que estes estudantes tendem a não fazer parte do grupo alvo de agressões. A respeito desta constatação ambígua, é possível ponderar que se em alguma medida o sofrimento do *bullying* parece estar relacionado ao desprezo pela intelectualidade, em outra, o bom desempenho é visto com bons olhos pelos docentes e conseqüentemente há que se considerar a possibilidade de um cuidado protetivo dos professores para com estes alunos. Ressalta-se que, dentre o conjunto das professoras de sala de aula, esta foi a única cuja resposta abarcou justificativas que levaram em conta tanto aspectos individuais e familiares, aspectos relacionados a estereótipos sociais como também aqueles ligados à dinâmica da própria escola (ser ou não *nerd*). Ou seja, essa professora, apesar de repetir o recorrente discurso que atribui à família a principal causa da violência (“vem de casa”), parece compreender a multideterminação do fenômeno.

A compreensão da PLP 4 de que o *bullying* ocorre porque a vítima e sua família “permitem” que isso ocorra, denota, além da tendência já observada nas

demais professoras de considerar essa uma questão individual, a culpabilização de quem sofre a agressão. As implicações dessa compreensão ao identificar na vítima justificativas para a agressão incluem tanto uma impressão por parte dos profissionais da escola de que as agressões não estão ocorrendo como também colaboram com a manutenção dessa agressão, uma vez que o papel do professor é central para o estabelecimento das relações entre os alunos, como indicam, por exemplo, os trabalhos de Casco (2007) e Da Silva e Rezende Bazon (2017).

Em síntese, embora duas menções à conformação de grupos na escola tenham sido feitas, percebe-se uma tendência nessas professoras em considerar que os aspectos individuais são importantes no que diz respeito ao agressor (e mesmo à vítima) do bullying. Está presente em quase todas elas a noção de que trata-se de uma questão de desequilíbrio psicológico localizado apenas naquele indivíduo, seja decorrente daquilo que vive em família, seja decorrente de suas próprias características. Como consequência, o bullying é compreendido como uma expressão daquilo que vem ‘de fora’ da escola e que, por se tratar de algo da esfera psíquica, os educadores não teriam como se implicar em seu enfrentamento. Esta compreensão parece estar apartada da relação que estes indivíduos e a própria escola guardam com a sociedade no que diz respeito aos aspectos que fundamentam seu funcionamento. Observa-se também que tal posição desconsidera a escola como instituição social responsável pela formação dos indivíduos, corroborando com o fracasso da educação já mencionado na introdução.

O Quadro 2 apresenta as respostas dos professores de Educação Física e suas respectivas categorizações.

Quadro 2: Causas para a ocorrência do bullying segundo professores de Educação Física

Professores	Síntese das respostas	Categorias das respostas
PEF 1	Vem de casa, é cultural, ele reproduz o que ocorre.	Fatores individuais/familiares
PEF 2	Sociedade, mídia, internet, padrões de beleza.	Fatores decorrentes do contexto social
PEF 3	Decorre da classe social, reproduz a casa.	Fatores decorrentes do contexto social Fatores individuais/familiares
PEF 4	É “cultural” (aprendido na família). Sentir-se superior.	Fatores individuais/familiares
PEF 5	Aqui não ocorre. Acontece com meninas “dadas”.	Fatores individuais/familiares

Dentre os cinco professores de Educação Física, três apontam que a violência é “aprendida” fora da escola, pois tratar-se-ia de mera reprodução daquilo que ocorre em casa ou em outros grupos sociais. Conforme apontamos anteriormente, de fato, nessa sociedade, as relações em outros espaços não escolares são também violentas; porém, a compreensão desses professores é a de que a instituição familiar exerceria uma influência muito mais determinante sobre o aluno do que todo o restante da sociedade. Chama a atenção o fato de que as palavras “cultura” ou “cultural” foram utilizadas para referir-se a algo que se aprendeu na família. A família é a primeira representante da cultura que o indivíduo tem contato, mas não é a única; a partir do início de seu processo educacional formalizado, a escola também passa a assumir uma posição importante na formação do eu e, na sociedade administrada, cada vez mais outros elementos vindos dos meios de comunicação têm assumido o papel de autoridade de modo que, se no passado foi possível identificar uma suposta força da cultura familiar na formação dos indivíduos, atualmente a família disputa com outras figuras de autoridade a prevalência de seus valores e atitudes. Atribuir à família a responsabilidade pelo comportamento violento do aluno é, em alguma medida, uma atitude defensiva do professor no sentido de não reconhecimento das próprias práticas escolares como formadoras desse aluno.

O PEF 4 recorre às características do agressor, descrevendo-o como “alguém que não quer se sentir inferiorizado”, e neste caso se aproxima do tema do pertencimento aos grupos e o sentimento de superioridade já mencionado. PEF 5, embora em um primeiro momento negue a ocorrência do *bullying*, reconhece que o fenômeno ocorre a partir de certas características da vítima, o que também foi observado em uma das respostas das professoras de sala de aula (PLP 4). É preocupante verificar que em um conjunto de 15 professores temos dois deles que atribuem à própria vítima a culpa pela agressão sofrida. Tal posição indica que em um eventual projeto que envolva os professores na elaboração e implementação de políticas de combate ao *bullying*, é necessário levar em consideração que parte do corpo docente pode ter a convicção de que a vítima “mereceu” a agressão sofrida. Quanto à negação do fenômeno, Brandão e Matiazi (2017) destacam que os casos de *bullying* nem sempre recebem a devida atenção e tornam-se, assim, práticas imperceptíveis aos olhos da instituição, e de seus professores, o que pode ter sido o caso do PEF 5.

Um outro tipo de compreensão é expresso pela PEF 2, que aponta que os padrões impostos pelos meios de comunicação influenciam na prática da violência. Nesse sentido é possível compreender que ela possa estar se referindo às

influências dos produtos daquilo que Horkheimer e Adorno (2006, p. 100) denominaram de “indústria cultural”, diagnosticando que “o fato de que milhões de pessoas participam dessa indústria imporia métodos de reprodução que, por sua vez, tornam inevitável a disseminação de bens padronizados para a satisfação de necessidades iguais”. A denúncia da tendência em padronizar e repetir indefinidamente as necessidades e padrões de beleza revela a redução da cultura a seus produtos, pois na medida em que esta deveria voltar-se para que os indivíduos se diferenciem, ela passa a operar de forma a impor universalidades que devem ser almejadas independentemente dos diversos particulares disponíveis. Assim, a repetição de padrões passaria a ser requerida insistentemente de modo a organizar hierarquicamente quem está no topo até a base, ou ainda, dentro e fora dos limites do modelo aceitável. Esta parece, de fato, ser uma condição propícia para a ocorrência do *bullying*, justamente por suscitar o desejo de destruição daquele que representaria o não adaptado (CROCHÍCK, 2019).

Identificar a tendência regressiva da sociedade em padrões estabelecidos como produtos culturais é importante na medida em que se constata a conversão da cultura em pseudocultura. Quando discorre sobre os problemas da pseudocultura, Adorno (1996) observa também o problema da pseudoformação, em que se constata a incapacidade das pessoas – professores aqui incluídos, obviamente – formarem indivíduos. A nosso ver, o argumento do autor ganha força a partir da constatação de que as reformas educacionais acabam por “reforçar a crise, porque abrandam as necessárias exigências a serem feitas aos educandos e porque revelam uma *inocente despreocupação* diante do poder que a realidade extra pedagógica exerce sobre eles” (ADORNO, 1996, p. 388. grifos nossos). Nesse sentido parece relevante ressaltar que para além de um diagnóstico preocupante das situações entre alunos que se convertem em violência, se faz necessário que esta realidade seja devidamente analisada e enfrentada; e assim concordamos que “a única possibilidade de sobrevivência que resta à cultura é a auto-reflexão crítica sobre a semiformação, em que necessariamente se converteu” (ADORNO, 1996, p. 410).

O PEF 3 comenta que a classe social à qual o indivíduo pertence e o bairro em que ele mora também são fatores determinantes na ocorrência ou não da violência. Neste caso, parece haver algum entendimento de que a sociedade desempenharia um papel nas relações violentas que aparecem na escola. Contudo, conforme ressaltamos anteriormente, a tendência da sociedade não pode se reduzir apenas às classes sociais vulneráveis ou pobres, o que demonstra o extremo preconceito desse professor, disposto a identificar de antemão como

violento aquele aluno que venha de determinado bairro ou classe social. Aqui podemos pensar na mentalidade do *ticket*, onde a experiência é substituída pelo clichê (HORKHEIMER e ADORNO, 2006), impossibilitando uma relação entre sujeito e objeto e delimita – por meio da colagem das etiquetas – o certo e o errado, neste caso, com base na classe social. Seguindo esse raciocínio, outro dos professores (PEF 5) afirma que na escola em que leciona este fenômeno – o *bullying* – não ocorre, salvo com “as meninas dadas”, como se o problema estivesse nas vítimas que atuam de maneira diferente do que seria o esperado, argumento que vai de encontro à premissa de que os culpados são os agressores e que ainda traz como elemento adicional a destruição que recai aos indivíduos não adaptados sob o fechamento de universais e particulares compreendidos como verdadeiros (ADORNO, 1995b).

O Quadro 3 apresenta as respostas dadas pelas professoras de Artes.

Quadro 3: Causas para a ocorrência do bullying segundo professoras de Artes

Professoras	Síntese das respostas	Categorias das respostas
PA 1	Inato, inevitável, sempre existiu Baixa autoestima	Fatores individuais/familiares
PA 2	Falta de respeito, participar do grupo Adolescência	Fatores relativos à socialização na escola Fatores individuais/familiares
PA 3	Autoafirmação Participar do grupo	Fatores individuais/familiares Fatores relativos à socialização na escola
PA 4	Sociedade, mídia, padrões de beleza	Fatores decorrentes do contexto social
PA 5	Preconceito Sociedade, padrões de beleza	Fatores decorrentes do contexto social

Se, de um lado as explicações dadas pelas professoras de Artes se assemelham às das professoras de sala de aula e de Educação Física, é importante ressaltar que nenhuma delas elencou questões familiares como causa da ocorrência de bullying.

Quando apontam que os alunos cometem o ato violento para “chamar a atenção”, “se incluir no grupo” ou mesmo a justificativa de “autoafirmação”, as professoras recorrem à ideia de que, para se sentirem reconhecidos pelo grupo, os alunos precisariam agredir os não pertencentes àquele grupo. Retomam, portanto, a questão das conformações sociais da própria escola no sentido da necessidade de pertencimento e o medo de sentir-se excluído sendo que naquela instituição a busca pelo pertencimento pode expressar-se em ser popular, ser reconhecido pela força física, enfim, em elementos identificados por Adorno (1995a) como pertencentes à hierarquia não oficial.

PA 1 descreve o *bullying* como algo “inevitável”, que “sempre existiu”. A professora parece entender que se trata de uma “necessidade” das crianças. PA 3, na mesma linha, recorre à questão da idade: “Eles estão se autoafirmando como adolescentes”. Essa compreensão, também já expressa por outra entrevistada (PG 3), parece basear-se em uma noção biologizante da agressividade, como se esta, além de inata, irrompesse nos indivíduos em determinadas épocas de suas vidas devido a uma “pressão” das transformações biológicas que desconsidera a possibilidade de não adesão à violência tal como se expressa nesta sociedade. Diante do “inevitável”, o que pode o/a professor/a?

A questão dos padrões impostos pelos meios de comunicação, já mencionada pelo professor PEF 2, também é levantada por duas professoras de Artes. Uma delas, PA 4, comenta: “Se não está no padrão não serve, incomoda”, retomando a questão dos modelos de beleza socialmente aceitos na definição dos alvos do *bullying*. Talvez, a formação voltada às Artes propicie uma perspectiva mais atenta dessas profissionais aos aspectos ligados à produção cultural e o papel de seus produtos nos alunos.

Dessa forma, podemos identificar que as categorias se repetem nos discursos dos professores ao tentarem explicar as causas da ocorrência do *bullying*, mas que apresentam algumas especificidades entre as áreas do conhecimento. As professoras de Língua Portuguesa e a de Geografia tenderam a concentrar suas respostas na caracterização dos agressores e das vítimas e de suas famílias. Uma hipótese para essa postura pode ser o fato de que, por ministrarem um número maior de aulas nas turmas – já que se trata de uma disciplina com maior carga horária no currículo do Ensino Fundamental – essas professoras conseguem ter um maior contato com os estudantes, possibilitando maior familiaridade com cada um deles. Foram também as professoras dessas áreas que apontaram a questão do rendimento escolar como algo a ser destacado. Considerando um modelo de escola em que as competências e habilidades em leitura e escrita ocupam

um importante espaço no currículo e que constitui um dos focos das avaliações externas, pode-se dizer que ter bom desempenho em Língua Portuguesa é alvo de preocupação dos professores. Isso relaciona-se diretamente com a hierarquia oficial (ADORNO, 1995a), já que esta se caracteriza pela classificação do desempenho intelectual dos alunos avaliado principalmente por atividades de leitura e escrita fortemente presentes nas disciplinas de Língua Portuguesa e Geografia, no cumprimento das tarefas e regras propostas pela escola, sintetizado, na cultura escolar, pelo chamado “bom aluno”.

De outra parte, os professores de Artes e Educação Física, embora também tenham identificado fatores individuais em suas justificativas, indicaram outros pontos como a participação nos grupos e a influência dos padrões sociais de beleza. Também aqui levantamos a hipótese da influência da natureza da área de formação desses profissionais bem como a organização curricular da escola nas respostas dos professores das diferentes áreas. Os espaços escolares em que tais disciplinas ocorrem convocam nos alunos outros conhecimentos que não apenas a leitura e a escrita. Estas disciplinas contam com duas aulas semanais em cada turma o que, se de um lado, dá aos professores uma menor familiaridade com cada estudante, de outro, uma maior perspectiva do grupo de turmas daquela escola. Apesar de estar com os alunos por um período menor, há o contato com um número muito maior de alunos, tornando compreensível que estes tenham recorrido a questões mais sociais do que individuais em suas análises. Vale salientar também, que os pontos levantados por esses professores, se relacionam com a hierarquia não oficial (ADORNO, 1995a) caracterizada por questões relacionadas ao comportamento social, à popularidade frente os pares e às aptidões físicas, o que contribui, entre outros fatores, para o estabelecimento de estereótipos que, segundo os professores, definem tanto o alvo quanto o agressor, o que já foi descrito em estudos anteriores (ZEQUINÃO et al., 2016; CHAVES; SOUZA, 2018; CROCHÍK et al., 2018).

Quando perguntamos aos professores sobre possíveis soluções para o problema, as respostas não se diferenciaram muito entre as suas áreas do conhecimento. O Quadro 4 apresenta a síntese das respostas.

Quadro 4: Respostas dos professores sobre o combate ao bullying e categorizações

Categorias de respostas	Professores
Alunos: conscientização, escuta, discussão, responsabilização, diálogo, vídeos, projetos, teatro, palestras.	PLP 1, PLP 2, PG 3, PLP 5, PEF 1, PEF 3, PEF 5, PA1, PA2, PA 4, PA 5.
Escola e família: escola deve chamar a família, orientar para que a família resolva.	PLP 1, PG 3, PLP 4, PEF 1, PA 2, PA 3, PA 4, PA 5.
Escola e professores: coordenar ações, orientar, escutar, esclarecer, planejar conteúdos, constar no PPP, mediar, ter psicólogo e/ou orientador escolar.	PLP 1, PLP 2, PLP 4, PLP 5, PEF 1, PEF 2
Escola: punir, realizar conselho de classe	PEF 4, PEF 5
Sociedade: É problema social, medidas devem ser sociais, é problema judicial e/ou policial.	PLP 4, PA 2

Os professores parecem considerar importante que a escola busque “conscientizar” os alunos. Quase todos, independente de sua área de formação, apontaram nesse sentido. As propostas centradas nos alunos decorrem da compreensão dos professores de que, se se trata de um problema dos indivíduos, são eles quem deveriam ser mobilizados. A “escuta” e o “diálogo”, se em parte denotariam uma percepção mais acolhedora do fenômeno, diferindo da postura prevalente dos professores que propõem uma atitude mais passiva dos alunos em palestras e filmes, também revelam uma concepção de ação centrada no aluno como forma de combate ao problema.

Parte das respostas considera que é preciso direcionar essas ações também para as famílias. Outros ainda, apontaram que seria necessária a presença de outros profissionais no ambiente escolar como psicólogos, orientadores escolares e conselho tutelar. Estas são, de fato, instâncias que em nossa sociedade estão legitimadas como aptas para lidar com a violência em crianças e jovens, mas recorrer a elas denota novamente a busca por um poder externo à instituição escolar que, no limite, reforçaria a retirada deste papel do professor e de sua autoridade. Os estudos de Giordani, Seffner e Dell’Aglia (2017) ressaltam que a ausência de um ambiente democrático na escola e de uma equipe gestora que promova o diálogo e que se faça presente para identificar e agir frente aos conflitos deflagrados naquela instituição contribui para que a violência se alastre.

Ao pensar em ações da escola, é flagrante perceber que o conjunto dos entrevistados quando menciona a categoria de professores, a percebe como agente

da instituição escolar sobre alunos e/ou suas famílias mas não como um grupo passível de formular e receber algum tipo de formação voltada à reflexão sobre a violência. Na relação que a escola guarda com a sociedade, Adorno (1995a) entendeu que um dos tabus que rondam a profissão docente está relacionado ao que chama de “paródia de poder”, pois o poder que exerce está ligado a crianças, diferente de outras profissões que exercem o poder em outras instâncias sociais. Desta forma, é possível considerar que não nomear-se como uma figura de autoridade no combate ao *bullying*, pode corroborar com este argumento na medida em que parece haver a crença por parte dos professores de que esta não é uma questão sobre a qual eles tenham algum poder ou responsabilidade.

Da mesma forma, Adorno (1995a) nos alerta para a ambígua relação entre a figura do professor e a prática/contenção da violência. Para o autor, o papel de autoridade do professor esteve, no passado, ligada aos castigos físicos. Nesse sentido, chama a atenção que os dois professores que propuseram as medidas mais fortemente punitivas contra o *bullying*, eram da área da Educação Física (PEF 4 e 5). Em um contexto em que o modelo liberal burguês aparentemente condena o uso da força física como forma de dominação, a postura violenta deixa de ser física adotando a via administrada o que torna compreensível que os professores busquem em agentes exteriores à escola: polícia, governo ou poder judiciário, sejam convocados como possibilidade de punição para conter o ato violento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos abordar neste capítulo as concepções de professores para a ocorrência do *bullying*. Vimos que a maioria deles recorreu a explicações centradas no indivíduo (8 respostas), seguida por fatores familiares (6 respostas), relativos à socialização na escola (4 respostas) e 5 decorrentes de aspectos sociais mais amplos (sendo duas dessas respostas ligadas à classe social como determinante). Tais dados apontam para a tendência dos professores compreenderem a temática da violência escolar como responsabilidade dos indivíduos identificando as atitudes violentas como inatas, decorrentes da puberdade, a uma questão de classe social ou das famílias, conferindo grande responsabilidade a essa última. Dentro dessa lógica os professores entrevistados parecem, em sua maioria, perceber-se como alguém com pouca ou nenhuma responsabilidade pelo *bullying* e seu combate.

Nesse sentido, as propostas ao enfrentamento que apresentaram maior adesão são as que se centraram nos alunos, com medidas que parecem se voltar a

(mais) uma adaptação ao existente, do que a uma reflexão sobre a violência entre pares, sobre a necessidade de mostrar poder e força e sobre a intolerância frente à fragilidade do outro.

Ressaltamos que a desbarbarização das relações se dá a partir da tomada de consciência sobre o horror decorrente da violência ocorrido no decurso da história e que ainda ocorre na sociedade vigente para que a escola possa resistir a ele (ADORNO, 1995b). Nos parece primordial, portanto, que as ações propostas para combater as situações de violência na escola tenham como princípio a emancipação a partir da reflexão sobre ela e não a adaptação a padrões de comportamentos que mantenham a barbárie controlada, mas ainda presente.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W. A indústria cultural. *In*: G. Cohn (org.), **Theodor W. Adorno** (pp. 92-99). São Paulo: Ática, 1994.

ADORNO, T. W. Tabus acerca do magistério. *In*: ADORNO, T. W. **Educação e emancipação**. 3. ed. Tradução de Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. (1995a).

ADORNO, T. W. Educação após Auschwitz. *In*: ADORNO, T. W. **Educação e emancipação**. 3. ed. Tradução de Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. (1995b).

ADORNO, T. W. Teoria da semicultura. **Educação e Sociedade**. Ano XVII, n. 56. p. 388-409, dez. 1996.

ADORNO, T.W. **Estudos sobre a personalidade autoritária**. Trad. Francisco Lopez Toledo Correa, Virginia Helena Ferreira da Costa, Carlos Henrique Pissardo. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

ANG, R.P., Ong, E.Y.L., Lim, J.C.Y. & Lim, E.W. From Narcissistic Exploitativeness to Bullying Behavior: The Mediating Role of Approval of aggression Beliefs. **Social Development**, 19: 721-735, 2010. doi:10.1111/j.1467-9507.2009.00557.x.

BRANDÃO, E. C.; MATIAZI, L. D. Bullying: violência socioeducacional – desafio permanente. **Pedagogia em Ação**, Belo Horizonte, v. 9, n.1, 2017. <http://periodicos.pucminas.br/index.php/pedagogiacao/article/view/14120>.

CASCO, R. **Autoridade e Formação. Relações sociais na sala de aula e no recreio**. Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2007. Tese (Doutorado em Educação). Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/10619>. Acesso em: 20 fev. 2020.

CHARACH, A., PEPLER, D., & ZIEGLER, S. Bullying at school--a Canadian perspective: A survey of problems and suggestions for intervention. **Education Canada**, 35 (1), 12-18. EJ 502 058, 1995. <https://files.eric.ed.gov/fulltext/ED407154.pdf>.

CHAVES, D. R. L.; SOUZA, M. R. Bullying e preconceito: a atualidade da barbárie. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 23, e230019, 2018. <https://doi.org/10.1590/s1413-24782018230019>.

CROCHÍK, J. L.; SILVA, C. C. da; CARREIRA, J. L. C.; ANDRADE, P. F.; MARTINEZ, T. C. R.; PEDROZO, T. P. Antissemitismo: negação de si, do outro e da vida. In: ZANOLLA, S. R. Da S.; ZUIN, A. A. S. **Educação contra a violência**: pesquisas e análises críticas. Campinas: Editora Alínea, 2019. pp. 73-97.

CROCHICK, J. L. Preconceito e *bullying*: marcas da regressão psíquica socialmente induzida. **Psicol. USP**, São Paulo, v. 30, e190006, p. 1-11, 2019. <https://doi.org/10.1590/0103-6564e190006>.

CROCHICK, José Leon; CROCHICK, Nicole. **Bullying, preconceito e desempenho escolar**: uma nova perspectiva. São Paulo: Benjamin Editorial, 2017.

CROCHÍK, J. L. Formas de violência escolar: preconceito e *bullying*. **Movimento**, Niterói, v. 2, n. 3, 2015, p. 29-56. DOI: <https://doi.org/10.22409/mov.v0i3.270>.

CROCHÍK, J. L.; DIAS, M.Á., FRELLER, C.C., CORRÊA, A.S., & CORREIA, R.N. Hierarquias escolares: desempenho e popularidade. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 44, e167836, 2018. <https://www.scielo.br/pdf/ep/v44/1517-9702-ep-S1678-4634201710167836.pdf>.

DASILVA, Jorge Luiz, & REZENDEBAZON, Marina. Prevenção e enfrentamento do bullying: o papel de professores. **Revista Educação Especial**, 30(59), 615-628, 2017. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=3131/313153445006>.

EKSI, F. Examination of Narcissistic Personality Traits' Predicting Level of Internet Addiction and Cyber Bullying through Path Analysis. **Educational Sciences: Theory & Practice**, 12(3), 1694-1706, 2012. <https://files.eric.ed.gov/fulltext/EJ1000892.pdf>.

FREUD, S. A dinâmica da transferência. In: FREUD, S. **Edição Standard das Obras Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1986.

FREUD, S. **O mal-estar na civilização e outros trabalhos**. Tradução de Paulo César Souza. São Paulo: Cia das Letras, 2011.

GIORDANI, J. P.; SEFFNER, F.; DELL'AGLIO, D. D. Violência escolar: percepções de alunos e professores de uma escola pública. **Psicol. Esc. Educ.**, Maringá, v. 21, n. 1, p. 103-111, abr. 2017. <https://doi.org/10.1590/2175-3539201702111092>.

HORKHEIMER, M.; ADORNO, T.W. **Temas básicos de sociologia**. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Cultrix, 1973.

HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W. **Dialética do Esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Trad. Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

KAPPEL, V. B.; GONTIJO, D.T.; MEDEIROS, M.; MONTEIRO, E. M. L. M. Enfrentamento da violência no ambiente escolar na perspectiva dos diferentes atores. **Interface (Botucatu)**, Botucatu, v. 18, n. 51, p. 723-735, dez. 2014. <https://www.scielo.org/pdf/icse/2014.v18n51/723-735/pt>.

OLWEUS, D. School *bullying*: development and some important challenges. **Annual Review of Clinical Psychology**, v. 9, 751-780, 2013. DOI: 10.1146/annurev-clinpsy-050212-185516.

PAULA, Alexandre da Silva de; KODATO, Sérgio; DIAS, Francielle Xavier. Representações sociais da violência em professores da escola pública. **Est. Inter. Psicol.**, Londrina, v. 4, n. 2, p. 240-257, dez. 2013. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-64072013000200008.

PHILLIPS, D. A. Punking and bullying: Strategies in middle school, high school, and bed. **Journal of Interpersonal Violence**, 22(2), 158-178, 2007. <https://doi.org/10.1177/0886260506295341>.

RETAMAL, J.; GONZÁLEZ, S. De la microviolencia al clima escolar: claves de comprensión desde el discurso de profesores. **Psicoperspectivas**, Valparaíso, v.18, n.1, p. 75-88, mar. 2019. <https://www.psicoperspectivas.cl/index.php/psicoperspectivas/article/viewFile/1559/965>.

SALMIVALLI, C. Participant roles in bullying: How can peer bystanders be utilized in interventions? **Theory Into Practice**, 53, 286–292, 2014. <http://dx.doi.org/10.1080/00405841.2014.947222>.

SILVA, S. S. G. T.; GUZZO, R. S. L. Escola, família e psicologia: diferentes sentidos da violência no ensino fundamental. **Psicol. Esc. Educ.**, Maringá, v. 23, e189983, 2019. <https://www.scielo.br/pdf/pee/v23/2175-3539-pee-23-e189983.pdf>.

UNESCO. **Violência escolar e bullying**: relatório sobre a situação mundial. Brasília: UNESCO, 2019.

ZEQUINÃO, M. A. *et al.* *Bullying* escolar: um fenômeno multifacetado. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 42, n.1, jan/mar. 2016, p. 181-198. <https://www.scielo.br/pdf/pee/v23/2175-3539-pee-23-e189983.pdf>.

ZEQUINÃO, M. A. *et al.* Associação entre *bullying* escolar e o país de origem: um estudo transcultural. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 24, e240013, 2019. <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v24/1809-449X-rbedu-24-e240013.pdf>,

A TORTURA DA SOCIALIZAÇÃO E A SOCIALIZAÇÃO DA TORTURA ALGUMAS NOTAS SOBRE CRIME, CRIMINOSO E PUNIÇÃO¹

*Herik Rafael de Oliveira
Kety Valéria Simões Franciscatti*

*Aqueles seis degraus lá fora vão ser como um precipício, mas, enfim, a queda não será grande, o costume de cair endurece o corpo, ter chegado ao chão, só por si, já é um alívio,
Daqui não passarei, é o primeiro pensamento,
e às vezes o último nos casos fatais.*
(Ensaio sobre a cegueira, José Saramago)

INTRODUÇÃO

Em uma cena, já no fim da obra “Ensaio sobre a cegueira”, Saramago (1995) descreve o desespero da multidão de cegos que, ao saberem dos olhos vendados

¹ Uma versão anterior deste texto encontra-se disponível como trabalho completo nos anais do XX Encontro Regional da ABRAPSO Minas do ano de 2016. A elaboração inicial é decorrente do projeto de iniciação científica intitulado “Criminalidade urbana, violência e pobreza na produção em Psicologia: uma análise bibliográfica (1995-2015)” financiado pelo CNPq e vinculado à pesquisa “Conhecimento e emancipação: impasses ético políticos da Psicologia contemporânea” realizada no Laboratório de Pesquisa e Intervenção Psicossocial do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de São João del-Rei (LAPIP/DPSIC/UFESJ).

dos santos da igreja onde estavam abrigados, dirigem-se, em pânico, à porta. Eles empurram e pisoteiam uns aos outros, tomados pelo medo. Há, para deixar a igreja, seis degraus, mas a condição da cegueira, agravada pelo terror de descobrirem também cegos aqueles nos quais se depositava a fé, faz dos degraus um precipício. A despeito disso, tantas quedas sofreram, que nem mesmo o precipício à frente os impedem de seguir. O conforto é, findada a queda, atingirem o chão. E embora a dor ao cair seja grande, persiste a esperança de que o chão há de guardar o corpo. No menor dos males, quem cai sobrevive, mesmo machucado. Tal como na tortura, o prêmio por se tolerar a dor é a sobrevivência.

Assumido o risco de extrapolar o sentido da sensível imagem literária e, nisso, perder sua força, é possível pensarmos a partir dela sobre o percurso da humanidade no caminho da barbárie apoiados nas reflexões de Adorno (1967/1995) no ensaio “Educação após Auschwitz”. À propósito de afirmações que, em seu tempo, insistiam que a barbárie estava para acontecer, Adorno afirmou: “Fala-se de iminente recaída na barbárie. Mas ela não é iminente, uma vez que Auschwitz *foi* a recaída [...]” (p. 104; grifo no original). Já vivemos, embora sem a devida consciência, a gravidade da queda: Auschwitz. Mas quando, cegos, fazemos da queda o modo de vida, é difícil reconhecer que seis degraus são, na verdade, um precipício, e que se lançar neles é presságio de morte e mortificação. O número de degraus lembra nossa proximidade com o horror, e, aliás, a distância do chão é também sinal de seu progresso. Nesse sentido, imaginemos, e isso é descrito por Saramago (1995), a agonia dos cegos trôpegos subindo escadas. O alívio sentido ao se atingir o chão e sobreviver, é acompanhado pela obliteração da dor e morte infligida àqueles empurrados e pisoteados na corrida para salvar a nós mesmos, além do esquecimento dos próprios ferimentos adquiridos na queda. Um engodo é ignorar que o acaso, em condições indiferentes à vida, ao colocar nossos pés, fortuitamente, sobre o corpo dos outros, podia também colocar nosso corpo sob os pés deles.

A imagem dos cegos se empurrando e se pisoteando, guiados apenas pela necessidade de preservar a sobrevida perpetuada pela cegueira, é a imagem da humanidade, nossa imagem, na luta pela sobrevivência. Pressionados pela desigualdade na apropriação dos bens culturais, respondendo ao aprisionamento à necessidade de autoconservação estrita, treinados na indiferença e na frieza, seguimos, num individualismo desvairado, destruindo a nós mesmos. Materialmente alienados e subjetivamente tolhidos em nossa sensibilidade, mantemo-nos incapazes de perceber a ameaça comum a todos. Carecemos de identificação. A frieza e a indiferença requeridas pela objetividade social para manter a sobrevida

depõem contra a própria vida, e são os mesmos caracteres subjetivos que deram condições à Auschwitz. Sua origem não está ligada a uma tal monstruosidade incompatível com as disposições humanas, mas sim, elas são engendradas na própria socialização, embora isso não subtraia delas a monstruosidade.

No entanto, a busca pelas determinações sociais e históricas da constituição da subjetividade que instigam, ou reprimem, traços específicos da personalidade ao fornecerem mais, ou menos, abertura e acolhimento a suas manifestações, não é indiferente às variações assumidas por esses traços. No espectro da frieza e da indiferença estão dispostos, em posições distintas, caracteres próprios, embora não exclusivos, do que foi nomeado como *criminoso comum* e como *tipo manipulador*. Segundo Crochík (2010), eles se diferem em graus no que concerne à aptidão a identificar-se. Esses graus atestam o sucesso do *treino na dureza*, ao qual aludem Horkheimer e Adorno (1947/1985a). O criminoso comum dá testemunho da barbárie com sua violência desatinada. O tipo manipulador, por outro lado, é a própria inscrição da barbárie. Assim como os distintos tipos de criminosos são vestígios do progresso da barbárie, também o modo como vêm sendo socialmente organizadas as punições destinadas a eles são registros históricos da sedimentação da cultura. O progresso da sociedade – o sistema racional de organização da cultura e mediação entre ela e os indivíduos – avança em sua irracionalidade ao intensificar seu entrelaçamento com a dominação. A regressão psíquica é imposta como condição para esse avanço da cultura anacrônica, aquém do que materialmente poderia proporcionar. A barbárie objetiva prolonga-se subjetivamente, mas ainda não se fez cumprir na medida exata a liquidação pretendida². Porque não conformou uma humanidade a sua completa imagem e semelhança, continua necessária a ostensiva coerção externa para assegurar a desumanização desde as entranhas. Essa desumanização, tal como considerada aqui, não supõe ingenuamente um estado de verdadeira humanidade já constituída que estaria sob ataque; o fogo da artilharia é apontado para tudo o que ainda ousa mover-se, para qualquer sinal que anuncie e reivindique o nascimento tardio da humanidade.

² A respeito do entendimento sobre barbárie, sublinhamos o que Adorno (1968/1995) argumenta em um debate radiofônico com Hellmut Becker: “Entendo por barbárie algo muito simples, ou seja, que, estando na civilização do mais alto desenvolvimento tecnológico, as pessoas se encontrem atrasadas de um modo peculiarmente disforme em relação a sua própria civilização – e não apenas por terem em sua arrasadora maioria experimentado a formação nos termos correspondentes ao conceito de civilização, mas também por se encontrarem tomadas por uma agressividade primitiva, um ódio primitivo ou, na terminologia culta, um impulso de destruição, que contribui para aumentar ainda mais o perigo de que toda esta civilização venha a explodir, aliás uma tendência imanente que a caracteriza” (p. 155).

Tendo isso em vista, este texto discorre sobre o progresso do princípio da tortura na socialização e sua mútua determinação com subjetividades marcadas pela violência, individualismo, frieza e indiferença – caracteres engendrados em condições de barbárie (desigualdades) e renúncias (sacrifícios) que assumem sua forma mais atual sob a organização social do trabalho no capitalismo. A inscrição desse princípio nas instâncias de mediação expressa o risco à continuidade da cultura, pois, ante o adensamento dessa excruciante rede de socialização, alguns se voltam contra ela. O crime é um dos testemunhos de negação à tortura do trabalho, porém, carente de resistência, sua violência repõe a barbárie. Os tipos de criminosos diferem e isso deixa vestígios dos graus distintos com que irrompe a socialização da tortura. Subjetivamente, o enfraquecimento dos elementos de contradição à tortura da socialização revela a socialização da tortura. Objetivamente, esta se caracteriza pelo avanço dos mecanismos de extermínio como punição ao crime. As reflexões aqui apresentadas apoiam-se, principalmente, em formulações de Theodor W. Adorno, Max Horkheimer e José L. Crochík.

TRABALHO, SOCIALIZAÇÃO E TORTURA

Ao considerar que “[...] cada época produz aqueles caracteres – tipos de distribuição de energia psíquica – de que necessita socialmente”, Adorno (1967/1995, p. 118) assume a subjetividade enquanto decorrência da objetividade social e a presença de interesses do todo que solicitam a adequação da parte. Isso implica – se tratando da sociedade capitalista, cujo o interesse é o progresso autônomo do capital, e não a autonomia e autodeterminação do indivíduo – o declínio da possibilidade de constituição de um espaço interno diferenciado, pois, as instâncias de mediação dispostas entre o todo societário e a parte são submetidas a uma mesma forma predeterminada: à *forma-mercadoria*; cujo princípio de equivalência estabelece a identidade entre aquilo que é qualitativamente distinto. Os assim chamados, por Horkheimer e Adorno (1956/1978a), *macrogrupos*, como as organizações de trabalho, e *microgrupos*, como a família, têm suas dinâmicas fundamentalmente determinadas pelos valores que servem ao “valor em progressão” (CARONE, 1984/1994, p. 27). O alastramento daquela forma a definir os contornos, e o conteúdo, das relações dos âmbitos mais públicos aos mais íntimos, em resposta à necessidade de manutenção do modo de produção, sufoca a possibilidade de o indivíduo constituir-se.

A exigência da organização social do trabalho no capitalismo, que mantém e propaga a submissão ao trabalho convertido em sacrifício, encontra pouca resistência daqueles cujas cicatrizes causadas pelos golpes de violência recebidos,

a datar de sua infância, já forjaram uma verdadeira armadura: insensível, dura e muito mais capaz (HORKHEIMER; ADORNO, 1947/1985a). A indiferença e a frieza, por seu turno, asseguram, quase sem mal-estar à consciência, a dominação de uns sobre os outros e que os poucos detentores dos meios de produção tratem como coisas, prontamente substituíveis, àqueles muitos de quem se expropria a força de trabalho. O individualismo, que está na base da defesa da forma histórica da propriedade privada impregnada de seu caráter imobilista, é um requisito crucial na disputa por assegurar as mínimas condições de subsistência, a qual coloca todos contra todos – dentre e entre proprietários e não proprietários – e embaça a identificação entre os semelhantes, ou mesmo aguça a *identificação com o agressor*, ocupando-se, neste último caso, o lugar circunstancial de quem domina, como uma reação ao jugo violento.

A identificação com o agressor foi descrita por Anna Freud (1936/2006) em seu extenso e criticado rol de mecanismos de defesa do ego. A autora, ao enfatizar essa dinâmica no âmbito de um “[...] estágio de modo nenhum invulgar no desenvolvimento normal do superego [...]” (p. 85) e ao aproximá-la imediatamente de aspectos como criticismo, autocritica e moralidade, perde de vista a própria necessidade de defesa e, principalmente, deixa escapar a premência das constantes de violência e de medo que a acionam, embora elas estivessem explícitas na descrição de seus casos clínicos.

As proposições de A. Freud são a base para a breve discussão do conceito de identificação com o agressor apresentada no “Vocabulário da Psicanálise” de Laplanche e Pontalis (1967/1985). Mendes e França (2012), entretanto, remetem a descrição de tal processo a escritos anteriores de autoria de Sándor Ferenczi. Este, segundo as autoras, compreende que a saída representada pela identificação com o agressor põe em risco o próprio ego pois implica a mimetização daquilo que o ameaça gravemente. Trata-se de um recurso evocado quando outras soluções psicodinâmicas são impossíveis ou ineficazes; porque as condições são de grande fragilidade ou porque as circunstâncias são muito penosas. A rendição é imposta. No entanto, são mobilizados os impulsos sadomasoquistas, pois o ego identificado com seu próprio agente ou situação agressora dirige a agressividade para o exterior e obtém prazer ao agredir (MENDES; FRANÇA, 2012). A crítica movimentada por Adorno (1955/2015) com relação ao ideal de integração das pessoas ao mundo que, em essência, tornou-se avesso a elas – algo que pode ser desdobrado para a crítica do superego como instância interna de uma moralidade que não preza pela dignidade humana –, indica que “Sua integração seria a falsa

reconciliação com o mundo irreconciliado e provavelmente conduziria à ‘identificação com o agressor’, mera máscara da submissão” (p. 101; grifos no original).

Também é como uma máscara, uma máscara petrificada do princípio de individuação, que figura o individualismo. A pujança insinuada por este oculta a profunda dependência da sociedade a qual emprega seu poderio para reduzir cada um a um estado de solidão inofensiva, obtusamente louvado como expressão da mais pura autossuficiência. Horkheimer e Adorno (1956/1978b) indicam o acirramento do antagonismo entre sociedade e indivíduo: se a condição para o cumprimento deste requer a sociedade segundo a medida da justiça e da humanidade, observa-se que ela “[...] desenvolveu um dinamismo social que obriga o indivíduo econômico a lutar implacavelmente por seus interesses de lucro, sem se preocupar com o bem da coletividade” (p. 55).

Sem a frieza e a indiferença como seria possível fazer cumprir a norma da liquidação do outro imposta à existência no mote individualista quando a própria necessidade de dominação já pode ser claramente desmentida? Diante dos avanços alcançados pelo incremento das forças produtivas, manter, ou mesmo tornar ainda mais severos os mandamentos de renúncia, significa exigir uma extrema regressão psíquica para garantir a adesão. Milhares de anos depois, solicitar às pessoas que se comportem como ainda em uma penosa guerra pelo controle do fogo³ comprova o caráter obsoleto disso.

A regressão refletida na degenerescência da psicologia individual é socialmente financiada; para manter-se tal qual é, a ordem deste mundo precisa, às custas da diminuição da potencialidade de autonomia política indivíduo, do “[...] constante recrudescimento da capacidade de realização produtiva” (HORKHEIMER; ADORNO, 1956/1978b, p. 55). Segundo esses autores, também foi o incremento dessa capacidade que liberou a humanidade – embora de maneira desigual, porém, permitindo que a própria desigualdade se apresentasse como uma tarefa a ser enfrentada – para o contato com os meios da diferenciação, ou seja, a arte, a ciência e até mesmo a religião. A diferenciação traz consigo, no entanto, um grave risco para esta ordem: o risco de transcendê-la. Que sejam inventadas profissões incompatíveis com os recursos de transporte e de comunicação disponíveis, trabalhos desqualificados e degradantes, tudo isso deixa entrever a irracionalidade social: a despeito dos avanços das forças produtivas, o imperioso produtivismo da sociedade industrial, as relações de produção permanecem calcificadas enquanto capitalismo tardio, mesmo quando se anuncia com evidência a possibilidade material de sua transformação, e, portanto, da

³ Menção ao filme “Guerra do fogo”, direção de Jean-Jacques Annaud (1981).

realização da própria liberdade⁴. Que sejam demandadas a frieza e a indiferença para evitar a rebelião contra o estado de coisas imperante e para converter-nos em servos obstinados, cumpridores ávidos, do que nos esmaga, isso revela a função social da subjetividade empobrecida.

A funcionalidade de determinados elementos subjetivos para dominação depende, sobretudo, do acionamento do medo, conforme argumenta Adorno (1955/2015). O autor permite questionar certa obviedade com que é encarada a orientação das pessoas pela busca do lucro. Os comportamentos economicamente racionais têm a adesão das pessoas apenas porque a hipótese de sua rejeição não pode ser dita, ensaiada, ou imaginada, sem que se ouça ao fundo o velho crocitar dos corvos:

Quem não se comporta segundo as regras econômicas, hoje em dia raramente naufraga imediatamente, mas no horizonte delinea-se o rebaixamento socioeconômico. Torna-se visível o caminho para o associial, para o criminoso: a recusa de colaborar torna suspeito e expõe à vingança social quem não precisa ainda passar fome e dormir sob as pontes (ADORNO, 1955/2015, p. 77).

O poder repressor exercido pelo medo de não participar da sociedade – e isso implica, por vezes, deixar passar este mundo como o melhor dos mundos – retira sua força também de algo um pouco mais arcaico, a saber, do próprio medo da morte (ADORNO, 1955/2015). Ao manter a vida rebaixada de tal modo que a falta do que é elementar ainda seja experimentada como grande perigo

⁴ Consideramos necessário manter a tensão apresentada por Adorno (1969/1986), no texto “Capitalismo tardio ou sociedade industrial” entre o modo de produção capitalista e a sociedade industrial, ou seja, entre as relações de produção e as forças produtivas, bem como a crítica à sociedade como meio racional que manifesta sua irracionalidade pela inversão meios e fins. Nesse texto, o autor defende a seguinte proposição: “Em categorias da teoria crítico-dialética, em gostaria de propor como primeira, e necessariamente abstrata, resposta que a atual sociedade é, de acordo com o estágio de suas forças produtivas, plenamente, uma sociedade industrial. Por toda parte e para além de todas as fronteiras dos sistemas políticos, o trabalho industrial tornou-se o modelo de sociedade. Evolui para uma totalidade, porque modos de procedimento que se assemelham ao modo industrial necessariamente se expandem, por exigência econômica, também para setores da produção material, para a administração, para a esfera da distribuição e para aquela que se denomina cultura. Por outro lado, a sociedade é capitalismo tardio em suas relações de produção. Os homens seguem sendo o que, segundo a análise de Marx, eles eram por volta do século XIX: apêndices da maquinaria, e não mais apenas literalmente os trabalhadores, que têm de se conformar às características da máquinas a que servem, mas além deles, muito mais, metaforicamente: obrigados até mesmo em suas mais íntimas emoções a se submeterem ao mecanismo social como portadores de papéis, tendo de se modelar sem reservas de acordo com ele. Hoje como antes produz-se visando o lucro” (p. 67-68).

impele-se à aceitação do que não passa de elementar. Deve-se trabalhar muito por pouco porque nada está garantido. A docilidade servil demandada mostra que o exercício da dependência constitutiva da humanidade é feito segundo a métrica da crueldade. Antes mesmo daquele padecimento se consumir, todos que já internalizaram forçadamente as regras se tornam instrutores inflexíveis cujo dever é garantir a participação irrestrita no jogo compulsório com o qual deve-se conformar.

Algo como uma tendência à fixação da história, um empenho em conservar a realidade como ela é e frustrar o movimento em direção ao novo foi discutido no fragmento “Sobre a gênese da burrice” por Horkheimer e Adorno (1947/1985a). Estabelecendo uma relação entre as diferentes espécies animais, as etapas intelectuais do gênero humano e o próprio indivíduo, eles afirmam:

Cada olhar de curiosidade que o animal lança anuncia uma nova forma dos seres vivos que poderia surgir da espécie determinada a que pertence o ser individual. Não é apenas seu caráter determinado que o mantém sob a guarda do seu antigo ser; a força que vem de encontro a esse olhar é uma força que remonta a milhões de anos: foi ela que o fixou desde sempre em sua etapa evolutiva e impede, numa resistência sempre renovada, toda tentativa de ultrapassar essa etapa (p. 239).

Os autores não deixam de considerar que a conservação do antigo ser se desdobra internamente como uma resistência desse próprio ser à transformação, mas eles são claros quanto à anterioridade de uma força que é exterior e se arrasta historicamente contrapondo-se à mudança. Essa força é compreendida como violência objetiva emaranhada à necessidade de dominação. No caso do indivíduo, ela incide sobre o corpo e sua consequência interna é o medo. Sob esse domínio assegura-se a continuidade do que já é. Logro se tratar de uma necessidade, logro também o que se preserva; caricaturas daquilo que poderia ser. Não seria, nesse caso, o próprio medo um problema no sentido de que deveríamos nos livrar dele, e sim, o que é decisivo é a superação da necessidade de dominação que recorre e aciona o medo. A este cabe a elaboração: que ninguém fosse intimidado e detido sob o pretexto de que ao rumar em direção ao horizonte ameaça cair da borda da Terra; é esse o sinal da liberdade. Todavia, os interesses de dominação persistem e, quanto mais aproxima-se das bordas, mais altas são erguidas as muralhas forçando a permanência e perpetuando a ilusão de que há bordas de onde se pode cair.

Pressionada, a vida humana atualiza como norma da convivência a submissão e a destruição das outras espécies e de si mesma. Sensível que é à história e

ao que a paralisa, a convivência assume formas distintas. Aí reside a possibilidade de transformação, mas não é isso, por si só, o que salva. O interesse pela dominação pelo qual as pessoas estão ligadas atesta isso. Trata-se de um elemento sedimentado com fisionomias distintas. Desse modo, a falta de vínculos – à qual, de acordo com Adorno (1967/1995), atribui-se comumente a responsabilidade pelo horror, como foi o caso de Auschwitz – também é falsa, porque o modo como as relações entre as pessoas são estabelecidas já é demarcado pela violência, individualismo, frieza e indiferença. A base da socialização é a tortura. Basta lembrar “[...] o sofrimento que o coletivo inflige inicialmente a todos os indivíduos nele admitidos” (p. 113). Solicita-se a resignação para pertencer à unidade social. Para Adorno (1952/2015), prescreve-se a conformação a “[...] um sistema de cicatrizes, que somente poderiam ser integradas sob o sofrimento, e nunca completamente. Perpetrar essas feridas é propriamente a forma pela qual a sociedade se impõe ao indivíduo [...]” (p. 48).

Adorno (1967/1995) adverte que não se aceita, no entanto, tal submissão sem ser cobrado o devido preço. Ela encontra compensação e ressonância nos traços sádicos reprimidos. Responde-se com a tortura dos outros à tortura tolerada: “Aquele que é duro consigo mesmo se arroga o direito de ser duro também com os demais e se vinga neles da dor que não pode manifestar, que teve que reprimir” (p. 114). Trata-se de se entregar com pouca ou mesmo sem contestações ao que causa dor, deixar-se enredar silenciosamente no sofrimento ocasionado pela tortura da socialização. Esta é uma das sequelas deixadas pelos golpes objetivos de violência que, ao impedir a diferenciação, tornam as pessoas burras, como distinguem Horkheimer e Adorno (1947/1985a): burras, por um lado, “[...] no sentido de uma manifestação de deficiência, da cegueira e da impotência, quando ficam apenas estagnadas” (p. 240); e, por outro, no caso mais grave e sedimentado, burras “[...] no sentido da maldade, da teimosia e do fanatismo quando desenvolvem um câncer em seu interior” (p. 240).

Em ambos sentidos se encontra suprimida a autonomia, mas a burrice da estagnação pode calcificar de tal maneira a resistência à violência que acaba por reforçar a burrice no sentido da maldade, generalizando o cautério e causando aquela espécie de câncer no interior das pessoas a ponto delas não perceberem mais a tortura da socialização. Assim, educando-as para não se queixarem de sua cólera, aprofunda-se a solicitação de seu reverso: que aprendam a ter prazer nela. Aquelas mais tomadas por essa doença de fato aprendem, respondem de modo proficiente ao solicitado. A sintonia fina com o todo irracional prenuncia a socialização da tortura, traduzida, no âmbito subjetivo, pelo enfraquecimento de

elementos internos de contradição à tortura da socialização. No cumprimento do ideal estipulado pelo princípio da barbárie – a toada aprimorada da dominação –, na vingança indiferenciada que a tudo destrói, apenas ressoa um grito abafado contra a tortura. Quando pouco se expressa a dor como sintoma, quando as cicatrizes são integradas a um sistema totalitário, responde-se com maior intensidade à dureza e à eficácia do que à dor; disposição funcional com a tortura e com aquilo que tortura. O que não consegue absorver das marcas dos golpes de violência, tal sistema se empenha em apagar e, nisso, liquidar a possibilidade de reconhecer o que violentou e, talvez mais grave ainda, de reconhecer até mesmo que houve violência. Esse sistema formalizado que esvazia as cicatrizes de seu conteúdo humano, o caráter forjado no ápice da exigência do trabalho convertido em sacrifício e renúncia, coincide com os traços do *tipo manipulador* mencionados por Adorno (1967/1995). No entanto, nem todos sintonizam tão bem sua resposta ao princípio bárbaro do sistema social e econômico, talvez ainda sejam poucos que soam seus caracteres no ritmo obediente e silencioso da morte. Outro tipo, o *criminoso comum*, não suporta calado tais dores. Ele as devolve, também com violência, e protesta, de maneira explosiva, contra a própria civilização. Esse é seu grito. Por meio de seus atos imediatamente destrutivos eles negam essa racionalidade irracional da organização social do trabalho. Porém, tanto a burrice da estagnação quanto a burrice voltada à maldade podem, de diferentes formas, manter preservado algo da capacidade de oposição, contudo, nos dois casos, a violência perpetrada repete a barbárie e reafirma o que precisou negar.

Dessa forma, como nomeiam Horkheimer e Adorno (1947/1985b), apenas “[...] se opor ao progresso inflexível” (p. 212), procurar atalhos para se evitar os sofrimentos ocasionados pelo mundo do trabalho, não é o bastante, “No criminoso, é a negação desprovida da resistência” (p. 212). Essa mera oposição, parece abrigar um elemento de reprodução e, como tal, retribui-se à violência com violência, à dor com dor, à frieza com frieza. Ela mantém entre as ações de todos um jogo de equivalência de tal forma que significa também heteronomia. Por sua vez, para Adorno (1967/1995a), autonomia é “[...] a força para a reflexão, para a autodeterminação, para o não deixar-se levar” (p. 110). Ela se estabelece como resistência emancipando a negação do elemento de repetição. Enquanto, porém, permanece suspensa a possibilidade da autonomia, os esforços devem ser direcionados para desfazer a inconsciência e “[...] dissuadir as pessoas de sair golpeando sem refletir sobre si mesmas” (p. 106). A natureza social e histórica do âmbito psicológico, lembra, todavia, que a conscientização do horror não nos livra dele: “[...] a barbárie subsistirá enquanto perdurarem, no essencial, as condições que produziram aquela recaída” (p. 104).

Ante os obstáculos impostos à superação das condições materiais que engendram e mantêm a barbárie, Adorno (1967/1995), ao indicar esse estreitamento da potência para “alterar os pressupostos objetivos, isto é, políticos e sociais” (p. 106), sugere o “giro para o sujeito” (p. 106). Nesse sentido, o conhecimento deveria estar empenhado em compreender o horror também segundo suas implicações psicológicas, sustentando, contudo, o fato disso ser, prioritariamente, um impasse social. Embora as condições materiais sejam bastantes indiferenciadas – estado no qual desigualdades e conflitos sociais são intensificados e, por isso, dificultam a diferenciação – as pessoas ainda não são o nítido reflexo delas, posto que “[...] sob idênticas condições, umas se tornam de um jeito, outras de outro bem diferente” (p. 117). Tal consideração acompanha a concepção de uma Psicologia Crítica que não assume a dicotomia sociedade-indivíduo como uma invariável, naturalizando-a, bem como não concorda com a proposição do último enquanto um prolongamento indistinto da primeira, mas sim, orienta seus esforços na reflexão crítica sobre a cisão que há na realidade e indica a verdade e a falsidade da separação entre sociedade e indivíduo (Adorno, 1955/2015).

Dessa forma, também cabe reportar-se ao já mencionado declínio das possibilidades de diferenciação e à constatação de Adorno (1952/2015) que “A totalidade sedimentada do caráter [...] na verdade é o resultado de uma reificação de experiências reais” (p. 49). O eclipsar das experiências nivela todos sob uma terrível escuridão imposta pelo não acolhimento do frágil movimento feito em direção ao novo; a gênese da burrice data da morte da experiência (HORKHEIMER; ADORNO, 1947/1985a). Seria justamente esse acolhimento que permitiria um eu diferenciado na apropriação da cultura de tal modo que poder-se-ia ir além dela, assegurando, de acordo com Adorno (1959/1966), a *formação cultural*. Contudo, a reificação da experiência, meio ao modo de produção capitalista e no ritmo da sociedade industrial, inaugura, na análise do autor, o sucedâneo do projeto histórico da cultura e de sua subjetivação: como expressão do logro emaranhado à cultura e à formação, em sua etapa monopolista o capitalismo radicaliza a alienação convertendo-as em pseudocultura e pseudoformação. Assim, a dominação marca com sua violência indiscriminada de modo bastante semelhante as pessoas que, por conseguinte, manifestam-se de maneira tipificada. A aptidão que tem a ciência psicológica para abarcar com suas teorias os traços mais elementares do psiquismo humano e classificar as pessoas segundo tipos pela combinação pouco variada deles é o atestado desse malogro fixado no conhecimento. Provavelmente a efetivação daquela potencialidade dispensaria parte das contribuições da Psicologia, incapacitada à, e sem o propósito de, resumir as diferenças humanas em seus amplos conceitos.

Entretanto, negar esse conhecimento não nos impulsiona em direção à diferenciação, muito menos expressa respeito à multiplicidade quando ela mesma não se confirma empiricamente ou está muito aquém do que poderia ser em outro estado das coisas. Com efeito, tal postura é ideológica. Isso não significa, porém, aceitar sem objeções qualquer tipificação proposta, dado que muitas delas são fundamentadas em arranjos de faculdades ou sentimentos sem se buscar seu núcleo social e histórico e a crítica que sua própria existência reclama. As questões subentendidas à constatação e descrição de tais tipos devem ser, portanto, como eles são formados, e isso os aproxima pois alude, em primeiro plano, a sua origem social; e em que se diferenciam, ou seja, a reflexão sobre as singularidades de como foram constituídos. Embora, por exemplo, de modo geral, não faltem motivos em razão dos quais a pressão social faça todos, e qualquer um, arrebutarem-se em uma violência destruidora, nem todos sucumbem desse modo. Ainda há aqueles que a refreiam e outros que a administram.

Não obstante, à medida que a racionalidade do mundo do trabalho entra-se nas instâncias de mediação e sujeita os indivíduos, forçosamente, aos sacrifícios que, de acordo com Horkheimer e Adorno (1956/1978c, p. 41), “[...] eles não estão dispostos a aceitar nem são capazes [...]” – pelo menos não sem onerosos custos à dinâmica psíquica – é reforçada a “fúria contra a civilização. Violenta e irracionalmente, protesta-se contra ela” (ADORNO, 1967/1995, p. 107). É nesse sentido que dentre os modos de oposição ao progresso inflexível, que se nutre do sangue e do suor de todos e avança atentando contra os interesses mais racionais e sensíveis de uma vida humana digna e justa, está o crime (HORKHEIMER; ADORNO, 1947/1985b). Ele é, pois, testemunho da barbárie, mas também inscrição dela. O *criminoso comum* e o *tipo manipulador* são dois dentre os protótipos psíquicos derivados da *socialização total* que, apesar de não resistirem, negam o princípio da tortura na socialização por vias do crime, embora o primeiro o faça desvelando o fracasso de tal princípio, porque cede de pronto quando na tortura, e o segundo seu triunfo, pois segue convencido de que consegue suportá-la.

O caráter manipulador, investigado mais profundamente no estudo sobre a personalidade autoritária realizado por Adorno e outros pesquisadores, mas mencionado por ele no ensaio “Educação após Auschwitz” (ADORNO, 1967/1995), “[...] distingue-se por sua mania organizadora, sua absoluta incapacidade para ter experiências imediatas, um certo tipo de ausência de emoção, de realismo exagerado” (p. 115). Ainda conforme o autor, ele está alheio ao conteúdo de suas ações e responde apenas à vontade de fazer, isso o torna especialmente suscetível

à perpetração de crimes com requintes de crueldade, à sistematização da tortura. Ele estende a tudo e a todos a carência de sentido própria da atividade do trabalho monótono, com o agravamento de não perceber tal carência, pois o sentido foi absorvido pela atividade em si.

Seu pensamento estabelece uma forte afinidade com a racionalidade técnica, ele o emprega a serviço do desenvolvimento tecnológico, mas este, desenvolveu-se – retirou o envolvimento – do que seria seu compromisso, a superação da autoconservação estrita (ADORNO, 1967/1995). Tudo isso, somado ao fato de o caráter manipulador ser “[...] aquele que parece prescindir de identificações” (CROCHÍK, 2010, p. 33) instiga sua aptidão para aprimorar os métodos e instrumentos de tortura, concebê-los de modo mais eficaz e criar meios de destruição em massa. Portanto, sua existência ameaça de maneira aguda a continuidade da civilização, posto que sua vingança se dá por vias do manejo aguçado, e quase sem culpa, da morte. A Adorno (1967/1995) parece, no entanto, ser pouco possível fazer, em termos da Educação, que se revogue a existência desse tipo e, aqui, acrescenta-se, menos ainda no âmbito da Psicologia.

Por outro lado, segundo Adorno (1967/1995), quanto às pessoas que executam, aos criminosos comuns, é possível fazer algo, “[...] pela educação e pelo esclarecimento” (p. 123). Ele se refere àquela conscientização que deve ser a tarefa da Educação como resistência à barbárie. Essas pessoas ainda não tiram prazer da crueldade. Seus crimes contradizem “[...] seus próprios interesses imediatos; são assassinas de si mesmas, no ato de assassinar os outros” (p. 123). São vestígios de reivindicação do acolhimento prometido pela cultura a todos e a cada um, quando a regra da organização dos bens culturais é a desigualdade. Dão testemunho de que, enquanto as condições de existência não estiverem asseguradas para todo singular, todos são vítimas em potencial desse destino. Mas, no desatino, as pessoas voltam-se para os outros, os quais lembram as promessas declinadas no curso da história, a possibilidade de diferenciação não realizada. A violência desferida destrói quem as recordam dos seus mais sinceros desejos negados, destrói quem elas creem, mesmo que nem sempre seja verdade, ter ou poder ser o que lhes foi recusado. A isso Crochík (2010) nomeia “identificações negadas” (p. 32).

Estas estariam mais presentes na mais comum das três formas de criminosos elencadas por Massola (2007) em sua leitura de Horkheimer e Adorno (1947/1985b). Segundo o autor:

A primeira diz respeito àqueles que são doentes e que já estavam doentes antes de serem presos. A segunda diz respeito àqueles que agiram

como qualquer pessoa agiria frente à mesma constelação de motivos. A terceira é um tipo mais cruel e ruim do que a maioria dos homens livres, assemelhando-se aos líderes fascistas (MASSOLA, 2007, p. 135).

A semelhança da última com os líderes fascistas recorda o caráter manipulador. A diferença entre o primeiro tipo, o mais comum, e os que refreiam a violência, indício de algum traço de resistência, é mais sutil do que se imagina. Nesse sentido, vale ressaltar que, para Horkheimer e Adorno (1947/1985b), os primeiros adoecem vítimas de sua constituição e das circunstâncias. Aqui cabe lembrar o quão homogêneas têm se tornado as circunstâncias e a crescente violência com a qual a constituição têm se dado. Esse é o resultado da “[...] pressão do geral dominante sobre todo o particular [...]” (ADORNO, 1967/1995, p. 107). A diferença é fruto do discernimento concedido por um “feliz encadeamento de circunstâncias” (HORKHEIMER; ADORNO, 1947/1985b, p. 211). De certo modo, como em um espectro essa proximidade permite inclusive atenuar aquela divisão entre os tipos de criminosos, afastando o vício de uma diferenciação perene e esquemática destes.

Dessa forma, não parece haver um hiato entre as pessoas com discernimento e os criminosos de todo tipo; nem mesmo dentre os criminosos, a julgar pela tese de Crochík (2010) de que “[...] a partir de certo ponto das identificações negadas, haveria a negação de qualquer identificação” (p. 33), e essa incapacidade para a identificação que poderia traçar uma distinção entre o *assassino de rua*, ou *criminoso comum*, e o *tipo manipulador*. O que diferem uns dos outros é a intensidade com que a barbárie irrompeu neles e sobre eles, o quanto foram entregues à tortura da socialização e o quanto foram, ou não, integrados por ela, naturalizados ou não como agentes da socialização da tortura. Ainda assim, os distintos lugares ocupados no espectro, permitem recordar que somente com discernimento podemos romper com a subserviência frente aos que requisitam nossos traços torturadores e nos opor ao ciclo da tortura; que não somos capazes de suportá-la; e que, se insistirmos nisso, estaremos, ao mesmo tempo, enveredando na trilha deixada por nossas próprias pegadas rumo ao horror.

NA DEGENERESCÊNCIA DO TATO A PUNIÇÃO COMO INDÍCIO DA INDIFERENÇA

A referência ao “Ensaio sobre a cegueira” de José Saramago (1995) nos fez recordar e recuperar a presença de sua obra literária em um trabalho mais antigo (FRANCISCATTI, 2005). Na ocasião, como mediação sensível e racional, a obra movimentada foi “A caverna”. Nesta, Saramago (2000) traz como personagem

principal um oleiro, Cipriano Algor; sobre seu ofício, extensivo no trato com a vida, ele escreve:

Na verdade, são poucos os que sabem da existência de um pequeno cérebro em cada um dos dedos da mão, algures entre a falange, a falanginha e a falangeta. Aquele outro órgão a que chamamos cérebro, esse com que viemos ao mundo, esse que transportamos dentro do crânio e que nos transporta a nós para que o transportemos a ele, nunca consegui produzir senão intenções vagas, gerais, difusas, e sobretudo pouco variadas, acerca do que as mãos e os dedos vão fazer. (...) Nota-se que, ao nascermos, os dedos ainda não têm cérebros, vão-nos formando pouco a pouco com o passar do tempo e o auxílio do que os olhos vêem. O auxílio dos olhos é importante, tanto quanto o auxílio daquilo que por eles é visto (p. 82-83).

No contexto apresentado por Saramago (2000) nesta obra, seu personagem, um homem acostumado a pensar com as mãos, vê-se impelido, pelas pressões sociais que extinguem o seu ofício, a alterações em seu cotidiano. Pelas circunstâncias que cercam seu trabalho às portas do forno, ora cego pela escuridão ora cego pela luz, ele diz: “Eu também não alcanço muito longe, mas nasci com uma cabeça que sofre da incurável doença de justamente se preocupar como o que seria ou com o que poderia ter sido” (p. 272). As mudanças que o personagem apresenta são resultados da falta de adequação ao que é exigido e dos laços afetivos que mantém com sua filha Marta, seu cunhado Marçal, o cão Achado e Isaura, uma nova companheira após algum tempo de viuvez. As mudanças esboçam tentativas para não deixar que a vida seja aprisionada em pequenos, instituídos e policiados compartimentos. Em sua variação fajuta esses compartimentos tentam emular o colorido da vida, mas a vida retira suas cores das diferenças; talvez o desbotado da miragem seja reparado por Cipriano porque sua visão aprendeu com o tato que barro e plástico não são os mesmos ao toque, mesmo que com eles sejam moldados os mesmos ídolos. Ele busca algo que restitua o sentido da vida. Sendo um oleiro vai lentamente tateando as pequenas brechas; algumas ilusórias, outras nem tanto. “Por isso o que os dedos sempre souberam fazer de melhor foi precisamente revelar o oculto” (p. 83).

Nas duas obras de Saramago (1995; 2000) as quais recorremos, “Ensaio sobre a cegueira” e “A caverna”, o escritor português testemunha por meio de sua obra literária a degenerescência dos sentidos que, de certa forma, ocorre por excesso de estimulação⁵. Para tratar da degenerescência dos órgãos do sentido

⁵ No aforismo 116, “Ouve só como ele era mau”, Adorno (1951/1993) discorre sobre a delicadeza dos nossos órgãos de contato com o mundo, como estes são deteriorados pela severidade

e da razão Horkheimer e Adorno (1947/1985a) também recorrem à literatura como testemunho do que pôde ser objetivado como símbolo da inteligência, citam o demônio Mefistófeles, personagem de “Fausto”, peça escrita por Goethe (1808/2002), indicando que a antena do caracol simboliza a inteligência, esta seria capaz, com base no tato, de ver e de cheirar. A peça trata de como Mefistófeles, em aposta com deus, desdobra-se para comprar a alma do doutor Fausto, um mortal estudioso, que se sente torturado e desconfortável com a vida que leva.

A obra de Goethe testemunha a cisão entre a vida afetiva (pulsional) e racional, a estupidez do pensamento, a burrice como marcas de mutilação. Essa cisão, a burrice, tem sua base na tortura da socialização que, intensificada no totalitarismo do capitalismo de grandes monopólios, impõe-se também sob a forma da socialização da tortura; na medida que as condições materiais asseveram sua injustiça, observa-se o arrefecimento das contradições expressas pelos sistemas de cicatrizes, exigência fascista que vem se instalando nas pessoas desde o século XX e que se prolonga no século atual. Corrosão de nossa capacidade de coordenar pelo tato os órgãos do sentido na formação do órgão racional, posto que esta formação depende de um estado ético⁶. Estado político e ético que estabeleça segurança e gratificação a todos, que trate a tortura como crime, e crime como barbárie (FRANCISCATTI, 1998) – violência objetiva e desnecessária manifestada no descompasso, atraso, entre o modo como as pessoas vivem e se organizam, o que é socialmente objetivado, e o que é possível de ser realizado por sua própria civilização/cultura, a potencialidade de sua base material.

Entretanto, por sobrevivermos nesse descompasso, Horkheimer e Adorno (1947/1985a) constataam: “A violência sofrida transforma a boa vontade em má” (p. 240). Intimidados pelo princípio bárbaro, respondemos predominantemente às mutilações ocasionadas pelo estado desigual e injusto de nossa organização

dos golpes de mutilação objetivados pela violência desnecessária que persiste na organização social, tanto no plano físico quanto moral. No início do aforismo ele escreve: “Tal como o corpo, o organismo psíquico está ajustado para vivências de uma ordem de grandeza que corresponda a ele. Se o objeto da experiência aumenta demais em proporção com o indivíduo, este a rigor já não o experimenta mais, mas registra-o de modo imediato, mediante o conceito desprovido de intuição, como algo que lhe é exterior, incomensurável, com o qual se relaciona com tanta frieza quanto o choque catastrófico com ele” (p. 157).

⁶ Adorno (1951/1993) no aforismo 127, “Wishful trinking”, indica: “A inteligência é uma categoria moral. A separação entre sentimento e entendimento, que torna possível absolver e beatificar os imbecis, hipostasia a divisão do homem em diferentes funções que se realizou ao longo da história. [...] O que a filosofia deveria buscar na oposição entre sentimento e entendimento é a unidade de ambos: a unidade que é justamente uma unidade moral” (p. 173).

social, por aquilo que não somos capazes de enfrentar e superar, por aquilo que os dedos delicados deixaram de revelar. Assim, enquanto o criminoso é cruelmente visado, o crime permanece como espaço social do princípio de barbárie: mais importante é a determinação objetiva do crime, mais criminosa que os criminosos, os quais são a ela alçados, e que permanece incólume a despeito de toda a destruição que produz. Horkheimer e Adorno (1956/1978c) também afirmam: “A socialização gera o potencial de sua própria destruição, não só na esfera objetiva mas também na subjetiva” (p. 41). Em uma organização social criminosa, os criminosos dão notícia dessa promessa. Neles, encontram-se um pouco mais proeminentes os traços psicológicos requisitados para cumpri-la. Eles encenam vividamente tal destruição. Concretizam-na e, do seu modo sangrento, advertem sobre ela, mas também pagam por isso. Recebem da esfera objetiva a represália enérgica a seus atos e, nesse caso, o tipo deve ser especificado, é aos criminosos comuns que se reserva a prisão, o extermínio e o linchamento. Seu verdadeiro erro foi corromper a trajetória para o trabalho respondendo à autoconservação, e a justiça será cumprida com mais tortura. Esta é, “[...] na visão de Max Horkheimer, a adaptação dirigida e, em certa medida, acelerada das pessoas à coletividade” (ADORNO, 1967/1995, p. 116).

Na prisão, como afirmam Horkheimer e Adorno (1947/1985b), eles serão forçados a se adaptar ao ritmo do trabalho nos moldes capitalistas “[...] numa terrível pureza” (p. 211). Deverão vestir a couraça do indivíduo burguês mesmo que ela não lhes caiba tão bem e que, por isso, seu corpo seja remodelado a golpes para servir. Recai sobre eles a cobrança para quitar de uma só vez o débito em aberto das parcelas de sofrimento, que foram divididas lá fora entre as instâncias de mediação. Eles o fazem agora amontoados com outros dez nas celas que, em sua origem, foram projetadas para um. Todavia, aqueles autores perceberam, já em seu tempo, uma mudança na organização social das punições, um fortalecimento do Estado totalitário, coexistente à prisão, mas em vias de substituí-la, cuja ação se configurava como o “[...] puro e simples extermínio dos recalitrantes, certa de seu objetivo político [...]” (p. 213). A realidade obscena que vem sendo confirmada no século XXI.

O extermínio é a contrapartida objetiva da socialização da tortura, manifestação da irracionalidade institucionalizada. Quanto ao linchamento, cabe se perguntar se não é expressão da vingança daqueles que, quase integralmente atados pelas tramas espessas da socialização, voltam-se, com fúria, contra os criminosos que negaram a civilização claustrofóbica. Dessa forma, o que, na morte dos criminosos, é sentido como realização da justiça, não passa de mera

revanche da necessidade reprimida de superar o sofrimento que vê sem suportar, no sutil desvio do crime, uma atenuação do sacrifício solicitado. A irracionalidade do sacrifício é tamanha e o investimento de energia para elidir da consciência a capacidade de sua superação é tal, que, ante o testemunho sangrento do fracasso da cultura, encarceramos o mensageiro do infortúnio de todos para não ouvi-lo; o torturamos para que se adapte mais rapidamente ao mal coletivo; ou o assassinamos brutal e friamente sem notar o progresso do horror produzido por nós.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. W. (1959). Teoria de la pseudocultura. *In*: HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W. **Sociologica**. Tradução de Víctor Sánchez de Zavala. Madrid: Taurus Ediciones, 1966. p. 223-255.
- Adorno, T. W. (1969). Capitalismo tardio ou sociedade industrial. *In*: COHN, G. (org.). **Theodor W. Adorno**. Tradução de Flávio R. Kothe. (Coleção Grandes Cientistas Sociais). São Paulo: Editora Ática. 1986. p. 62-75.
- ADORNO, T. W. (1951). **Minima moralia**: reflexões a partir da vida danificada. Tradução de Luiz Eduardo Bicca; Revisão da Tradução Guido de Almeida. 2ed. São Paulo: Editora Ática, 1993.
- ADORNO, T. W. (1967). Educação após Auschwitz. *In*: ADORNO, T. W. **Palavras e sinais**: modelos críticos 2. Tradução de Maria Helena Ruschel. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 104-123.
- ADORNO, T. W. (1968). A educação contra a barbárie. *In*: ADORNO, T. W. **Educação e emancipação**. Tradução de Wolfgang Leo Maar. São Paulo: Paz e Terra. 1995. p. 155-168.
- ADORNO, T. W. (1952). A psicanálise revisada. *In*: ADORNO, T. W. **Ensaio sobre psicologia social e psicanálise**. Tradução de Verlaine Freitas. São Paulo: Editora Unesp, 2015. p. 43-69.
- ADORNO, T. W. (1955). Sobre a relação entre sociologia e psicologia. *In*: ADORNO, T. W. **Ensaio sobre psicologia social e psicanálise**. Tradução de Verlaine Freitas. São Paulo: Editora Unesp, 2015. p. 71-135.
- CARONE, I. (1984). A dialética marxista: uma leitura epistemológica. *In*: LANE, S. T. M.; CODO, W. (org.). **Psicologia social**: o homem em movimento. 13. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994. p. 20-30.

CROCHÍK, J. L. A forma sem conteúdo e o sujeito sem subjetividade. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 31-46, jan./mar. 2010.

FRANCISCATTI, K. V. S. **Violência, preconceito e propriedade**: um estudo sobre a violência a partir da Teoria Crítica da Sociedade. São Paulo: 1998. Dissertação (Mestrado em Psicologia: Psicologia Social) – PUCSP.

FRANCISCATTI, K. V. S. **A maldição da individuação**: reflexões sobre o entrelaçamento prazer – medo e a expressão literária. São Paulo: 2005. Tese (Doutorado em Psicologia: Psicologia Social) – PUCSP.

FREUD, A. (1936). Identificação com o agressor. *In*: FREUD, A. **O ego e os mecanismos de defesa**. Tradução de Francisco Settineri. São Paulo: Artmed, 2006. p. 81-88.

GOETHE, J. W. (1808). Fausto. *In*: GOETHE, J. W. **Fausto / Werther**. Tradução de Alberto Maximiliano. São Paulo: Nova Cultural. 2002. p. 7-215.

HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W. (1947). Sobre a gênese da burrice. *In*: HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Tradução de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985a. p. 239-240.

HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W. (1947). Fragmento de uma teoria do criminoso. *In*: HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Tradução de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985b. p. 210-213.

HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W. (1956). O grupo. *In*: HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W. (org.). **Temas básicos da sociologia**. 2. ed. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Editora Cultrix, 1978a. p. 61-77.

HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W. (1956). Indivíduo. *In*: HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W. (org.). **Temas básicos da sociologia**. 2. ed. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Editora Cultrix, 1978b. p. 45-60.

HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W. (1956). Sociedade. *In*: HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W. (org.). **Temas básicos da sociologia**. 2. ed. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Editora Cultrix, 1978c. p. 25-44.

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J. B. (1967). Identificação com o agressor. *In*: **Vocabulário Da Psicanálise**. 8. ed. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora, 1985. p. 299-301.

MASSOLA, G. M. Mimese e crime em Adorno e Horkheimer: comentário sobre o “Fragmento de uma teoria do criminoso”. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 12, n. 2, p. 133-139, 2007.

MENDES, A. P. N.; FRANÇA, C. P. Contribuições de Sándor Ferenczi para a compreensão dos efeitos psíquicos da violência sexual. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 17, n. 1, p. 121-130, jan./mar. 2012.

SARAMAGO, J. **Ensaio sobre a cegueira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SARAMAGO, J. **A caverna**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOBRE OS AUTORES

Anderson Alves Esteves: Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) e doutor em Filosofia (PUC-SP). E-mail: andersonesteves@ifsp.edu.br.

Ana Paula de Ávila Gomide: Doutora em Psicologia pela USP-SP. Docente do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia. Coordenadora do Grupo de Pesquisa “Teoria Crítica e Filosofia Social” do Instituto de Filosofia da UFU. E-mail: anapag2@gmail.com.

Carlos Antonio Giovinazzo Jr.: Professor da PUC/SP, Programa de Pós-Graduação em Educação: História, Política, Sociedade. Dedicou-se ao estudo da relação dos estudantes do Ensino Médio (adolescentes e jovens) com a escola e das funções sociais da educação realmente objetivadas. E-mail: cgiovinazzo@pucsp.br.

Cristiane Souza Borzuk: Graduada em Psicologia pela PUCGO, mestre em Psicologia Social pela PUCSP e doutora em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela USP. Realizou estágio pós-doutoral no Instituto de

Psicologia da USP. É professora adjunta na Universidade Federal de Goiás, Regional Jataí. E-mail: cristianeborzuk@gmail.com.

Gabriel Katsumi Saito: Doutorando e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Escolar do Desenvolvimento Humano, do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Psicólogo pela mesma instituição. Pesquisador no Laboratório dos Estudos do Preconceito (LaEP- IPUSP). Atualmente pesquisa sobre os projetos de militarização das escolas. E-mail: gabriel.saito@usp.br.

Gil Gonçalves Júnior: Mestre e doutor em psicologia social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo / PUC-SP. Professor no ensino superior privado. Integra a Regional São Paulo da Abrapso – Associação Brasileira de Psicologia Social. E-mail: gilgoncalves14@yahoo.com.br.

Herik Rafael de Oliveira: Graduado em Psicologia pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ) é, atualmente, mestrando no Programa de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (PSA/IPUSP). E-mail: herik-rafael@hotmail.com.

João Luiz Cavalcante Carreira: Mestre em Educação pela Unifesp, professor na rede municipal de São Paulo e membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Cultura, Diversidade e Educação. E-mail: joalccarreira@gmail.com.

Jociene Santos Peixoto: Professora na rede municipal de Guarulhos, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Unifesp e membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Cultura, Diversidade e Educação. E-mail: jociene_4@hotmail.com.

Kety Valéria Simões Franciscatti: Graduada em Psicologia pela Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP); mestre e doutora em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP); pós-doutora em Educação pela Universidade Federal de Goiás (UFG); professora associada do Departamento de Psicologia (DPSIC) na Universidade Federal de São João Del-Rei (UFSJ). Integra o Grupo de Pesquisa “Prismas: Modelos de Crítica Social” (UFSJ). E-mail: kety.franciscatti@gmail.com.

Lineu Norio Kohatsu: Lineu Norio Kohatsu é docente do Departamento de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade do Instituto de Psicologia – USP. É pesquisador no Programa Ano Sabático do Instituto de Estudos Avançados – IEA – USP. Realiza pesquisa sobre educação escolar de imigrantes em escolas públicas de São Paulo, Brasil. E-mail: lineu@usp.br.

Luana Martins Pontes: Graduada em psicologia e aluna do mestrado em educação do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Goiás/Regional Jataí. E-mail: luanapontespsi@gmail.com.

Luís César de Souza: Mestre e doutor em educação e professor colaborador no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Goiás/Regional Jataí. E-mail: lucceso@ufg.br.

Marcos Natanael Faria Ribeiro: Técnico em Assuntos Educacionais do Instituto Federal de São Paulo, doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação da Unifesp e membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Cultura, Diversidade e Educação. E-mail: mcs.btc@hotmail.com.

Marian Ávila de Lima Dias: Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação e do Departamento de Educação da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Cultura, Diversidade e Educação. E-mail: marian.dias@unifesp.br.

Odair Sass: Professor do quadro permanente do Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade, da PUC/SP; Doutor em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP; Psicólogo e Estatístico; e líder do Grupo de Pesquisa Teoria Crítica, Formação e Cultura. E-mail: odairsass@pucps.br.

Patrícia Ferreira de Andrade: Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Escolar do Desenvolvimento Humano, do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Mestra em Educação pela Universidade Federal de São Paulo. Graduada em Psicologia pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, realizou mestrado em Educação pela Universidade Federal de São Paulo. Atualmente pesquisa sobre movimentos estudantis, violência escolar e participação social de adolescentes e jovens no Sistema Único de Saúde (SUS). E-mail: patricia.andrade@usp.br.

Pedro Fernando da Silva: Professor do Instituto de Psicologia da USP e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano; Mestre e Doutor em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP; Psicólogo pela Universidade de Mogi das Cruzes – UMC; e Coordenador do Laboratório de Estudos sobre o Preconceito – LaEP. E-mail: pedrofernando.silva@usp.br.

